



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Simone de Almeida Ramos

Neoconservadorismo e patriarcado corporativo-eleitoral na participação das mulheres
de centro e de direita nas eleições brasileiras de 2024

Belo Horizonte
2026

Simone de Almeida Ramos

**NEOCONSERVADORISMO E PATRIARCADO CORPORATIVO-ELEITORAL NA
PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES DE CENTRO E DE DIREITA NAS ELEIÇÕES
BRASILEIRAS DE 2024**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida

Linha de Pesquisa: Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro

Belo Horizonte

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

320 R175n 2026	<p>Ramos, Simone de Almeida.</p> <p>Neoconservadorismo e patriarcado corporativo-eleitoral na participação das mulheres de centro e de direita nas eleições brasileiras de 2024 [recurso eletrônico] / Simone de Almeida Ramos. - 2026.</p> <p>1 recurso online (320f. : i.): pdf.</p> <p>Orientadora: Marlise Miriam de Matos Almeida.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Ciência política – Teses. 2. Conservantismo – Brasil – Teses. 3. Mulheres na política – Brasil – Teses. . 4. Corporativismo – Teses. 5. Feminismo- Teses. 6. Antifeminismo – Teses. 7. Eleições – Brasil – Teses. I. Almeida, Marlise Miriam de Matos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

ATA DA DEFESA DA TESE

21/08/2026, 16:12

SEI/UFMG - 5366737 - Ata



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 09ª/2026 DA DEFESA DA TESE DA ALUNA SIMONE DE ALMEIDA RAMOS

Realizou-se, no dia 28 de julho de 2026, às 14:30 horas, por Videoconferência, a defesa da tese, intitulada "Neoconservadorismo e patriarcado corporativo-eleitoral na participação das mulheres de centro e de direita nas eleições brasileiras de 2024", elaborada e apresentada por SIMONE DE ALMEIDA RAMOS - número de registro 2022653550, graduada no curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida - Orientadora (DCP/UFMG), Prof. Juarez Rocha Guimarães - Coorientador (DCP/UFMG), Profa. Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), Prof. Cristiano dos Santos Rodrigues (DCP/UFMG), Profa. Ana Paula Salej Gomes (FJP). A Comissão considerou a tese APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 28 de julho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano dos Santos Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 28/07/2026, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlise Miriam de Matos Almeida, Professora do Magistério Superior**, em 29/07/2026, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celi Regina Jardim Pinto, Usuário Externo**, em 29/07/2026, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Salej Gomes, Usuária Externa**, em 04/08/2026, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Rocha Guimaraes, Professor do Magistério Superior**, em 21/08/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5366737** e o código CRC **7B59EF95**.

Referência: Processo nº 23072.241714/2026-75

SEI nº 5366737

Dedicado a Peterson Miranda dos Santos (1978/2026), para cuja memória lembro os versos de Otto Lara Resende:

Sou brasileiro, sou mineiro,
sou cidadão delimitado por fronteiras fatais.
Creio no homem, creio na Justiça, creio na liberdade,

e desejo que a vida dos meus filhos
e de todos que vierem depois de mim
seja melhor que a minha.

Desejo firmemente a utopia.

Creio na utopia.

Afinal, o Brasil não precisa ser
permanentemente infeliz.

***Otto Lara Resende, depoimento gravado
em 1980 para disco Os 4 mineiros***

(Som Livre, 1981)

“*La Tesis*” taí, querido Petim.
O mundo há de ser melhor para nossas filhas.

AGRADECIMENTOS

À Nossa Senhora, à Gaya, às Orixás, à Grande Mãe, às ancestrais e a toda força divina e inescrutável que atenda pelo nome de mulher, dedico essa travessia, essa “gestação” e este aprendizado.

A Marlise Matos, com seus anéis bailarinos, suas árias, suas doçuras e suas bravezas. Obrigada por mim, por nós, pelas que virão depois de nós. Obrigada pela força da sua mão segurando a minha mão. Que Santa Adélia Prado continue a nos guiar.

Obrigada Natalia Gamboa-Virgüez que, lá da Colômbia, soprou cuidados e atenção ao me ensinar sobre o NVivo. Salve Abya Yala, nossa América Latina querida, nossa irmandade invisível e nossa capacidade de florescer e frutificar onde for, como for. Obrigada, Janaína Staciarini e Corrêa, fada da ABNT.

Agradeço, ainda, a cada ser mulher sacramentado como parte da humanidade, desde a minha filha e as minhas irmãs no tempo e no espaço, até a minha mais antiga ancestral, a alegria deste momento.

Ainda estamos aqui.

E sempre estaremos.

“Coragem, meu bem.
Porque o medo da morte
Leva a vida também”
(Elza Soares. Coragem.
Álbum No tempo da Intolerância, 2023).

“Só faz de conta que a política não interessa
quem manda, meu bem.
E Deus sabe que a política lhes interessa
- e muito.”
Maria da Conceição Tavares, disponível em
<https://www.instagram.com/reel/C7-NyG1MojI/?igsh=eGY0ZjhnY2Ria3Mz>

RESUMO

Esta tese analisa o neoconservadorismo como instrumento de reprodução do patriarcado e do mecanismo de sustentação da “reserva masculina de poder” (Matos, 2020; 2026), tendo por recorte a atuação política das mulheres candidatas a prefeitas em capitais nas eleições do ano de 2024. Inicialmente centrada em candidatas de centro e de direita, a investigação foi ampliada para o campo da centro-esquerda após a identificação de padrões semelhantes de exclusão no acesso das mulheres aos cargos eletivos. A pesquisa examinou as relações entre avanço da direita e da extrema-direita, os fenômenos do neoconservadorismo e do antifeminismo, a regressão de direitos e intensificação da violência política e social contra as mulheres. A hipótese inicial sustentava que o neoconservadorismo, enquanto expressão identitária das extremas-direitas contemporâneas, constitui ferramenta de contenção, regressão e negação de direitos de mulheres e outros grupos subalternizados. Os resultados confirmaram a associação entre neoconservadorismo partidário e agendas de restrição de direitos, particularmente dos direitos das mulheres. Entretanto, a análise evidenciou que o neoconservadorismo, embora relevante, não constitui o principal obstáculo à presença feminina na política institucional. O fator de maior capacidade coercitiva revelou-se o corporativismo político masculino, responsável pela preservação do controle dos homens sobre recursos, estruturas partidárias e capital político-eleitoral, fenômeno identificado inclusive entre forças de centro-esquerda. Nesse contexto, as barreiras intrapartidárias impostas às mulheres são tão significativas que, uma vez alcançada a candidatura, a incorporação de determinadas agendas e códigos políticos pode converter-se em condição para sua permanência e competitividade eleitoral. A investigação também identificou que a desarticulação das forças progressistas contribuiu para criar condições favoráveis ao fortalecimento da extrema-direita e à difusão de discursos antidemocráticos, potencializada pelas redes digitais. A preservação da hegemonia masculina sobre o capital político-partidário mostrou-se capaz, inclusive, de relativizar antagonismos decorrentes da polarização ideológica. Por fim, constatou-se que, apesar da adesão de mulheres de direita a agendas neoconservadoras, permanecem espaços possíveis de interlocução em torno de pautas específicas de direitos das mulheres, como o enfrentamento à violência doméstica. Embora limitada, essa interlocução revela-se

politicamente necessária diante da transversalidade das estruturas patriarcais que condicionam a participação feminina em diferentes espectros ideológicos.

Palavras-chave: neoconservadorismo brasileiro, extrema-direita, mulheres na política brasileira, reserva masculina de poder; corporativismo masculino na política.

ABSTRACT

This dissertation examines neoconservatism as an instrument of patriarchal reproduction and as a mechanism for sustaining the “male reserve of power” (Matos, 2020; 2026), focusing on women candidates running for mayor in Brazilian state capitals in the 2024 elections. Initially restricted to centrist and right-wing candidates, the scope of the study was subsequently expanded to include the center-left after similar patterns of exclusion were identified in women’s access to elected office. The research investigates the intersections between the rise of the right and far right, neoconservatism, antifeminism, the erosion of rights, and the intensification of political and social violence against women. The initial hypothesis posited that neoconservatism, understood as a defining ideological expression of contemporary far-right politics, operates as a mechanism for restricting, rolling back, and denying the rights of women and other subordinated groups. The findings confirm an association between partisan neoconservatism, and political agendas aimed at restricting rights, particularly women’s rights. The analysis also demonstrates, however, that neoconservatism, although significant, is not the primary obstacle to women’s participation in institutional politics. Male political corporatism emerged as a more pervasive coercive force, operating to preserve men’s control over political resources, party structures, and electoral capital. Importantly, this pattern was also identified within center-left political forces. Intra-party barriers to women’s political participation proved sufficiently entrenched that, once women secure candidacies, adherence to specific political agendas, practices, and codes may become a condition for maintaining party support and electoral competitiveness. The study further indicates that the fragmentation of progressive forces has contributed to conditions favorable to the strengthening of the far right and the dissemination of anti-democratic discourse, a process amplified by digital networks. Male hegemony over party-political capital was also found to transcend, or partially neutralize, antagonisms generated by ideological polarization whenever control over political resources was at stake. Finally, despite right-wing women’s adherence to neoconservative agendas, the findings point to limited but relevant possibilities for cross-ideological dialogue on specific women’s rights issues, particularly the prevention of and response to domestic violence. Such dialogue remains politically significant given the

cross-cutting character of patriarchal structures that constrain women's political participation across ideological divides.

Keywords: Brazilian neoconservatism; far right; women in Brazilian politics; male reserve of power; male corporatism in politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – Características do conservadorismo e do liberalismo no neoconservadorismo...	42
Figura 2 – Matrizes do neoconservadorismo	49
Figura 3 – Linha do tempo Síntese da participação feminina na política brasileira.....	65
Figura 4 — Origem da atuação política das prefeitas eleitas em 2020 no Brasil	67
Figura 5 – Mulheres eleitas nas eleições municipais de 2024 no Brasil	80
Figura 6 – Candidatas Mulheres às prefeituras das capitais brasileiras em 2024	114
Figura 7 – Linhas de força do neoconservadorismo brasileiro	140
Figura 8 – Condições de comunicação na Análise do Discurso aplicada à pesquisa	144
Figura 9 – Unidades de registro e contexto da pesquisa.....	148
Figura 10 – Fases da pesquisa conforme o protocolo da Análise de Conteúdo	149
Figura 11 – Nuvem das 50 palavras mais frequentes no discurso das candidatas.....	153
Figura 12 – Possibilidade de transferência de capital político-partidário das lideranças masculinas para possíveis candidatos, por ordem de prioridade	189

Lista de Imagens

Imagem 1 – Imagem 1: Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal, em 1928	62
Imagem 2 – Celina Guimarães Viana, em foto de autor desconhecido, cerca de 1910.....	63
Imagem 3 – Alzira Soriano, em foto de autor e data desconhecidas	64
Imagem 4 – Dilma Rousseff e Marcela Temer em capas de revistas em 2016.....	94
Imagem 5 – Marcela Temer em matéria da Veja	95
Imagem 6 – candidatas eleitas nas prefeituras das capitais brasileiras, em 2024	105
Imagem 7 – Teresa Cristina e Bolsonaro	123
Imagem 8 – Juliana Brizola e padrinhos	127

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Número de Igrejas Evangélicas ativas por denominação (1922-2019).....	36
Gráfico 2 – Número de Igrejas Pentecostais por categoria no Brasil entre 1969 e 2019	38
Gráfico 3 – Transição religiosa no Brasil entre 1940 e 2032	39
Gráfico 4 – Composição do parlamento da Câmara dos Deputados eleita em 2014	60
Gráfico 5 – Influência de familiares eleitos na eleição de prefeitas em 2020	68
Gráfico 6 – Percentual de mulheres na Câmara baixa ou única do Congresso, nos países da América Latina, antes e depois da aprovação das Leis de cotas de gênero em cada país	70
Gráfico 7 – Número de Candidatas de esquerda, centro e direita nas eleições brasileiras em 2024	79
Gráfico 8 – Candidatas e eleitas para o cargo de prefeitas nos municípios brasileiros em 2024	81
Gráfico 9 – Municípios brasileiros por número de candidatos(as) a prefeito(a) em 2024	82
Gráfico 10 – Quantidade e percentual de candidatos reeleitos nas eleições municipais de 2024	83
Gráfico 11 – Distribuição das disputas de candidaturas duplas nas eleições nos municípios brasileiros (em 2024 e 2020).....	84
Gráfico 12 – Disputas de candidaturas duplas por espectro ideológico (2024).....	85
Gráfico 13 – Distribuição das candidaturas únicas por espectro ideológico-partidário (2024).....	86
Gráfico 14 – Disputas das candidaturas duplas por gênero (2024).....	87
Gráfico 15 – Posição partidária dos prefeitos eleitos no Brasil em 2020.....	99
Gráfico 16 – Codificação geral das matrizes nas campanhas das candidatas a prefeita das capitais 2024, POR OCORRÊNCIA	158
Gráfico 17 – Codificação geral da ocorrência das matrizes nas campanhas das candidatas a prefeita das capitais 2024, POR CANDIDATA	159
Gráfico 18 – Matrizes do conservadorismo por espectro político-ideológico-partidário	160

Gráfico 19 – Codificação geral da ocorrência das matrizes nas campanhas das candidatas a prefeita das capitais 2024, PORCENTAGEM EM CADA PRINCÍPIO DA MATRIZ	163
Gráfico 20 – Codificação da ocorrência de padrinhos políticos da extrema-direita, conforme os espectros ideológicos	169
Gráfico 21 – Codificação da ocorrência de padrinhos conforme os espectros ideológicos detalhado por candidatas (“em cascata”)	170
Gráfico 22 – Presença de padrinhos de extrema-direita nas postagens por candidata e espectro político	171
Gráfico 23 – Ocorrência da matriz da moralidade cristã neopentecostal nas campanhas das candidatas à prefeita das capitais em 2024.....	173
Gráfico 24 – Ocorrência numérica das matrizes de ocorrência mediana no discurso das candidatas.....	175
Gráfico 25 – Ocorrência numérica das matrizes de ocorrência mínima no discurso das candidatas.....	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de prefeitas eleitas no Brasil, por gestão, entre 1973–2000	71
Tabela 2 – Número de candidaturas totais (majoritárias e proporcionais), por gênero, raça e partido político nas eleições brasileiras para prefeituras e Câmaras de Vereadores, 2024	75
Tabela 3 – Número de Candidaturas de mulheres por partido político de centro e de direita, por raça/etnia, em 2024	78
Tabela 4 – Número de Candidaturas de mulheres por partido político de centro e de direita, Eleições de 2024	79
Tabela 5 – Total de vereadores eleitos por gênero / por eleição municipal no Brasil 2004/2024	80
Tabela 6 – Número de capitais brasileiras com candidatas mulheres ao cargo de prefeita, em 2024	104
Tabela 7 – Posição das candidatas a prefeitas, nas capitais brasileiras, quanto ao feminismo, em 2024	107
Tabela 8 – Posição de todas as candidatas a prefeitas às capitais brasileiras, quanto ao feminismo e espectro político, em 2024	109
Tabela 9 – Número total de postagens no Instagram, das candidatas de centro e direita às prefeituras de capitais brasileiras em 2024	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos partidos em relação à sua ideologia	74
Quadro 2 – Candidatas de centro-direita e direita às prefeituras de capitais brasileiras, em 2024	112
Quadro 3 – Associação entre o discurso das candidatas e as Matrizes/Elementos do neoconservadorismo	150
Quadro 4 – Principais termos e expressões dos discursos das candidatas vinculados a Matrizes/Elementos do neoconservadorismo.....	152
Quadro 5 – 50 palavras mais frequentes no discurso das candidatas por espectro político	154
Quadro 6 – Candidatas, seus principais padrinhos políticos e os resultados eleitorais em 2024	167
Quadro 7 – Aplicação de cotas de gênero na legislação brasileira	190

LISTAS DE ABREVIATURAS SIGLAS

CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PR	Partido da República
PSL	Partido Pátria Livre
PSS	Partido Popular Socialista
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde

Rede
SDD

Rede Sustentabilidade
Solidariedade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	22
2 O Neoconservadorismo no Brasil	29
2.1 O inimigo do meu inimigo é meu amigo: começando pelas alianças e confluências entre as direitas.	29
2.2 Matrizes e princípios do neoconservadorismo no Brasil	43
2.2.1 Aliança entre setores diversos (militares, ultraneoliberais e religiosos)	43
2.2.2 Juridificação da moral cristã.....	44
2.2.3 Atuação consonante à legalidade, em Estados institucionalmente signatários da democracia	46
2.2.4 Caráter transnacional e em rede.....	46
2.2.5 Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social	47
3 As mulheres brasileiras no exercício dos direitos políticos.....	53
3.1 Ação e reação: “para toda ação, existe uma reação da mesma intensidade, em sentido oposto”	53
3.2 Quase 100 anos depois da primeira brasileira votar... e nunca fomos tão conservadores (e tão conservadoras)	58
3.3 “Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?”	61
3.4 Da extrema-esquerda a extrema-direita: a classificação da miríade de partidos no Brasil.....	73
3.5 O Brasil e as candidatas municipais nas eleições de 2024	79
4 “Não Basta ser de direita, tem que parecer de direita”: quem são as mulheres conservadoras que pleitearam as prefeituras das capitais brasileiras em 2024	89
4.1 “Do Lula lá” ao “Tchau, querida”	89
4.2 Crônica da misoginia anunciada.....	91
4.3 “Mulheres de bem”: as candidatas à prefeita nas capitais em 2024	102
4.4 Branca, graduada em nível superior, heterossexual: quem são as mulheres de direita que se candidataram a prefeitura das capitais brasileiras em 2024.....	111

4.4.1	REGIÃO NORDESTE	114
4.4.2	REGIÃO NORTE.....	118
4.4.3	REGIÃO CENTRO-OESTE.....	122
4.5	As “estranhas no ninho”: o caso das candidatas do sul e sudeste, pessoalmente de esquerda, mas vinculadas a partidos de centro.....	124
4.5.1	REGIÃO SUDESTE	129
4.5.2	REGIÃO SUL	131
5	A atuação neoconservadora nas campanhas das mulheres de centro-direita, direita e extrema-direita	135
6	Metodologia da pesquisa e a Análise dos dados.....	142
6.1	A escolha do Instagram como canal de comunicação pesquisado.....	154
6.2	A análise dos dados.....	155
6.3	Vazios, insuficiências, falhas e omissões: os resultados perceptíveis pelas lacunas nas campanhas das candidatas analisadas para as prefeituras	181
6.4	Lei de cota de gênero: democrática, mas não muito	190
6.5	“Há uma enorme contradição em ser ponte”(Anzaldúa, 2021, p.80)	196
7	CONCLUSÃO.....	198
8	Referências.....	205
	Apêndices	215
	APÊNDICE A — Partidos Brasileiros em 2026	215
	APÊNDICE B — Prompt (comando de análise da campanha das candidatas, submetido ao CHAT GPT	217
	APÊNDICE C — Legenda dos gráficos da codificação das matrizes via NVivo	218
	APÊNDICE D — Ficha técnica das candidatas.....	219
	APÊNDICE E — Perguntas pertinentes à análise do material das candidatas, para a avaliação do grau de aderência à extrema-direita.....	313
	APÊNDICE F — Codificação geral da ocorrência das matrizes do neoconservadorismo por candidata.....	314
	APÊNDICE G — Codificação gráfica da ocorrência das matrizes do neoconservadorismo na amostra	315

ANEXOS	318
Anexo A — Partidos registrados no TSE em abril de 2026	318
Anexo B — Recorte da posição ideológica dos partidos segundo Zucco e Power	
320	

1 INTRODUÇÃO

Como o neoconservadorismo¹ e a obstrução estrutural de acesso ao capital político-partidário operaram nas campanhas eleitorais das candidatas a prefeitas de capitais do campo do centro e da direita em 2024, e como essa atuação influenciou nos resultados e nas perspectivas das mulheres na política?

O estudo em pauta visou analisar a participação eleitoral/política das mulheres dos espectros de centro, (incluindo a centro-esquerda), e de direita (incluindo a extrema-direita), tendo como objeto de estudo as candidaturas de mulheres às prefeituras das capitais brasileiras vinculadas a partidos dos espectros supracitados, de acordo com a classificação de Zucco e Timothy (2024, p. 181), nas eleições de outubro de 2024.

Particularmente, assumo a responsabilidade sobre o impasse em incluir, entre as siglas influenciadas pelos ditames da nova direita², partidos de centro-esquerda. Contudo, conforme Zucco e Timothy (2024, p. 180), no Brasil, a partir de 2013, “os partidos de esquerda desaceleraram e, às vezes, reverteram sua migração em direção ao centro”. (Tradução nossa). Nesse sentido, partidos de origem e agenda progressista (especialmente o PSB e o PDT), embora canonicamente fundamentados em uma cosmovisão de esquerda, aproximaram-se sensivelmente do espectro político do centro brasileiro. Considerando que os partidos de centro tendem a apresentar maior maleabilidade no sentido ideológico (Zucco; Timothy 2024, p. 179, 180), entendemos que pesquisar sobre a participação das candidatas do centro-esquerda enriqueceu as nossas análises, porque permitiu observar a influência das ideias neoconservadoras em um campo político mais amplo. Esse aspecto é particularmente relevante, sobretudo no contexto brasileiro, marcado por grande mobilidade ideológica dentro dos partidos. Em

¹ O neoconservadorismo é um movimento orquestrado pela extrema-direita brasileira, com o apoio dos neopentecostais e demais grupos conservadores, iniciado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, eclodido no golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016; culminado com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 - seguido de diversos atos deliberadamente fascistas do grupo bolsonarista, incluindo a tentativa de golpe de estado de janeiro de 2023. Discuto melhor o conceito no Capítulo 3.

² Segundo Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 120), “A nova direita na América Latina é uma postura política que conserva elementos da velha direita (como) o *capitalismo enquanto modelo econômico e preceitos morais tradicionais*; entretanto, essa direita ideologicamente renovada reconhece e aceita as vantagens políticas das *políticas sociais* implementadas pela esquerda. Os partidos dessa nova direita incorporaram algumas das agendas da esquerda ou do centro, porém mantendo pontos programáticos fundamentais da direita tradicional”.

muitos casos, a própria denominação da sigla não corresponde integralmente às bandeiras defendidas pela legenda³. Ao final da pesquisa, diante dos resultados obtidos - sobretudo a respeito do reconhecimento da existência de obstrução estrutural ao capital político (em favor dos homens e em detrimento à participação das mulheres) em diversas legendas, independente do espectro político -, entendemos que teria sido pertinente incluir as candidatas de esquerda na pesquisa. Trata-se, contudo, de uma questão que ficará para ser melhor investigada em outra oportunidade.

Em nosso entendimento, incluir as candidatas de centro-esquerda nesta pesquisa - especificamente Tábata Amaral (PSB-SP), Duda Salabert (à época no PDT/MG), e Juliana Brizola (PDT-RS)-, não significa dizer que suas trajetórias pessoais foram substantiadas pelo neoconservadorismo da nova direita no Brasil. Cada uma dessas mulheres tem suas carreiras políticas solidificadas em padrões forjados nos ideais progressistas. Esta não é a questão. Ao incluir estas candidatas (ou melhor dizendo, o partido de tais candidatas) no rol de siglas pesquisadas aqui, reconhecemos que é possível (e dentro dos objetivos de nossa hipótese, pertinente) averiguar se as influências do neoconservadorismo e do patriarcado corporativo masculino avançam (ou não) para o espectro político da centro-esquerda. Institucionalmente, priorizamos os partidos à direita. Mas, ocorreu de, na conjuntura das eleições de 2024, mulheres de expressiva identidade progressista estarem vinculadas a siglas que, por caracterização partidária, fizeram parte do *corpus* da nossa amostra.

Do ponto de vista metodológico, esta tese realizou um estudo de casos múltiplos com abordagem qualiquantitativa. A pesquisa acompanhou 19 candidatas de partidos de centro-esquerda, centro, centro-direita e direita que concorreram ao Executivo Municipal nas capitais brasileiras, nas eleições municipais, em 2024. Uma pequena biografia da trajetória destas mulheres foi inserida (Apêndice D) neste documento.

³ Conforme Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 115): “O [...] ambiente político (brasileiro) embaralha a questão partidária. Por exemplo, o (extinto) PEN (Partido Ecológico Nacional, do qual surgiu o Patriotas e atualmente é parte do PRD – Partido da Renovação Democrática) nunca teve o ambientalismo como bandeira principal. Na realidade, era um partido vinculado a igreja evangélica Assembleia de Deus.” Da mesma forma, o PMB (Partido da Mulher Brasileira) — que, em 2025, oficializou seu nome para “Democrata” — (ver <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Dezembro/partido-da-mulher-brasileira-pmb-passara-a-se-chamar-democrata>) nunca teve, por prioridade, defender os direitos das mulheres.

Foram analisados nesta pesquisa: 1) os conteúdos publicados pelas candidatas em seus perfis no Instagram, durante o período de propaganda eleitoral de 2024 (30 de agosto a 03 de outubro, no primeiro turno, e de 11 a 25 de outubro, no segundo turno); 2) os Planos de Governo propostos por elas; 3) a presença (ou não) de elementos/características relacionados ao neoconservadorismo em suas campanhas, e, 4) no caso das mulheres que já haviam ocupado cargos políticos, informações do perfil da sua trajetória profissional e política.

Além disso, diante das lacunas encontradas no material original, também investigamos, em caráter comparativo, as campanhas das candidatas à prefeita de capitais vinculadas à centro-esquerda, no mesmo pleito eleitoral.

Do ponto de vista teórico, esta tese buscou investigar, analisar e contextualizar os seguintes elementos:

1) as origens do feminismo e do fenômeno que antagoniza a agenda feminista – a misoginia transmutada em antifeminismo - para avaliarmos os avanços e os impeditivos da busca das mulheres por seus direitos;

2) a participação das mulheres no exercício dos direitos políticos desde a conquista do voto feminino no Brasil;

3) as relações entre os valores do neoconservadorismo brasileiro e a sua influência sobre a participação de mulheres em partidos vinculados às ideologias de centro e direita;

4) a existência e a potência daquilo que Matos (2020; 2026) designa por “reserva masculina de poder”, especialmente organizada a partir de dentro do corporativismo hegemônico dos homens, na fruição do capital político dos partidos.

Busquei, ainda, ao contextualizar como o neoconservadorismo opera no discurso dessas candidatas que formam o *corpus empírico* desta pesquisa, considerando a categorização das cinco peculiaridades do neoconservadorismo conforme descritas por Biroli, Vaggione e Machado (2020), a saber:

- a) alianças entre conservadores e ultraneoliberais;
- b) juridificação parametrizada pela moralidade cristã;
- c) atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do estado democrático de direito;
- d) operacionalização em redes de caráter transnacional; e por fim,

- e) minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias quanto ao bem-estar social da população.

Metodologicamente, a pesquisa foi instrumentalizada com a técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), por meio da qual foi possível seccionar, analisar, parametrizar e comparar o material oriundo da pesquisa.

Além desta introdução, a tese está estruturada em cinco capítulos. Primeiramente, disserto sobre a onda neoconservadora e sua relação com o contexto de regressão, nulidade e/ou restrição de direitos (em geral) imposta pela agenda dos espectros políticos de centro e de direita no Brasil. Saliento que, após um período no qual os grupos extremistas conservadores se mantiveram relativamente reclusos (entre o fim da ditadura militar e a eleição de Dilma Rousseff, em 2010), houve um recrudescimento de valores conservadores, que culminou com um golpe perpetrado contra Dilma Rousseff em 2016 e se consolidou na eleição de Jair Messias Bolsonaro (então, filiado ao Partido Social Liberal - PSL), em 2018.

No Capítulo 03, investigo a contemporaneidade da presença das mulheres no exercício de seus direitos políticos, no Brasil, desde a luta pela conquista do voto feminino, nas três primeiras décadas dos anos 1900, até as eleições de 2024. Recapitular este contexto foi importante para analisar como a agenda de direitos das mulheres avançou neste período, bem como para parametrizar a regressão de direitos que vem sendo orquestrada, por sua vez, por grupos reacionários a esses avanços. Compreender tais circunstâncias foi relevante, ainda, para identificar os aspectos históricos que fundamentam a presença de mulheres conservadoras como candidatas às prefeituras de capitais nas eleições 2024.

No quarto capítulo, à guisa de amostra do universo de mulheres de direita no exercício da política institucional brasileira, observo quem foram e como atuaram as mulheres vinculadas a partidos de centro e de direita que buscaram se eleger prefeitas nas capitais dos estados do Brasil em 2024.

No capítulo cinco, pondero sobre como as pautas neoconservadoras afetam - e, eventualmente, determinam - aspectos centrais da trajetória e da perspectiva política das mulheres que compuseram o universo desta pesquisa. Para tanto, lanço mão da metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) -capítulo seis- para refletir sobre

peculiaridades, expectativas e formas de posicionamento do *corpus* analisado, em relação às ideologias defendidas pela chamada nova onda conservadora brasileira.

A Análise de Conteúdo, especificamente a técnica da Análise Proposicional do Discurso – APD - (Bardin, 2016), consiste em analisar as objetividades e subjetividades presentes em aspectos discursivos, buscando-se escrutinar as propriedades que caracterizam cada mensagem, dentro das possibilidades e referências do(a) emissor(a) e do contexto.

Para tanto, analisei (usando o *software* de codificação NVivo⁴) as mais de 5.300 postagens feitas no Instagram pelas referidas candidatas de partidos de centro, centro-esquerda, direita, e extrema-direita, ao cargo de prefeita nas capitais do país, durante o período eleitoral de 2024. Filtrei as postagens com conteúdo repetido ou padronizado para a campanha (como os vídeos com *jingles* especificamente voltados para a circunstância eleitoral) e analisei as demais postagens usando as técnicas da APD, sempre contextualizando o universo de cada candidata.

Ao verificar um padrão lacunar no material referente a esta amostra (qual seja: a recorrente inação, por parte das lideranças partidárias, e o não engajamento destes nas campanhas das respectivas candidatas), reconhecemos a presença de elementos que sugerem a existência de uma salvaguarda referente ao patrimônio institucional político-partidário em favor dos homens. São eles, os homens, que atuam como grupo hegemônico de fruição de direitos sobre esse patrimônio, praticando uma exclusão estrutural e velada da efetiva participação das mulheres, no que se refere ao capital político-partidário. Essa circunstância, identificada por Matos (2020, p.110–140; 2026) e Sacchet (2020, p. 77), foi denominada por Matos (2026) como “reserva masculina de poder”.

Por fim, apresento minha perspectiva de necessidade e possibilidade de diálogo, entre mulheres de diferentes correntes políticas, como forma possível de fortalecimento da agenda de direitos das mulheres.

A hipótese neste trabalho foi a seguinte: se é perceptível que o século XXI vivencia um recrudescimento global da extrema-direita (após um período de relativos avanços da agenda de direitos de grupos subalternizados, especialmente das mulheres e de seus

⁴ Disponível em lumivero.com/product/NVivo/.

direitos políticos), pode-se supor que grupos neoconservadores e neoliberais vinculados à extrema-direita estejam não só cooptando as candidatas vinculadas a partidos de centro e de direita, mas operando no sentido de que essas candidaturas sejam favoráveis a princípios antidemocráticos. O objetivo desta estratégia seria, afinal, proteger os direitos daqueles que usufruem dos privilégios e benefícios do patriarcado na política e, assim, inviabilizar (ou fragilizar) o avanço da agenda de expansão dos direitos (especialmente os políticos) das próprias mulheres. Essa circunstância pode ser elencada como uma das ferramentas de manutenção da “reserva masculina de poder”, um tipo de ecossistema que possibilita que os homens mantenham, sob o seu domínio, o uso quase exclusivo das potencialidades do capital político pertencente às legendas partidárias.

Como procuro evidenciar nesta tese, confirmei que o neoconservadorismo – caracterizado pela agregação de valores liberais aos preceitos morais na postura ideológica da direita e da extrema-direita – é utilizado como ferramenta coercitiva para dificultar o avanço da maior presença das mulheres no meio político, especialmente nas eleições para o Poder Executivo, para as quais a Lei de Cotas de gênero não se aplica⁵.

Contudo, esse uso é menos expressivo do que era suposto. A *juridificação parametrizada pela moralidade cristã, de acordo com nossa análise quantitativa*, é o conceito mais amplamente utilizado, entre as matrizes do neoconservadorismo, estando presente em mais de 30% do material da amostra. No entanto, em que pese a força das matrizes do neoconservadorismo nas campanhas eleitorais das mulheres de centro e de direita, antes mesmo de se apresentarem ao eleitorado como “candidatas cristãs”, as mulheres enfrentam dificuldades para se afirmar como candidatas viáveis dentro dos próprios partidos, pois o protagonismo das mulheres dentro dos partidos (independente do espectro político), ao buscar ocupar vagas para as candidaturas, ainda é rarefeito, a tal ponto de o uso dos princípios neoconservadores não chegar a produzir o impacto que inicialmente se supunha observar, nas campanhas das mulheres de direita. Para que o neoconservadorismo venha a eventualmente atuar como fator de prejuízo em suas campanhas eleitorais, as mulheres precisam, antes, atravessar o impedimento de serem consideradas eleitoralmente viáveis, e isso dentro das siglas e das coligações partidárias.

⁵ LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009. nos cargos majoritários (Presidência, governo dos estados, Senado e prefeituras municipais) a cota para mulheres não se aplica.

Esta situação pôde ser evidenciada, tanto entre as candidatas da direita quanto de esquerda (em que pese não tenha investigado estas candidaturas em profundidade, mas cito exemplos que sinalizam tal hipótese). No primeiro grupo, destaca-se o caso de Aline Gurgel - Republicanos/Macapá/AP - cuja candidatura só foi viabilizada quando os possíveis candidatos homens declinaram, diante dos indicativos de vitória maciça da oposição no segundo turno - confirmada com a vitória no primeiro turno, com 85% dos votos, do então prefeito candidato à reeleição. No campo da esquerda, o caso de Maria do Rosário (PT/ Porto Alegre/RS) revelou as dificuldades de apoio dentro do próprio partido, uma vez que seu adversário era do MDB, legendada integrante da base de sustentação do governo federal.

Mesmo inseridas dentro da estrutura partidária e “obedientes” aos ditames do conservadorismo, as mulheres ainda precisam batalhar pelo acesso ao capital sistêmico da legenda (formação e manutenção de alianças, recursos financeiros e estratégicos). Ressalto que esta situação (direito à fruição do capital político do partido) também apresenta dificuldades para as candidatas da esquerda. Só depois de vencidas estas barreiras é que emergem as questões que relacionadas a identidade política da candidata. E, neste momento, ter a sua imagem associada às matrizes do neoconservadorismo (e tudo o que elas representam de regressão de direitos para as mulheres) não parece se constituir em um dilema moral significativo para as mulheres de direita, pelo que se pôde inferir ao analisar a adesão das candidatas do nosso escopo aos valores neoconservadores.

Ao longo das próximas páginas, procuro identificar os elementos que sustentam essa avaliação, a começar por discutir sobre a conquista da cidadania das mulheres, do ponto de vista histórico e político.

2 O NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL

2.1 O inimigo do meu inimigo é meu amigo: começando pelas alianças e confluências entre as direitas.

Se o protestantismo latino-americano se uniu aos movimentos liberais, o fez visando mais vantagens próprias às suas sociabilidades religiosas do que motivado por uma vocação secularizante de separação entre Igreja e Estado". (Silva, 2018, p. 261).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão⁶ questionou (e rejeitou) a tradição judaico-cristã que validava o direito divino dos reis. Contudo, convenientemente manteve a subjugação das mulheres como seres humanos desprovidos de direitos e, portanto, de cidadania.

Ao longo dos séculos XIX e XX, em que pesem os esforços feministas, parâmetros conservadores baseados na moralidade religiosa de origem cristã permaneceram sendo ferramentas para que a moralidade conservadora fosse recrutada como dispositivo de preservação de privilégios sociais baseadas, entre outros fatores, em gênero.

Esse arcabouço é validado pelo culto aos valores dogmáticos alicerçados numa suposta supremacia moral ancestral, fundamentada na interpretação que é feita, por católicos e neopentecostais, de preceitos hipoteticamente inseridos na Bíblia Sagrada dos cristãos. Neste processo são ainda, entrelaçadas as colonialidades de gênero, de raça/etnia e de poder (Lugones, 2008).⁷

Por outro lado, ao mesmo tempo em que foram preservados os valores morais que favorecem a subalternização das mulheres, também ganharam força, sobretudo a partir de meados do século XX, as peculiaridades do neoliberalismo. Entre elas destacam-se a minimização do estado e a preservação do caráter solidariamente coletivo da sociedade. Num contexto globalizado, essa circunstância favorece dominadores e enfraquece dominados, uma vez que os que possuem mais recursos tendem a permanecer

⁶ <https://www.elysee.fr/en/french-presidency/the-declaration-of-the-rights-of-man-and-of-the-citizen>.

⁷ Carlos (2025, p. 85), ainda destaca, como recurso adicional do neoconservadorismo, a falácia da transformação de políticas pertinentes à "transversalidade de gênero" para a adoção de medidas pertinentes à "transversalidade da família", amplamente difundida durante o mandato de Bolsonaro (2019-2022).

favorecidos por situações em que a manutenção de privilégios é a regra. O neoliberalismo, essencialmente, prega o mérito do esforço individual em detrimento da integração da coletividade.

A junção entre validação de valores morais conservadores e redução da existência dos cidadãos à sua individualidade, de forma sintética, contribuiu para o surgimento do neoconservadorismo, em meados dos anos 1960, nos Estados Unidos. No Brasil, o movimento toma forma na década de 1980, quando a presença do Estado na sociedade passa a ser considerada como um peso ao desenvolvimento econômico por setores da direita. Nesse mesmo contexto, políticas afirmativas de bem-estar social (consolidadas no arcabouço da Constituição Federal de 1988) passam a ser vistas como formas ineficientes de assistencialismo.

Lacerda (2019, p. 59) é enfática na sua argumentação: segundo a autora, não há dúvidas de que existe uma profícua articulação brasileira em prol do movimento conservador, cuja gênese se encontraria no papel desempenhado pela direita cristã estadunidense, iniciada no governo do presidente norte-americano Ronald Reagan (mandato presidencial de 1981 a 1989). Cabe ressaltar que o pentecostalismo, nascido no início dos anos 1900, embora descenda do protestantismo histórico europeu, é um advento da cultura conservadora estadunidense (Freston, 1993, p. 65).

No Brasil, pelo menos desde 2003 (Lacerda, 2019, p. 65) — ano da fundação da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional —, é perceptível o grande incremento da agenda neoconservadora. Um dos indícios dessa situação é a apresentação, pelo então deputado federal Eduardo Cunha (então no MDB), do Projeto de Lei 7443/2006⁸ (arquivado), que tratava o aborto como crime hediondo em qualquer circunstância.

Há que se ressaltar, contudo, que o neopentecostalismo, inserido no movimento conservador contemporâneo no Brasil, é um elemento que pode ser identificado mais como “sintoma” do que como “doença”: o avanço do poder da bancada evangélica é

⁸ Sobre este Projeto de Lei, ver: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=333041>. O então deputado Eduardo Cunha, atualmente (março/2025) está inelegível e é membro do Partido Republicano, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, grupo neopentecostal.

consequência, e não causa do neoconservadorismo. Kaysel (2015, p. 49) registra que, com a redemocratização brasileira em meados dos anos 1980, ser “de direita” passou a ter uma conotação negativa, que rememorava o período da ditadura militar brasileira (1964/1985), cuja memória era, compreensivelmente, ainda mais sensível para a sociedade do que é hoje. Durante a Assembleia Constituinte (1985/1988) e nos anos imediatamente seguintes à promulgação da Constituição Federal Brasileira (a “Constituição Cidadã”, de 1988), Kaysel (2015, p. 49) ressalta, ainda, que nas pesquisas de opinião feitas com deputados, até os vinculados às legendas historicamente de direita se autodenominavam como pertencentes ao campo “do centro”.

Diante dessas circunstâncias – e do fato de o período desde a redemocratização ser relativamente recente (pouco mais de 40 anos, a começar a partir de 1984) -, seria possível inferir que a dicotomia entre a esquerda e a direita se manteve em posição coadjuvante no cenário político pós-reabertura democrática.

A esse respeito (sobre a dicotomia esquerda x direita e a reintrodução dos valores da direita, no meio político, a partir do final da década de 1990), Bobbio (1994, p. 25) faz uma crítica bastante contumaz: o que teria levado à retomada da “força de penetração uma cultura de direita que até então estivera marginalizada? Nunca como neste atual período de transição (1994) a cultura de direita suscitou tanta curiosidade e tanto interesse, mesmo por parte de quem não é de direita.” Em termos sintéticos, tal circunstância pode ser relacionada ao avanço de direitos sociais, promovido com a chegada da esquerda ao poder em vários países.

Contudo, em que pese a escalada neoconservadora cuja existência motiva o presente trabalho, e ainda que se considere que a multiplicidade de elementos contidos dentro dos conjuntos denominados “esquerda” e “direita” possa inflar tais conceitos a ponto de descaracterizá-los (Bobbio, 1994, p.35), considerar que esta binariedade (entre esquerda e direita) foi dissolvida seria uma arbitrariedade.

Para situarmos-nos a respeito do relevante protagonismo da direita no Brasil, é necessário conceituarmos as especificidades do sistema binário que divide o meio político desde a Revolução Francesa⁹ entre esquerda e direita. Bobbio (1994, p.31)

⁹ Durante a Revolução Francesa, em 1789, dois grupos se posicionavam em lados opostos na Assembleia Nacional Constituinte (em francês, “*Assemblée nationale constituante*”): os jacobinos se sentavam à esquerda e defendiam a queda da monarquia e o laicismo no estado. À direita estavam os girondinos,

considera os conceitos de esquerda e direita “reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos” – o que, em sumarássima concepção, poderia ter sua dualidade definida como a divisão entre “progressistas e conservadores”.

Por sua vez, Messenberg (2017, p. 622) explica os dois conceitos à luz da cosmovisão brasileira atual¹⁰. Segundo a autora, a “esquerda” prezaria pela equidade de direitos entre os seres humanos, pelo antifascismo e pela identificação permanente com as classes subalternizadas, rejeitando a soberania de valores individualistas, como a priorização da propriedade privada e a supremacia do mercado econômico sobre demais componentes da sociedade. Comumente, ainda caberia à esquerda pautas como a preservação do meio ambiente, a proteção a grupos em vulnerabilidade e os interesses dos trabalhadores. Já a “direita” prezaria pela primazia da propriedade privada e da livre iniciativa, pelo individualismo, o uso de dogmas religiosos como conceitos insofismáveis, a ênfase em valores morais conservadores - normalmente conjugada à intolerância da diversidade étnica, cultural e sexual -, o militarismo e o crescimento econômico ainda que insustentável, no que tange à preservação ambiental.

Em ambos os grupos é possível localizar, em maior ou menor grau, gêneros, etnias e classes sociais diversas. Contudo, pelo fato de o exercício em tela considerar a questão das mulheres nas forças neoconservadoras inseridas nos espectros da centro-esquerda, do centro, da direita e da extrema-direita brasileira, concentrei a análise na observação sobre como a “nova direita brasileira” (Chaloub; Perlatto, 2016. p. 26) vem impondo e promovendo a pauta regressiva em relação aos direitos das mulheres, com o auxílio das próprias mulheres, pois ainda que tais mulheres se encontrem inseridas em partidos de ideologia conservadora, a supressão de direitos incide sobre as mulheres indistintamente. Mulheres neoconservadoras, em maior ou menor grau, podem ter suas vivências atravessadas e prejudicadas pelo recrudescimento de valores que não encontram legitimação na democracia e na justiça social.

defensores da monarquia e da continuidade da organização social fundamentada na manutenção de hierarquias, conservadorismos e respeito a dogmas como a legitimidade da Igreja Católica como parte do Estado.

¹⁰ Cosmovisão (do alemão “*Weltanschauung*”) é o conjunto de saberes, tradições, conhecimentos, valores, crenças, impressões, sentimentos e concepções de natureza intuitiva, anteriores à reflexão, a respeito da época ou do mundo em que determinada comunidade se localiza no tempo e no espaço.

Dentro da questão das ideologias de direita radicais, o ultraconservadorismo (Matos; Pinheiro, 2013) se apresenta como uma instituição situada politicamente à extrema-direita (comumente associada a manutenção do *status quo* e de lugares sociais determinados dentro da sociedade), incrementada com a desvalorização sistêmica da democracia e da ciência, o baixo grau de confiança nas instituições e a tolerância (senão adesão) à preceitos como o racismo e a misoginia.

Em se tratando das divisões da política entre a esquerda (de cunho progressista) e a direita (de persona conservadora), vinculados ao uso da tradição, a existência do neoconservadorismo, atualmente, favorece a disseminação dos conceitos ideológicos defendidos pela direita, sobretudo quanto a regulação por parte do Estado, da imposição de virtudes morais (centradas na tradição conservadora) que, para os adeptos dessa visão, são impositivas para a manutenção da estrutura social minimamente organizada.

Para tanto, grupos neoconservadores fazem uso de recursos diversos, tais como a exclusão “iliberal e antidemocrática” (Biroli, 2020, p. 175) de direitos já adquiridos (sobretudo os de proteção de grupos subalternos, como aqueles alcançados através da discriminação positiva¹¹), a legitimação de conceitos baseados em princípios religiosos (como campanhas antiaborto em detrimento dos direitos da mulher), econômicos (como a meritocracia) e o combate sistemático e preconceituoso contra os ativismos (de mulheres, de grupos LGBTQIA+, de sem-terra, dentre outros), tachados de maneira perniciosa como grupos “amorais”. Nas palavras de Castro (2019):

Ser conservador no ‘Novo Mundo’, sobretudo num país como o Brasil, que não passou por uma revolução burguesa propriamente dita, nem realizou transições entre regimes políticos que rompessem com o passado colonialista, patrimonialista, autoritário e escravocrata, assume um sentido completamente diferente. Em resumo, a filiação em termos teóricos pode até ser racional e coerente, mas em sentido prático pode ser demasiadamente injusta (Castro, 2019, p. 2).

¹¹ Mecanismos de proteção, compensação ou reparação para grupos historicamente marginalizados. Exemplos: cotas para não-brancos, alunos de rede pública e pessoas com deficiência; medidas de proteção para mulheres e grupos LGBTQI+, proteção à migrantes e pessoas em condição de rua, dentre outras possibilidades.

Neste sentido, o neoconservadorismo se propõe a potencializar valores defendidos pela ultradireita brasileira atual, mesmo que desconsiderando princípios universais consolidados - como aqueles inerentes ao Estado Democrático de Direito.

Em relação a sua inspiração teórica, os neoconservadores têm por gurus, escritores de intelectualidade não lastreada pela ciência, cujo discurso não preza pela fundamentação baseada em pesquisa. O uso da pseudociência¹², somadas a um sistema de desinformação (as chamadas *fakes news*) de farta distribuição via redes sociais, fizeram com que as teorias não-lastreadas de mentores como Olavo de Carvalho (1947-2022) fossem relevantes a ponto de influenciar, por exemplo, a escolha de Ministros do Governo Bolsonaro¹³.

Expoentes do liberalismo no Brasil, como o filósofo José Guilherme Merquior (1941-1991) e o economista Roberto Campos (1917-2001) também inspiram os neoconservadores. Merquior (1998, p. 24), considerava que o capitalismo era capaz de se autorregular, e que, neste processo de autorregulação, seria possível que a sociedade alcançasse o “autodesenvolvimento individual”, que, por sua vez, proporcionaria “a redistribuição fiscal da receita” e possibilitaria que o capitalismo fosse ferramenta de justiça social. Já Campos era crítico ferrenho do Estado, enquanto instância de regulação da sociedade: “O bem que o Estado pode fazer é limitado; o mal, infinito. O que ele nos pode dar é sempre menos do que nos pode tirar” (Campos, 1999, p. 203). Autodeclarado antimarxista, para Campos, a esquerda era “contumaz idólatra do fracasso” (Campos, 1999, p. 230). Campos era publicamente a favor da pena de morte (idem, p.366), da privatização de estatais (ibidem, p. 154) e contra as universidades públicas “ruins e grátis” (ibidem, p. 429).

Contudo, são mentores como Olavo de Carvalho — que não possuía formação acadêmica concreta — que legitimam manifestações de cunho inerentemente preconceituosos contra grupos subalternizados.

¹² Pseudociência: informação supostamente baseada em fatos científicos, mas sem legitimidade confirmada por métodos científicos.

¹³ Ernesto Araújo, que foi ministro das Relações Exteriores, e Ricardo Vélez Rodrigues, ex-ministro da Educação, substituído por Abraham Weintraub, foram, ambos, alunos de Olavo de Carvalho (Agostini, 2019).

No discurso destes mentores, destacam-se ideias como “quotas raciais, feminismo, *gayzismo*, *abortismo* (*sic*), constituem o ideário cultural inteiro da esquerda no mundo.” – uma crítica ao “avanço do comunismo na América Latina” alardeado por Carvalho (2009). O “comunismo”, aliás, é uma das ideias “combatidas” pelos ideólogos do neoconservadorismo. Diga-se de passagem, a “ameaça comunista” – prática de pânico moral coletiva, através da qual a extrema-direita tenta popularizar a ojeriza e o pavor de que uma revolução “de esquerda” acabaria com a propriedade privada, os valores morais, a liberdade de expressão e o patriotismo – é francamente disseminada na fala dos neoconservadores também aqui no Brasil.

Por sua vez, Jair Bolsonaro fez extensivo uso de seu caráter “anticomunista” nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022, incluindo prometer “acabar com o comunismo no Brasil”¹⁴ (Soares, 2020) e chamar seu então oponente, Lula, de “o capeta pela frente, que quer impor o comunismo no nosso Brasil” (Andrade, 2022) — uma fala que toca, pela citação, aos sentimentos de uma ala especialmente relevante nas ações impetradas pela nova direita: os neopentecostais.

Marido de Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro (fervorosa evangélica e apontada como possível candidata às eleições presidenciais de 2026), conforme Vila Real (2025, p. 225), Jair Bolsonaro encontrou nos líderes pentecostais uma aliança muito conveniente e de benefícios sinérgicos para ambos. Os neoconservadores brasileiros, que já haviam achado em Olavo de Carvalho (e demais autores) a sua mentoria, encontraram, nos pentecostais, seu “rebanho” e seu (literalmente) “pastor”: Silas Lima Malafaia. Formado em psicologia, Malafaia é líder da Assembleia de Deus, grupo de igrejas pentecostais¹⁵, vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB) que, segundo o site da entidade¹⁶, agrupa “cerca de 20.000 pastores e obreiros de diversas igrejas evangélicas do Brasil e de Portugal, Argentina, Peru, Canadá e Japão, entre outros países”.

¹⁴ “Se Deus quiser, brevemente estaremos para comemorar a erradicação do comunismo em nosso Brasil”, <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4885472-bolsonaro-no-maranhao-vamos-mandar-embora-o-comunismo-do-brasil.html>.

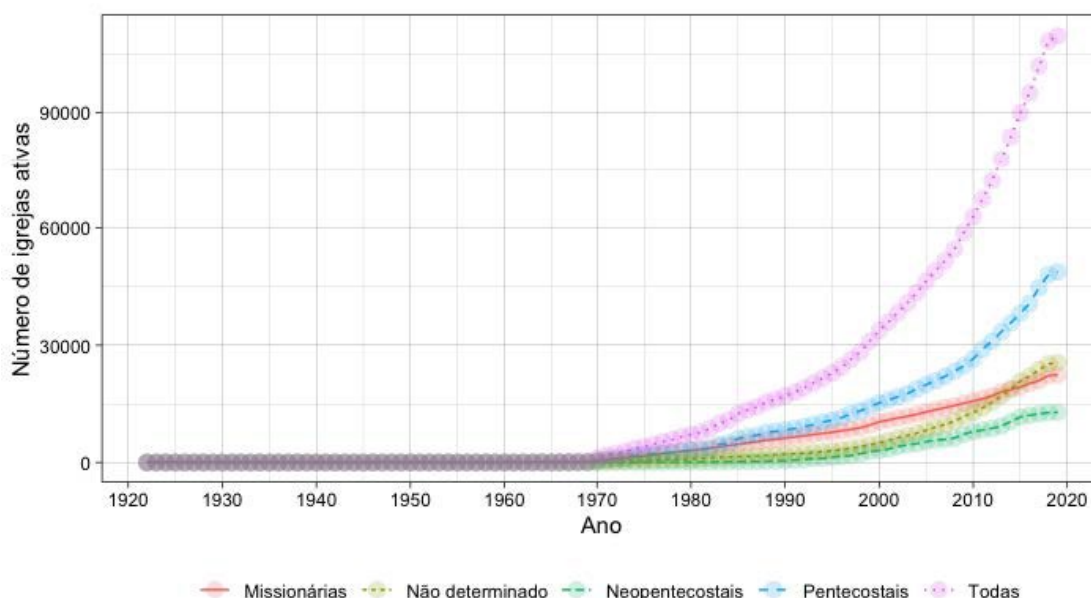
¹⁵ As Assembleias de Deus se dividem em diversas denominações. A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB) e a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério Madureira (CONAMAD) são as três maiores. A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) <https://cgadb.org.br/>.

¹⁶ <https://www.vitoriaemcristo.org/evento/3/cimeb>.

A ascensão das igrejas pentecostais no Brasil é notória nos últimos anos. Em 2024, documento da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) enviado ao Senado declara que a entidade representava “100.000 pastores e 33 milhões de brasileiros”.

Entre 2000 e 2016, estudo de Araújo (2023, p. 15) indica que o número de igrejas evangélicas (missionárias, pentecostais, neopentecostais e de classificação indeterminada) subiu exponencialmente, caracterizando o “maior ciclo de crescimento das Igrejas Evangélicas no Brasil”, sobretudo quanto a igrejas pentecostais e neopentecostais. Com base nos dados da Receita Federal, Araújo (2023, p. 14), atesta que, se até o ano de 2000, o número de igrejas evangélicas não chegava a três mil, em 2019 este número chegou a sete mil templos.

Gráfico 1 – Número de Igrejas Evangélicas ativas por denominação (1922-2019)



Fonte: Araújo, 2023

As igrejas missionárias¹⁷, também chamadas de “igrejas da primeira onda” (Mariano 1995, p. 28), de formação tradicional, normalmente fundadas por europeus em meados do século XX) são aquelas que menos cresceram (Araújo, 2023, p. 9).

¹⁷ Araújo (2023, p. 9) classifica como missionárias as igrejas: adventista, anglicana, batista, congregacional, episcopal, luterana, menonita, metodista, presbiteriana e reformada, a maioria surgida, no Brasil, na

Ainda segundo a mesma fonte, em 2019, o Brasil possuía 22.400 igrejas missionárias e 61.600 igrejas pentecostais ou neopentecostais, ou seja, para cada igreja evangélica “tradicional”, havia 2,75 igrejas que, em tese, seriam lideradas por pastores vinculados a princípios que consideram, além da fé cristã, os fundamentos vinculados aos políticos neoconservadores, como o próprio Malafaia (vide a Figura 1).

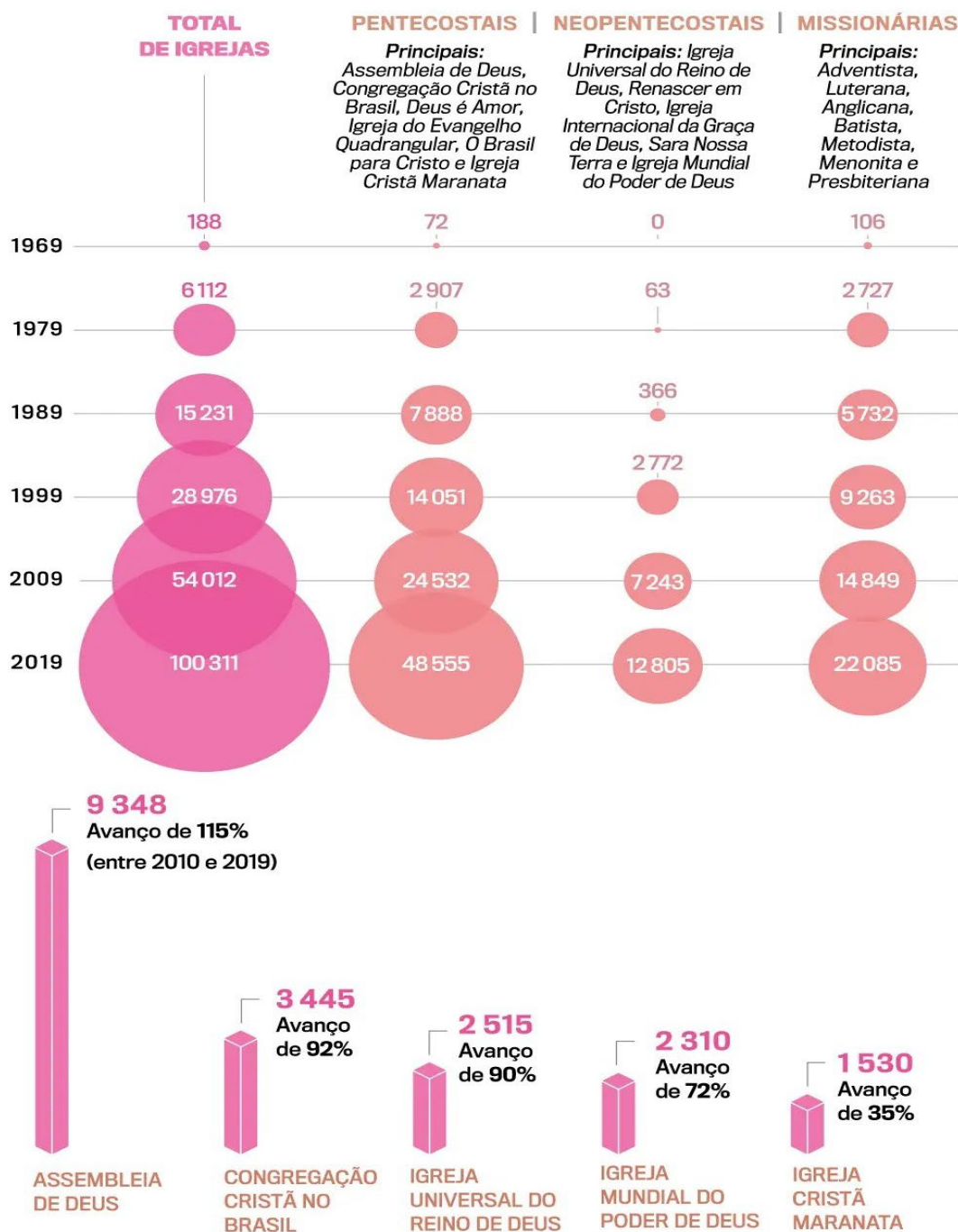
Esta divisão entre a natureza hermenêutica das igrejas evangélicas tradicionais e as demais (aquelas denominações neopentecostais) é especialmente relevante no e para o contexto político brasileiro. Em que pese a relação entre o protestantismo e as classes sociais mais baixas na América Latina, com ampla ênfase nas ações assistencialistas (Silva, 2018, p. 254), no caso das novas agremiações evangélicas, o foco não é mais (apenas) os pobres “desassistidos” pelo Estado. Agora, as igrejas (sobretudo no caso das megaigrejas, com seus templos de arquitetura exuberante) miram, além dos despossuídos, também na classe média em busca de ascensão social e/ou ressentida, tendo a teologia da prosperidade¹⁸ como uma ferramenta.

Para esses novos crentes, não há nenhum questionamento moral em associar religião à participação política, com pastores/empresários/políticos capitaneando “empresas que prestam serviços mágicos/religiosos” (Beltrán, 2013, p. 265) enquanto ocupam espaços nos Poderes Executivo e Legislativo. Segundo dados do IBGE (2022), em 2022, os evangélicos já eram 1/3 dos brasileiros, e devem superar os católicos a partir de 2030. Até por mera questão numérica, ter o voto deste grupo, num país que tem mais templos do que escolas e hospitais juntos (Croquer; Pinhoni, 2024) é um potencial político de dimensões estratosféricas.

primeira metade do século XX. Igrejas evangélicas pentecostais são as igrejas surgidas a partir de 1950, oriundas de fragmentações das igrejas missionárias: Assembleia de Deus, Casa da Bênção, Congregação Cristã do Brasil, Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja do Nazareno, Igreja Pentecostal do Brasil, Maranata, Nova vida e O Brasil para Cristo. Por fim, há uma 3ª classificação, abrangendo as neopentecostais e de denominação indeterminada, focadas na Teologia da Prosperidade: Bola de Neve, Igreja Cristã Apostólica Renascer em Cristo, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, Igreja Universal do Reino de Deus e Sara Nossa Terra.

¹⁸ A teologia da prosperidade preconiza a ascensão financeira do indivíduo em detrimento dos valores morais teoricamente defendidos pelo cristianismo, e considera a riqueza material como um indício da proteção e afeição divina, sobrepondo-se ao caráter transcendente da fé.

Gráfico 2 – Número de Igrejas Pentecostais por categoria no Brasil entre 1969 e 2019

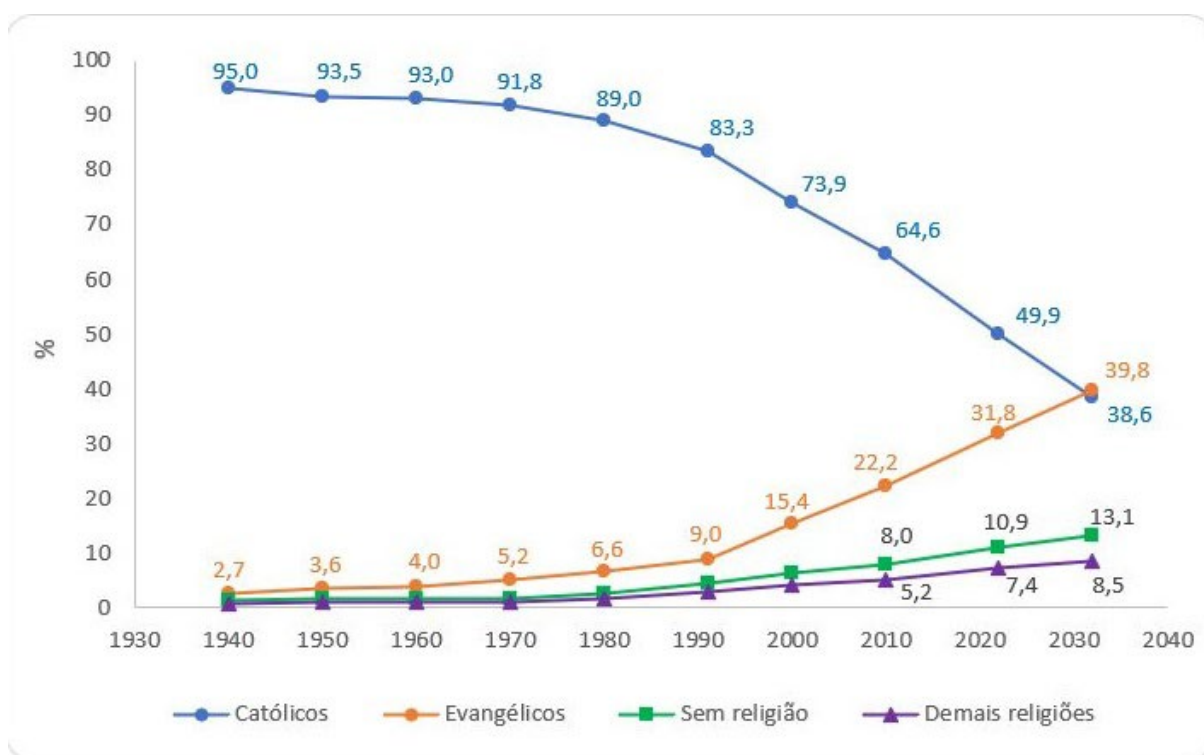


Fonte: "Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019)", do pesquisador Victor Araújo, do Centro de Estudos da Metrópole

Se, entre as lideranças neopentecostais (pastores e bispos), o perfil dominante é do homem branco (Capler, 2022), o fiel típico da igreja neopentecostal é uma mulher. E uma mulher preta (Romano, 2020). Aliás, este parâmetro (lideranças: “homens brancos”, lideradas: “mulheres pardas e pretas”) não é exclusividade apenas das igrejas evangélicas, ocorrendo em outras perspectivas de agrupamentos sociais, como partidos e ordens terceiras¹⁹ e demais grupos católicos.

Citando pesquisa da Datafolha (2020), Romano (2020) nos informa que 58% dos evangélicos são mulheres, e de cada 100 evangélicas, 59 se autodeclaram pardas ou pretas. Este conjunto (um homem branco liderando uma igreja com maioria de mulheres negras) é um padrão recorrente, sobretudo nas igrejas de maior porte, segundo outra pesquisa da Datafolha feita em outubro de 2022 (Balloussier; Luiz, 2022).

Gráfico 3 – Transição religiosa no Brasil entre 1940 e 2032



Fonte: Alves, 2022.

¹⁹ Ordens terceiras são associações de leigos católicos, como, por exemplo, congadeiros (devotos de Nossa Senhora do Rosário) e foliões (devotos dos Reis Magos).

Segundo as previsões feitas pelo IBGE²⁰ em 2024, no ano de 2032 o país terá 218.096.284 habitantes. O TSE²¹ atesta que em 2024, o Brasil tinha 155.912.680 eleitores, dos quais 52% eram mulheres. A julgar pelos números, é perceptível que a aposta que o neoconservadorismo faz em aliar-se às lideranças neopentecostais é eficiente quanto aos propósitos de ampliação da sua própria participação política, sobretudo no âmbito quantitativo e eleitoral. As mulheres, apesar de enfrentarem resistência para atuarem como líderes (pastoras, bispas e presbíteras) na maioria das igrejas evangélicas (Costa, 2024), compõem o grupo de maior relevância numérica dentro desse sistema.

Seja através das igrejas, seja através dos ideólogos, fato é que o neoconservadorismo alcançou as mulheres inseridas na vida política brasileira. Essa inserção, inclusive, atinge as mulheres das classes sociais mais altas— como as candidatas a prefeitas das capitais, cujas candidaturas compõem a amostra desta pesquisa.

Por mais que haja distinção entre a extrema-direita (calcada no neoliberalismo e fazendo uso da pauta moral como aditivo de seus conceitos individualizantes e meritocráticos) e da Direita (lastreada por padrões de moralismo baseados na interpretação pentecostal da Bíblia Cristã, adicionando conceitos neoliberais que paradoxalmente, vão de encontro a princípios tidos como “cristãos”),²² as posturas de ambos os grupos são intercambiáveis.

Se, dentro da ala da direita altamente conservadora, não há mais pudor para ostentar posturas que beiram a ilegalidade (como o racismo e a LGBTfobia), qual seria o empecilho ético em unir, sob o mesmo “guarda-chuva” ideológico, grupos sociais tão distintos? Nesse conjunto encontram-se, de um lado, homens e mulheres (normalmente oriundos de classes sociais média ou média/alta) que defendem pautas socialmente retrógradas (como a precarização do trabalho, a desvalorização da divisão das tarefas

²⁰Ver:

https://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2024/projecoes_2024_tab4_indicadores.xlsx.

²¹ Ver: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/brasil-tem-mais-de-155-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2024>.

²² Exemplificadamente, cito a Teologia da Prosperidade, que foca que a prosperidade econômica é fruto de escambo entre Deus e aquilo que o crente (no sentido de ser aquele que crê) oferece a Ele.

domésticas, a meritocracia) e o movimento das *tradwife*. De outro, estão parcelas da população privadas de acesso a recursos e direitos básicos, mais vulneráveis aos efeitos das desigualdades sociais. Qual conflito moral impediria a aproximação entre grupos tão desiguais, unindo os amplamente desfavorecidos (e mais propensos a mazelas do sistema) àqueles que defendem a manutenção do sistema? Ademais, como descreve Hoeveler (2016, p. 90), “enquanto não voltarmos à idade da pedra, nada satisfará os defensores da família tradicional”.

O programa neoliberal pode mesmo abarcar a agenda moral cristã (e, inclusive, se beneficiar fartamente dela), somando conceitos, prioridades e favorecimentos mútuos e convergentes. Para os fins teórico-analíticos desta tese, o neoconservadorismo pode ser resumidamente descrito, no que concerne à junção entre conservadorismo e liberalismo, da seguinte forma:

Figura 1 – Características do conservadorismo e do liberalismo no neoconservadorismo



Fonte: elaborado pela autora, a partir de Biroli; Vaggione; Machado, 2020.

Visando estabelecer parâmetros que pudessem categorizar os dados referentes ao *corpus* da pesquisa, recorri às premissas elencadas por Biroli, Vaggione e Machado (2020), denominadas pelos autores como “matrizes” do neoconservadorismo (Idem, p. 26). Segundo os autores supracitados, é possível elencar os elementos que constituem o neoconservadorismo, através da seguinte parametrização:

2.2 Matrizes e princípios do neoconservadorismo no Brasil

2.2.1 Aliança entre setores diversos (militares, ultraneoliberais e religiosos)

O neoconservadorismo no Brasil é estruturado a partir de uma aliança pragmática entre setores que, a princípio, teriam interesses distintos, a saber:

- **Militares**, ressentidos com a ascensão da esquerda pós democratização (1984) no Brasil.
- **Ultraneoliberais**, cujo foco é a minimização do estado como regulamentador da sociedade e promotor de bem-estar social, e a priorização de interesses econômicos em detrimento de avanços da agenda de direitos.
- **Neopentecostais e católicos conservadores**, com ênfase na moralidade baseada na doutrina cristã.

Essa aliança possibilita, por exemplo, que os princípios cristãos sejam reinterpretados pelo neopentecostalismo à luz da visão meritocrática e individual do próprio liberalismo. Ao mesmo tempo, agrega preceitos defendidos também pela Igreja Católica, contribuindo para a legitimação de conceitos como os da Teologia da Prosperidade. Nesse contexto, difunde-se a ideia de que tais concepções teriam sido historicamente respaldadas pelo cristianismo, embora essa interpretação não seja exatamente verdade.

A convergência se materializa, ademais, na chamada Bancada BBB (Bala, Boi e Bíblia), com impacto direto em campanhas eleitorais e políticas públicas reativas. Grosso modo, esse grupo legitima questões como a pena de morte e o punitivismo penal como forma de reeducação penal (Bancada da Bala); a descrença no uso indiscriminado de recursos ambientais, capitaneada por grupos cuja riqueza provém de oligarquias

rurais e do agronegócio de sustentabilidade ambiental questionável (Bancada do Boi); e a restrição de direitos das mulheres, aos direitos sexuais e direitos reprodutivos (Bancada da Bíblia). Tais convergências operam como um bloco político que, ainda que existam as disputas internas, é mantido o consenso em prol de uma agenda comum, que ainda se caracteriza por:

- a) defender a militarização na política e na educação;
- b) articular-se a favor do armamento da população, alegando que a liberação de armas é uma questão de segurança pessoal;
- c) apoiar a redução da maioria penal e ser a favor do punitivismo;
- d) apesar de, dogmaticamente, os evangélicos serem contra a pena de morte, não há pudores quanto ao ato de disseminar radicalismos (como, por exemplo, o slogan "bandido bom é bandido morto") e a resposta, à bala, como solução pragmática.

2.2.2 Juridificação da moral cristã

Outra peculiaridade do neoconservadorismo é a prerrogativa de transferir as disputas morais para o campo jurídico, tendo a interpretação do Vaticano e do neopentecostalismo, (ou seja, os padrões tidos como “cristãos”) como parâmetro universal, contrapondo-se à pluralidade de valores trazida pelos direitos civis, os direitos sociais, os direitos sexuais e reprodutivos. A laicidade do Estado é sumariamente ignorada nesse caminho. Para tanto o Poder Judiciário é, por sua vez, usado como:

- **Arena:** espaço de disputa sobre temas que não concernem ao poder judiciário, como, por exemplo, o exercício da sexualidade, e;
- **Estratégia:** ferramenta para impor a moralidade tida como cristã como paradigma universal para a sociedade.

Esse processo de juridificação reativa opera especialmente quanto à legitimidade de direitos de grupos minorizados, sobretudo frente aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI+. Segundo Carlos *et al.* (2025):

[...] no Brasil, a regulação da moralidade cristã nas ações governamentais (do mandato de Bolsonaro como presidente) se materializou no combate à chamada 'ideologia de gênero' e na defesa de políticas familistas, enquanto enfatizava "a meritocracia e o empreendedorismo individual com o discurso de 'igualdade para todos' (Carlos *et al.*, 2025, p. 21).

Há que se ressaltar, inclusive, que neoconservadores, normalmente, tanto condenam a diversidade de gênero, quanto não demonstram pudor em defender questões como a tortura ou o racismo.

A atuação (senão ativismo) neoconservadora não ocorre apenas nos Poderes Legislativo e Executivo do estado brasileiro, mas também no âmbito do Poder Judiciário, no meio acadêmico e em Conselhos profissionais, como o Conselho Federal de Psicologia²³ e o Conselho Federal de Medicina. Também faz parte desta estratégia o engendramento de ações que confundem fé, ciência e direito, muitas vezes por meio da desqualificação dos saberes acadêmicos (por exemplo: classificar a homossexualidade como doença, classificar a união homoafetiva como "biologicamente antinatural"); e da "validação" da pseudociência, legitimada por operadores jurídicos e intelectuais conservadores, como forma de respaldo institucional (por exemplo: campanhas antivacinas sustentadas por médicos).

Neste aspecto, intelectuais de formação acadêmica discutível, como Olavo de Carvalho, são vistos como referências singulares. Dentro dessa matriz, ainda é perceptível a aprovação de condutas como:

- **A intolerância social a grupos subalternizados**, sobretudo quanto à gênero, religião e etnia.
- **O incentivo explícito de ações movidas pelo ódio**: criminalizar movimentos sociais populares (como o MST); e apoiar ditames como "Amar o homossexual, mas odiar o homossexualismo" (Almeida 2017, p. 23), exemplificadamente, são contextos socialmente aceitos. As tentativas de linchamento da filósofa feminista Judith Butler (em 10/11/2017) e do líder do MST, João Pedro Stédile (em 22/09/2015) ambas em aeroportos brasileiros, ilustram estas circunstâncias

²³ Rozangela Alves, que já foi punida pela terapia de 'reversão sexual' (a chamada "cura gay", anunciou candidatura à entidade responsável por regulamentar a profissão no país: ver <https://oglobo.globo.com/brasil/sob-vaia-defensora-da-cura-gay-lanca-chapa-para-conselho-federal-de-psicologia-23718825>.

2.2.3 Atuação consonante à legalidade, em Estados institucionalmente signatários da democracia

Apesar de seu caráter reacionário e de sua agenda de supressão de direitos e silenciamento de grupos minorizados, o neoconservadorismo, via de regra, não tem por princípio romper com as formas democráticas formais. A tentativa de golpe contra a democracia no Brasil, em 08 de janeiro de 2023, em princípio, não se constitui num *modus operandi* usual dos neoconservadores. Normalmente, o neoconservadorismo:

- **Atua plenamente no Estado democrático de direito**, fazendo uso, inclusive, do sistema judiciário para validar suas prerrogativas;
- **Utiliza as liberdades democráticas** (como a liberdade de expressão) para disseminar não só os valores conservadores, mas também para fazer uso de propagação de informações falsas;
- Faz **uso das instituições democráticas para restringir direitos em nome da “defesa da família” e da “liberdade religiosa”**. Exemplos desse tipo de circunstância é a existência de grupos, no poder legislativo, como a Frente Parlamentar Mista Cristã e em Defesa da Religião²⁴, Frente parlamentar de combate ao aborto²⁵, Frente Parlamentar Evangélica²⁶ e a Frente Parlamentar Mista de Proteção aos Colecionadores, Atiradores Desportivos, Caçadores e Clubes de Tiro²⁷ (a favor da facilitação do acesso a armas, por parte da população);
- **O uso de fake news**, alcinhado por liberdade de expressão, é admitido, podendo ser, inclusive, incentivado.

2.2.4 Caráter transnacional e em rede

O neoconservadorismo brasileiro está articulado a um movimento global conservador, com circulação internacional de:

²⁴ Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-parlamentares/57/54402/membros>.

²⁵ Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-parlamentares/57/54333/membros>.

²⁶ Ver: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54477>.

²⁷ Ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/frentes-parlamentares/57/54464/membros>.

- **Ideias e discursos**, como a “ideologia de gênero”, elaborada pela Igreja Católica e adotada pelos neopentecostais;
- **Modelos teológicos**, como a **Teologia da Prosperidade**, inspirada no evangelismo norte-americano;
- **Estratégias políticas**, como a atuação reacionária junto às Nações Unidas e à OEA (Organização dos Estados Americanos), por meio de articulações religiosas (Vaticano, CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho -, além das paróquias locais), possibilitando a atuação coordenada em vários países e capilarizada em nível local, replicando campanhas, narrativas e lideranças em contextos distintos, adaptando as peculiaridades locais a uma agenda comum.
- **Parcerias públicas com lideranças da extrema direita de outros países, tais quais** Donald Trump, Presidente estadunidense; Javier Milei, Presidente argentino; Giorgia Meloni, Premier italiana; Viktor Orbán, Primeiro-ministro húngaro; André Vieira, líder do partido português Chega, de Extrema-Direita; Marine Le Pen, líder do partido de extrema direita Reunião Nacional (RN), na França; e Karol Nawrocki, Presidente da Polônia.

2.2.5 Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social

Ao unificar os interesses individualistas do neoliberalismo a uma suposta manutenção de uma ordem social natural (baseada na família de formação patriarcal e heterossexual, na moral cristã e na atuação dos papéis de gênero tradicionais), o neoliberalismo permite:

- Conjunções sinergicamente favoráveis a liberais e conservadores, como a privatização do ensino público e a valorização do movimento de educação domiciliar, circunstâncias que acabam atuando em complementaridade.
- Outro exemplo é a fusão entre meritocracia e o combate a ações afirmativas, como o sistema de cotas. Nesse sentido, além de apoiar a manutenção do contexto de exclusão de grupos historicamente prejudicados, o senso comum de que a

ascensão social depende exclusivamente de cada pessoa enfraquece o entendimento da potência da coletividade.

- Ao definir que o esforço individual é a validação legítima de bem-estar social, e ao coibir reparações históricas para grupos minorizados, o neoliberalismo opera num sistema de mútuo favorecimento para conservadores e liberais. A crença na meritocracia, no empreendedorismo precarizado, na obsolescência de direitos trabalhistas, também são questões especialmente peculiares a esta matriz.

Essas categorias, conforme definidas por Biroli, Vaggione e Machado (2020), evidenciam como o neoconservadorismo não é um movimento espontâneo, descentrado ou marginal, mas sim um fenômeno político articulado, institucionalizado e transnacional, que opera estrategicamente para a derrubada dos marcos da democracia institucional ao Norte e ao Sul globais, utilizando-se deles, inclusive, para frear ou reverter avanços nos direitos humanos e na proteção irrestrita à diversidade. Sistemáticamente, as matrizes podem ser sintetizadas graficamente, elencando categorias (na linha do meio) e exemplos (na linha inferior) da Figura a seguir.

Figura 2 – Matrizes do neoconservadorismo



Fonte: Birolì; Vaggione; Machado, 2020.

A direita já fez expresso uso dessa coalizão, com resultados positivos, num passado relativamente recente. Na realização das manifestações denominadas coletivamente como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 1964, a Igreja Católica, pregando “o anticomunismo a defesa da fé e dos valores cristãos” (Kaysel, 2015, p. 64), se aliou aos militares e aos grupos conservadores, possibilitando, como resultado, vinte obscuros anos de repressão política no país.

Com a ascensão dos neoconservadores ao poder, a “direita envergonhada”²⁸ (Tarouco, 2011, p. 175) perdeu o pudor de expor as suas peculiaridades, inclusive no que tange à utilização de pseudociência, disseminação de informações falsas e exibição de preconceitos: “O direitismo político e o conservadorismo comportamental, tal como o reacionismo cultural, parecem medrar sem óbices” (Demier, Hoeveler, 2016, p. 10). Aliás, em resposta à alcunha de direita envergonhada pós-democratização do Brasil (1984), os teóricos da chamada “Nova Direita Brasileira” (Berlanza, 2017, p. 16) dão, a este atual fôlego conservador, a denominação de “tímida voz da sensatez” (Berlanza, 2017, p. 15).

Nas três agremiações partidárias consideradas como a tropa de choque do neoconservadorismo brasileiro (as bancadas da Bíblia, da Bala e do Boi), é possível encontrar mulheres que vêm se destacando no cenário político nacional. Parte considerável das mulheres ligadas ao neoconservadorismo herdaram capital político de homens (maridos, pais, irmãos²⁹), o que as difere da trajetória das que alcançaram legitimidade política por se destacarem como líderes sociais, normalmente ligadas à movimentos de esquerda.³⁰

No desenrolar da pesquisa, percebemos que o capital político à disposição dos homens não se apresenta automaticamente disponível para as mulheres, sobretudo quando se trata de transferência de esforço no âmbito eleitoral.

²⁸ “Direita envergonhada” é um termo usado para denominar o grupo político que, depois do fim da ditadura militar no Brasil (1964/1984), teve receio de pertencer à classe vinculada ao período do regime militar. “Enquanto a esquerda se exhibe como esquerda, sobretudo os da esquerda radical, assumindo com ares às vezes provocativos nome e orientação, os homens de direita que se declaram de direita, que ‘se assumem’, são bem raros” (Pierucci, 1999, p.72–73).

²⁹ O ingresso de mulheres na política pode se dar através de certa inclusão substituta do “coronelismo” herdado de pais ou maridos (Costa, 1998, p. 132).

³⁰ Ver: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/alem-da-esquerda-e-direita-o-que-move-as-mulheres-brasileiras-em-relacao-a-politica/>.

No próximo capítulo, falarei sobre a tímida e não-linear presença das mulheres na política brasileira, considerando as circunstâncias citadas anteriormente e a “reserva masculina do poder” (Matos, 2026), protegida pelo corporativismo patriarcal no meio político.

O corporativismo patriarcal no meio político pode ser entendido como uma obstrução estrutural de acesso ao capital político-partidário. Assim como o racismo pode estar presente de maneira velada em situações institucionalizadas, o corporativismo patriarcal pode se fazer presente em condutas, ausências, negligências e omissões praticadas sem que haja violação formal de direitos.

Embora, aparentemente, a presença das mulheres na política seja um avanço gradual, os resultados das eleições majoritárias demonstram que este processo corre grandes riscos no que tange à agenda de preservação de direitos dos grupos subalternizados.

Ressalto que a singularidade da nossa pesquisa foi analisar como as campanhas eleitorais das mulheres de partidos conservadores (ao centro e à direita) têm sido conduzidas, dentro do sistema de eleição para os cargos eletivos de representantes do poder executivo, hegemonicamente ocupado por homens, tendo por recorte, candidatas à prefeita nas capitais brasileiras no ano de 2024.

Peculiarmente, observei neste trabalho, as mulheres cujo posicionamento político é respaldado pelos partidos brasileiros de centro, de centro-esquerda, de direita e de extrema-direita, tomando a liberdade de incluir os partidos de centro como defensores da pauta neoconservadora. Melo (2016, p.76) salienta que, na atual conjuntura, a extrema-direita não é composta só de reiterados defensores de regimes totalitários (como os nazistas e fascistas), mas de partidos tidos como de centro. A propósito, Eduardo Bolsonaro, chamado de “maior articulador das alianças da direita radical brasileira (Sales, 2025), cunhou a frase³¹ “a melhor definição de direita é não ser de esquerda”.

Por raciocínio equivalente, mesmo partidos de centro podem apresentar peculiaridades concernentes aos conceitos do neoconservadorismo da extrema-direita.

³¹ “A melhor definição de direita é não ser de esquerda. Você é contrário à ideologia de gênero, você é contrário aos criminosos, contrário a essa pauta de pseudodireitos humanos e você vai vendo que é de direita. Porque a definição em si não tem...” Ver: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/06/30/elogio-de-trump-abriu-portas-mundiais-ao-bolsonarismo-diz-eduardo-bolsonaro.htm>.

Aliás, é pertinente reconhecer que, no Brasil, há uma comunhão da agenda de centro e de direita, na qual temas como privatização, meritocracia, precarização da vida em prol do mercado financeiro, por exemplo, são comuns a ambas as partes. Ainda que a pauta dos grupos de centro e direita apresentem as suas diferenças, para efeitos práticos na presente pesquisa, os dois campos em questão foram agrupados para o bloco “centro/direita” uma vez que, embora apresentem singularidades, o centro, como espectro político, apresenta uma maleabilidade adaptativa aos ditames da direita.

É perceptível, inclusive, verificar a adesão das mulheres dos partidos de centro e de direita (cujas vidas políticas é o foco principal desta pesquisa) a esse programa comum, segundo Melo (2016, p. 67–76). Essa incorporação, aparentemente, está relacionada ao acesso dessas mulheres ao capital político partidário ou das lideranças partidárias (hegemonicamente masculinas). Contudo, os resultados das eleições 2024 inferem que essa transferência, se ocorre, não resulta em vitórias dos pleitos eleitorais pelas mulheres.

A seguir, falarei a respeito da lenta e obstaculizada inserção das mulheres na vida política brasileira, de maneira geral, e do alinhamento de parte dessas mulheres ao neoconservadorismo, bem como das consequências e constatações advindas desta interação. Antes, porém, foi necessário explanar sobre como as mulheres conquistaram o exercício do poder político brasileiro, e sobre como ocorreu a adesão de parte delas à agenda neoconservadora.

Mais adiante, classificarei o *corpus* desta pesquisa tendo por referência conceitual, justamente, estes elementos trazidos pelas matrizes do neoconservadorismo de acordo com Biroli, Vaggione e Machado (2020).

3 AS MULHERES BRASILEIRAS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS

Neste capítulo, antes de discorrer sobre a atuação política das mulheres no Brasil, disserto sobre o surgimento do feminismo como mecanismo principal de questionamento ante a inexistência e/ou restrição de direitos das mulheres, enquanto cidadãs. Falo ainda do seu antagonista imediato: o antifeminismo, entendido como uma resposta simultânea da sociedade patriarcal, diante do posicionamento argumentativo sobre a expansão e a promoção de direitos entre os homens e mulheres. Em seguida, avanço para o contexto contemporâneo e discuto a respeito do fenômeno organizado a partir das junções de grupos políticos de cunho conservador, especialmente em prol de uma agenda de retrocessos de direitos e da manutenção da condição de subordinação das mulheres aos homens no Brasil contemporâneo: o neoconservadorismo³². Por fim, explano sobre como o neoconservadorismo se aliou ao neopentecostalismo no Brasil, e como essa aliança vem atuando para atrair maciçamente eleitores para as ideias defendidas pela extrema-direita, sobretudo quanto a atuação das mulheres na política eleitoral brasileira.

3.1 Ação e reação: “para toda ação, existe uma reação da mesma intensidade, em sentido oposto”³³

*“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez.”*³⁴

Guardadas as devidas proporções, no versículo acima o termo “verbo” poderia ser trocado por “homem” – entendido aqui como o ser humano heteronormativo masculino – para descrever a opressão patriarcal imposta às sociedades, sobretudo no ocidente-judaico-cristão.

³² Embora o paleoconservadorismo também tenha, por uma das diretrizes, a restrição de direitos democráticos, o neoconservadorismo se mostra mais presente às ações realizadas no âmbito nacional no presente momento da pesquisa (2022/2026).

³³ Terceira Lei de Newton, também conhecida como Princípio da Ação e Reação.

³⁴ (Bíblia, Livro de João, Capítulo 1, versículos 1-5).

A premissa de que “o homem estava com Deus” (e a “vontade do Deus” cristão legitimaria a autoridade masculina) fundamentou a força coercitiva que subjugou, binariamente, um gênero ao outro.

Nesse sentido, à primeira contestação (feita pelas mulheres, a essa subalterna situação), o patriarcado (lido, aqui, como pátrio poder, poder paterno, privilégio dado ao homem por “Deus-pai”) lançou mão do uso da desacreditação da legitimidade das mulheres (enquanto seres portadores de direitos). Tal dinâmica antecede a própria formulação conceitual do feminismo, e, no entanto, já operava por meio de uma lógica que, posteriormente, seria identificada como antifeminismo: uma engrenagem de resposta, de reação, destinada a conter, desacreditar e resistir às demandas por igualdade e ampliação de direitos das mulheres.

Embora não esteja entre os objetivos da presente pesquisa proceder a uma genealogia dos feminismos, parte da literatura (Neri, 2013; Schmidt, 2018) aponta que já na Idade Média emergiram registros textuais que reivindicaram a ampliação dos direitos das mulheres.

Entre eles, destaca-se o manuscrito *A Cidade das Damas* (1405) de Christine de Pizan, cuja abordagem alegórica é estruturada sob a forma de sermão, mediada pelas figuras da Justiça, Retidão e Razão. Ainda que não possa ser estritamente identificada como precursora do feminismo (Leite, 2008), é perceptível, no texto, que se identifique uma problematização embrionária das desigualdades de gênero. Ademais, a própria Pizan faz referência ao manuscrito *Liber Lamentationum Matheoluli*, atribuído a Matheolus de Bolougne (século XIII), texto que expressa uma crítica virulenta à legitimidade das mulheres enquanto sujeitas de direitos. Tal registro revela que, desde suas manifestações mais remotas, a reivindicação por direitos femininos foi/veio acompanhada por discursos reativos de deslegitimação, evidenciando a constituição simultânea de forças antagônicas.

É, portanto, possível inferir que o embate entre a legitimidade dos direitos humanos e a titularidade de direitos das mulheres (e sua respectiva negação) constitui um fenômeno histórico persistente, tão perene quanto silenciado. Logo, em termos analíticos, é presumível que o surgimento do antifeminismo (entendido como mecanismo

de contenção e regressão) teria ocorrido de modo concomitante à emergência do próprio feminismo.

Esse processo antecede, inclusive, os marcos clássicos da modernidade política ocidental, como a Revolução Francesa (1789), indicando que tanto a resistência feminina, quanto a contrarresistência patriarcal são anteriores à formalização dos direitos humanos como plataforma moderno-ocidental, historicamente restritos a uma fração da humanidade.

Nesse sentido, fazer uso de conceitos supostamente acautelados por uma “predestinação” herdada da ancestralidade, do ponto de vista da moralidade cristã ocidental, dá ao patriarcado poderes quase absolutistas³⁵: incontestáveis e sobrepostos aos direitos dos subalternizados.

A tradição judaico-cristã (Safiotti, 2015, p. 120), que estrutura o modo de vida da civilização ocidental, fomenta o aspecto estritamente binário e excludente dos gêneros e o papel de subordinação das mulheres. Esta condição não foi alterada – aliás, não foi nem discutida – quando a questão da cidadania foi estendida para mais pessoas, por ocasião da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – nem no nome do documento as mulheres foram incluídas. Safiotti (2015, p. 105) afirma, ainda, que a “tradição (judaica-cristã) opera como princípio teórico, constitutivo de uma das formas de dominação.” Como fato regulamentador, a tradição não permite contestação, nem reflexão: “configurações históricas são únicas em termos conceituais e são apreensíveis como formações de sentido fechadas sobre si mesmas” (Safiotti, 2015, p. 105). Em suma: mesmo na grandiosidade contida nas intenções de igualdade da Revolução Francesa, essas premissas eram destinadas aos cidadãos, no sentido masculino da palavra. As mulheres ainda não haviam conquistado o *status* de detentoras de cidadania. Além disso, os novos conceitos que questionavam o direito divino dos reis (um parâmetro religioso/cristão) não se aplicavam a manutenção da subordinação das mulheres (outro parâmetro igualmente religioso e cristão). Dois pesos e duas medidas para a mesma circunstância. A tradição ocidental/cristã permaneceu, portanto, como um instrumento de

³⁵ O Absolutismo foi um sistema político existente entre os séculos XVI e XIX caracterizado pela concentração do poder – obtido por direito divino - nas mãos dos monarcas. Grosso modo, o rei mandava cumprindo uma determinação de Deus (no caso, o Deus Católico).

opressão do *status quo* sustentado por formas de respeito e obediência de caráter “dogmático.

Ao contextualizar as reverberações das conquistas relacionadas à cidadania (cidadania esta que, por certo, não é essencialmente democrática), a partir do final do século XVIII, é possível perceber que as exclusões sistemáticas se entrelaçam peculiarmente nas interseccionalidades que atravessam a existência das mulheres - tanto de maneira direta (gênero), quanto indireta (classe e raça). Ao longo dos anos 1800, e sobretudo no século XX (com as ondas do feminismo), as mulheres reivindicaram essa cidadania reservada apenas a (parte dos) homens. Contudo, o patriarcado permaneceu como um importante mecanismo de reprodução de desigualdades, fazendo uso do *status quo* para manter e fortalecer realidades opressivas, sobretudo no que tange às mulheres, amparado por uma legitimação da tradição ocidental e cristã que, ao fim e ao cabo, é favorável, em algum grau, aos homens de todas as etnias e condições sociais.

Souza (2024, p. 116) enfatiza, a respeito da manutenção de papéis que condenam os mais vulneráveis à padronização e à exclusão impostas pela sociedade, que a manutenção das opressões se alimenta “da repetição, da tradição e do eterno ontem que sacraliza o mundo como ele é”. São validados, nestas circunstâncias, os termos do contrato social³⁶/do contratualismo moderno, como condição imprescindível para a preservação de valores que supostamente asseguram a ordem dentro da sociedade (sobretudo nas relações familiares, no mundo civil, no trabalho e na representação política).

Negar e deslegitimar direitos, para enfraquecer agendas de grupos subalternizados, pode ser considerado estratégia comum do pensamento hegemônico (que, no caso do presente diálogo, é validado pelo patriarcado), para a manutenção do *status quo* dos dominantes. A imposição a toda a sociedade de valores morais lastreados supostamente pelo cristianismo - lido e interpretado à luz do neoconservadorismo -, pode ser um forte vetor para a consolidação de ideias ultraconservadoras, inclusive em detrimento a questões elementares, como a defesa da democracia.

³⁶ O termo “Contrato Social” é usado, aqui, conforme a definição de Pateman (1993, p. 16): um sistema no qual os padrões sociais, aliado à subordinação sexual e trabalhista, geram um estado de submissão e vulnerabilidade para as mulheres.

Nesse sentido, nas próximas seções, discutirei sobre como o neoconservadorismo vem articulando, no Brasil e na contemporaneidade, o retrocesso de conquistas e direitos já consolidados, e o retorno do silenciamento imposto às mulheres, ao arrepio da cidadania que legitima o Estado Democrático de Direito. Acrescenta-se, a esse panorama, a atuação expressa do corporativismo do patriarcado: a presença perene da priorização dos direitos dos homens em quaisquer circunstâncias, inclusive e sobretudo no cenário político-partidário.

Nesta pesquisa, o termo “neoconservadorismo” difere de “conservadorismo” pela agregação de valores liberais aos preceitos morais defendidos pelos conservadores, dentro da direita e da extrema-direita.

Já o paleoconservadorismo (que não é objeto da presente pesquisa, mas faz parte do contexto global da extrema-direita) é um movimento de origem estadunidense, surgido na década de 1980, com restrições democráticas ainda mais severas do que as do neoconservadorismo³⁷ A principal diferença entre o paleoconservadorismo e o neoconservadorismo é o papel dos Estados Unidos no mundo, na economia e na imigração. Enquanto os neoconservadores defendem uma postura globalista e intervencionista, os paleoconservadores priorizam o isolacionismo e a preservação da identidade nacional norte-americana como parâmetro universal a ser protegidos enfaticamente.

Enquanto os conservadores defendem a manutenção das circunstâncias sociais, naturalizando privilégios e exclusões dentro da sociedade como um dogma pré-estabelecido, o neoconservadorismo alia estas prerrogativas aos cânones liberais: estado minimamente intervencionista na economia; transferência da responsabilidade por direitos básicos (como saúde e educação) para a esfera privada; valorização do individualismo como conduta padrão (em detrimento do esforço coletivo); e reforço da meritocracia como um valor legitimador da desigualdade social.

³⁷ Os paleoconservadores pregam regressos às conquistas relacionadas à sexualidade, etnia e a laicidade do estado, retrocedendo, inclusive, a conceitos inerentes ao período medieval. A inspiração “poética dos neoconservadores são os *Southern Agrarians*, ensaístas do sul dos estados unidos que escreveram um manifesto (*I'll Take My Stand: The South and the Agrarian Tradition*) em 1930, saudando nostalgicamente a existência agrária, baseada na escravidão e “livre” dos pretensos prejuízos sociais da modernidade e da industrialização.

Com o presente trabalho, investiguei como a ideologia neoconservadora brasileira se fez presente no contexto pragmático das agendas defendidas pelas candidatas (via partidos de centro e direita) às prefeituras das capitais brasileiras em 2024; e como as matrizes neoconservadoras operam no desenvolvimento dessas mulheres enquanto sujeitas do cenário político-eleitoral no Brasil.

Se considerarmos que o Brasil voltou a ser um país sem restrições aos direitos civis em 1985 (com a concretização da transição do regime militar para a democracia), faz pouco mais de 40 anos que o Brasil voltou a ser um país democrático. Ainda assim, este é o maior período de democracia que vivemos. Somos um país, cuja história, como república, começou em 1889³⁸. É cronologicamente recente, dentro da História do Brasil.

Neste interregno, em que pese a importância das inclusões e acessos legitimados pela Constituição Federal de 1988, a agenda de direitos das mulheres sofreu riscos de obstruções contínuas, que vêm sendo agravados com o advento do neoconservadorismo no século XXI, trazendo vulnerabilidade às conquistas de direitos – inclusive de direitos consolidados.

3.2 Quase 100 anos depois da primeira brasileira votar... e nunca fomos tão conservadores (e tão conservadoras)

Nas últimas décadas, o neoconservadorismo encontrou em determinados segmentos neopentecostais um importante espaço de articulação política e eleitoral. Essa aproximação se estruturou especialmente em torno de pautas morais, como a defesa da família tradicional, a oposição às políticas de gênero, aos direitos sexuais e reprodutivos e ao feminismo, permitindo que discursos da extrema-direita alcançassem ampla capilaridade social por meio das igrejas, das redes comunitárias e da autoridade exercida por lideranças religiosas.

Tal aliança contribuiu para transformar valores religiosos em instrumentos de mobilização política, ampliando a adesão de projetos conservadores junto as instituições partidárias de direita e fortalecendo a presença de líderes evangélicos nos espaços institucionais de poder. Um aspecto particularmente relevante desse processo é o fato de que grande

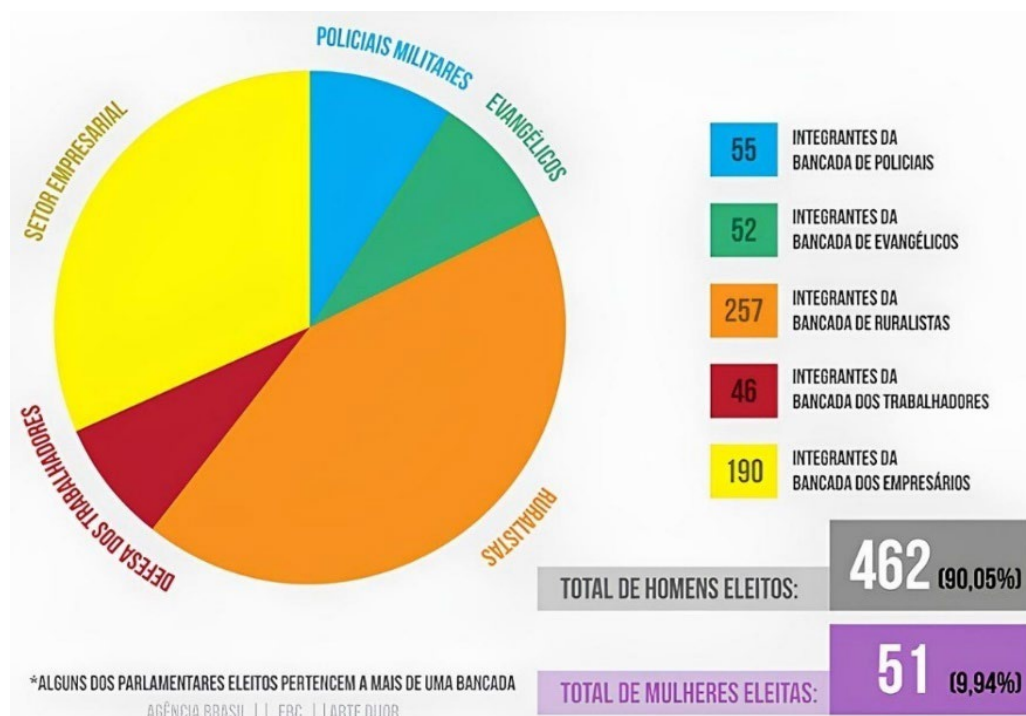
³⁸ A história republicana do Brasil registra três períodos ditatoriais, desde a Proclamação da República: Era Vargas (1930-1934), Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985).

parte da base social dessas igrejas é composta por mulheres, que exercem papel central na organização comunitária e na reprodução das redes religiosas, embora permaneçam frequentemente sub-representadas nos espaços de maior autoridade política e religiosa.

Nesse sentido, a articulação entre neoconservadorismo e neopentecostalismo revela uma contradição fundamental: mulheres constituem parcela expressiva da base eleitoral de projetos que, em determinadas dimensões, defendem a manutenção de papéis tradicionais de gênero e podem contribuir para restringir avanços relacionados à autonomia feminina e à igualdade política. Essa dinâmica ajuda a compreender como a reprodução da “reserva masculina de poder” pode ocorrer não apenas por mecanismos formais de exclusão, mas também pela construção de consensos morais e religiosos que legitimam e naturalizam hierarquias de gênero.

Anteriormente, abordei como o neoconservadorismo se aliou ao neopentecostalismo, e como essa aliança vem atuando para atrair maciçamente eleitores para as ideias defendidas pela extrema-direita. Salientei que uma das consequências dessa combinação tem sido o crescimento político dos líderes evangélicos, que têm em seu rebanho uma maioria composta por mulheres. Convém lembrar que, em 2014, foi eleito o Congresso mais conservador do Brasil desde 1964 (Demier, 2016, p. 11) até aquele ano. Telles (2017, p. 69) atesta que o percentual de conservadorismo do Congresso foi de 49% para 54% na legislatura compreendida entre os anos de 2015 e 2018.

Gráfico 4 – Composição do parlamento da Câmara dos Deputados eleita em 2014



Fonte: Martins, Helena, Agência Brasil, 2014.

Repito: até aquele ano, pois em 2018, tais números foram superados. Aliás, em 2016, em coletânea de entrevistas organizadas por Geraldes *et al.*, Matos (2016, p. 231) já previa, baseada nas eleições daquele período, o quanto a ilegítima deposição de Dilma Rousseff traria de retrocesso em relação à inserção de mulheres progressistas na política brasileira:

O golpe (do *impeachment* de Rousseff) vai reforçar justamente o tipo de perfil de mulheres que a gente não gostaria que fossem aquelas mulheres mais eleitas no Brasil. Há principalmente dois perfis de mulheres que entram na política: um é o daquelas que entram em virtude do capital político de suas famílias, são as esposas, são as filhas de homens políticos, portanto, herdaram um capital político anterior de alguma figura masculina emblemática na/da política, e o outro perfil são aquelas mulheres aguerridas, que vem dos movimentos sociais, dos espaços de lideranças locais, sindicais etc. E infelizmente, se você olhar o perfil das candidatas que se elegeram nessas últimas eleições, há muito mais semelhança com esse primeiro perfil, das mulheres com um capital delegado de seus 'parentes' ou 'padrinhos' homens (Matos, 2016, p. 231).

Em 2018³⁹, a vitória de Bolsonaro para Presidente arrastou consigo uma “bancada bolsonarista” com reverberações não só na Câmara dos Deputados, mas também nas Assembleias Legislativas (Coletta; Benites, 2018). No Brasil, há legendas - de direita e de extrema-direita - cujos sectários se apresentam abertamente contrários às pautas de direitos das mulheres. E nesses partidos, até por obrigatoriedade legal, há mulheres candidatas. No entanto, em que pese a contínua contenda para conquistar e agora para manter os direitos das mulheres, existem lideranças políticas femininas intrinsecamente ligadas aos partidos e aos mentores do neoconservadorismo no Brasil.

Contudo, essas mulheres não surgiram do éter no mundo político. Aliás, para contextualizar as circunstâncias que culminaram na presença de mulheres nas disputas pela extrema-direita no Brasil, é preciso falar da trajetória das políticas brasileiras, - tema das próximas páginas -, independente de filiações partidárias, até que fossem vistas como dignas de exercer seus direitos políticos.

3.3 “Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?”⁴⁰

*“Mietta Santiago
loura poeta bacharel
Conquista, por sentença de Juiz
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador, e até
Presidente da República.
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremerem os trilhos da Central
e acende no Bairro dos Funcionários,
melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita de que Minas endoidece.
já endoideceu: o mundo acaba.”*

A ascensão das mulheres brasileiras ao espaço público e político tem sido lenta e claudicante, embora apresente crescimento numérico progressivo, ao menos no âmbito do Poder Legislativo.

³⁹ Em 2018, o Brasil passou por eleições gerais, com a realização de votações para presidente, senador, deputado federal, governador e deputado estadual.

⁴⁰ Verso do poema “Mulher eleitora”, escrito por Carlos Drummond de Andrade e dedicado a Mietta Santiago, advogada mineira, que em 1928, aos 25 anos, obteve sentença judicial para votar em si mesma para um mandato de deputada federal.

Nisia Floresta (1810-1885) pode ser considerada como uma das primeiras vozes brasileiras a defender a emancipação feminina, ao escrever “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” em 1932 - apesar de que, em Minas Gerais, antes delas, Francisca Senhorinha da Motta Diniz lançou seu “O Sexo Feminino” (primeiro jornal dedicado às mulheres), em 1873 (Ribeiro, Sobral, 2022). Último país das Américas a abolir a escravidão contra os afrodescendentes (em 1888, ironicamente sob a assinatura de uma mulher que era uma princesa portuguesa), reconhecendo a humanidade dos escravizados, no Brasil foram necessários ainda mais 44 anos para que as mulheres fossem reconhecidas em sua cidadania política.

Em 1932, o então presidente da República, Getúlio Vargas, instituiu o direito de voto para as mulheres brasileiras, através do Código Eleitoral.⁴¹

Imagem 1 – Primeiras eleitoras do Brasil na cidade de Natal, em 1928



Fonte: Arquivo Nacional.

⁴¹ Decreto Federal 21.076: “Art. 2º- É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.”

Em 2026, portanto, completam-se 94 anos de oficialização (para as mulheres) da mais básica das prerrogativas do Estado Democrático de Direito: o sufrágio, portanto, votar e ser votada. Contudo, essa vagarosa história já tinha precursoras cinco anos antes, quando a professora natalense Celina Guimarães Viana, então com 37 anos, valendo-se da Lei Estadual 660/2027, promulgada um mês antes no estado do Rio Grande do Norte, encaminhou uma petição ao governo reivindicando a sua inclusão no rol de eleitores.

Imagem 2 – Celina Guimarães Viana, em foto de autor desconhecido, cerca de 1910



Fonte: BBC.

Imagem 3 – Alzira Soriano, em foto de autor e data desconhecidas



Fonte: Câmara dos Deputados.

Da atitude de Celina Viana em diante, as inserções das mulheres no cenário político brasileiro ocorreram em ritmo de conta-gotas. As conquistas foram alcançadas de modo isolado, praticamente com posições conquistadas uma a uma, servindo mais como exceções que confirmam a regra do que como um processo de inclusão propriamente dito. Celina foi a primeira de várias eleitoras, embora, obviamente, outras mulheres, contemporâneas a ela, tenham buscado exercer o mesmo direito.

Da mesma forma, Alzira Soriano foi a primeira prefeita, mas não houve um avanço, uma ação de se “puxar a fila” a partir do seu protagonismo. O Brasil permaneceu sendo um país de presenças únicas e raras de mulheres no meio político formal ao longo do século XX.

Figura 3 – Linha do tempo Síntese da participação feminina na política brasileira



Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados de:
<https://www.poder360.com.br/brasil/conheca-as-pioneiras-da-politica-brasileira/>.

Em 1998, quase 20 anos antes do ilegal *impeachment* de Dilma Rousseff e da eleição de Jair Bolsonaro — culminâncias expressivas da misoginia e do avanço da direita no Brasil nesse primeiro quartel do século XXI —, Ana Alice Alcântara Costa (1998) já escrevia sobre essa rarefeita participação das mulheres nas esferas do poder público no Brasil.

Analisando as ações das mulheres que exerceram mandatos como prefeitas e vereadoras nos municípios da Bahia entre 1982 e 1992, Costa (1998, p. 169) verifica a condição de “cidadania de mãe” que recai sobre o exercício dessas funções: “as mulheres são sempre vistas como reprodutoras”, mesmo quando exercem poder Legislativo ou Executivo. Sua incumbência nos cargos, em que pese a maior preocupação com a qualidade de vida da comunidade, sobretudo quanto à saúde e à educação, não se traduz em efetiva equanimidade de possibilidades e plenitude de direitos para as mulheres, nem é facultada, a essas (poucas) mulheres, a participação plena “no jogo político” das Câmaras de Vereadores.

Mesmo quando ocupam o cargo de prefeitas (portanto, chefes do Poder Executivo nos municípios), na análise feita por Costa (1998, p.175), é perceptível que a ocupação desse cargo pouco ou nada se traduz em efetivo avanço na pauta dos direitos das mulheres e no pleno exercício do poder que lhes é atribuído, via pleito. Costa enfatiza, ainda, que essa situação não se limitaria ao estado da Bahia:

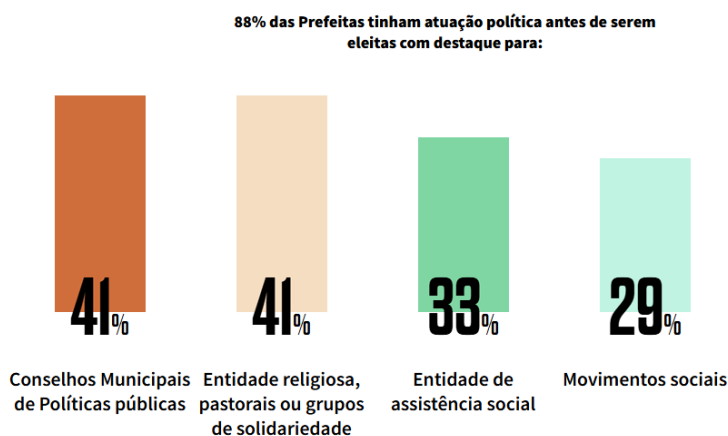
As mulheres são chamadas à vida pública para ocupar espaços políticos determinados, com o objetivo de preservar e garantir os interesses privados do seu grupo político/familiar ou ainda garantir a manutenção da ordem política vigente[...]
Sua participação na esfera pública não rompe com as velhas estruturas patriarcais que as mantêm subjugadas, mas, ao contrário, são reforçadas com esses novos papéis que lhes são incorporados (Costa, 1998, p. 175).

Portanto, mais do que para praticar, em sua plenitude, o exercício democrático de seus direitos políticos, o acesso das mulheres ao meio político, ao que parece, comumente acontece como uma ferramenta para a manutenção da própria conjuntura limitante e repressiva contra as próprias mulheres.

Nos casos estudados por Costa (1998), ressalta-se de maneira sensível a entrada de mulheres (esposas, filhas, irmãs e demais parentes de políticos homens, sem contar as relações de compadrio⁴²) na política, apenas para a defesa de interesses de seus próprios grupos, o que, ao fim e ao cabo, mantém o fisiologismo⁴³ que já era uma marca estrutural da presença hegemonicamente masculina na política (Costa, 1998, p. 183).

Este “protocolo” talvez justifique o fato da atuação política das mulheres junto ao poder estatal/formal se iniciar e, normalmente ser quantitativamente maior, na esfera municipal (Costa 1998, p. 89). Ainda que boa parte das mulheres ascendam, ao poder público, oriundas de movimentos sociais (Instituto Alziras, 2018, p. 63), em 2016, 65% das mulheres eleitas prefeitas tinham pelo menos um familiar eleito, e entre esses familiares, 73% eram o pai ou o marido (Instituto Alziras, 2018, p. 70).

Figura 4 — Origem da atuação política das prefeitas eleitas em 2020 no Brasil

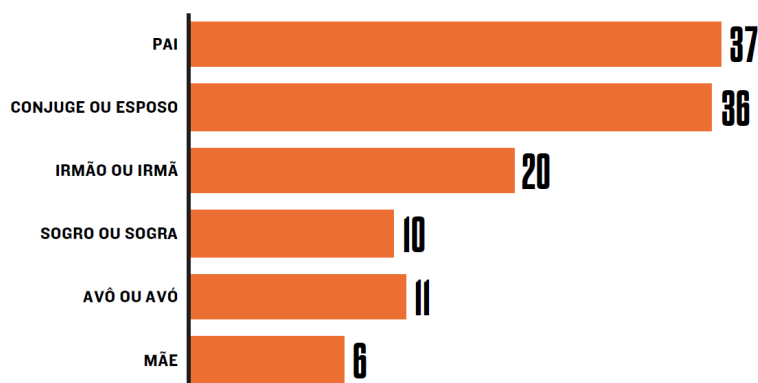


Fonte: Instituto Alziras, 2020.

⁴² Sobre as relações familiares e agregadas, Costa (1998, p. 132) enfatiza a declaração de Maria Gardênia Santos Gonçalves, prefeita de São Luís do Maranhão entre 1986 e 1989 (“Sou somente uma flor de lapela de meu marido”, o ex-governador do Maranhão) à revista *Veja*, em agosto/setembro de 1994.

⁴³ Fisiologismo (Nunes, 2010, p. 11), é o uso da máquina privada em prol de interesses particulares, normalmente como um sistema de compadrio (simbiose chamada, grosso modo, de “toma lá, dá cá” no qual as ações realizadas pelos gestores públicos visam manter benefícios para os próprios grupos aos quais o governante pertence. Normalmente envolve o clientelismo (troca de bens e serviços em prol de benesses oriundas do poder público) e o patrimonialismo (quando o poder público é exercido sem distinção entre os limites do que é público e o que é privado).

Gráfico 5 – Influência de familiares eleitos na eleição de prefeitas em 2020



Fonte: Instituto Alzirias, 2020. Resposta à pergunta “Possui algum familiar que já foi eleito para exercer cargo público”.

Estas peculiaridades (acesso ao poder por meio de parentesco com algum homem com capital eleitoral/partidário, gestão política marcada por certa tolerância e assimilação nepotista) se apresentam de maneira bastante perene na eleição de mulheres para o cargo de prefeitas:

Na prática, os municípios são os espaços onde as mulheres se destacam um pouco mais na sua atividade política formal, constituindo-se em um espaço privilegiado de sua atuação política [...]. O município representa um valioso espaço para o estudo da participação política da mulher e a análise de suas especificidades, pois é a esfera do poder formal onde se distingue, de forma mais tênue, a relação entre o público e o privado (Costa, 1998, p. 89–90).

Contudo, independente da forma como o acesso às mulheres ao poder político é feito, não há obstruções éticas que deslegitimem essa participação, ainda que nas situações acima elencadas. Eleger mulheres, ainda que em progressão numericamente modesta, é essencial para se combater a sub-representação (em alguns casos, a não-representação) de mulheres nos espaços formais de poder.

Os dados analisados nesta pesquisa indicam que a participação política das mulheres, sobretudo no Poder Executivo, cresce em passos lentíssimos. Este avanço ocorre sob a velada (porém consciente) obstrução dos homens, sobretudo dos homens que protagonizam os espaços de poder dentro dos partidos políticos. Ao preservar, usufruir e retroalimentar o impedimento sistemático da presença e protagonismo das

mulheres na política, contribuem para a manutenção do fenômeno que Matos (2026) denomina como “reserva masculina de poder” no âmbito da política.

Embora, em 2024, 727 mulheres tenham sido eleitas para comandar prefeituras brasileiras (64 a mais do que no pleito anterior), esta “ampliação” corresponde a cerca de 13% dos 5.569 municípios brasileiros. Na gestão anterior, o percentual era de 12%. Houve, portanto, um crescimento de apenas um ponto percentual – resultado que, embora positivo, permanece muito pequeno.⁴⁴

É importante mencionar que apenas uma mulher foi eleita prefeita de uma capital no Brasil em 2020 -Cinthia Ribeiro (PSDB) em Palmas -TO. Em 2024, esse número passou para duas. Apesar de ser o dobro do resultado, as constatações desta pesquisa, sugerem que este resultado está muito aquém das possibilidades, viabilidades e necessidades contextuais das mulheres.

Se considerarmos 1932 (o ano em que as mulheres puderam começar a votar no Brasil), ao longo desses mais de 90 anos, a representação das mulheres no poder caminhou como se carregasse os mesmos fardos das próprias mulheres: de maneira lentíssima e, embora progressiva, repleta de percalços.

Foram necessários mais de 60 anos para que uma legislação federal⁴⁵ estabelecesse que “20%, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”. A Lei teve efeito reverso e perverso: o número de deputadas federais eleitas caiu de 6,2% em 1994, para 5,7% nas eleições de 1998, com cotas (Marques, 2019).

Alguns dos partidos mais representativos em 1996 (PSDB, PT, PPB – atual Progressistas, e PFL – atual Democratas), anunciaram que iriam restringir o número de candidatas ao cargo de vereadora aos 20% mínimos estipulados pela lei das cotas, pois o número de candidatas era maior do que o mínimo estipulado. Luiz Antônio de Oliveira, então membro da Executiva Estadual do PPB (Partido Progressista Brasileiro), chegou a declarar que não iria “preterir os homens” em favor de mais mulheres concorrendo (Zorzan, 1996). Soa surpreendente, mas na verdade, é a exposição explícita da

⁴⁴ Ver: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/10/27/727-municipios-serao-governados-por-mulheres-em-2025>.

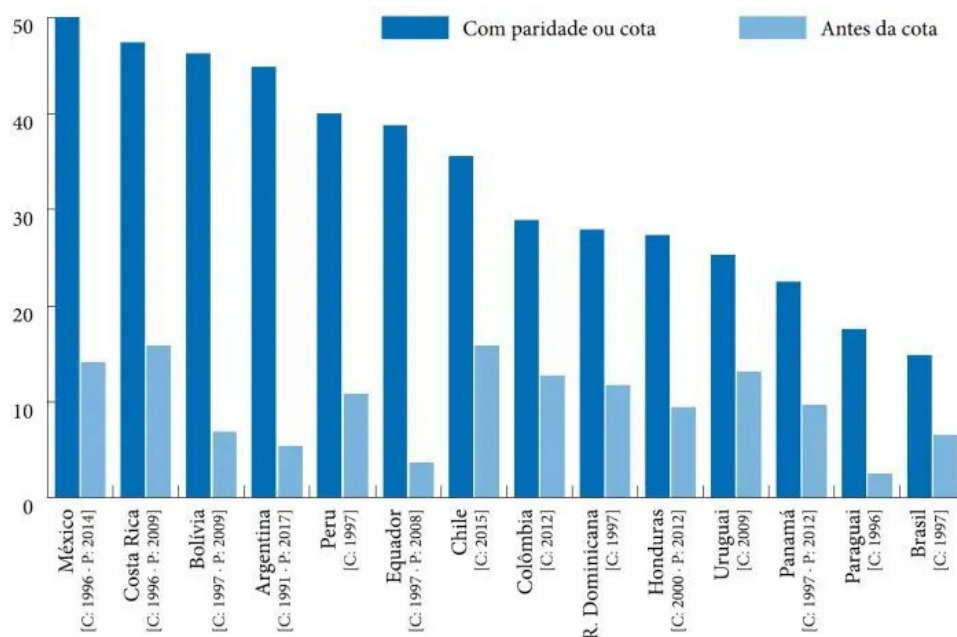
⁴⁵ Ver: Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995.

usurpação do poder político em prol da manutenção da hegemonia dos homens sobre o poder político.

Segundo Krook (2008), a reação ante a inércia de décadas quanto à participação das mulheres como candidatas a cargos políticos ocorreu em 1995, tendo como estopim a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (QCMM), em Pequim, naquele ano. Ainda de acordo com Krook (2008, p. 3), até a Conferência na China, 20 países tinham regulamentação de cotas e, ao fim da década de 1990, 80 países-membros da ONU já haviam aprovados leis nesse sentido.

América Latina ocupou o protagonismo nesse processo (Johnson, 2023), com a Argentina aprovando a sua própria Lei de Cotas em 1991, antes mesmo das deliberações e recomendações da QCMM. Ironicamente, o primeiro país latino-americano a aprovar cotas é atualmente (2026) presidida por forças da extrema-direita. Em níveis continentais, os resultados das leis de cotas foram positivos, conforme Johnson (2023) representou no Gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6 – Percentual de mulheres na Câmara baixa ou única do Congresso, nos países da América Latina, antes e depois da aprovação das Leis de cotas de gênero em cada país



* Entre parênteses, o ano de aprovação da Lei de cota em cada um dos países.

Fonte: Johnson, 2023, com dados de <https://data.ipu.org/women-ranking?month=7&year=2022>.

No Brasil, em 1997, a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, reservou “o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”⁴⁶. No entanto, esta “reserva” ainda não fora suficiente, porque o termo “reservar” significa a possibilidade, e não a obrigatoriedade, da ocupação dessa cota. Foi necessário que uma nova legislação fosse aprovada, mais de 10 anos depois (Lei Federal 12034/2009), determinando o preenchimento de no mínimo 30% das candidaturas para “cada sexo” aos pleitos políticos.

No âmbito municipal, considerando a aprovação da primeira Lei de Cotas no Brasil (1997), houve um avanço significativo no número de mulheres eleitas para o Executivo Municipal: de 171 prefeitas em 1993, para 304 em 1997: 77% a mais do que no pleito anterior à Lei de Cotas.

Tabela 1 – Número de prefeitas eleitas no Brasil, por gestão, entre 1973–2000

Período de gestão	Prefeitas Eleitas
1973-1976	58
1977-1982	58
1983-1988	83
1989-1992	107
1993-1996	171
1997-2000	304
2001-2004	318

Fonte: TSE, 2022.

⁴⁶ Enquanto a Lei 9504/1997 determinava que: “Artigo 10: § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação **deverá reservar** o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.” Por sua vez, a Lei 12034/ 2009 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm) delibera que: “Artigo 10 § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação *preencherá* o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (Grifo nosso).

Em que pese as omissões, silenciamentos e conjunturas adversas aos direitos políticos das mulheres, a “reserva masculina de poder”, inerente a todos os partidos políticos, da qual nos fala Matos (2026), permanece como obstáculo estrutural à participação feminina. Dentre essas diversas formas de restrição, destaca-se a violência política que, em seu extremo, mata mulheres — como ocorreu com a então vereadora carioca Marielle Franco, em 14/03/2018. Ainda assim, assegurar mecanismos que permitam que as mulheres exerçam cargos nos poderes executivo e legislativo é fundamental para a manutenção da legitimidade da própria democracia. Isso se torna ainda mais urgente diante da “onda conservadora que impulsiona o discurso machista no Brasil”, desde a ascensão da nova direita brasileira em meados da década de 2010⁴⁷

No Poder Legislativo, a participação das mulheres é primordial para assegurar que a agenda de direitos seja minimamente mantida. Já no Poder Executivo, ter prefeitas, governadoras e presidenta é igualmente relevante - não só para que as políticas públicas estabelecidas legalmente sejam cumpridas (o que, ao fim e ao cabo, deveria independender de gênero) -, mas para que esse modelo de cidadania “viril” (Costa, 1998, p. 231) seja desmontado e a sociedade avance para alcançar uma “democracia plural”, na qual a exclusão de gênero não seja parâmetro aceitável para justificar a impossibilidade prática do exercício da cidadania.

Nesse contexto, em que pese a potência dos feminismos como indutores da legitimidade de direitos (Fernandes, 2016, p. 197), é possível verificar que a agenda neoliberal usa de princípios sexistas para justificar o papel tradicional da mulher como esposa, mãe, trabalhadora e pilar fundamental do bem-viver familiar, num processo perverso em que o chamado “empoderamento”, em vez de ampliar possibilidades, aumenta encargos, restringe direitos e anula possibilidades para as mulheres (Idem, 2016, p.191).

⁴⁷ “Enquanto a direita tradicional primou pela manutenção do *status quo*, pelas políticas que favoreceram os mais ricos (vantagens tributárias, desregulamentação de mercados etc.), (a Nova Direita) reconhece que não é possível governar sem olhar para os socialmente excluídos (e, em especial, para seu respectivo peso eleitoral). Não buscam dar melhores condições materiais de vida para os cidadãos, mas sim estabelecer um pacto de igualdade de oportunidades. A igualdade de oportunidades não deve ser traduzida como igualdade plena. Esse seria um elemento que separa estes partidos tanto da direita tradicional – onde a desigualdade é atávica –, quanto da esquerda tradicional, ligada ao igualitarismo como ideal humano” (Codato; Bolognesi; Roeder 2015, p. 121).

Obviamente que há mulheres na política (em partidos dos mais diversos espectros ideológicos) combatendo a favor dos próprios direitos e atuando em pautas avançadas, na defesa de vidas “vivíveis”, e não sumariamente “matáveis” — fazendo uso da expressão que Butler (2018, p. 149) cunhou para expressar o direito à dignidade humana, inerente a todas as pessoas.

Seria leviandade considerar, dogmaticamente, que a participação de mulheres em partidos conservadores seja estritamente individualista e fisiológica. Da mesma forma, não se pode presumir que ser filiada, candidata ou eleita por um partido de esquerda faça de qualquer mulher uma defensora dos direitos de grupos historicamente subalternizados. Contudo, o atual contexto de inclinação conservadora da política brasileira justifica uma atenção especial à presença das mulheres nos espaços da direita e da extrema-direita. Tal cenário encontra lastro e reverbera no avanço global de regresso de direitos, visto, por exemplo, em países como a Turquia e a Polônia. Assim, torna-se pertinente investigar como mulheres inseridas nesses segmentos políticos se relacionam com pautas que podem impactar diretamente os direitos das mulheres.

3.4 Da extrema-esquerda a extrema-direita: a classificação da miríade de partidos no Brasil

Classificar os espectros políticos/partidários é tarefa não-pacificada dentro da Ciência Política. Dentro de tal contexto, para ilustrar o presente trabalho, serão usados os conceitos empregados por Bobbio (1994, p.36-37), que, inclusive, enfatiza o caráter mútuo, intermediário, complementar e prismático das diversas concepções possíveis entre os extremos da direita e da esquerda.

No que tange à classificação dos partidos vinculados ao neoconservadorismo, adotei parcialmente a categorização proposta por Zucco e Timothy (2024). Em especial, incluímos na amostra aqueles os partidos classificados pelos autores como de centro-esquerda (especialmente o PSB e o PDT, ambos originários de movimentos canônicos da esquerda). Tomei a liberdade de considerar os preceitos que identificam a nova direita Brasileira como uma nova conformação de partidos conservadores, mantendo “o conservantismo em relação aos costumes e às limitações impostas à liberdade pessoal”

(Codato; Bolognesi; Roeder, 2015, p. 115), ao mesmo tempo em que é admissível a possibilidade de coalizão com legendas de esquerda, inclusive fazendo parte de governos de esquerda (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015, p. 116).

Zucco e Timothy (2024), de maneira simplificada, dividiram os partidos brasileiros da seguinte forma:

Quadro 1 – Classificação dos partidos em relação à sua ideologia

Direita	Centro	Esquerda
Agir	Avante	PCB
Democracia Cristã	Cidadania	PCdoB
Novo	MDB	PCO
PL	Mobiliza	PSB
PMB	PDT	PSOL
Podemos	PSDB	PSTU
Progressistas	PSD	PT
PRD	Solidariedade	PV
PRTB		Rede
Republicanos		UP
União Brasil		
Missão ⁴⁸		

Fonte: Zucco; Cesar; Power, Timothy. 2024.

Segundo o TSE ⁴⁹, 155.000 mulheres se candidataram para os cargos de prefeitas e de vereadoras no Brasil, em 2024, conforme a Tabela 2:

⁴⁸ Criado em 2026, o partido não figura na listagem de Zucco, mas se autointitula de direita.

⁴⁹ Ver: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/percentuais-de-candidaturas-de-femininas-e-de-pessoas-negras-por-partido-politico>.

Tabela 2 – Número de candidaturas totais (majoritárias e proporcionais), por gênero, raça e partido político nas eleições brasileiras para prefeituras e Câmaras de Vereadores, 2024

Espectro Político	Partido	Feminino		Feminino Total	Masculino		Masculino Total	Total Geral
		NÃO NEGRA	NEGRA		NÃO NEGRA	NEGRA		
DIREITA	AGIR (ex PRN)	1.024	1.444	2.468	1.890	2.904	4.794	7.262
	AVANTE	2.267	3.195	5.462	4.158	6.677	10.835	16.297
	CIDADANIA	827	943	1.770	1.490	1.640	3.130	4.900
	DEMOCRATAS	1.034	1.323	2.357	1.901	2.726	4.627	6.984
	MDB	7.535	7.137	14.672	14.764	14.509	29.273	43.945
	MOBILIZA	864	1.284	2.148	1.711	2.611	4.322	6.470
	NOVO	1.483	1.071	2.554	2.709	2.234	4.943	7.497
	PL	6.825	4.967	11.792	13.381	10.340	23.721	35.513
	PMB	633	782	1.415	1.123	1.547	2.670	4.085
	PODEMOS	3.924	4.023	7.947	7.266	8.214	15.480	23.427
	PROGRESSISTAS	6.798	6.306	13.104	13.557	12.740	26.297	39.401
	PRD	2.582	3.058	5.640	5.079	6.051	11.130	16.770
	PRTB	670	762	1.432	1.274	1.498	2.772	4.204
	PSD	6.249	6.530	12.779	12.350	13.336	25.686	38.465
	PSDB	3.738	3.583	7.321	7.229	7.108	14.337	21.658
	REPUBLICANOS	5.224	6.055	11.279	10.264	12.067	22.331	33.610
	SOLIDARIEDADE	2.188	2.869	5.057	4.011	5.788	9.799	14.856
	UNIÃO	5.869	6.333	12.202	11.080	12.904	23.984	36.186
CENTRO	PV	793	995	1.788	1.224	1.626	2.850	4.638
	REDE	630	926	1.556	1.050	1.748	2.798	4.354
	PSB	4.007	4.945	8.952	7.434	9.821	17.255	26.207
	PDT	3.614	4.078	7.692	6.898	7.961	14.859	22.551
ESQUERDA	PSOL	567	997	1.564	844	1.472	2.316	3.880
	PSTU	27	35	62	43	54	97	159
	PT	4.544	6.049	10.593	8.054	10.906	18.960	29.553
	PC do B	378	890	1.268	494	1.364	1.858	3.126
	PCB	5	4	9	9	13	22	31
	PCO	33	26	59	55	57	112	171
	UP	23	35	58	26	26	52	110
	Total Geral	74.355	80.645	155.000	141.368	159.942	301.310	456.310

Fonte: TSE, 2024.

Nas eleições municipais das capitais brasileiras em 2024 - objeto de pesquisa deste estudo - 41 mulheres pleitearam o cargo de chefe do Poder Executivos nas prefeituras das capitais⁵⁰.

Quinze mulheres concorreram filiadas a partidos de esquerda, onze estavam filiadas à partidos de centro e oito estavam filiadas à partido de direita⁵¹. Tem-se, então, que dezenove mulheres (41% de candidatas às prefeituras) tiveram suas campanhas vinculadas a pautas conservadoras ou ultraconservadoras defendidas por partidos de centro e direita.

Contudo, quanto aos números absolutos de candidatas ao pleito municipal em 2024, os dados são ainda mais reveladores para a situação delas nos partidos de direita: das exatas 155.000 mulheres (de partidos de todos os espectros) que foram candidatas a prefeita ou a vereadora, nos 5.559⁵² municípios do país, apenas 21.305 se candidataram por partidos de esquerda (PCdoB, PCB, PCO, PSOL, PSTU, PT ou UP).

Na classificação de Zucco, dois partidos (PDT e PSB) são considerados de centro-esquerda (vide Anexo 2). Embora a pesquisa se concentre, sobretudo, nas ações relacionadas à direita, as candidatas dessas legendas também foram incluídas na nossa amostra. Essa escolha decorreu do fato de o chamado "Centro" ou "Centrão" na política brasileira, operar, de modo geral, como um bloco pragmático e heterogêneo. Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 126), ressaltam que “o ambiente político (brasileiro) embaralha a questão partidária. As conjunturas eleitorais mais ou menos polarizadas, [...] e questões muito específicas, que emergem nas campanhas e exigem de candidatos posicionamentos, colocam partidos ora mais próximos de um corner, ora de outro”.

Os partidos alinhados ao “centro” (mesmo o de “centro-esquerda”) podem vir a assumir um perfil conservador (senão de centro-direita). Essa tendência ocorre pela fusão entre interesses fisiológicos e a base de eleitores conservadores. Diversos fatores contribuem para esse alinhamento. Parte das legendas que compõem o bloco de partidos do “centro” (como PP e Republicanos) tem raízes na ARENA, o antigo partido de

⁵⁰ No total, foram 191 candidatos, entre homens e mulheres, ou seja, apenas 21,13% são mulheres, número aquém do que preconiza a legislação.

⁵¹ Verificar o quadro com os espectros políticos dos partidos, inserida nas páginas anteriores.

⁵² O Brasil possui **5.569 municípios legais**, além do Distrito Federal (onde fica Brasília) e de um distrito estadual (Fernando de Noronha em Pernambuco).

sustentação da Ditadura Militar. Sua formação esteve historicamente ligada à defesa de interesses regionais, do agronegócio e de pautas conservadoras. Além disso, essas legendas costumam apresentar menor apego a dogmas, o que facilita alianças com governos de diferentes espectros políticos (seja PT ou PL). Ao mesmo tempo, para manter sua base de apoio nos estados, tendem a priorizar pautas mais à direita, como a defesa da propriedade e dos valores tradicionais.

Por fim, com o crescimento expressivo do conservadorismo e da direita no eleitorado brasileiro na última década, os partidos de centro precisaram adotar, ao menos em parte, essa retórica para garantir a eleição de suas bancadas regionais. Soma-se a isso o fato de serem tradicionalmente alinhados ao setor empresarial e a grupos de *lobby*, circunstância que favorece a defesa de agendas liberais na economia, facilitando alianças com a centro-direita.

Neste último sentido, cabe lembrar que algumas alas de PSB e do PDT apoiaram projetos na Câmara alinhados ao Presidente Bolsonaro, especialmente no ano de 2022. Oito deputados desses partidos defenderam, por exemplo, texto que liberava a mineração em terras indígenas. Alguns deputados do PDT e PSB votaram a favor de projetos como o voto impresso, a autonomia do Banco Central e a emenda à Constituição que permitiu o adiamento do pagamento de precatórios. A crise com essas alas dissidentes remonta, pelo menos, ao ano de 2019, quando ocorreu um racha na aprovação da reforma da Previdência (cabe destacar que, na ocasião, tanto PDT quanto PSB puniram deputados que votaram a favor do texto da reforma da Previdência).

Assim, ainda que a imagem pública e, de modo ainda muito especial, a imagem pessoal das candidatas às Prefeituras das capitais destes dois partidos esteja mais próxima do campo da esquerda, os partidos políticos aos quais estão filiadas são identificados como vinculados ao centro (e poderiam se organizar conforme o que foi descrito acima).

Essa classificação causou uma situação singular para a pesquisa. Embora PDT e PSB tenham sido enquadrados no campo do centro político, as candidatas lançadas por essas legendas ao cargo de Prefeita nas capitais brasileiras em 2024 apresentavam trajetórias fortemente associadas à esquerda. Foram elas: Duda Salabert, candidata a

prefeita de Belo Horizonte pelo PDT, Juliana Brizola, candidata a prefeita de Porto Alegre, também pelo PDT e Tábata Amaral, candidata a prefeita de São Paulo pelo PSB.

Sobre elas – e o desdobramento que a presença destas mulheres trouxe para a pesquisa – falaremos adiante. De qualquer modo, em que pese seus partidos sejam de centro e eventualmente alguns de seus representantes se alinhem a determinadas pautas da Nova Direita brasileira, esse não foi o caso das três candidatas mencionadas.

Tabela 3 – Número de Candidaturas de mulheres por partido político de centro e de direita, por raça/etnia, em 2024

Espectro Político	Partido	Feminino		Feminino Total
		NÃO NEGRA	NEGRA	
DIREITA	AGIR (Ex PRN)	1.024	1.444	2.468
	DEMOCRACIA CRISTÃ	1.034	1.323	2.357
	NOVO	1.483	1.071	2.554
	PL	6.825	4.967	11.792
	PODEMOS	3.924	4.023	7.947
	PROGRESSISTAS	6.798	6.306	13.104
	PRD	2.582	3.058	5.640
	PRTB	670	762	1.432
	PSD	6.249	6.530	12.779
	REPUBLICANOS	5.224	6.055	11.279
	UNIÃO BRASIL (Ex Democratas)	5.869	6.333	12.202
	Total de candidatas em partidos de direita			83.554
CENTRO CENTRO-DIREITA CENTRO-ESQUERDA	AVANTE	2.267	3.195	5.462
	CIDADANIA	827	943	1.770
	MDB	7.535	7.137	14.672
	MOBILIZA	864	1.284	2.148
	PDT	3.614	4.078	7.692
	PMB	633	782	1.415
	PSB	4.007	4.945	8.952
	PSDB	3.738	3.583	7.321
	REDE	630	926	1.556
	SOLIDARIEDADE	2.188	2.869	5.057
	Total de candidatas em partidos de centro			56.045

Fonte: TSE, 2024.

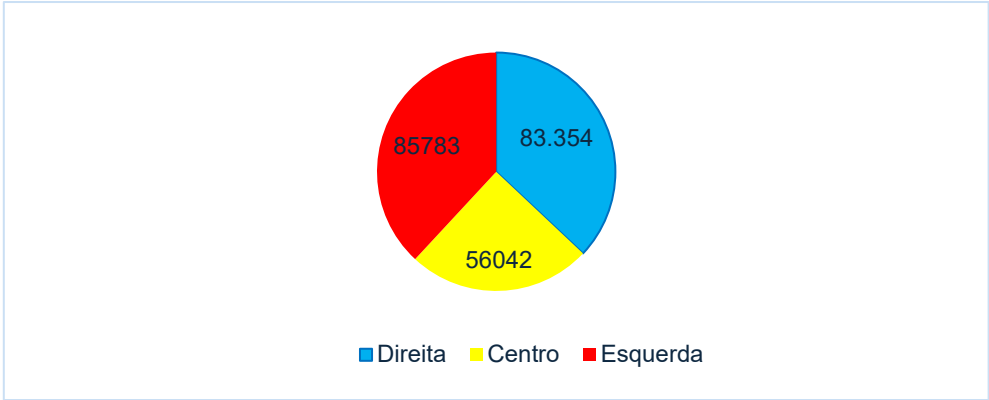
Tabela 4 – Número de Candidaturas de mulheres por partido político de centro e de direita, Eleições de 2024

Total de candidatas em partidos de centro	56.045
Total de candidatas em partidos de direita	83.354
Total de candidatas em partidos de centro e direita	139.599

Fonte: TSE, 2024.

Os dados indicam que 86,25% das postulantes aos cargos do Poder Executivo ou Legislativo municipal em 2024 concorreram por partidos de centro ou de direita. Entre elas, 62% estavam vinculadas a partidos alinhados à direita.

Gráfico 7 – Número de Candidatas de esquerda, centro e direita nas eleições brasileiras em 2024



Fonte: elaborado pela autora, com dados do TSE, 2024

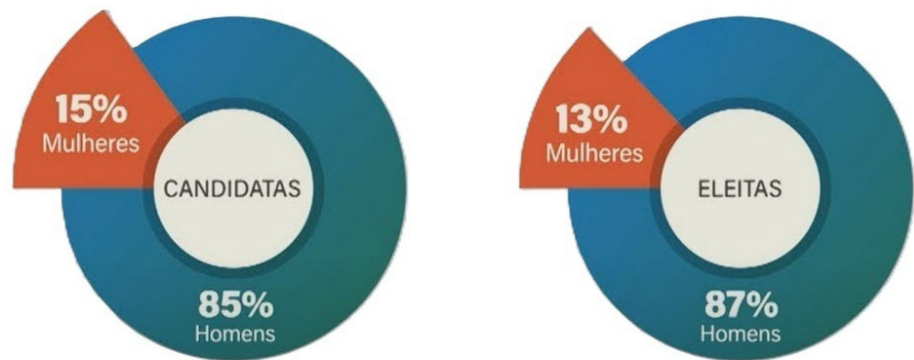
São números relevantes para atestar a capilarização municipal da ideologia política conservadora de direita/extrema direita no país e, principalmente, demonstrar o grau da adesão de mulheres à concepção política neoconservadora, sobretudo quando se ressalta que a pauta de avanços de direitos comumente é conduzida pela esquerda (Bobbio, 1994, p. 81).

3.5 O Brasil e as candidatas municipais nas eleições de 2024

Conforme já anunciado, no ano de 2024, o Brasil teve 58.309 vagas de vereador/a em disputa nas milhares de cidades brasileiras. Segundo o TSE (2024), 81,76% das

candidaturas à vereador(a) foram de homens. O cenário é ainda menos equitativo entre os eleitos: apenas 13% de candidaturas eleitas foi de mulheres, e 87 % são homens.

Figura 5 – Mulheres eleitas nas eleições municipais de 2024 no Brasil



Fonte: Site Senado Federal, 2024.

Embora tenha havido um discreto aumento no número de vereadores eleitas, os índices estão muito distantes de terem alguma paridade.

Tabela 5 – Total de vereadores eleitos por gênero / por eleição municipal no Brasil 2004/2024

Gênero ⁵³	2004	2008	2012	2016	2020	2024
Mulheres	6.548 (12,63 %)	6.489 (12,53 %)	7.652 (13,33 %)	7.810 (13,50 %)	9.371 (16,13 %)	10.634 (18,24 %)
Homens	45.274 (87,35 %)	45.294 (87,47 %)	49.760 (86,66 %)	50.029 (86,49 %)	48.723 (83,87 %)	47.675 (81,76 %)
Não informado	7 (0,01 %)	-	7 (0,01 %)	3 (0,01 %)	-	-

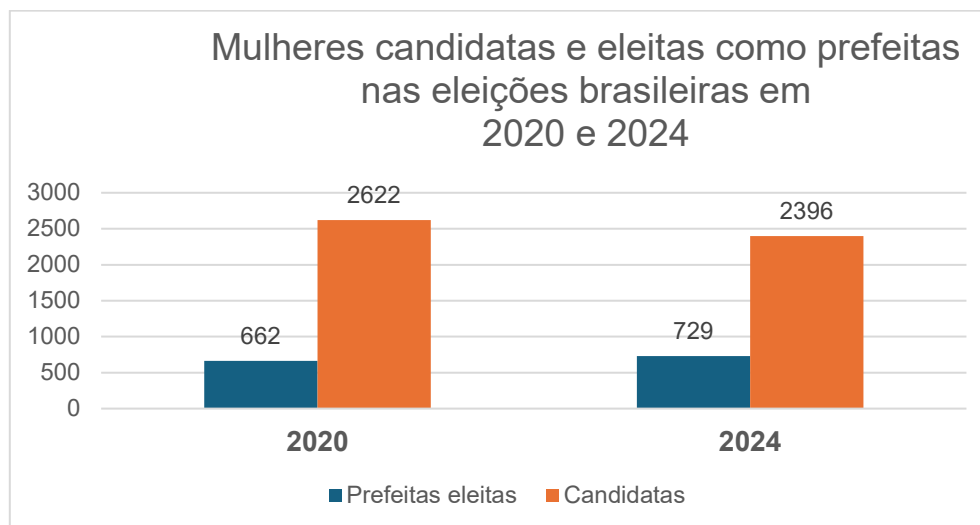
Fonte: elaborada pela autora, com dados do Tribunal Superior Eleitoral, 2024.

No Poder Executivo, a desigualdade também permanece expressiva: 86,83% dos municípios brasileiros são governados por homens. No primeiro turno das eleições municipais, em 06 de outubro de 2024, 724 mulheres se elegeram. No dia 27 do mesmo mês (segundo turno), mais cinco mulheres obtiveram êxito, elevando para 13,17% o percentual de municípios governados por mulheres, segundo dados do TSE. Apesar de

⁵³ Ressalta-se que, no diálogo semântico do presente texto, não trataremos da pluralidade de gêneros inseridos na diversidade da sexualidade humana, limitando-nos, especificamente aqui, aos papéis destinados aos homens e às mulheres na sociedade, estritamente por serem partes signatárias do contrato sexual (Pateman, 1993), dentro do pacto coletivo da sociedade.

um menor número de candidatas às prefeituras em 2024, houve aumento do número de eleitas.

Gráfico 8 – Candidatas e eleitas para o cargo de prefeitas nos municípios brasileiros em 2024



Fonte: elaborado pela autora, com dados do TSE 2020/2024.

Partidos alinhados ao espectro ideológico da direita/extrema direita saíram fortalecidos das eleições municipais de 2024, tanto em relação ao número de candidatos, quanto no de prefeitos eleitos: houve aumento bastante significativo de cidades sob o comando do chamado “Centrão”⁵⁴

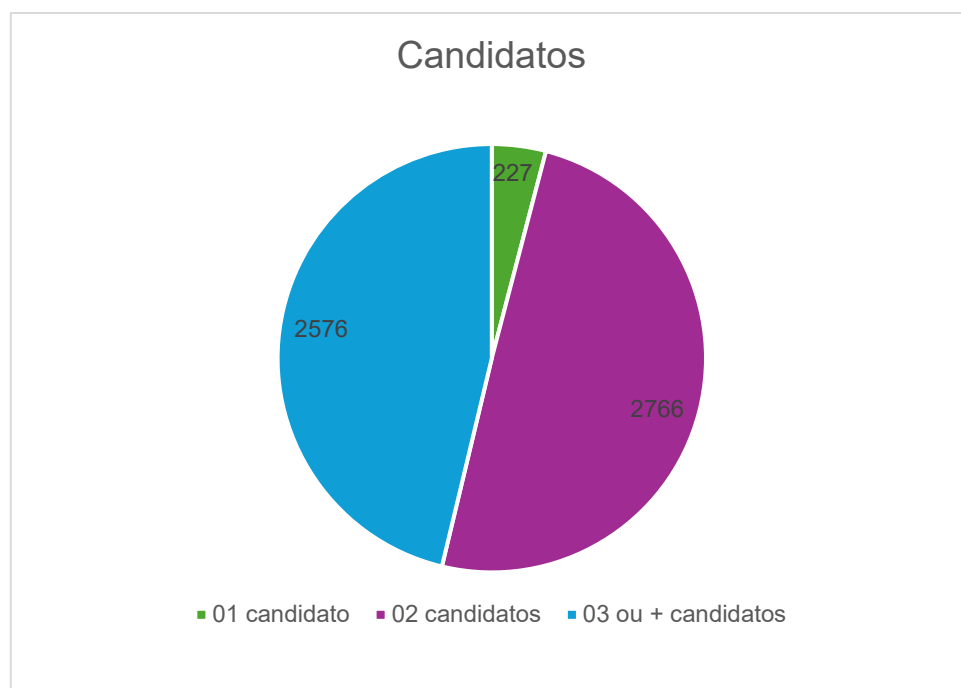
O resultado do primeiro turno das eleições municipais (TSE, 2024) confirmou crescimento expressivo no número de prefeituras comandadas por legendas pelo chamado Centrão e pela direita, a partir de janeiro de 2025. Segundo o TSE, em 2020, cinco partidos de direita e centro-direita (MDB, PROGRESSISTAS, PSD, PSDB e DEM) conquistaram as prefeituras de 57% das cidades brasileiras (3.233 municípios). Em outubro de 2024, 64% das cidades do país (3.613 municípios) elegeram prefeitos conservadores.

⁵⁴ Conforme Testa; Mesquita; Bolognesi (2024), Centrão é o “grupo (político/partidário) aglutinado em torno de demandas clientelistas, relegando a agenda ideológica”. Em nossa pesquisa, o termo se refere ao grupo suprapartidário de parlamentares teoricamente conservador, mas passível de abandonar seus princípios para manter condições e cargos ou para impedir o avanço de pautas que não seja de seus estritos e particulares interesses.

Além do fortalecimento das legendas conservadoras, o pleito de 2024 também revelou um cenário de baixa competitividade em parte significativa dos municípios brasileiros.

Outro dado relevante é que, em 53% das cidades do Brasil, houve apenas um ou dois candidatos ao Poder Executivo em 2024. Em 2.576 cidades (49%) houve apenas dois candidatos. Em 227 municípios (4%), apenas uma chapa concorreu ao cargo de prefeito.

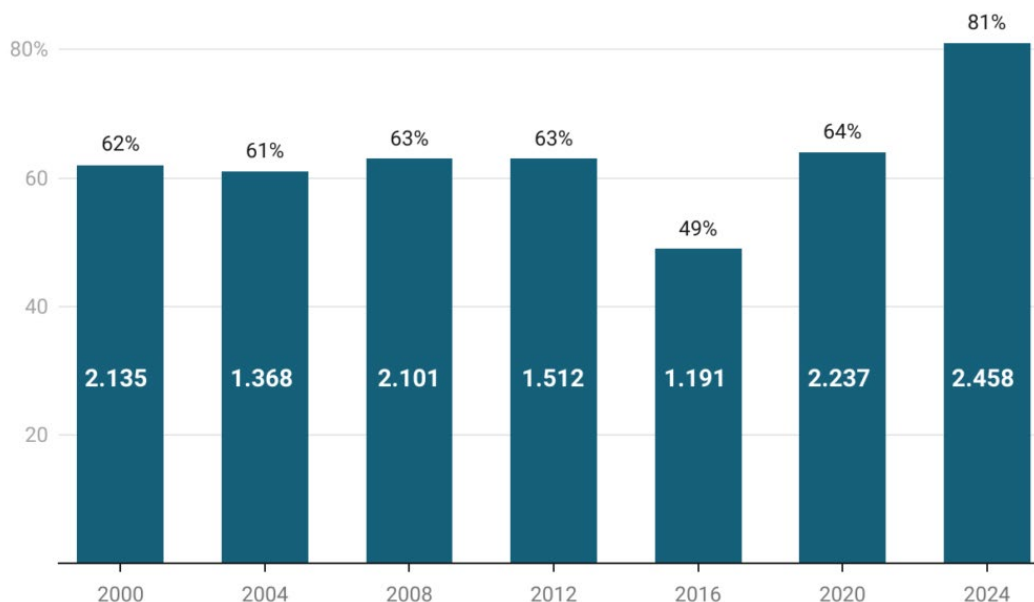
Gráfico 9 – Municípios brasileiros por número de candidatos(as) a prefeito(a) em 2024



Fonte: elaborado pela autora, com dados do TSE 2020/2024

Esse cenário também se mostrou favorável aos grupos de ideologia conservadora e foi reforçado pelo elevado índice de reeleição dos prefeitos (ou seja, chefes do poder executivo que foram eleitos em 2020, sob o efeito da bancada bolsonarista). Dos 2.458 gestores municipais que buscaram um novo mandato, 80,6% conseguiram se reeleger, estabelecendo um recorde em números proporcionais e absolutos.

Gráfico 10 – Quantidade e percentual de candidatos reeleitos nas eleições municipais de 2024

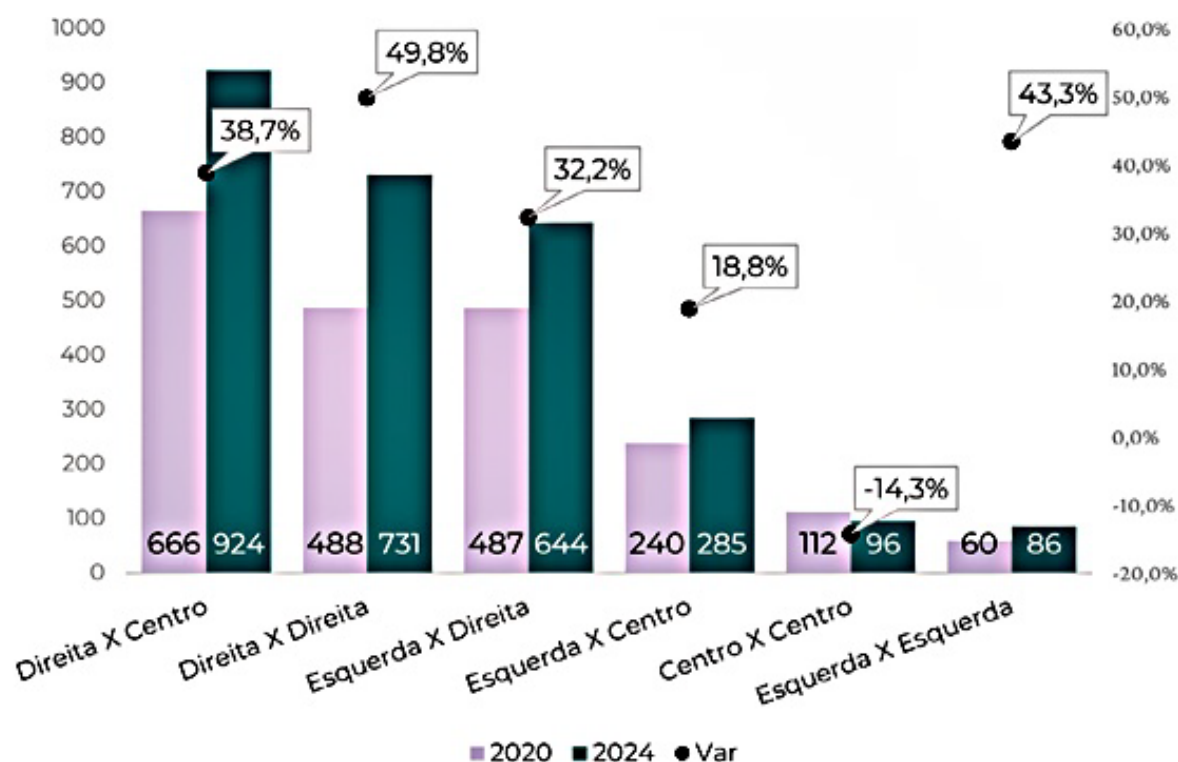


Fonte: Edson Sardinha, Congresso em Foco, 2024.

Em comparação com as eleições de 2020, o estudo do INESC — Instituto de Estudos Socioeconômicos (Análise de Candidaturas: Perfil do Poder, 2024) — indica aumento da atuação de partidos de direita nas disputas para prefeito, sobretudo nas cidades de pequeno porte (até 20 mil habitantes, segundo o Estatuto das Cidades). O crescimento foi particularmente expressivo em localidades com até dois candidatos pleiteando o Poder Executivo em 2024.

A pesquisa ilustra que, nos municípios com candidato único ou apenas dois concorrentes, predominavam candidaturas ligadas à direita. Essa circunstância pode ser considerada um aditivo para o avanço de pautas de retrocessos de direitos, uma vez que, em tese, os eleitores têm maior contato e identidade com os políticos locais nas cidades menores.

Gráfico 11 – Distribuição das disputas de candidaturas duplas nas eleições nos municípios brasileiros (em 2024 e 2020)



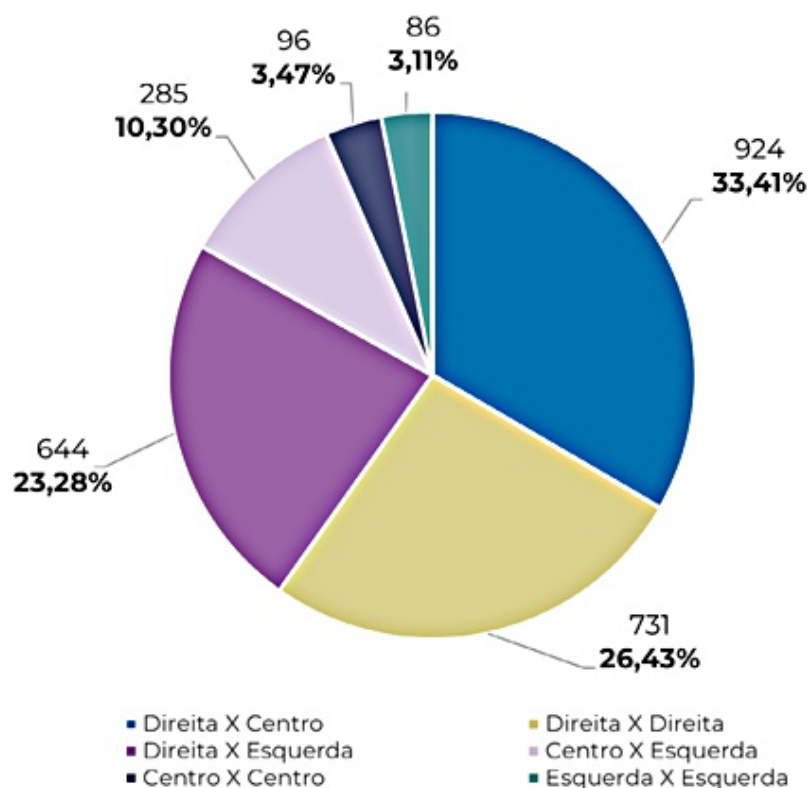
O estudo do INESC registra um aumento de eleições com um ou no máximo, dois candidatos, em 54% das cidades brasileiras em 2024. Em Minas, concentrou-se o maior número de candidaturas únicas: 45 das 853 cidades (5,8%) tiveram apenas um candidato a prefeito. Em 58% das cidades com candidatura única, o candidato era de espectro ideológico conservador.

Outro dado relevante, trazido pelo INESC (2024), diz respeito ao número e à polaridade ideológica dos candidatos à eleição em 2024. Nas eleições municipais, praticamente a metade das cidades (49,66%) tiveram enfrentamentos diretos entre apenas duas candidaturas ao cargo de prefeito. Dentre esses 2.766 municípios com candidaturas duplas, os cenários se dividem da seguinte forma: 69,5% tiveram candidatos de centro ou de direita. Desse total, 731 cidades (26,42%), tiveram disputa entre dois partidos de direita; em 924 (33,40%) houve um candidato de direita e o outro de centro; e em 96 municípios (3,5%), a disputa ocorreu entre dois partidos de centro.

A polarização esquerda/direita ocorreu apenas em 1.297 cidades (23,3%). Pouco mais de 10% dos municípios (285) registraram disputas entre um partido de esquerda e um partido de centro. Em 86 municípios (3,1%), as eleições foram disputadas por dois candidatos de esquerda.

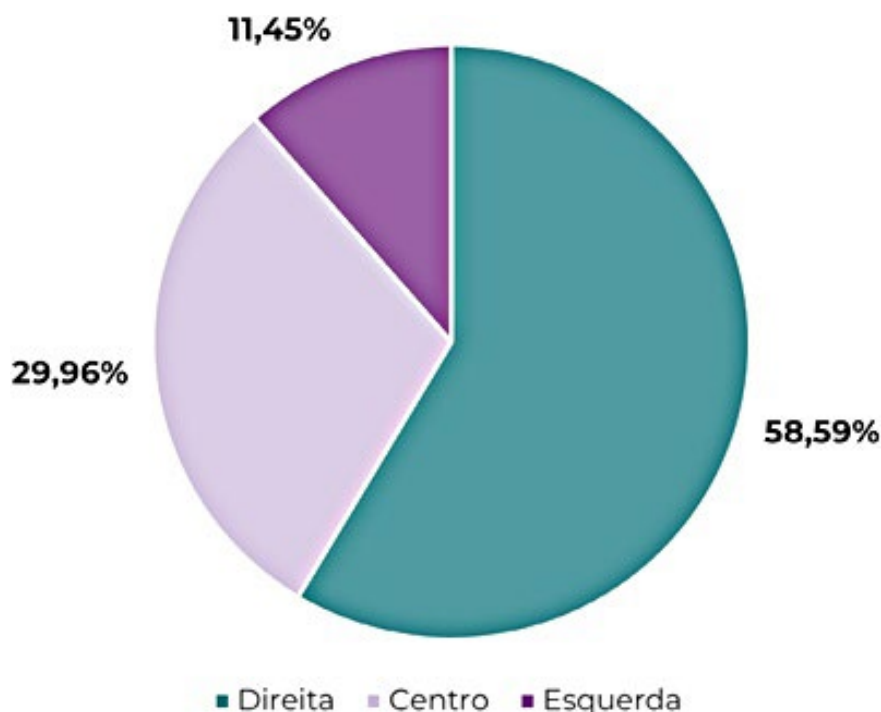
A polarização esquerda/direita ocorreu apenas em 1.297 municípios (23,3% das cidades). Pouco mais de 10% dos municípios (285 cidades) tiveram um partido de esquerda e um partido de centro disputando a prefeitura. Em 86 municípios (3,1%), as eleições foram disputadas por 2 candidatos de esquerda.

Gráfico 12 – Disputas de candidaturas duplas por espectro ideológico (2024)



Fonte: INESC, 2024.

Gráfico 13 – Distribuição das candidaturas únicas por espectro ideológico-partidário (2024)

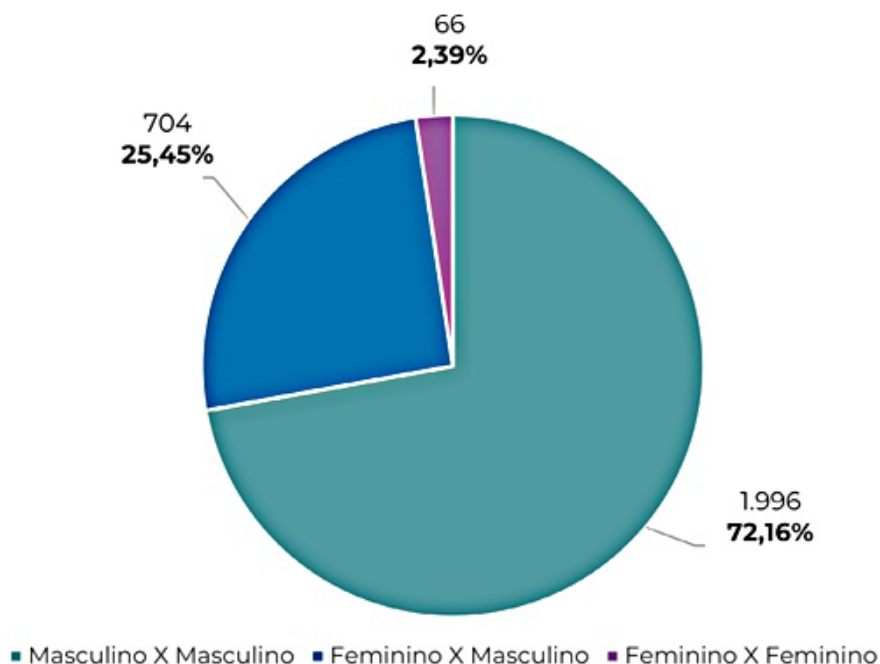


Fonte: INESC, 2024.

Para agravar a situação, ainda segundo o estudo do INESC (2024), 88% (200 cidades) das 227 candidaturas únicas foram de homens. Entre as 27 mulheres (12%) que concorreram sem adversários, 74% (20 candidatas) estavam filiadas a partidos de direita, 18% a partidos de centro (5 candidatas) e apenas 8% (2 candidatas) a partidos de esquerda.

Nas cidades em que apenas dois candidatos disputaram a prefeitura em 2024, ambos eram homens em 72% dos casos. Em 2020, havia ainda mais cidades nessa situação (77% das disputas duplas eram entre homens). Esse aumento da participação feminina, contudo, não se traduziu necessariamente em fortalecimento da agenda de direitos das mulheres.

Gráfico 14 – Disputas das candidaturas duplas por gênero (2024)



Fonte: INESC, 2024.

O cenário de candidaturas únicas e duplas, ainda que legalmente regulares, representa um fator peculiar a respeito da efetivação da democracia, sobretudo quando essa (falta de) opção é majoritariamente representada por homens brancos de centro e direita.

Aliás, em que pese o modesto crescimento de candidaturas de mulheres nas eleições de 2024, de maneira geral, no caso específico das candidaturas singulares, ter mulheres como únicas candidatas não representou um avanço na pauta de direitos desse grupo, ainda mais quando constata-se que essas mulheres estão ligadas a pautas e aos partidos mais conservadores.

Num contexto de fortalecimento da direita/extrema-direita e de sólida presença de valores dessa natureza entre ruralistas e evangélicos – duas categorias de forte presença, sobretudo nas pequenas localidades – o número diminuto de candidaturas favoreceu o avanço de pautas que tendiam ao regresso nos direitos das mulheres e demais grupos subalternizados, ainda que houvesse um conjunto de mais mulheres concorrendo e ocupando cargos públicos.

Nas próximas páginas, discorrerei mais detalhadamente sobre a presença das mulheres nas eleições municipais de 2024, mas desta vez o foco recairá para as capitais brasileiras. Contudo, é importante que se tenha em mente o cenário exposto aqui nestas últimas páginas.

4 “NÃO BASTA SER DE DIREITA, TEM QUE PARECER DE DIREITA”: quem são as mulheres conservadoras que pleitearam as prefeituras das capitais brasileiras em 2024

No capítulo anterior, vimos como o neoconservadorismo se beneficiou das circunstâncias promovidas pelo recrudescimento da direita/extrema direita no país, a partir do início da década de 2010.

Neste capítulo veremos como tem sido a participação de mulheres nos meandros da chamada “Nova Direita brasileira” (Hoeveler, p. 77, 2016). Para compreender esse processo, contudo, é necessário falar sobre a conjuntura que fomentou a retomada de valores reacionários, fundamentados em condutas extremistas da direita, reerguida justamente durante o mandato da primeira mulher eleita como presidente do Brasil.

4.1 “Do Lula lá” ao “Tchau, querida”

“Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus.”
(*Dilma Rousseff*, em discurso de defesa feito no plenário do Senado, em 29/08/2016⁵⁵)

Depois da redemocratização do Brasil, em 1985, e da promulgação da Constituição Cidadã em 1988, o país entrou na década de 1990 com um presidente eleito por voto direto (o economista Fernando Affonso Collor de Mello) – fato que não ocorria há 30 anos –, e terminou o século XX com a economia relativamente estabilizada pelo Plano Real. A situação política estava relativamente pacificada (ainda que o governo de Collor terminasse em 1992 com um *impeachment*) e a democracia parecia resguardada pela transição serena entre os governos de Itamar Franco (vice de Collor) para um mandato duplo (1995-2002) de Fernando Henrique Cardoso (que havia sido Ministro da Fazenda, no governo de Itamar Franco).

⁵⁵ Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>.

Em janeiro de 2003, o ex-sindicalista pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva, toma posse como o 35º Presidente do Brasil, também para um mandato duplo (2003-2010). Apesar de escândalos na base do seu partido, o PT (Partido dos Trabalhadores), Lula consegue transformar sua Ministra-Chefe da Casa Civil em sua sucessora política: Dilma Vana Rousseff é eleita no 2º turno, em outubro de 2010, derrotando José Serra (PSDB), e tornando-se a primeira mulher Presidente do Brasil, empossada em 01/01/2011.

Autodescrita como “uma mulher dura cercada de homens meigos”⁵⁶, é importante dizer que, mesmo dentro de um partido historicamente comprometido com as causas sociais, a candidatura de Rousseff à Presidência do país não era a primeira opção do PT. Sua candidatura só foi viabilizada porque as opções masculinas para a sucessão de Lula (Antônio Palocci, Ministro da Fazenda, e José Dirceu, Chefe da Casa Civil) se tornaram inviáveis, por escândalos, respectivamente, em 2006 e 2005. Dilma sucedeu a José Dirceu como Chefe da Casa Civil, em 21/03/2005. Em 2008, já pensando em lançá-la como candidata à presidência, Lula apelidou Rousseff de “mãe do PAC”⁵⁷ (Programa de Aceleração do Crescimento, criado pelo governo federal em 2007, visando incentivar investimentos privados, fomentar a infraestrutura pública e promover desenvolvimento econômico).

A respeito da condução de Dilma, dos bastidores à candidatura à presidência, Pinto (2018, p. 59), nos conta que:

Dilma nunca esteve de favor em nenhum dos cargos que assumiu, nunca foi agraciada por ser filha, irmã, sobrinha, ou em troca de favores. Enfrentou resistências de todas as ordens: a primeira e a mais radical, quando lutou contra a ditadura; depois, quando chegou ao PT vinda do PDT. Era uma mulher com tradição trabalhista sem pertencer a nenhum dos grupos que formaram historicamente o partido. Dilma nunca teve um grupo para chamar de seu dentro do PT, nenhum que a defendesse, que a protegesse. **O PT só abraçou Dilma quando se deu conta, através dela, de que as forças conservadoras do país pretendiam varrer o partido das disputas eleitorais** (Grifo nosso).

⁵⁶ “É verdade: eu sou uma mulher dura cercada de homens meigos”, disse a então ministra da Casa Civil e candidata à presidência, Dilma Rousseff, ao Jornal O Estado de São Paulo, 10 mar. 2009. Ver: <https://www.estadao.com.br/politica/sou-uma-mulher-dura-cercada-de-homens-meigos-diz-dilma/?srsltid=AfmBOorJ3lZ1y1LmT7SW3-Zt6fnsbsvDIAIQ1kBRFTJ6j9mJodVF0oDF>.

⁵⁷ Presidente Lula afirma que Dilma é mãe, avó e tia do PAC. Folha de São Paulo, 17 abr. 2008. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u393239.shtml>.

No relato de Pinto (2018, p. 53), percebe-se que Dilma Rousseff recebeu a faixa presidencial no seu primeiro mandato, já sob a mira da direita, que assistia a uma situação relativamente preocupante para os grupos conservadores: a permanência das forças de esquerda no poder por um terceiro mandato presidencial consecutivo.

O PSDB⁵⁸, então um dos mais expressivos partidos do Brasil, havia sido derrotado em três eleições consecutivas pelos petistas (José Serra em 2002 e 2006, e Geraldo Alckmin em 2010). Em junho de 2014, os tucanos (como se autointitulavam os partidários do PSDB) se aliam ao DEM (anteriormente denominado PFL – Partido da Frente Liberal, e atualmente fundido ao antigo PSL, formando o UNIÃO BRASIL) e lançam, pela coligação Muda Brasil⁵⁹, a candidatura a presidente de Aécio Neves, então senador por Minas Gerais.

Rousseff ganhou as eleições por uma diferença de 3% (48,36% de votos a favor de Aécio, contra 51,64% de Dilma). Numericamente, a eleição, num universo de 105 milhões de eleitores, foi decidida por 3,5 milhões de pessoas – algo como se a população de Belo Horizonte (2,3 milhões), Contagem (0,6 milhão), Betim (0,4 milhão) e Santa Luzia (0,2 milhão)⁶⁰ decidissem quem seria eleito como presidente, em nome de todo o país. Mal se encerrou a contagem dos votos, o grupo derrotado questionou o resultado das urnas.

4.2 Crônica da misoginia anunciada

Em termos gerais, é possível inferir que “o golpe de 2016” (o processo já legalmente confirmado como injusto, que culminou com o *impeachment* de Rousseff) começou na promulgação da Constituição de 1988, com sua identificação como “constituição cidadã”, sensivelmente avançada na pauta de direitos. A inclusão de mais direitos (e para mais grupos da sociedade), numa relação de causa e efeito, em algum momento ocasionaria uma reação dos grupos conservadores, ante à “ameaça” de que

⁵⁸ Em abril de 2025, o PSDB anunciou sua fusão ao PODEMOS, antigo Partido Trabalhista Nacional (PTN), também de centro/direita.

⁵⁹ Coalizão entre DEM, PTB, SDD, PT do B, PMN, PTC, PTN e PEN).

⁶⁰ Dados do IBGE, 2022. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CENSO 2022 - Tabela 4714 - População Residente, Área territorial e Densidade demográfica.

novos atores e atores, munidos de maiores possibilidades democráticas, pudessem diminuir a fruição do poder, exercida pelos grupos historicamente privilegiados.

[...] o golpe se atualiza no casamento infeliz entre novos patamares de privatização da política (neoliberais e antidemocráticos) e os padrões atuais do conservadorismo moral (antiliberais e antidemocráticos). esse casamento conecta o processo de fechamento da democracia no Brasil (Biroli, 2017, p. 22).

Se o trecho acima fosse semioticamente representada, a imagem de Aécio Neves em Belo Horizonte⁶¹, perplexo, às 19h32 do dia 26/10/2014, momento em que se registra a virada da apuração que, até então, o favorecia, poderia ilustrar o instante em que “o ovo da serpente” do neoconservadorismo brasileiro se materializou. No dia 30/10/2014, quatro dias depois do segundo turno, o PSDB pediu ao TSE uma auditoria, contestando os resultados das eleições.⁶² Esse movimento pode ser interpretado como um marco oficial da contraofensiva em oposição à reeleição de Rousseff.

Ainda em 2014, o cantor Lobão e Olavo de Carvalho, então expoentes do neoconservadorismo brasileiro, realizaram *live* pedindo o *impeachment* de Dilma, sob a suposta alegação, da parte do falecido Carvalho, de que “existem centenas de documentos do Foro de São Paulo que provam a existência de uma estratégia comunista em plena execução no Brasil”.⁶³ Em 08 de março de 2015, durante o pronunciamento da Presidente no Dia da Mulher, ocorreram painéis em diversas cidades⁶⁴. Rossi (2015), no dia seguinte, registra, em reportagem, o caráter misógino da ofensiva à Presidente:

Além do barulho da colher no teflon, foi possível ouvir xingamentos, como “vaca”, “puta” e “arrombada” direcionados à presidenta. “Corrupta” ou “ladra”, também ecoaram das janelas, mas não ficaram em evidência. Na mesma noite, o que incomodou vários homens e mulheres, eleitores de Dilma ou não, foram os xingamentos que ofendem a mulher (Rossi, 2015).

⁶¹ Imagem disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2014/10/tse-aecio-perdeu.jpg>.

⁶² PSDB pede ao TSE auditoria para verificar 'lisura' da eleição, 30 out. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>.

⁶³ Ver “Lobão e Olavo de Carvalho: as eleições e seus escândalos” https://www.youtube.com/watch?v=V8lts_hqY58.

⁶⁴ Ver reportagens: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/03/manifestantes-batem-panela-em-durante-pronunciamento-de-dilma.html> ;https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425912098_442390.html.

Difícilmente um Presidente da República, homem e cisgênero, receberia ofensas de caráter moral em tamanho nível de degradação. Santini *et al.* (2024, p. 10) salienta que a misoginia na sociedade patriarcal, é naturalizada como consequência da “superioridade masculina”. Não basta atacar a mulher em sua atuação técnica, ética ou profissional. É preciso (na verdade, é permitido e até incentivado) sua desumanização da mulher, inclusive em atos públicos, socialmente aceitos como legítimos, de insatisfação política.

“Cachorra, cadela, galinha, perua, piranha, vaca” são as injúrias de gênero mais comuns neste tipo de situação (Basso; Silva, 2023, p. 8), num contexto em que a mulher é despida de sua humanidade e revestida de uma desumanização bestializante. Diferente do “Fora Collor” ou do “Luladrão” - alcunhas direcionadas a outros Presidentes-, no caso da Presidente-mulher, a ofensa chega, imagética e textualmente, à degradação de sua condição de ser humano. Em relação ao governo de Dilma Rousseff, essa circunstância abjeta foi se agravando até a sua deposição.

Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) — em flagrante retaliação ao fato de o PT ter votado contra Cunha, em processo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados⁶⁵—, aceitou o pedido de abertura de processo de *impeachment* da Presidente Rousseff, assinado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Paschoal (posteriormente eleita deputada estadual em São Paulo, pelo Partido Progressista).

No dia 13 de maio de 2016, com índices de 69% de reprovação de seu governo⁶⁶, Dilma deixa o Palácio do Planalto, legalmente afastada de seu cargo como presidente da República. Milhares de mulheres, participantes da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres⁶⁷, oferecem apoio e acolhimento à Presidente.

Três meses depois, em 31 de agosto, o mandato de Rousseff é definitivamente cassado e o advogado Michel Miguel Elias Temer Lulia (PMDB), figura onipresente na

⁶⁵ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml>.

⁶⁶ Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/10-aprovam-governo-dilma-e-69-desaprovam-diz-ibope.html>.

⁶⁷ Decreto convoca a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=10&data=04/02/2016>.

Câmara dos Deputados, com mandato legislativo desde 1987, deixa a Vice-Presidência e passa a ser Presidente do Brasil, até a posse de Jair Bolsonaro, em 01/01/2019.

No mesmo ano em que Temer assume (2016), enquanto a imagem de Dilma era barbaramente ultrajada pela imprensa, consolidou-se, no imaginário coletivo da sociedade brasileira, alimentado pela mídia *mainstream*, a figura da “bela, recatada e do lar”⁶⁸, materializada na figura da primeira-dama, Marcela Tedeschi Araújo Temer. Embora não exercesse poder político, sua imagem, de maneira semiótica, era a antagonista estética do que os meios de comunicação influentes divulgavam, em contraponto à imagem de Dilma Rousseff.

Imagem 4 – Dilma Rousseff e Marcela Temer em capas de revistas em 2016



Fonte: acervo das pesquisadoras. Dilma aos gritos e Marcela em alinhada indiferença e mudez. Capas da revista IstoÉ em 04/04/2016, e da revista Veja, em 30/12/2016.

⁶⁸ Ver: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>.

Imagem 5 – Marcela Temer em matéria da Veja



Fonte: acervo das pesquisadoras. “Bela, recatada e ‘do lar’. A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”.

A exposição de Marcela Temer — estandardizada como o modelo padrão, a mulher branca, jovem, bonita, rica, “Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão” (Linhares, 2016) —, poderia ser o rascunho da onda das esposas-troféu e das *tradwives* (esposas tradicionais). Na década seguinte, essas figuras, exibiriam, em redes sociais o orgulho de serem financeiramente dependentes do marido (em ambos os casos) e religiosas, mães de muitos filhos e esteticamente estereotipadas nos padrões patriarcais de beleza.

Segundo Leidig (2023, p. 57), estas mulheres, adeptas “da feminilidade, não do feminismo”, simpatizam ou mesmo integram à grupos supremacistas brancos.⁶⁹

⁶⁹ Ver: [https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2025/03/entenda-a-onda-tradwife-de-influenciadoras-de-direita-belas-reca\)tadas-e-do-lar.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2025/03/entenda-a-onda-tradwife-de-influenciadoras-de-direita-belas-reca)tadas-e-do-lar.shtml).

Em entrevista concedida em 2016, Matos expõe o quanto essa dicotomia (entre a Presidenta com estereótipo de desequilibrada, e a “serenidade” de Marcela Temer como representante do “primeiro-damismo”) era amplamente favorável aos interesses da extrema-direita:

Com relação à Dilma, é grave o que a gente vê quanto à oscilação para a qual eu chamava atenção: se ela se apresentasse uma mulher frágil, uma ‘bela, recatada e do lar’, não chegaria e nem deveria chegar/estar na Presidência da República, porque a Presidência exige liderança, pulso firme, assertividade, que são características consideradas apenas masculinas. Quando as mulheres revelam esse tipo de liderança, elas são automaticamente tachadas de agressivas, autoritárias, mandonas, “gerentonas” ou descontroladas. Então, a Dilma é o exemplo clássico desse não lugar de uma voz pública feminina forte na liderança política de um País. E isso é discriminação e no meu entendimento também é uma forma de violência. Ela não pode ser uma liderança forte, ela é uma ‘louca descontrolada’, uma histérica, uma mulher fora do padrão, porque age de maneira ‘autoritária’, e não pode ser reconhecida como tendo um tom afirmativo, como têm os líderes homens: essa voz e esse tom são apenas deles (Matos, 2016, p. 229).

Neste contexto, para além do processo de desvalorização sistemática de Rousseff como mulher, era possível ainda usar da mesma conceituação para “alertar” a sociedade que mulheres não estariam aptas a ocupar de fato espaços na política.

Neste ínterim, em outubro de 2018, a esquerda apresenta um espasmo de reação, capitaneado pelas mulheres, através do movimento #EleNão. O objetivo era protestar veementemente contra a candidatura de Bolsonaro (e a ameaça antidemocrática que ela representava) para Presidente da República. O movimento # EleNão chegou a ser condenado por pessoas dentro da própria esquerda (Marie; Andrade, 2019, p. 169), bem como fomentou a mobilização conservadora em favor do antifeminismo, sobretudo da parte de outras mulheres: “Mulheres que nunca tinham se sentido parte das discussões da esfera pública se mobilizaram de forma horizontal e suprapartidária” (Marie; Andrade, 2019, p. 169), reagindo em defesa do então candidato que representava “Deus, Pátria e Família” no páreo eleitoral daquele ano.

Ser “feminina, e não feminista” passou a ser ainda mais parte, então, do discurso das mulheres bolsonaristas, somado a um apego nacionalista de essência equivocada, uma visão reducionista do conceito de família e o perene “medo do comunismo” propagado pelas feministas “sujas, depravadas” e abortistas (Marie; Andrade, 2019, p. 170).

A vitória de Bolsonaro foi, literalmente, um aditivo para a eleição das mulheres que o apoiavam. Esse crescimento numérico de mulheres eleitas suscitou o debate a respeito do papel da mulher na política, mas pelo viés oposto ao da busca pelo avanço da pauta de direito dos grupos subalternizados. No fim das contas, mesmo havendo mais mulheres exercendo as funções de deputadas e senadoras, a presença de uma parte delas no poder (as eleitas pela Nova Direita, especialmente), contribuiu para a manutenção da restrição/supressão de direitos das mulheres, encampada pelo neoconservadorismo. O privilégio do exercício da cidadania, consolidada na “reserva masculina do poder” (Matos, 2026) e no corporativismo patriarcal do meio partidário não passaria por nenhum impedimento para continuar a ser exercido, mesmo que sejam eleitas mais mulheres no campo político-partidário.

Ainda em se tratando da questão do antifeminismo, enquanto os críticos do #EleNão caracterizavam as feministas, moral e esteticamente, de maneira pejorativa, um outro movimento pautava por enaltecer as virtudes tidas como “femininas”, em determinadas interpretações bíblicas, à figura da mulher submissa, subserviente, adepta e entusiasta da tradição cristã de interesse androcêntrico: as “*Tradwives*”, (“esposa tradicional” em inglês). As *tradwives*, além de professar uma existência plasmada em modelos irreais de existência humana, expõem em suas redes sociais, demonstrações de racismo e misoginia, bem como métricas humanamente impossíveis para a maioria das mulheres - como estar completamente em forma no pós-parto e serem autossuficientes como donas de casa rurais (Falaschi, 2025). Também é possível encontrá-las capitaneando campanhas como a “*White Baby Challenge* (O Desafio do Bebê Branco)”⁷⁰ – campanha para incentivar a procriação (de pessoas brancas, naturalmente), salientando o papel de reprodutora das mulheres.

Contudo, é perceptível que, por mais inverossímil que seja a personagem assumida por essas mulheres, a onda das esposas tradicionais ou das “esposas-troféu” traz, na sua proa, elementos que se encaixam e atendem aos ditames do neoconservadorismo contemporâneo.

⁷⁰ Ver: <https://brasil.elpais.com/smoda/2020-02-10/marido-sempre-em-primeiro-lugar-renasce-na-internet-a-dona-de-casa-submissa-e-abnegada.html>.

Dentro de conceitos pertinentes à formação intelectual da Nova Direita, os neoconservadores apresentam forte correlação com os neoliberais (Corsetti, 2019). A esposa troféu, ou a *tradwife*, impecavelmente investida em seu papel de mãe, dona-de-casa, submissa ao marido e devota da moralidade cristã, tem por cônjuge-padrão, um homem/provedor, adepto da meritocracia, do estado liberal, defensor do *status quo* que tanto lhe favorece. Juntos, formam praticamente o casal-modelo do *#actionfigures*⁷¹ da Nova Direita brasileira.

Entretanto, não é somente no caso das *tradwives* que os neoconservadores (a direita que usa princípios religiosos, sobretudo das religiões cristãs, cristalizando interpretações não-inclusivas dos conceitos de família, autoridade e decência), se alinham aos neoliberais (defensores da proteção da economia de maneira irrestrita, ainda que em detrimento do bem-estar social).

Outro exemplo interessante dessa aliança, diz respeito a questão denominada como “ideologia de gênero”, termo cunhado pela Igreja Católica e pelas organizações neopentecostais para definir a agenda de avanços, sociais e legais, pertinentes às pessoas subalternizadas devido a sua orientação sexual. Este termo, que não encontra lastro na ciência social como uma “ideologia”, no sentido epistemológico do termo, não foi cunhado pela Direita aleatoriamente. Seu uso é tático, e o uso da palavra “ideologia” dá ao termo um peso cognitivo conceitual que a expressão não possui (Amorim; Salej, 2022, p. 437). Na pesquisa, foi possível detectar que a Nova Direita, sobretudo as mulheres ligadas a partidos neoliberais (como Marina Helena, candidata à prefeitura de São Paulo pelo Partido Novo), recorreram com frequência a esse argumento falacioso em seus discursos eleitorais.

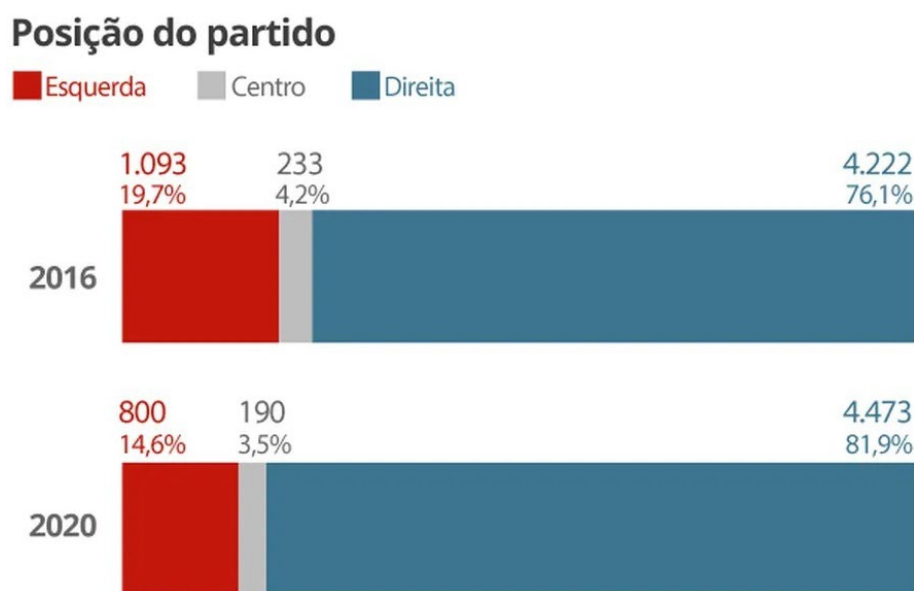
A combinação entre a insatisfação de grupos políticos conservadores, a misoginia ampla e explícita dirigida a uma presidente eleita, a tolerância a discursos ultraconservadores e distópicos e o recrudescimento desses valores culminou na eleição de Bolsonaro, deputado do chamado baixo clero, sem grandes feitos em sua trajetória e do mais conservador conjunto de deputados federais da história do Brasil

⁷¹ *Action Figures* foi a estratégia de marketing, compostas por ilustrações de bonecos de plástico e seus acessórios, representando pessoas, nas redes sociais em 2025.

Jair Messias Bolsonaro (Coligação *Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos* - PSL/PRTB), com 55% dos votos, derrotou Fernando Haddad (Coligação *O Povo Feliz de Novo* - PT/PCdoB/PROS) no segundo turno das eleições de outubro de 2018. No rastro de Bolsonaro, a bancada do PT na Câmara dos Deputados (Legislatura 2019/2023) encolheu de 69 para 56 parlamentares, enquanto a do PSL (então partido de Bolsonaro) cresceu de um para 52 deputados.⁷²

Em 2020, em que pese o fato de Bolsonaro não ser bom cabo eleitoral para os candidatos a prefeito nas capitais⁷³, ainda assim, a direita cresceu, com a esquerda encolhendo a sua presença nas prefeituras de 19,7% para 14,6% das cidades.

Gráfico 15 – Posição partidária dos prefeitos eleitos no Brasil em 2020



Fonte: Fábio Vasconcelos no portal G1, 2016.

Em 30/10/2022 nas eleições para Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro foi derrotado nas urnas por Lula, que retorna à Presidência para um terceiro mandato. Ato contínuo, a Nova Direita – que já vinha atuando com amplo e irrestrito apoio do grupo político do

⁷² Ver: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representantes.ghtml>.

⁷³ Dos 13 candidatos apoiados por Bolsonaro, para a prefeitura de capitais brasileiras, em 2020, apenas quatro se elegeram. Ver: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/16/maioria-dos-candidatos-a-prefeitura-apoiados-por-bolsonaro-nao-se-elege-no-pais.ghtml>.

então Presidente – protagonizou as chamadas manifestações golpistas: orquestração de ações de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, organizados com franco apoio de extremistas de direita.

Mesmo com a plena legalidade das eleições e o rápido reconhecimento da comunidade internacional⁷⁴ a respeito de sua normalidade das eleições e da legitimidade do mandato de Lula, atos terroristas, vandalismos, bloqueios rodoviários e acampamentos em portas de quartéis foram articulados em todo o país. Iniciadas assim que os resultados das eleições foram apurados, em outubro de 2022, as manifestações antidemocráticas se estenderam de maneira profusa até o ano de 2023.

Uma semana depois da posse de Lula, em 08/01/2023, manifestantes autodenominados como “patriotas”, vestidos com as cores verde e amarela, vandalizaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), tomando de assalto a Praça dos Três Poderes em Brasília’.

O “8 de janeiro em Brasília” tornou-se um fato histórico dentre os mais relevantes nesse primeiro quartel do século XXI no Brasil. A crua exposição da ira da Nova Direita, usando uma massa de pessoas cuja maioria era de escolaridade baixa ou mediana, renda de menos de dois salários-mínimos, homens e de cor branca⁷⁵, expôs as entranhas dos interesses reais e objetivos do grupo de Bolsonaro em se perpetuar no poder. Para além de tal contexto, a tentativa de golpe trouxe à tona as diferenças e valores entre os dois grupos atualmente beligerantes na política brasileira: a Nova Direita ultraconservadora, disposta a não renunciar ao poder recentemente reconquistado; e a esquerda ainda desconcertada, inerte ou pouco eficaz ante os sólidos ataques da direita.

Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015, p. 197), falam do susto, vivido pelos setores progressistas, diante das mobilizações promovidas com sucesso por “organizações sem tradição de luta à esquerda”. Desde a mobilização pelo fim da ditadura militar brasileira, nos anos 1980, não havia “protestos à direita” de expressiva movimentação nas ruas.

⁷⁴ Ver: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/10/paises-coordenaram-reconhecimento-internacional-expresso-a-vitoria-de-lula.ghtml>.

⁷⁵ Ver: <https://revistaforum.com.br/politica/2025/3/30/homem-branco-casado-autnomo-de-baixa-rendacara-do-golpista-do-de-janeiro-176578.html>.

Em março de 2015, quando o movimento “#Fora Dilma” mobilizou milhões de pessoas nas capitais⁷⁶, o governo da Presidente demorou três dias para que Rousseff se manifestasse em rede nacional⁷⁷. Na ocasião, a Presidente Dilma disse, entre outras questões, que: “A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada, e ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros”. O tom quase didático de seu pronunciamento não acalmou os ânimos e, ao longo dos anos seguintes, notadamente, pôde se verificar que o grau de truculência dos protestos capitaneados pela Nova Direita, aumentou significativamente; enquanto a esquerda, desarticulada e atônita depois de quase três décadas de pacificação democrática, se ocupava emergencial e prioritariamente em responder aos ataques, relegando seus propósitos realmente efetivos a um segundo plano.

Berlanza (2017, p. 220) afirma que o mal da esquerda foi pensar que ela seria a detentora do “monopólio da virtude”, uma maneira de caracterizar o comportamento dos grupos de esquerda como se tivessem uma visão ingênua em relação à sua própria identidade. A interpretação proposta por Berlanza encontra respaldo em dois aspectos centrais. Primeiro, porque o conceito de virtude, entendido aqui, de maneira simplificada, como o ato de pensar e agir politicamente de maneira socialmente justa, é diferente para a esquerda e para a direita. Em segundo lugar, ainda que a justiça social constitua um dos princípios orientadores da esquerda, determinadas ações ou políticas podem ser interpretadas por seus opositores como prejudiciais ou indesejáveis, a depender do referencial adotado.

Quando a esquerda defende a descriminalização do aborto pensando na vida de mulheres e meninas, e a direita se posiciona “pró-vida” centrada na proteção do feto, tem-se um exemplo concreto de como diferentes referenciais morais e políticos podem produzir interpretações radicalmente distintas sobre o mesmo tema. Sob a perspectiva da saúde pública determinada medida pode como necessária; sob outra ótica, pode ser entendida como um “crime hediondo”⁷⁹⁸⁰. Nesse sentido, a direita também sabe se posicionar como detentora exclusiva da virtude. Mais do que isso, sabe apresentar seus

⁷⁶ Ver: <https://oglobo.globo.com/politica/protestos-contradilma-reunem-36-milhoes-em-todos-os-estados-18865889>.

⁷⁷ Ver: https://www.em.com.br/aProgressistas/noticia/politica/2013/06/22/interna_politica,410681/dilma-faz-chamado-por-ordem-e-progresso.shtml.

propósitos de maneira simples e com raciocínios rasos, porém palatáveis e convincentes para o público que almeja.

A combinação dessas circunstâncias com uma confortável situação de fruição de recursos financeiros e midiáticos, aliada ao patrocínio de grandes grupos da imprensa nacional (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p. 92) e ao fortalecimento do capital político decorrente da eleição de Bolsonaro em 2018, forneceu à Nova Direita munição suficiente para avançar de maneira agressiva nos seus propósitos.

Trabalhar com a binariedade/antagonismo (só existe homem e mulher, e o bem e o mal, o bom e o nefasto, o céu e o inferno) é o *modus operandi* da direita. Se cabe à Nova Direita a autointitulação como “cidadãos de bem”, simplificadamente podemos pressupor que a esquerda, alvo das mobilizações acima debatidas, seria composta pela ala “perversa” da sociedade. Transformar a política brasileira num “nós contra eles” nunca havia sido tão favorável para a direita brasileira.

Nas próximas páginas, analisarei como essa nova perspectiva funcionou, quanto a participação das mulheres vinculadas à direita e ao centro-direita, nas eleições para as prefeituras das cidades mais importantes do país, em 2024.

4.3 “Mulheres de bem”: as candidatas à prefeita nas capitais em 2024

Nas páginas anteriores, foi discutido como o Brasil, depois de 20 anos de ditadura militar (1964-1984), passou por um período (1985-2003) de consolidação da democracia, que foi seguido por outro ciclo – que até o momento ainda se encontra tecnicamente democrático⁷⁸ – no qual houve quatro eleições (2002-2014) vencidas por forças da esquerda. Foi visto, ainda, que a reeleição de Dilma Rousseff como Presidente, em 2014, fez eclodir o sentimento de desagravo da Nova Direita brasileira, culminando com a

⁷⁸ Estudos como o do Instituto V-Dem, divulgado em março de 2026 (disponível em <https://www.v-dem.net/publications/democracy-reports/>), atestam que Brasil se mantém formalmente como uma democracia eleitoral baseada em eleições livres, mantendo a estabilidade das instituições, mas que enfrenta desafios contínuos para manter e legitimar a consolidação da democracia de fato, com restrições (veladas ou explícitas) ao acesso de pessoas subalternizadas social e economicamente aos direitos que regem a cidadania como pressuposto universal para todas as pessoas. Esse Instituto também afirma que o Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro, teria sofrido um “ataque” autocrático”.

eleição de Bolsonaro para Presidente em 2018 e com os atos golpistas de janeiro de 2023.

A representatividade do gênero feminino nas eleições de 2024, em números absolutos, a priori, é um dado positivo. Contudo, a análise da ideologia partidária da maioria das postulantes ao Poder Executivo nas capitais, demonstra que boa parte destas mulheres não apresentam aspirações e comprometimentos vinculados diretamente à pauta ou ainda à expansão efetiva dos direitos das mulheres. Em 2020, apesar do número absoluto maior de candidatas (55 mulheres), houve também um número elevado de candidatos (320, no total), de modo que as mulheres compuseram apenas 17,19% do número de candidatos.

Foi nesse cenário herdado, com todas as peculiaridades advindas de circunstâncias políticas sensíveis, que ocorreram as eleições de 2024.

Em comparação com o pleito anterior, houve aumento tanto no número de candidatas quanto no de mulheres eleitas para as prefeituras em todo o país. Esse crescimento se deu apesar da conjuntura complexa em que ocorreram as eleições, com frequentes ataques explícitos à democracia, elevados índices de violência política contra as mulheres e baixa adesão efetiva dos homens (e de seu suposto capital político) às campanhas das mulheres, como foi possível observar nos dados analisados nesta pesquisa.

Ainda que a participação feminina tenha sido tímida e não tenha apresentado, preliminarmente, avanços na pauta dos direitos vinculados ao gênero, o resultado foi quantitativamente positivo do ponto de vista da maior presença das mulheres nas disputas pelo Poder Executivo das capitais brasileiras.

Tabela 6 – Número de capitais brasileiras com candidatas mulheres ao cargo de prefeita, em 2024

Quantas capitais tiveram:	número de capitais	Quais capitais?
Nenhuma candidata	6	Manaus/AM; Rio Branco/AC. Fortaleza/CE; João Pessoa/PB Cuiabá/MT; Florianópolis/SC
01 candidata	7	Boa Vista/RR; Natal/RR Salvador/BA; São Luís/MA Teresina/PI; Goiânia/GO, Vitória/ES
02 candidatas	7	Belém/PA; Macapá/AP Porto Velho/RO; Palmas/TO Maceió/AL; Rio de Janeiro/RJ São Paulo/SP
03 candidatas	5	Recife/PE; Campo Grande/MS Belo Horizonte/MG; Curitiba/PR Porto Alegre/RS
04 candidatas	0	-
05 candidatas	1	Aracaju/SE

Fonte: elaborada pela autora, a partir dos dados abertos do TSE, 2024.

Ao todo, 194 pessoas pleitearam o Poder Executivo municipal nas 26 capitais brasileiras nas eleições de 2024. Dessas, 21,13 % (41) eram mulheres. No Brasil inteiro, entre os 5.569 municípios brasileiros, apenas 13% (727 cidades) tiveram uma mulher como prefeita no mandato 2025 - 2028. Já dentre as capitais, somente duas mulheres foram eleitas: Emília Corrêa (PL) em Aracaju/SE e Adriane Lopes (PROGRESSISTAS), que se reelegeu em Campo Grande/MS – única cidade brasileira em que foram duas mulheres a disputar o segundo turno. Durante a campanha, Corrêa enfatizou que, apesar de ser do mesmo partido de Jair Bolsonaro, não o tinha como apoiador oficial⁷⁹: pelo contrário, ela evitou citar o ex-Presidente para se resguardar da polarização. Já Lopes foi eleita com o apoio maciço e perene da senadora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, liderança política do partido de ambas. Tereza Cristina chegou a se desentender publicamente com Bolsonaro (de quem foi Ministra), que apoiou, no primeiro turno, Beto Pereira (PSDB) como candidato à prefeitura de Campo Grande – em mais uma clara constatação de que a “reserva masculina de poder” (Matos, 2026) se sobrepõe a interesses partidários.

⁷⁹ Aracaju: Bolsonaro foi importante, mas campanha não foi polarizada, diz prefeita eleita. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=r6Fb_7OItM.

Ambas as prefeitas eleitas são de partidos tidos como de “centro-direita”. A esquerda não elegeu nenhuma mulher para prefeita de capital no Brasil em 2024, o que sugere que a transferência de capital político para candidatas mulheres (também enfrenta obstáculos significativos nos partidos de esquerda, tema que será retomado adiante.

Imagem 6 – candidatas eleitas nas prefeituras das capitais brasileiras, em 2024



Fonte: Paula Paiva Paulo, portal G1. Emilia Corrêa (PL) prefeita de Aracaju, e Adriane Lopes (PROGRESSISTAS) reeleita em Campo Grande.

Cinco capitais, além de Campo Grande e Aracaju, tiveram uma mulher disputando o segundo turno das eleições de 2024, a saber:

- Curitiba/PR: Cristina Graeml (PMB), que perdeu para Eduardo Pimentel (PSD);
- Natal/RN: Natália Bonavides (PT), que perdeu para Paulinho Freire (União);
- Palmas/TO: Janad Valcari (PL), que perdeu para Eduardo Siqueira (Podemos);
- Porto Velho/RO: Mariana Carvalho (União), que perdeu (de virada) para Léo (Podemos);
- e
- Porto Alegre/RS: Maria do Rosário (PT), que perdeu para Sebastião Melo (MDB).

Apesar da timidez dos números, a eleição de duas mulheres como prefeitas para as capitais brasileiras supera o desempenho registrado nos três pleitos anteriores no país (2020, 2016 e 2012). Em 2020, apenas Cinthia Ribeiro (PSDB) foi eleita em Palmas (TO).

Em 2012 e 2016, Teresa Surita foi eleita e reeleita em Boa Vista (RR), tendo sido a única mulher a comandar uma capital, no Brasil.

A redução do número absoluto de candidatos pode ser um sintoma da polarização percebida no cenário político brasileiro. A atuação política em cargos eletivos, seja no Poder Executivo ou no Poder Legislativo, representa, em tese, uma das formas de vivenciar a plenitude da cidadania. Trata-se de uma conquista historicamente vinculada à ampliação dos direitos civis e políticos, obtida por meio da mobilização coletiva de grupos que lutaram pela inclusão democrática, entre eles os movimentos feminista e antirracista.

Contudo, a presença de mulheres na disputa eleitoral não implica, necessariamente, compromisso com a ampliação desses direitos. Os dados investigados indicam que parte significativa das candidatas não reconhece (ou não prioriza) os obstáculos enfrentados pelas próprias mulheres dentro das próprias estruturas partidárias. Durante a análise da pesquisa, foi possível observar indícios de leniência, omissão, descrédito ou desincentivo velado às campanhas femininas. Tais práticas parecem funcionar como forma de proteção corporativa do patriarcado dentro do ecossistema de partidos e coligações partidárias.

Ressalta-se, ainda o boicote explícito às candidaturas femininas feitas pelos próprios partidos políticos. A Nota Técnica nº 3⁸⁰ do NEPEM/UFMG (2025, p.18) denunciou o fenômeno das “candidaturas com votação pífia”, sobretudo aquelas de mulheres negras, evidenciando os limites da efetividade da lei de cotas quando não há condições concretas para a viabilização dessas candidaturas.

Nesse cenário, observa-se dois fenômenos distintos, embora com a mesma função. O primeiro consiste em relegar as mulheres à condição de candidaturas meramente cumpridoras da obrigação legal das cotas. O segundo manifesta-se pelo desprestígio de candidatas (na maioria das vezes, amplamente qualificadas), restringindo apoio e/ou acesso ao capital político da legenda ou de suas lideranças masculinas. Em ambos os casos, o efeito produzido é semelhante: a preservação do que Matos (2026) chama de a “reserva masculina de poder”, sobretudo nas eleições majoritárias.

⁸⁰ Ver: <https://www.fafich.ufmg.br/nepem/>.

Voltando aos princípios neoconservadores, explicitamente em relação ao feminismo, interpretado como o conjunto de ações pertinentes à preservação e ampliação dos direitos das mulheres, observa-se que uma em cada três candidatas às prefeituras das capitais declarava publicamente não se identificar com essa agenda, declarando-se como antifeminista ou como não feminista.

Tabela 7 – Posição das candidatas a prefeitas, nas capitais brasileiras, quanto ao feminismo, em 2024

Posição quanto ao feminismo	Quantas candidatas são?	%
Total de candidatas	41	100,00%
Pró-feminismo	27	65,85%
Não feministas ou antifeministas	14	34,15%

Fonte: Elaborado pela autora, baseado no Plano de Governo de cada candidata e em suas declarações públicas nas redes sociais em 2024.

Usando a classificação elaborada por Bolognesi, Codato e Ribeiro (2023, p. 6–7; 29) e analisando as declarações das próprias candidatas (41 delas), os projetos de leis apresentados por elas (no caso de mulheres com atuação parlamentar), as entidades e grupos que representam e os temas e posições que demonstraram na sua trajetória política, subdividimos as candidatas em seis categorias e/ou possibilidades:

- a) Candidatas **declaradamente antifeministas**: mulheres que declaram publicamente que não simpatizam ou discordam das pautas identificadas essencialmente com o feminismo. Apenas uma candidata, Cristina Graeml⁸¹ (PR/PMB), ironicamente candidata pelo Partido da Mulher Brasileira, está nessa classificação. Em seus discursos, destacam-se frases como "Direita raiz é aquela que sempre defendeu pautas conservadoras, como a vida desde a concepção e a família, sem concessões à esquerda."⁸²
- b) Candidatas que, **apesar de terem ocupado cargo pró-mulher, não têm atuação explicitamente feminista**: são aquelas que não defendem pautas relacionadas aos direitos das mulheres, embora tenham até ocupado cargos públicos voltados

⁸¹ Ver: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/politica-para-mulher-antes-de-pais-funcionar-e-lacrao-diz-cristina-graeml-surpresa-na-direita/>.

⁸² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=s-WZGfUnX9w&t=433s> aos 8m33s

à conquista, validação ou manutenção de direitos das mulheres. Ex.: Janad Valcari (PL/TO) - que foi Presidente da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Tocantins-, mas seu Plano de Governo não possui nenhuma meta pró-mulheres ou pelo avanço dos direitos das mulheres.⁸³

- c) Candidatas **sem atuação feminista**: são as mulheres que, tanto no seu Plano de Governo, quanto na sua trajetória política, não possuem ações que estejam relacionadas às pautas de direitos das mulheres. Em suas metas de governo, destacam-se medidas neoliberais como a privatização da educação pública. Ex.: Marina Helena⁸⁴ (SP/NOVO), que integrou a equipe do Ministério da Fazenda de Bolsonaro e que é a favor da privatização do ensino público e declaradamente “pró-vida”⁸⁵ inclusive em casos de estupro⁸⁶.
- d) **Simpatizante da causa feminista**: é o caso das mulheres que, apesar de não terem atuação, nem se declararem feministas, apresentam afinidade com os temas caros ao feminismo, mesmo que de maneira interseccional (como, por exemplo, combate ao racismo étnico e ambiental/climático), e/ou apresentaram, em seus Planos de Governo, metas feministas. Ex.: Juliana Brizola (RS/PDT), cujo Plano de Governo⁸⁷ previa a criação de Observatório de Violência Contra a Mulher e demais ações de combate a esse tipo de violência.
- e) Candidatas **não declaradamente feminista, mas com ações pró-mulheres**. É o caso de mulheres cujo percurso na vida pública é essencialmente conservador e/ou neoliberal, mas que pontualmente realizaram ações que poderiam ser classificadas como feministas. Ex. Rose Modesto (PRD/MS), autora do projeto de Lei Federal Patrulha Maria da Penha⁸⁸, e Danielle Garcia, ex-Secretária de Estado da Mulher de Sergipe.

⁸³ Ver: <https://static-poder360-com-br.webpkgcache.com/doc/-/s/static.poder360.com.br/2024/10/plano-de-governo-janad-valcari-palmas-tocantins-eleicoes-2024.pdf>.

⁸⁴ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Klhfgm6CHLs>.

⁸⁵ Ver Pró-vida, neste caso, significa que a candidata é defensora da proibição do aborto em qualquer circunstância. Ver: https://www.instagram.com/marinahelenabr/reel/C_JIF9POlQu/ e <https://www.youtube.com/watch?v=GD50Vudd4rk>.

⁸⁶ Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/clarissa-oliveira/eleicoes/analise-marina-helena-recorre-a-costumes-e-privatizacoes-em-busca-do-voto-bolsonarista/>

⁸⁷ Ver: <https://julianabrizola.com.br/propostas/>.

⁸⁸ Ver <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293268>.

- f) Feminista autodeclarada: são as candidatas que se autodescrevem, em seus Planos de Governo, plataformas ou redes sociais, explicitamente como feministas. Ex.: Tábata Amaral⁸⁹ (PSB/SP), Lenilda Luna (UP/AL)⁹⁰ e Duda Salabert (PDT/MG).

Tendo como base os dados citados e verificando nominalmente o partido de cada uma das candidatas analisadas, as candidatas à prefeita foram classificadas no que tange à sua posição quanto às causas e conceitos defendidos pelo feminismo, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Posição de todas as candidatas a prefeitas às capitais brasileiras, quanto ao feminismo e espectro político, em 2024

(continua)

	Posição quanto ao feminismo	Quantas candidatas são?	%	Espectro político do partido da candidata	Candidata/Estado/Partido
a	Declaradamente antifeminista	1	2,44%	Centro-direita	Cristina Graeml (PR/PMB)
b	Apesar de ter ocupado cargo pró-mulher, não tem atuação explicitamente feminista	6	14,63%	Direita e extrema-direita	Janad Valcari (TO/PL) Catarina Guerra (RR/UNIAO) Yandra Moura (SE/UNIÃO) Aline Paranhos V. Gurgel (AP) Emília Correia (SE/PL)
c	Sem atuação feminista	7	17,07%	Direita, centro-direita e extrema-direita	Marina Helena (SP/NOVO) Maria Victória (PR/Progressistas) Patrícia Ferraz (AP/PSDB) Euma Tourinho (RO/MDB) Adriane Lopes (MS/PROGRESSISTAS) Carol Sponza (RJ/NOVO) Mariana Carvalho (RO/UNIÃO)
d	Simpatizante da causa feminista	4	9,76%	Centro-direita	Flávia Alves (MA/Solidariedade)
				Esquerda e extrema-esquerda	Lourdes Francisco (MG/PCO) Lourdes Melo (PI/PCO)
e	Não-declaradamente feminista, mas com ações pró-mulheres	6	14,63%	Esquerda e extrema-esquerda	Adriana Accorsi (GO/PT) Nina Tenório (AL/PCO) Ludmila (PE/UP) Simone Fontana (PE/PSTU) Candisse Carvalho (SE/PT)

⁸⁹ Ver https://www.instagram.com/raquellandimjornalista/reel/C9m6AjkOn-o/?locale=zh_CN.

⁹⁰ Ver: <https://votepeloclima.org/c/lenilda-luna-80/>.

	Posição quanto ao feminismo	Quantas candidatas são?	%	Espectro político do partido da candidata	Candidata/Estado/Partido
				Centro	Danielle Garcia (SE/MDB)
				Extrema-direita	Rose Modesto (MS/PRD)
f	Feminista ativa autodeclarada	17	41,46%	Esquerda e extrema-esquerda	Camila Jara (MS/PT) Lenilda Luna (AL/UP) Eslane Paixão (BA/UP) Dani Portela (PE/PSOL) Natália Bonavides (RN/PT) Niully Campos (SE/PSOL) Raquel Nonato Brício (PA/UP) Wellingtona Macedo (PA/PSTU) Lucia Viana (TO/PSOL) Camila Valadão (ES/PT) Indira Xavier (MG/UP) Juliete Pantoja (RJ/UP) Andrea Caldas (PR/PSOL) Maria do Rosário (RS/PT) Fabiana Sanguiné (RS/PSTU)
				Centro-esquerda	Tábata Amaral (SP/PSB) Duda Salabert (MG/PDT) Juliana Brizola (RS/PDT)
	Valores totais	41	100%		

Legenda: em **azul**: candidatas de direita e centro

em **vermelho**: candidatas de esquerda.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do TSE, 2024.

Esta “rejeição” ou neutralidade em relação ao feminismo não é uma circunstância espontânea. Ela é, por certo, construída, reificada e difundida como um dos pilares do conservadorismo da Nova Direita – sobretudo, no espectro da extrema-direita. Nas próximas páginas, há um breve panorama de quem são as mulheres alinhadas aos partidos da extrema-direita, direita, do centro e do centro-esquerda, que pleitearam a prefeitura das capitais brasileiras.

4.4 Branca, graduada em nível superior, heterossexual: quem são as mulheres de direita que se candidataram a prefeitura das capitais brasileiras em 2024

Durante o período eleitoral de 2024, foi realizado o acompanhamento das publicações do Instagram das 17 candidatas vinculadas a partidos de centro e de direita que concorreram ao cargo de prefeitas de capitais brasileiras em 2024.⁹¹ A observação compreendeu o primeiro turno (30 de agosto a 3 de outubro) e, para as classificadas, o segundo turno (11 a 25 de outubro).⁹¹

Ao todo, foram analisadas 5.306 postagens feitas no Instagram, incluindo feed (posts estáticos), *reels* (vídeos curtos), carrosséis (sequência de fotos ou vídeos) e stories (postagens curtas de até 60 segundos, que ficam publicadas por 24 horas, exceto quando arquivadas).

Metade dessas mulheres se autodeclarou brancas ou pardas. Apenas uma, Janad Valcari (Palmas-TO, PL) se declarou negra, embora sua aparência seja percebida, nos padrões brasileiros, como a de uma mulher parda de pele clara. Além disso, 85% possuíam curso superior, mais de 95% se identificaram como heterossexuais, e um terço era solteira.

Na próxima Tabela, estão os nomes, partidos e os resultados das campanhas das candidatas à prefeita, vinculadas à direita, nas capitais brasileiras em 2024.

Na Tabela seguinte, seguem dados sobre as postagens dessas candidatas no primeiro turno (de todas) e no segundo turno (das que passaram para esta etapa das eleições).
era solteira.

O Quadro 2 e a Tabela 9 apresentam os nomes das candidatas, seus partidos, os resultados eleitorais e os dados referentes às postagens realizadas durante o primeiro e o segundo turno. Na sequência, um mapa ilustra a distribuição geográfica dessas candidaturas segundo o espectro político.

⁹¹ Este material pode ser acessado em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1Y51XJSzWfKf28MProgressistascekluxwiy0oUOTu?usp=sharing>.

Quadro 2 – Candidatas de centro-direita e direita às prefeituras de capitais brasileiras, em 2024

Partido	Posicionamento/ Espectro	Capital	Candidata	Eleita em 2024?
PL	Centro-direita	Aracaju/SE	Emília Corrêa	Sim, em 2º turno (57% dos votos válidos)
União Brasil	Extrema-direita	Aracaju/SE	Yandra Moura	Não, nem foi ao 2º turno
MDB	Centro-direita	Aracaju/SE	Danielle Garcia	Não, nem foi ao 2º turno.
Republicanos	Centro-direita	Macapá/AP	Aline Gurgel	Não, nem foi ao 2º turno
União Brasil	Extrema-direita	Boa Vista/RR	Catarina Guerra	Não, nem foi ao 2º turno
PL	Centro-direita	Palmas/TO	Janad Valcari	Não, perdeu no 2º turno de virada, teve 46% dos votos válidos.
PMB	Centro-direita	Curitiba/ PR	Cristina Graeml	Não, perdeu no 2º turno, teve 43% dos votos válidos,
PSB	Centro-esquerda	São Paulo/SP	Tábata Amaral	Não, nem foi ao 2º turno
PRD	Extrema-direita	Campo Grande/MS	Rose Modesto	Não, perdeu no 2º turno, teve 49% dos votos válidos,
PROGRESSISTAS	Centro-direita	Campo Grande/MS	Adriane Lopes	Sim, em 2º turno (51% dos votos)
PSDB	Direita	Macapá/AP	Patricia Ferraz	Não, nem foi ao 2º turno
MDB	Centro-direita	Porto Velho/RO	Euma Tourinho	Não, nem foi ao 2º turno
União Brasil	Extrema-direita	Porto Velho/RO	Mariana Carvalho	Não, perdeu no 2º turno de virada, teve 43% dos votos válidos.
NOVO	Extrema-direita	Rio de Janeiro/ RJ	Carol Sponza	Não, nem foi ao 2º turno
NOVO	Extrema-direita	São Paulo/SP	Marina Helena	Não, nem foi ao 2º turno
Progressistas	Extrema-direita	Curitiba/ PR	Maria Victoria	Não, nem foi ao 2º turno
Solidariedade	Centro-direita	São Luís/MA	Flávia Alves	Não, nem foi ao 2º turno
PDT	Centro-Esquerda	Porto Alegre/RS	Juliana Brizola	Não, nem foi ao 2º turno
PDT	Centro-Esquerda	Belo Horizonte/MG	Duda Salabert	Não, nem foi ao 2º turno

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do TSE, 2024.

Tabela 9 – Número total de postagens no Instagram, das candidatas de centro e direita às prefeituras de capitais brasileiras em 2024⁹²

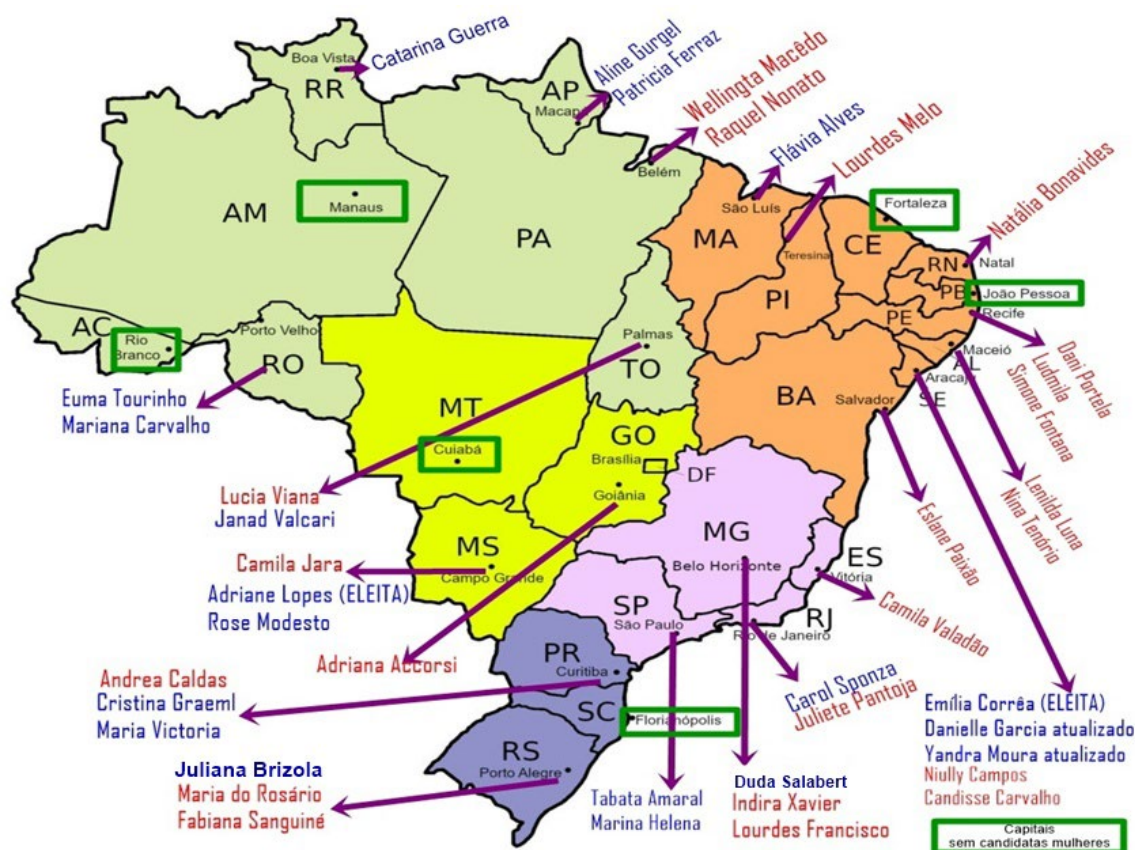
Capital	Candidata	N. total postagens	Postagens 1º turno	Postagens no 2º turno ⁹³
Aracaju/SE	Emília Corrêa (eleita)	363	342	21
Aracaju/SE	Yandra Moura	1203	1203	-
Aracaju/SE	Danielle Garcia	358	358	-
São Luís/MA	Flávia Alves	232	232	-
Macapá/AP	Aline Gurgel	130	130	-
Macapá/AP	Patricia Ferraz	179	179	-
Boa Vista/RR	Catarina Guerra	263	263	-
Palmas/TO	Janad Valcari	219	128	91
Campo Grande/MS	Rose Modesto	183	50	133
Campo Grande/MS	Adriane Lopes (eleita)	156	73	83
Porto Velho/RO	Euma Tourinho	281	281	-
Porto Velho/RO	Mariana Carvalho	276	276	
Rio de Janeiro/ RJ	Carol Sponza	159	159	-
São Paulo/SP	Marina Helena	346	346	-
São Paulo/SP	Tábata Amaral	425	425	-
Curitiba/PR	Cristina Graeml	413	147	266
Curitiba/PR	Maria Victoria	120	120	
Porto Alegre/RS	Juliana Brizola	90	90	
Belo Horizonte/MG	Duda Salabert	48	48	
Total de postagens			5.444	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do Instagram, 2024.

⁹² No segundo turno, apesar de haver candidatas derrotadas declarando apoio ou agradecendo os eleitores, foram consideradas as postagens apenas das candidatas que concorreram ao segundo turno das eleições, cujos nomes estão destacados na tabela acima.

⁹³ Em amarelo, as candidatas que perderam as eleições, no segundo turno. Em azul, as que ganharam em segundo turno. Não houve candidatas, nas capitais, que venceram no primeiro turno.

Figura 6 – Candidatas Mulheres às prefeituras das capitais brasileiras em 2024



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Dados do IBGE.

Em relação ao escopo empírico da pesquisa, seguem algumas breves informações das candidatas da direita e de centro-direita às prefeituras das capitais brasileiras em 2024. Inicialmente, as informações foram organizadas por região, estado/capital e pela colocação das referidas candidatas no primeiro turno das eleições.⁹⁴

4.4.1 REGIÃO NORDESTE

A região Nordeste se destacou como a região que mais candidatas mulheres teve em 2024 e na qual uma (das duas mulheres eleitas) assumiu o comando de capital brasileira. Quinze mulheres disputaram esse cargo em sete das nove capitais. Em

⁹⁴ Os dados referentes às candidatas foram quantificados em uma planilha do Excel, disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/15EmLMVS1IIVVZpRT3KFkuyvXCjzGZjTp/edit?usp=drive_link&oid=100754919645776453447&rtpof=true&sd=true.

Maceió/AL, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA e Teresina/PI, houve apenas candidatas de esquerda. Aracaju/SE, teve candidatas de esquerda, direita e centro; e São Luiz/MA teve apenas uma candidata (de centro-direita). Fortaleza/CE e João Pessoa/PB não tiveram mulheres pleiteando a prefeitura. Sobre o desempenho das *candidatas da esquerda*, destaque:

- Em Natal/RN

Natália Bonavides (PT) chegou a ir ao segundo turno contra Paulinho Freire (União). O Presidente Lula só participou ativamente da campanha de Bonavides no segundo turno, estando presente em um comício da candidata.

- Em Aracaju/SE

Candisse Carvalho (PT), com o jingle “Candisse é Lula, Candisse é luta”, teve 9,24% dos votos no primeiro turno, ficando em 4º lugar. A campanha contou com apoio do senador Rogério Carvalho (PT), marido de Candisse. Não houve apoio presencial ou midiático expressivo de outras lideranças da esquerda. Niully Campos (PSOL), ficou em 6º lugar nesse pleito com 4,75% votos. Guilherme Boulos (PSOL), liderança do partido de Niully, viria a se tornar Ministro do governo Lula em 2025. Não foram encontrados registros do apoio de Boulos, ou de outra liderança da sua sigla partidária, à campanha de Niully.

- Maceió/AL

A capital alagoana teve duas candidatas mulheres, ambas da esquerda: Nina Tenório (PCO), que obteve 0,08% dos votos e Lenilda Luna (UP), que apesar de ter apenas 2% dos votos, ficou em 3º lugar. O PT apoiou o deputado emedebista Rafael Brito. O então prefeito JHC (João Henrique Holanda Caldas), candidato do PL, foi reeleito ainda no 1º turno.

- Recife/PE

Três mulheres, todas de esquerda, alcançaram, respectivamente, o 3º lugar (Dani Portela/PSOL, com 3,78%); 6º lugar (Ludmila/UP, com 0,15%); e o 7º lugar (Simone Fontana/PSTU, com 0,06%) na eleição. Nenhuma delas teve o apoio de lideranças proeminentes de esquerda, nem mesmo a candidata do PSOL. O PT apoiou formalmente a reeleição de João Campos (PSB), cujo vice, Victor Marques, é do PCdoB.

- Salvador/BA

Eslane Paixão/UP (ficou em 4º lugar, com 0,41% dos votos). Foi a única candidata mulher e a única de esquerda. O apoio da esquerda a Geraldo Júnior (MDB) vice-governador baiano⁹⁵, por uma coligação que incluiu o PT, PSB, PCdoB e PV, causou constrangimentos dentro da própria esquerda.

- Teresina/PI

A cidade teve uma candidata mulher no pleito de 2024: Lourdes Melo/PCO (8º lugar, com 0,12% dos votos). A eleição foi vencida pelo candidato Silvio Mendes do União Brasil (eleito para um terceiro mandato na capital). Fábio Novo, candidato do PT, ficou em 2º lugar.

Na sequência, serão analisadas as candidatas de direita de Aracaju (SE) e São Luís (MA).

4.4.1.1 Sergipe

Em Aracaju, as cinco candidatas eram de classe média e tinham ensino superior.

Emília Corrêa (PL), a prefeita eleita com 57% dos votos no 2º turno, tem 63 anos, é branca, casada, advogada, professora de Direito e apresentadora de TV. Foi vereadora por dois mandatos (2016/2024), e é casada com Itamar Bezerra desde 2003. Bezerra é pastor da Igreja Presbiteriana da Bahia (e seu atual Secretário Municipal de Governo). Emília foi tecnicamente apoiada por Bolsonaro, mas a candidata destacou, em entrevistas, ter intencionalmente evitado a polarização que o nome do ex-presidente poderia gerar. Nikolas Ferreira⁹⁶ visitou Aracaju durante a campanha para apoiar Corrêa.

⁹⁵ Ver: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/o-silencioso-constrangimento-da-esquerda-na-eleicao-em-salvador/>.

⁹⁶ Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/10/07/nikolas-ferreira-e-cabo-eleitoral-de-7-candidatos-do-pl-que-vao-ao-2-turno-em-capitais.htm>.

Destaca-se, inclusive, que Correa enfatizou que a presença de Bolsonaro “foi importante, mas campanha não foi polarizada”⁹⁷, justamente para que os vínculos com o ex-presidente não fossem midiaticamente alimentados durante a sua trajetória eleitoral em 2024.

Yandra Moura (União Brasil) foi a 3ª colocada no 1º turno, com 14% dos votos. Relativamente jovem, Yandra tem 30 anos, é branca, solteira, advogada, deputada federal (2023/2027) e Youtuber⁹⁸. Seu pai, o ex-deputado federal André Moura, é líder do União Brasil em Sergipe e foi líder do governo Temer na Câmara dos Deputados. Yandra protagonizou, em 14/09/2024, uma situação constrangedora ao declarar que mulheres que votassem no candidato Luiz Roberto (PDT) “não mereciam respeito”⁹⁹. Foi Coordenadora-geral do Observatório Nacional da Mulher na Política, e seu Plano de Governo previa ações de combate à violência doméstica e de gênero, bem como incentivos à participação feminina em cargos públicos. Apesar de católica, não fez uso ostensivo da potencialidade da religião durante a campanha. Quando foi eleita deputada, em 2022, Yandra declarou que apoiava Bolsonaro e que não iria eleger petistas¹⁰⁰. Bolsonaro, contudo, apoiou institucionalmente sua companheira de partido e concorrente de Yandra, Emília Corrêa (PL) nas eleições 2024.

Delegada Danielle (Danielle Garcia Alves/MDB), ficou em 5º lugar nas eleições (5,52% dos votos), tem 59 anos, é branca, casada e advogada. Candidatou-se, sem sucesso, à prefeitura em 2020 pelo Cidadania (antigo Partido Popular Socialista - PROGRESSISTAS) e ao senado, em 2022, pelo PODEMOS (antigo Partido Trabalhista Nacional - PTN), ano em que apoiou a candidatura de Bolsonaro à reeleição presidencial. Fez uma campanha pautada na sua experiência como Delegada da Polícia Civil, focando em segurança. Apesar de ter sido titular da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para Mulheres em Sergipe, seu Plano de Governo só tinha uma ação, na área da saúde (criação de um centro de atendimento à mulher e a criança) que, tecnicamente, dizia

⁹⁷Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/ajuda-de-bolsonaro-foi-importante-mas-campanha-nao-foi-polarizada-diz-prefeita-eleita-em-aracaju/>

⁹⁸ Ver <https://www.youtube.com/@yandramourase>.

⁹⁹ Ver: <https://se79.com.br/video-yandra-faz-duras-criticas-as-mulheres-que-optam-por-luiz-roberto-nao-merecem-respeito/>.

¹⁰⁰ Yandra vai a ato com Michelle, declara apoio a Bolsonaro e Fábio e diz: "não vamos eleger petistas", ver: <https://www.youtube.com/watch?v=khEB5hznq0o>.

respeito especialmente às mulheres. Danielle Garcia, candidata de centro, foi uma das duas (a outra foi Flávia Alves, do Maranhão) em cuja campanha não identificamos nenhum vestígio dos conceitos do neoconservadorismo. Apesar de seu partido, o MDB ser considerado um partido pragmático, de atuação fisiológica, com foco na manutenção de poder e forte potencial eleitoral, não houve transferência de capital político, dos dirigentes do partido, que favorecesse a campanha de Danielle. Uma peculiaridade da candidata¹⁰¹ foi enfatizar seu próprio nome, sem se vincular a nenhum padrinho, como uma questão de legitimidade, como afirmou em uma postagem de setembro de 2024: "Danielle do presidente Lula? Também não. Danielle do presidente Bolsonaro? Também não. Eu sou Danielle Garcia, todo mundo me conhece. Todo mundo sabe a minha história."

4.4.1.2 Maranhão

Flávia Alves (SOLIDARIEDADE), foi a única mulher entre sete candidatos que disputaram a prefeitura de São Luís. Obteve 0,84% dos votos, ficando em quinto lugar no pleito. Flávia tem 42 anos, é casada, advogada e pedagoga. Antes de entrar para a política, atuava na iniciativa privada e não possuía experiência no setor público. Seu Plano de Metas tinha compromissos que se interrelacionam pontualmente com a agenda dos direitos das mulheres, como projeto de combate à pobreza menstrual e de apoio ao planejamento familiar. Candidata por um partido de centro-direita, Flávia não obteve apoio de representantes da política neoconservadora. Tampouco contou com o respaldo das lideranças tradicionais de seu partido, como, por exemplo, de Paulinho da Força). Registra-se, ainda, que sua campanha não elementos compatíveis com a agenda da extrema-direita.

4.4.2 REGIÃO NORTE

Dez mulheres disputaram cinco das sete capitais da Região Norte. Rio Branco/AC e Manaus/AM não tiveram candidatas. Em Macapá/AP, Palmas/TO e Porto Velho/RO, havia candidatas de esquerda e direita. Em Belém/PA, só havia candidatas de esquerda.

¹⁰¹ Ver: https://www.instagram.com/reels/C_tztmLSLTb/

Houve candidatas de direita em quatro cidades (Boa Vista/RR, Macapá/AP; Palmas/TO e Porto Velho/RO). Dessas, duas chegaram ao segundo turno: Janad Valcari do PL, em Palmas; e Mariana Carvalho, do União Brasil, em Porto Velho/RO. Ambas foram derrotadas no segundo turno. Em Boa Vista/RR, só havia uma mulher (Catarina Guerra/União Brasil), de direita, concorrendo.

Sobre as candidatas da esquerda: Em Belém/PA, entre as nove candidaturas, só duas mulheres (ambas de esquerda) disputaram a eleição: (Wellington Macedo/PSTU e Raquel Nonato de Brício/UP). Juntas, alcançaram menos de 1% do eleitorado.

Palmas/TO teve uma candidata de esquerda: Lucia Viana/PSOL, com 0,37% dos votos, terminando a eleição em 4º lugar. Rio Branco/AC não teve candidaturas de mulheres.

Em Manaus/AM, o PSOL desistiu de lançar Natália Demes, que seria a única candidata mulher no pleito. Com isso, a eleição transcorreu sem candidaturas femininas ao cargo de prefeita, embora o candidato do PL, Capitão Alberto Neto, derrotado no segundo turno, tivesse como vice Maria do Carmo, do NOVO. Também chama a atenção o fato de o PT, que em toda a região norte apresentou somente uma candidata à prefeita de capital (Fátima Cleide, em Porto Velho/RO), ter optado, em Manaus, por apoiar Samuel Costa (Rede), derrotado no primeiro turno.

Na sequência, serão analisadas as candidatas de centro e de direita na região norte:

4.4.2.1 Roraima

Catarina Guerra (União Brasil), foi a única candidata mulher, entre os quatro candidatos à prefeitura de Boa Vista. Deputada estadual atualmente no segundo mandato consecutivo, Guerra tem 39 anos, é advogada, e é herdeira política do seu pai, o ex-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima e ex-governador interino Chico Guerra (governador em 2014). Teve 22% dos votos, mas o então prefeito de Boa Vista foi reeleito com mais de 75% dos votos. Evangélica, Catarina tem presença constante em eventos neopentecostais e chegou a declarar, no início de 2024, que esperava contar com o apoio de Bolsonaro (que apoiou a reeleição do prefeito, Arthur Henrique, do

MDB)¹⁰² na sua campanha¹⁰³. Embora seja ex-Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa, seu plano de governo não contemplava a agenda de direitos das mulheres.

4.4.2.2 *Amapá*

Macapá teve duas candidatas, ambas da direita, entre os sete concorrentes à prefeitura.

Aline Gurgel (Republicanos), de 44 anos, foi deputada federal (mandato 2019/2022), é servidora pública de carreira e casada. À época da eleição, ocupava o cargo de secretária estadual de assistência social no governador de Clécio Luís/PSOL) eleito por uma ampla coalização partidária, que reuniu legendas da esquerda à direita. Não tinha uma atuação na qual a agenda das mulheres fosse prioridade, embora participasse de campanhas contra a violência doméstica, nas redes sociais. Apadrinhada por Davi Alcolumbre, teve 3,71 % dos votos, ficando em 3º lugar nas eleições. Alcolumbre apoiou Gurgel depois da desistência do irmão dele, Josiel Alcolumbre¹⁰⁴, em concorrer à prefeitura de Macapá. A parametrização cristã foi uma constante na sua campanha: "Juntas, somos mais fortes quando caminhamos com Deus."¹⁰⁵, declarou em suas redes sociais.

Patrícia Ferraz (PSDB) foi a 4ª colocada no mesmo pleito, com 0,76% dos votos. Também deputada federal no mesmo período que Gurgel, Ferraz é dentista, mestre em políticas públicas (embora se autodenomine doutora, nas redes sociais), e se apresenta como mentora, palestrante, escritora, cristã e temente a Deus¹⁰⁶, sendo membro da Igreja neopentecostal "Construindo Destinos"¹⁰⁷. Sua relação com a agenda de direitos das mulheres se limita a postagens pontuais com frases de efeito e discursos em datas celebrativas, sem lastro concreto na sua trajetória. Patrícia Ferraz disputou

¹⁰² Ver: <https://portalofato.com.br/2024/08/28/em-video-ex-presidente-bolsonaro-declara-apoio-para-a-reeleicao-de-arthur-henrique/>

¹⁰³ Ver: <https://www.folhabv.com.br/politica/catarina-diz-esperar-apoio-de-bolsonaro-para-disputar-prefeitura-de-boa-vista/>.

¹⁰⁴ Ver: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2024/07/23/josiel-alcolumbre-uniao-brasil-anuncia-desistencia-de-candidatura-a-prefeitura-de-macap%C3%A1.ghtml>.

¹⁰⁵ https://www.threads.com/@dep_alinegurgel

¹⁰⁶ Ver: <https://www.facebook.com/drapatriciaferraz/videos/1901152677066805>.

¹⁰⁷ Ver: <https://www.facebook.com/drapatriciaferraz/videos/810120617259250>
<https://www.facebook.com/igrejaconstruindodestinos/>.

representando a coligação PSDB/Cidadania/Progressistas, mas não recebeu apoio político efetivo dos partidos coligados ou da bancada neopentecostal.

4.4.2.3 Tocantins

Uma das sete capitais em que uma mulher foi para o segundo turno, Palmas teve duas mulheres concorrendo entre os quatro candidatos: Lucia Viana (PSOL) e Janad Valcari (PL).

Janad Valcari terminou o primeiro turno em 1º lugar, mas perdeu no segundo, de virada para Eduardo Siqueira Campos (PODEMOS) - mesmo com o apoio expressivo de destaques da extrema-direita (Bolsonaro, Nikolas Ferreira e a senadora Tereza Cristina, ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro). Deputada estadual em exercício, divorciada, 40 anos, Janad foi Presidente da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Tocantins. Seu plano de governo previa ações específicas para as mulheres, como o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM).

4.4.2.4 Roraima

Porto Velho também teve duas candidatas, ambas de direita, com uma delas, Mariana Carvalho (União Brasil), chegando ao segundo turno em situação semelhante à vivenciada por Janad Valcari em Palmas: perdendo de virada para o segundo colocado, Leonardo Barreto de Moraes (Podemos).

Mariana Carvalho (União Brasil) foi deputada federal por dois mandatos (2015–2023), é médica, bacharel em Direito, solteira e tinha 38 anos quando concorreu à prefeitura de Porto Velho. Damares Alves (Republicanos) e Michelle Bolsonaro, assim como o governador de Rondônia, Marcos Rocha (PL), apoiaram, inclusive presencialmente, em comícios, a campanha de Carvalho. Seu vice (Valcenir Silva)¹⁰⁸ é pastor da igreja Pentecostal Missionária Unida do Brasil. Carvalho é autora de duas leis relacionadas à violência doméstica e seu plano de governo tem duas menções à vida das mulheres: uma meta vinculada ao atendimento de mulheres em situação de violência doméstica, e outra, tratando genericamente da saúde. Assim como no caso de Janad

¹⁰⁸ Ver: <https://www.instagram.com/pastorvalcenir/>.

Valcari, no Tocantins, os apoios maciços de lideranças neoconservadoras não foram suficientes para assegurar sua vitória, para um homem, de partido do centro. Bolsonaro chegou a participar de vídeos da campanha¹⁰⁹, com legendas elogiosas, de Mariana, para com o ex-presidente: ‘É gratificante poder contar com o suporte de pessoas como o Presidente Bolsonaro nessa caminhada, visando transformar ainda mais a nossa amada Capital.’

Euma Tourinho (MDB), magistrada de 55 anos, casada, obteve quase 10% dos votos, ficando em 4º lugar no primeiro turno. Candidata outsider, Euma Mendonça Tourinho atualmente (2026) é secretária executiva de Gestão de Gastos Públicos na Prefeitura de Porto Velho¹¹⁰. Não trouxe, em suas metas de governo, nenhuma menção à pauta de direitos das mulheres. O deputado federal Lúcio Mosquini (PMDB), aliado pessoal de Bolsonaro, foi seu padrinho político.

4.4.3 REGIÃO CENTRO-OESTE

4.4.3.1 Cuiabá/MT

Cuiabá/MT não teve mulheres candidatas.

4.4.3.2 Goiânia/GO

Goiânia só teve uma candidata mulher, a petista Adriana Accorsi, que terminou o primeiro turno em terceiro lugar, com 24,44% dos votos. O 2º lugar, Sandro Mabel Antonio Scodro, candidato do União Brasil, ficou com 27,66% e venceu de virada sobre Fred Rodrigues, candidato do PL, no 2º turno. Esse resultado, em tese, sugere que a rejeição ao candidato do PL no 2º turno poderia ter favorecido a vitória de Adriana Accorsi, caso ela tivesse avançado para a segunda etapa da disputa. Lula afirmou que participaria de comícios de Accorsi, no entanto, nunca cumpriu a promessa de atuar presencialmente na campanha.

¹⁰⁹ Ver: https://www.instagram.com/reels/C_wNO9BgvIN/

¹¹⁰ Ver: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/49783/gestao-conheca-os-gestores-da-nova-estrutura-administrativa-da-prefeitura-de-porto-velho>.

4.4.3.3 Campo Grande/MS

Campo Grande foi a única capital em que duas mulheres, ambas de direita, disputaram o segundo turno, vencido por Adriane Lopes.

Adriane Lopes (Progressistas), 48 anos, casada com um deputado estadual da bancada evangélica, é teóloga, advogada e pós-graduada em Administração Pública. Já era prefeita interina desde abril de 2022 (e vice-prefeita desde 2015). Seu secretariado é paritário entre os gêneros, mas seu plano de governo, bem como sua gestão atual, não contempla a pauta de direitos das mulheres. Bolsonaro apoiou Beto Pereira (PSDB) no primeiro turno, causando constrangimentos públicos em seu relacionamento com a Senadora Tereza Cristina (Progressistas), sua ex-ministra e principal articuladora da campanha de Adriane. Com Beto Pereira ficando em 3º lugar no primeiro turno, Bolsonaro retrocedeu e gravou um vídeo junto com Tereza Cristina, minimizando o “desentendimento” e declarando seu apoio a Lopes¹¹¹

Imagem 7 – Teresa Cristina e Bolsonaro



Fonte: Reprodução/Instagram/adrianelopesms. A senadora Tereza Cristina (PP-MS) com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em gravação de vídeo em apoio à candidata do PP, Adriane Lopes, em Campo Grande, 11/10/2024.

¹¹¹ Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/bolsonaro-grava-video-em-apoio-a-candidata-em-campo-grande-apos-pedido-de-tereza-cristina/>.

Em maio de 2026, Lopes figurava como a prefeita com os maiores índices de rejeição do país¹¹², tendo doze pastores nomeados como secretários de seu gabinete.

Rose Modesto (União Brasil), 47 anos, foi vereadora (2009/2014), vice-governadora (2015-2018) e deputada federal (2019/2023), com atuação sensível quanto aos direitos das mulheres nas três esferas. Professora e historiadora, Rose é solteira, evangélica e ativa participante de eventos neopentecostais. Seu padrinho político foi o então governador de Goiás e atualmente (2026), pré-candidato à presidência Ronaldo Caiado (União Brasil). Tem forte atuação na pauta de direitos das mulheres, e seu plano de governo previa mecanismos de crédito, empregabilidade e ampliação da participação das mulheres na política e no mercado de trabalho. Adriane Lopes e Rose Modesto, tiveram um segundo turno extremamente acirrado, com Lopes vencendo por 51,45% dos votos válidos, numa diferença numérica de menos de 11 mil votos, em um universo de 461 mil eleitores.

4.5 As “estranhas no ninho”: o caso das candidatas do sul e sudeste, pessoalmente de esquerda, mas vinculadas a partidos de centro

*Sinal vermelho
não siga
Setas de mão,
não vire
Vá sempre em frente
nem pense
É contramão
No campo do adversário
É bom jogar com muita calma
Procurando pela brecha
Pra poder ganhar*

(Gonzaguinha, 1975).

Antes de passar às candidatas do Sudeste e do Sul do país, cabe destacar a respeito de três mulheres dessas regiões, que desafiaram a lógica da nossa pesquisa: a belo-horizontina Duda Salabert, a porto-alegrense Juliana Brizola (ambas filiadas ao

¹¹² Ver: <https://rankingpesquisa.com.br/noticias/avaliacao-da-prefeita-adriane-lopes-e-os-problemas-de-campo-grande-marco-de-2026/> e <https://iclnoticias.com.br/evangelica-prefeita-que-nomeou-12-pastores/>.

PDT) e a paulistana Tábata Amaral (PSB), todas disputando a prefeitura das capitais em que nasceram.

Embora essas candidaturas componham a amostra deste estudo, a classificação aqui adotada se deu pela caracterização ideológica dos partidos pelos quais concorreram, e não devido a trajetórias políticas e pessoais, que, em maior ou menor grau, podem não coadunar com a identidade partidária das siglas em questão. As três candidatas possuem sólida formação acadêmica e, no caso de Duda e Tábata, são portadoras de ampla formação acadêmica e robusta atuação junto a grupos subalternos.

Tábata Amaral é filha de trabalhadores com pouca instrução formal, nasceu na periferia de São Paulo e se destacou desde muito jovem pelo seu desempenho escolar: aos 19 anos, passou no vestibular da USP, e concomitantemente foi aprovada em seis faculdades estadunidenses, incluindo Harvard. Sua trajetória política é pautada pela participação em movimentos sociais relacionados à educação e à renovação política, para além de exercer mandato como deputada federal. Duramente criticada por estar relacionada a partidos de centro, ainda que defendendo valores tidos como “de esquerda”, Tábata se defende informando que seu objetivo é “renovar as práticas, e que o mais importante é dar menos atenção para essa guerra entre esquerda e direita, os dois extremos, e falar que está ali pelos princípios, pelos valores.”¹¹³

Duda Salabert, mulher trans, foi professora durante treze anos de um dos mais tradicionais colégios belorizontinos e, durante a pandemia, os pais dos alunos “descobriram”, assistindo as aulas *online*, que a professora não correspondia aos padrões tradicionais da heteronormatividade, ameaçando-a de morte¹¹⁴. Na época, 2021, Duda era vereadora recém-eleita em Belo Horizonte. Em 2022 foi eleita deputada federal com votação expressiva. Derrotada em 2024 para o pleito da prefeitura mineira, apoiou Fuad Noman (PSD) para a reeleição de Belo Horizonte. Noman faleceu em março de 2025, deixando o posto para o vice-prefeito eleito, Álvaro Damião (União Brasil). Em abril

¹¹³ Leite, Marcela. «Queria mais disso no Congresso, diz deputada sobre questionamentos a Vélez». UOL, 31 maio 2019.

¹¹⁴ Cruz, Márcia Maria. Ver: https://www.em.com.br/aProgressistas/noticia/politica/2021/02/06/interna_politica,1235687/ameaca-de-morte-foi-razao-para-demissao-avalia-a-vereadora-duda-salabert.shtml.

de 2026, Duda saiu do PDT, depois de seis anos ligada a esse partido, e retornou ao PSOL, ao qual foi filiada entre 2018 e 2019.

Já Juliana Brizola carrega, além da herança histórica do sobrenome, o fato de ser uma figura relevante do PDT, partido fundado por seu avô, Leonel Brizola, em 1979. A advogada foi eleita pela primeira vez, como vereadora em Porto Alegre (já pelo PDT) em 2008. Em 2010 se elegeu deputada estadual, tornou-se suplente em 2014, e reeleita, como deputada estadual, em 2018. Foi também candidata a prefeita da capital gaúcha em 2020, e a deputada federal em 2022. Em 2024, novamente candidata à prefeita, ficou em terceiro lugar nas eleições, apoiada pelo governador Eduardo Leite, à época, no PSDB. No ano seguinte, anunciou sua pré-candidatura ao governo do Rio Grande do Sul, em 2026.

Cada uma dessas três mulheres tem uma trajetória política peculiar e, numa análise inicial, a consideração das três como candidatas vinculadas à direita (e mesmo à centro-esquerda) causa certo estranhamento, principalmente no que se refere a instabilidade e a fluidez com a qual políticos brasileiros se relacionam com partidos políticos. Ressalta-se, contudo, que conforme Zucco (2024), tanto o PSB quanto o PDT (ao qual Tábata já pertenceu) não só foram fundados como legendas de esquerda, como permaneceram assim até meados dos anos 2000.

A inclusão de ambas as siglas, como partido de centro-esquerda, é relativamente recente. Timothy e Zucco (2024) explicam que a “centralização” de partidos menores não foi um fenômeno isolado nos mais de 30 anos (1990-2021) englobados em sua pesquisa: “a história registra uma ligeira guinada centrista tanto de partidos de esquerda, quanto da maioria dos partidos menores de direita, contribuindo para uma longa fase de despolarização gradual que durou até aproximadamente 2013” (Timothy e Zucco, 2024, p. 179). Portanto, não são candidatas cuja trajetória política pessoal esteja intrinsecamente ligada aos valores da direita (pelo contrário), mas que têm (ou tiveram) seu nome vinculado aos propósitos da direita por questões ideologicamente partidárias.

No entanto, é perceptível que a vinculação dessas mulheres a esses partidos não foi isenta de consequências. Aparentemente, nem mesmo elas escaparam do custo político de vincular seu capital político às agremiações identificadas com o

neoconservadorismo. Além do prejuízo junto ao próprio eleitorado, as três foram levadas a fazer concessões que não coadunam com as suas trajetórias

Boa parte da campanha de Juliana Brizola em 2024 foi “justificando” a sua aliança com Eduardo Leite. Tal associação com o PSDB (ao qual Leite era filiado), partido adversário do PT (que também tinha candidata própria), foi vista como um entrelaçamento inadequado do PDT, historicamente pertencente a base do governo Lula, com a direita gaúcha. Em 2026, em aparente tentativa de recompor sua imagem junto ao eleitorado de esquerda ¹¹⁵, em abril já estavam sendo veiculados dados e imagens associando Juliana Brizola ao presidente Lula, em preparação para sua pré-candidatura ao governo do estado gaúcho, tendo inclusive, Edegar Pretto (PT), ex-deputado estadual do Rio Grande do Sul, como vice na chapa. ¹¹⁶

Imagem 8 – Juliana Brizola e padrinhos



Fonte: Foto de Ricardo Stuckert/PR, O Globo, 06/04/2026. A pré-candidata do PDT no Rio Grande do Sul, Juliana Brizola, entre Carlos Lupi e Lula.

O caso de Juliana Brizola é bastante peculiar, porque, ao mesmo tempo em que afirmava enfaticamente seu posto como herdeira do capital político do avô, simultaneamente tentava se colocar como uma liderança para além de tal legado. Tratava-se de uma tentativa de “fundir” o espólio familiar com o próprio repertório político,

¹¹⁵ Ver: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/04/06/pt-ameaca-intervir-no-diretorio-gaucho-para-garantir-alianca-com-juliana-brizola-do-pdt.ghtml>.

¹¹⁶ Ver: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2026/noticia/2026/04/16/edegar-pretto-vice-governador-chapa-de-juliana-brizola.ghtml>.

de maneira não excludente, mas soando como uma apropriação da herança masculina (ainda que de esquerda) de sua ancestralidade.

Duda Salabert, indiretamente, acabou ajudando a eleger um representante da extrema-direita para a prefeitura de Belo Horizonte. Ao apoiar, no segundo turno, o então prefeito Fuad Noman (PSD), acometido de um câncer do qual veio a falecer pouco depois da posse, em 2025, Duda favoreceu que Álvaro Damião (União Brasil), vice de Noman, alcançasse o poder executivo municipal da capital mineira, cargo que ocupava até julho de 2026.

Ao voltar para o PSOL, em 2026, Duda alegou estar “retomando às origens”¹¹⁷, num claro aceno ao seu eleitorado. Porém, a aproximação do PDT mineiro com o NOVO¹¹⁸ de Romeu Zema, pré-candidato à Presidência da República, em abril de 2026, constitui outra hipótese relevante nessa conjuntura.

O alinhamento a pautas liberais também foi um percalço delicado para Tábata Amaral¹¹⁹ que também já foi do PDT, do qual saiu em 2021 para se filiar ao PSB. Diferentemente das pautas elementares divergentes das outras candidatas (no caso de Juliana Brizola, a aliança com o PSDB, teoricamente antagônico do PT, partido historicamente relacionado ao PDT; e, no caso de Duda, a contradição entre ser uma mulher trans, ambientalista, vinculada de maneira indireta ao NOVO), Tábata passou a ser julgada pela posição considerada ambígua entre a esquerda e a direita.

Apesar de suas origens e posição em relação à importância do acesso à educação, por exemplo, Tábata Amaral votou a favor da privatização dos Correios e da reforma da Previdência (pauta histórica da direita e do liberalismo econômico no Brasil). Além disso, sua conexão com instituições como a *think tank* Renova BR¹²⁰ - organização que se define como suprapartidária, mas é apoiada por grupos relacionados ao ultraliberalismo, protagonizados por pessoas como o apresentador de televisão Luciano Huck, adepto do

¹¹⁷ Ver: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/duda-salabert-troca-o-pdt-pelo-psol-para-buscar-a-reeleicao/>.

¹¹⁸ Ver: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/04/01/duda-salabert-deixa-pdt-e-retorna-ao-psol.ghtml>.

¹¹⁹ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2019/09/Tábata-e-de-direita.shtml>

¹²⁰ Ver: <https://www.renovabr.org/parlamentares-formados-pelo-renovabr-sao-destaque-no-premio-congresso-em-foco/>.

“Liberalismo Afetivo”¹²¹ — também passou a integrar o conjunto de críticas dirigidas à sua atuação política.

Tábata Amaral mencionou diversas vezes em sua campanha que mantinha “possibilidade de diálogo”, tanto com Lula quanto com Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, com diversas ações que apontam para uma aproximação com a extrema-direita, entre elas, a conexão e a proximidade política com o clã dos Bolsonaro. A essa circunstância, soma-se o fato de que Tábata é vítima de ataques provenientes tanto da esquerda quanto da direita: *“Eu já recebi ameaça de morte e de estupro dos dois lados.”*¹²² A frase de Tábata, dita em 2021, é uma infeliz constatação de que a tentativa de articulação e de se equilibrar entre os espectros políticos conservador e progressista gera (mais) violência contra ela. Essa violência é elevada exponencialmente ainda pelo fato de ser mulher. Ao que parece, a machosfera¹²³ não tem partido e Tábata incomoda o corporativismo masculino, que transcende e se sobrepõe ao espectro político.

Reflexões em torno do pedágio a qual as candidatas do nosso *corpus* são submetidas, por sua aliança a pauta conservadora em troca de capital político, serão retomadas adiante. Neste aparte, busquei explicar como essas três mulheres, exceções dentro dessa pesquisa, foram vinculadas à identidade do neoliberalismo e do neoconservadorismo brasileiro no contexto das eleições de 2024. Retomo a seguir, a discorrer sobre os dados referentes às candidatas à prefeita das capitais do Sudeste e do Sul do país.

4.5.1 REGIÃO SUDESTE

Belo Horizonte/MG teve duas candidatas de esquerda: Lourdes Francisco (PCO), Indira Xavier (UP) - ambas com menos de 0,2% dos votos -; e uma de centro esquerda: Duda Salabert (PDT) com 7,68% dos votos.

¹²¹ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=owEoVldyxjo&t=34s>.

¹²² Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-10/as-redes-de-esquerda-odeiam-a-deputada-Tábata-amaral-por-que.html>.

¹²³ Ver: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/o-que-e-a-machosfera-e-por-que-devemos-nos-preocupar/>.

Vitória/ES teve uma mulher pleiteando a prefeitura: Camila Valadão, do PSOL (5,74% dos votos). Valadão construiu sua base no movimento estudantil, na luta por direitos humanos e na militância feminista, sendo doutora em Política Social. Nem Guilherme Boulos, ou qualquer outra liderança política, apoiou efetivamente sua candidatura. Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram candidatas vinculadas à direita, à saber:

4.5.1.1 Belo Horizonte

Duda Salabert, como dito anteriormente, foi a primeira mulher trans a concorrer às prefeituras das capitais brasileiras. Professora e ambientalista, foi derrotada no primeiro turno, e apoiou Fuad Noman no segundo.

4.5.1.2 São Paulo/SP

A capital paulista teve duas mulheres entre os dez candidatos à prefeitura, em 2024. Conforme discutido na seção anterior, Tábata Amaral foi classificada nesta pesquisa segundo a posição ideológica do partido pelo qual concorreu (PSB), e não por sua trajetória política pessoal.

Marina Helena (NOVO) é a típica representante do neoliberalismo da Geração Y (nascidos entre 1980 e 1996). Economista integrante da equipe do Ministério da Economia do governo de Bolsonaro, teve como padrinho o governador mineiro, Romeu Zema (NOVO), que gravou diversos vídeos com a candidata e teve como bandeiras a privatização do ensino público, o *impeachment* de Alexandre de Moraes, o fim da “ideologia de gênero e das teorias de Paulo Freire” nas escolas. Devota da meritocracia, seu Plano de Governo e a sua campanha não tiveram nenhuma menção da pauta de direitos das mulheres.

Por sua vez, **Tábata Amaral (PSB)**, deputada federal em exercício (2023/2027), é politóloga com trajetória alinhada às pautas do feminismo. Questões relacionadas à diversidade, à paridade de gênero na política, assistência para as mulheres vítimas de violência e a reabilitação de agressores constavam no seu Plano de Governo. Entre suas

propostas na Câmara dos Deputados, destaca-se o que gerou a Lei Nº 14.986/ 2024¹²⁴, que torna obrigatório o ensino sobre o protagonismo das mulheres nas disciplinas de história, ciências, artes e cultura. Em 21/02/2026, casou-se com o presidente nacional do PSB, **João Henrique de Andrade Lima Campos**¹²⁵, herdeiro da linhagem dos Arraes, família histórica da política de Pernambuco.

4.5.1.3 Rio de Janeiro/RJ

As duas mulheres que concorreram à prefeitura do Rio de Janeiro, uma de esquerda (Juliete Pantoja/UP, 7º colocada nas eleições, com 0,22% dos votos) e outra de direita (Carol Sponza/NOVO, 6º colocada, 0,66% dos votos), juntas, não alcançaram nem 1% dos votos, numa eleição em que Eduardo Paes (PSD) foi reeleito no primeiro turno.

Carol Sponza (NOVO), é praticamente uma réplica da paulista Marina Helena, inclusive houve reciprocidade de participação entre as campanhas das duas candidatas. Advogada de 44 anos, Sponza recebeu apoio de Romeu Zema, embora que em menor escala do que Marina Helena. Posicionou-se contra o que denominava “o autoritarismo do Supremo Tribunal Federal”¹²⁶ Com exceção da promessa de aumentar vagas nas creches públicas, seu programa de governo não contemplava medidas direta e essencialmente voltadas à qualidade de vida das mulheres.

4.5.2 REGIÃO SUL

Florianópolis/SC não teve mulheres candidatas.

¹²⁴ Ver: LEI Nº 14.986, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14986-25-setembro-2024-796400-publicacaooriginal-173212-pl.html>.

¹²⁵ João Campos é filho do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos e bisneto do também, ex-governador Miguel Arraes.

¹²⁶ Ver: <https://www.instagram.com/carolsponza/reel/DH4URdduPFE/>.

4.5.2.1 Porto Alegre/RS

Em Porto Alegre, duas das três mulheres que pleitearam a prefeitura eram candidatas de esquerda: Fabiana Sanguiné (PSTU) contou com 0,17% dos votos válidos no primeiro turno e Maria do Rosário (PT) obteve 26% dos votos e chegou ao segundo turno, do qual Sebastião Melo (MDB) foi vencedor. Sobre a campanha de Maria do Rosário, é interessante ressaltar que embora Lula tenha se comprometido a atuar presencialmente a seu favor, não houve a participação física do Presidente na campanha da petista¹²⁷; nem registro de articulações políticas, das lideranças do PT, em favor da campanha de Maria do Rosário.

Juliana Brizola (PDT, com 20% dos votos), que já foi mencionada anteriormente, teve em seu grupo de apoio o governador Eduardo Leite, então filiado ao PSDB. A questão polêmica é que seu partido, à época, era considerado parte da base aliada do governo Lula, cuja legenda também lançou candidata à prefeitura. A estratégia do PSDB era apoiar candidaturas que pudessem favorecer a retomada da importância do partido em nível nacional. No segundo turno, Juliana Brizola apoiou Maria do Rosário. Em 2026, Brizola é candidata a governadora do Rio Grande do Sul, com o apoio do PT.

4.5.2.2 Curitiba/PR

Em Curitiba, a esquerda teve uma candidata (Andrea Caldas/PSOL, com 0,86% dos votos, terminou em 8º lugar); e duas candidatas de direita, ambas declarando serem apoiadas por Bolsonaro que, oficialmente, apoiou Eduardo Pimentel (PSD), eleito em segundo turno, desde o início da campanha.

Cristina Graeml (PMB) foi candidata pelo Partido da Mulher Brasileira, é jornalista, monarquista e declaradamente bolsonarista, conservadora e antifeminista. Conceitos e ideias como meritocracia, empreendedorismo nas escolas de ensino fundamental e soberania do livre mercado, foram as bases de seu plano de governo, no qual não há sequer menção da pauta de direitos das mulheres. Conquistou 31% dos votos no primeiro turno, perdendo no segundo.

¹²⁷ Ver: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/ja-sabia-que-lula-nao-estaria-fisicamente-na-campanha-diz-rosario/>.

Maria Victoria (Progressistas) é deputada estadual, filha do deputado federal Ricardo Barros (ex-ministro da Saúde do Governo Temer) e da ex-governadora Cida Borghetti, nomeada por Bolsonaro como conselheira da Itaipu Binacional. No seu Plano de Governo, há menções de iniciativas contra a violência doméstica e a criação de uma Secretaria da Mulher, da Igualdade Sexual e da Diversidade. Teve 2,19% dos votos. A associação com o nome do ex-presidente foi enfatizada pela candidata durante a campanha: “Sou alguém que sempre cita e tem orgulho de ter andado com o presidente Bolsonaro todas as vezes que ele esteve em Curitiba. Eu espero que, até o final da campanha, ele venha para subir no nosso palanque”, afirmou a candidata¹²⁸. Bolsonaro não subiu ao palanque de Maria Victória. Preferiu apoiar Eduardo Pimentel.

Se as candidatas da direita, ao cargo de prefeita nas capitais fossem uma única mulher, ela provavelmente seria branca, de classe média-alta e herdeira de capital financeiro e/ou político relevante de outros homens.

Os dados analisados sugerem que parte dessas mulheres ocupa uma bolha privilegiada de direitos, através da qual não têm grande interesse, possibilidade ou viabilidade de questionar; que, ao fim e ao cabo, pelo menos em tese, as favorece social e economicamente. Não se trata de um julgamento em desfavor dessas mulheres, mas de uma interpretação baseada na origem, na trajetória e no contexto político das candidatas que compuseram o objeto desta pesquisa.

O presente estudo, porém, tem por mote analisar como essas mulheres se posicionaram, dentro do universo político e dentro de partidos de direita - nos quais o neoconservadorismo (e em algum grau, a Nova Direita) fomentam a misoginia, o racismo ambiental, o negacionismo e outros conceitos amorais.

“Feminismo” é uma palavra *non-grata* de boa parte dessas mulheres, mas isso não as impede de terem, em suas pautas e trajetórias, questões relacionadas aos direitos das mulheres. Por outro lado, matérias intrinsecamente ligadas aos neoconservadores fazem parte, cotidianamente, do discurso delas.

¹²⁸ <https://www.portalcomunicare.com.br/maria-victoria-diz-que-aguarda-apoio-de-bolsonaro-ate-o-fim-da-campanha/>

A seguir, discutirei em que medida a agenda e o discurso dessas candidatas se correlacionam com os traços/características da matriz já descrita sobre o neoconservadorismo, bem como de que forma esses princípios vieram a moldar ou influenciar seus discursos e a práticas políticas.

5 A ATUAÇÃO NEOCONSERVADORA NAS CAMPANHAS DAS MULHERES DE CENTRO-DIREITA, DIREITA E EXTREMA-DIREITA

Nos capítulos anteriores demonstrou-se que o neoconservadorismo vem sendo fortalecido desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Biroli, 2017, p. 22), na qual direitos sociais foram ampliados e assegurados. Foi visto também que os neoconservadores têm por preceito a simbiose entre cristãos (sobretudo oriundos de igrejas neopentecostais) e adeptos da doutrina liberal (que preza pelo Estado mínimo em comunhão com a priorização dos interesses da economia) e, para tanto, lançam mão de argumentação em que questões como “ideologia de gênero” (como a suposta imposição da forma de viver de gêneros subalternizados às pessoas heteronormativas) e “comunismo” (no sentido de sistema restritivo de direitos) são vistos como ameaças à vida humana.

Para mensurar até que ponto cada uma das candidatas à prefeita nas capitais estava compromissada com as bandeiras defendidas pela direita, examinei suas postagens do Instagram, do período eleitoral de 2024, seus Planos de Governo, e no caso das mulheres magistradas, parlamentares ou ex-prefeitas, sua trajetória no âmbito dos três poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo) ¹²⁹.

O neoconservadorismo, em maior ou menor grau, atravessou o discurso da maioria das postulantes analisadas: entre as dezenove candidatas analisadas, apenas duas (Flávia Alves/ São Luís/MA/Solidariedade) e Danielle Garcia (Aracaju/SE/MDB) não apresentaram explicitamente elementos associados ao neoconservadorismo em suas argumentações e postagens.

Dez anos depois a promulgação da Constituição Cidadã, Costa (1998, p. 85) relatava que, mesmo com os avanços sociais promovidos pela nova Constituição, a presença das mulheres na política — sobretudo daquelas inseridas em partidos de direita — “não representa [apenas] uma defesa de valores conservadores, uma convicção ideológica ou a intenção de preservar o *status quo*, **e sim uma expressão consciente de seus interesses.**” (Costa, 1998, p. 164, grifo nosso).

¹²⁹ Planos de Governo e publicações das candidatas podem ser acessadas em https://drive.google.com/drive/folders/1SAFx2c56Z-J9ojnW2SUpNovkTSwrqQ9D?usp=drive_link.

À luz dessa interpretação, observa-se que, para além das bandeiras defendidas pelo neoconservadorismo, boa parte das mulheres da amostra em questão, tecnicamente, não demonstra interesse, pessoal ou político, de lutar pelo avanço de direitos de grupos subalternizados. Isso porque, individual e pessoalmente, a manutenção das circunstâncias sociais atuais lhes é favorável. Verificando suas trajetórias, observa-se que nenhuma delas tem histórico de ativismo nos movimentos sociais, de sindicatos, enfim, de forças coletivas e/ou aglutinadoras. São mulheres cuja noção de coletividade é a dos grupos (frequentemente oligárquicos) das quais grande parte delas deriva. São, ainda e por certo, mulheres submetidas aos ditames intrapartidários (ou das coligações partidárias). Dentro destes grupos, percebe-se a preconização da manutenção da “reserva masculina de poder” (Matos, 2026), se sobrepondo a questões elementares, como a ideologia partidária ou a participação democrática dos diversos grupos que compõem a sociedade. Neste estudo, tivemos a oportunidade de perceber que a obstrução de acesso ao capital político-partidário – ainda que as mulheres estejam inseridas no partido e até alcancem o posto de candidatas - permeia o jogo político de maneira intraestrutural: seja pela falta de apoio efetivo das lideranças, seja por dificuldades de pactuações suprapartidárias (tão comuns quando o candidato em questão é homem), seja pela restrição da viabilidade técnica e fática das candidaturas femininas.

Existe, ainda, outra pertinência sensível no contexto da presença (e legitimidade) das mulheres dentro das legendas de espectro da direita: estas mulheres ratificam a chamada feminização do autoritarismo (Bjarnegård e Zetterberg, 2026). Basicamente, a expressão diz respeito a uma apropriação distorcida dos princípios defendidos pelo feminismo, visando que estes princípios possam ser utilizados para a ascensão (ou manutenção) de regimes autocráticos. Através deste conceito, é factível que mulheres (alinhadas aos princípios da extrema-direita) usem de conceitos defendidos pelo feminismo (como a equidade de direitos) para adotar práticas autoritárias, e/ou a manipulação estratégica dos direitos das mulheres para legitimar governos antidemocráticos. Bjarnegård e Zetterberg (2026) dividem esta estratégia em duas frentes.

A primeira é chamada pelos autores de *genderbashing*: a difusão falaciosa de que as questões relacionadas ao gênero confrontam os valores do patriotismo e da soberania

nacional. É um mecanismo semelhante ao que proclama que “o comunismo irá tomar a sua casa”: analogamente, pelo viés do *genderbashing*, o feminismo (ou a “ideologia de gênero”) vão forçar as pessoas a serem “aliciadas” para a promiscuidade, promover o fim da estrutura familiar e favorecer todo tipo de desordem social.

O segundo uso é denominado *genderwashing*, e se caracteriza pela “adoção” de propósitos da agenda de direitos das mulheres, de modo a aparentar que a promoção da igualdade de gênero passe a fazer parte da pauta conservadora. Essa adoção, naturalmente, é uma concessão meramente cosmética, sem lastro com os reais objetivos da agenda feminista – e por vezes, com intenções diametralmente opostas à esta agenda. Bjarnegård e Zetterberg (2026, p. 7) citam o caso do governo Bolsonaro, no qual a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em 2019, teoricamente (como o nome indicava) uniria as pautas de defesa da família e das mulheres. Na prática, o MMFDH foi emparelhado como mecanismo de restrição e violação de direitos adquiridos (como a interrupção de gestação causada por estupro), tendo por prioridade a implantação de valores cristãos na formulação de políticas públicas.

No que tange a participação das mulheres dentro do núcleo duro das legendas de direita, um fato peculiarmente sensível ocorreu em 24 de junho de 2026: a eclosão pública das acusações de misoginia e silenciamento de Michelle Bolsonaro contra seu enteado, Flávio Bolsonaro. Em um vídeo de 27 minutos¹³⁰, bem-editado e com diversos elementos semioticamente significativos, direcionado “às mulheres de bem que nos acompanham”, Michelle Bolsonaro expôs as tentativas de banimento do filho do seu marido, em relação a potencialidade dela dentro do partido e às decisões pertinentes à escolha, feita por Jair Bolsonaro (preso, inelegível e incomunicável) sobre o candidato à presidente de seu partido (PL) e as alianças a esse respeito. Entre acusações de cunho familiar¹³¹, Michelle Bolsonaro acusou seu enteado de violar seus direitos e sua autoridade enquanto presidente do PL Mulher (segmento feminino do Partido Liberal). No dia 30 de junho,

¹³⁰ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=gUAcuBAkU9M>

¹³¹ Que podem, eventualmente, serem propositais no sentido de criar uma saída honrosa, uma “cortina de fumaça”, para que Flávio Bolsonaro não seja o candidato do PL, dados os escândalos financeiros em que se encontra). Flávio foi flagrado em envolvimento com o escândalo do Banco Master, ocorridos em 2026, sobretudo com a doação de dinheiro ilícito pelos responsáveis pelo banco.

Michelle Bolsonaro renunciou a Presidência do PL Mulher e no dia 02 de julho, o presidente do PL, Waldemar Costa Neto, publicou que o cargo de presidente do PL mulher foi extinto. Embora a alegação de Costa Neto fosse quase lisonjeira para com Michelle Bolsonaro (“Ninguém tem o tamanho de Michelle”¹³²), dar espaço e voz para outra mulher ocupar o mesmo cargo é um inerente risco aos interesses patriarcais.

Em que pese que o incidente supra relatado possa ser um subterfúgio para desviar a atenção das acusações que pairam sobre Flávio Bolsonaro, é relevante que Michelle exponha em seu discurso que mesmo tendo potencialidade e capilarização política¹³³ dentro da sigla que está capitaneando a candidatura presidencial da direita em 2026, sua opinião e presença foram sistematicamente ignoradas. Mesmo tendo efetivamente demonstrado a sua potencial habilidade junto a um público que constitui mais de 50% do eleitorado, mesmo presidindo uma ala relevante dentro do partido, a ex-primeira-dama não conseguiu ser ouvida dentro do PL. Tantos predicados não foram suficientes para que Michelle Bolsonaro conseguisse se sobrepôr à bolha corporativista masculina estruturada nos partidos políticos.

Dessa forma, aderir à pauta neoliberal/neoconservadora, aceitar (na verdade, buscar) o apoio de políticos reiteradamente misóginos, racistas e/ou de comportamento alinhado ao fascismo, defender a coibição de direitos das mulheres (como o direito ao aborto legal), entre outras peculiaridades, praticando o *genderwashing*, tecnicamente não é um problema moral no discurso dessas candidatas: é uma tentativa de acessar o capital político/eleitoral reificado na *persona* das lideranças partidárias. Os resultados das eleições demonstram que esse capital raramente é transferido, e que os homens não demonstram disposição (ou interesse) em cedê-lo às mulheres, haja vista não só o baixo número de prefeitas eleitas nas capitais, mas a parca presença de lideranças masculinas apoiando candidaturas femininas, inclusive à esquerda.

¹³² Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/eleicoes/valdemar-extingue-comando-do-pl-mulher-ninguem-tem-o-tamanho-de-michelle/>

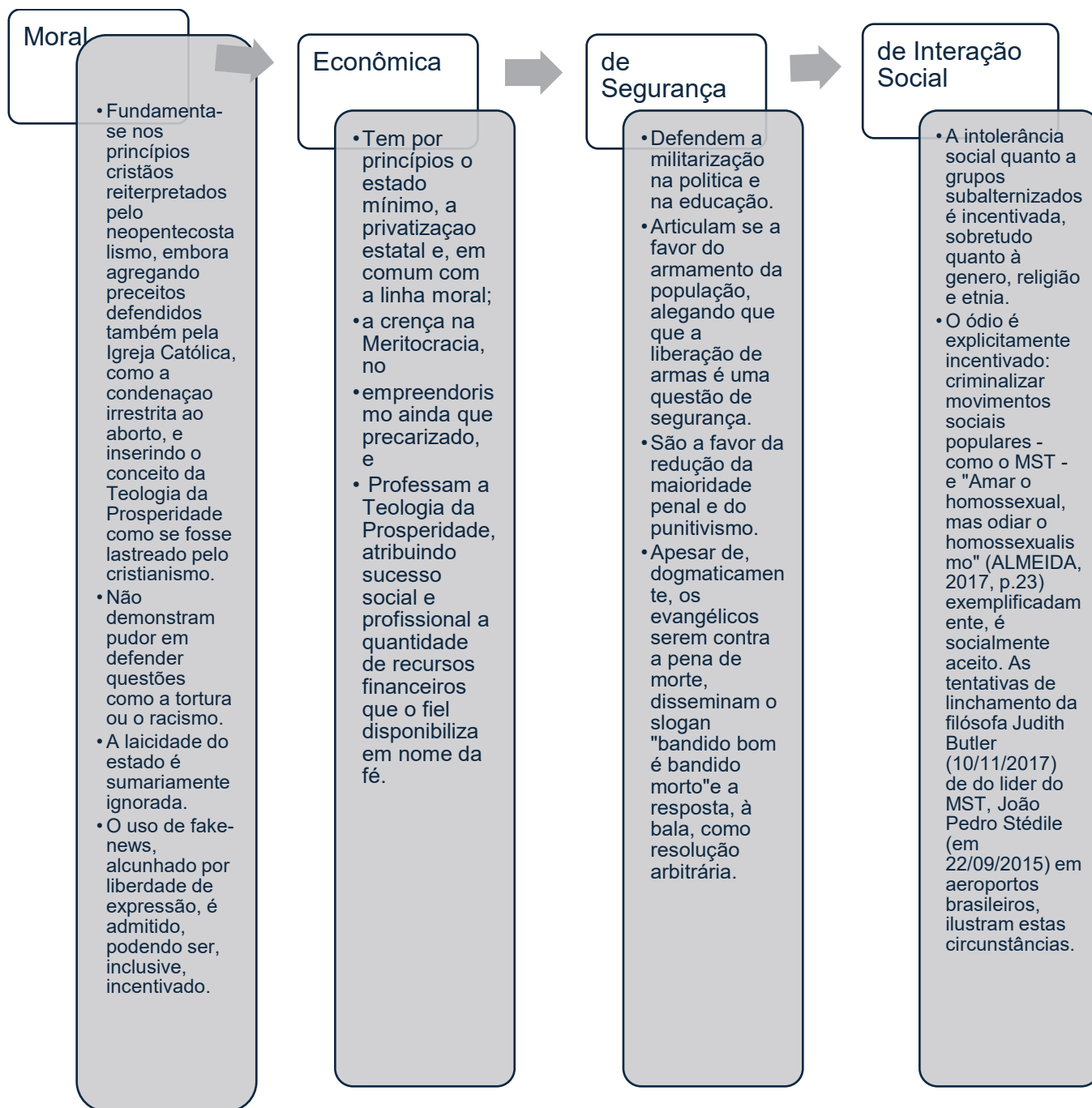
¹³³ Nas palavras de Michelle, no vídeo em questão: “O PL Mulher existia no papel, mas na verdade tivemos que começar praticamente do zero. Percorri o Brasil inteiro, instalamos os diretórios nos estados em possamos presidentes estaduais e municipais. Demos capilaridade e representatividade ao movimento que hoje, sendo dos mais recentes, se tornou o maior movimento político partidário de mulheres no Brasil.”

Como já foi dito anteriormente, das duas candidatas eleitas, uma (Adriane Lopes/Campo Grande-MS/Progressistas) teve o apoio decisivo de uma líder do seu partido (a senadora Tereza Cristina) e a outra (Emília Corrêa/Aracaju-SE, então no PL) evitou publicizar o apoio de Bolsonaro para que a polarização não lhe tirasse votos. Ambas terminaram o primeiro turno já em primeiro lugar, de modo que a presença de Bolsonaro (no segundo turno da campanha de Lopes) não pode ser lida como uma ferramenta, de fato, útil para a eleição da prefeita campo-grandense.

Em 1980, Alves (1980, p. 14) já falava que o processo de opressão da mulher, sobretudo e especialmente na política, é contínuo, transgeracional e intrageracional. Em se tratando do neoconservadorismo, a sujeição das mulheres é intensificada ao ser agregada à tradição cristã e à manutenção do *status quo*. Para mensurar a influência da ideologia neoliberal na conduta política dessas mulheres, foram consideradas as características que, segundo Biroli, Machado e Vaggione (2020) fomentam a nova onda conservadora brasileira. De acordo com os autores, essas forças não são necessariamente harmônicas e complementares; algumas delas são, inclusive, antagônicas, mas não são excludentes, de modo que, visando objetivos comuns entre neoconservadores e neoliberais, tais características podem ser somadas e equilibradas.

Nesse contexto, segundo Almeida (2017), o neoconservadorismo atua em quatro linhas complementares: Moral, Econômica, de Segurança e de Interação Social.

Figura 7 – Linhas de força do neoconservadorismo brasileiro



Fonte: elaborado pela autora, a partir de Almeida (2017, p. 13).

Com base nas premissas anteriormente apresentadas, foram estabelecidos os parâmetros utilizados para identificar, catalogar e mensurar o conteúdo das campanhas partidárias das candidatas de centro e direita às prefeituras das capitais, publicado na rede social Instagram durante o período eleitoral de 2024.

Cada postagem foi examinada à luz das características que definem o neoconservadorismo no Brasil, e a partir desse escrutínio, foram identificados padrões (e assimetrias) detectados no discurso das candidatas.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA E A ANÁLISE DOS DADOS

Pesquisa de opinião do Instituto DataSenado¹³⁴ apontou para a crescente das redes sociais como fonte de informação para os eleitores, o que pode, em parte, explicar as escolhas dos cidadãos nas eleições. Assim, as redes sociais se tornaram ferramentas essenciais para a comunicação política, impactando a forma como as campanhas eleitorais são conduzidas. Quase metade dos entrevistados (45%) afirmou decidido seu voto levando em consideração informações de redes sociais. Os dados indicam que o Instagram se consolidou como um dos principais canais de informação política e de engajamento dos eleitores no Brasil.

Existem diversos estudos que evidenciam como essa plataforma possui características que a tornam ideal para a comunicação política e para promover o engajamento com eleitores. Segundo Russmann e Svensson (2017), o Instagram permite a interação direta entre políticos e o público por meio de funcionalidades como comentários e curtidas, que favorecem uma conexão mais imediata e engajamento "leve" dos usuários (como curtidas), mas que têm impacto no alcance e na visibilidade do conteúdo político. Além disso, o Brasil contava com 134,6 milhões de usuários no Instagram em 2024, de acordo com o relatório *"Digital 2024: Brazil"*, das empresas *We Are Social e Meltwater*.¹³⁵

A plataforma do Instagram funciona hoje, então, como um observatório em tempo real do comportamento humano, de tendências culturais, sociais e político-eleitorais, bem como de suas dinâmicas sociais. Diferente de questionários ou entrevistas (onde o observador pode influenciar de alguma forma a resposta do participante), as postagens no Instagram refletem, a princípio, o comportamento intencional e mais espontâneo dos usuários em seu ambiente digital.

Baptista, Ferreira e Ferreira (2021), entendem que o Instagram se transformou no *locus* para mostrar o lado humano dos processos sociais e políticos. Em um estudo exploratório, a respeito dos usos políticos do Instagram, os autores concluíram que os

¹³⁴ Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado>.

¹³⁵ Ver: datareportal.com/reports/digital-2024-brazil#:~:text=Instagram%20users%20in%20Brazil%20in,in%20Brazil%20in%20early%202024.

“Insta” políticos são seguidos majoritariamente por jovens politizados, que buscam informação e orientação, “algo sobre o qual falar” (Baptista; Ferreira; Ferreira, 2021), além de entretenimento. Eles afirmam, também, que o conceito-chave é alguma forma de conexão visual: “o Instagram propicia incontáveis momentos de foto-op. As práticas comunicativas constroem momentos de união, proximidade, estar juntos (*togetherness*), *displayed connectivity*” (Baptista; Ferreira; Ferreira, 2021, p. 128).

Segundo Baptista; Ferreira; Ferreira, (2021) cada agente dessa rede social lança mão de um repertório específico, que pode ser expresso por meio de estratégias argumentativas, narrativas e estéticas distintas. Essa perspectiva também se aplica às candidatas de centro-direita e de direita que disputaram as prefeituras das capitais em 2024. De acordo com os autores, o Instagram seria a rede mais expressiva na tradução de diferenças ideológicas e narrativas, constituindo-se em um canal articulado com as expectativas dos usuários, que são ativadas e mobilizadas com a integralidade dos recursos disponíveis em uma sociedade marcada pela abundância midiática. Importa ainda destacar que o Instagram foi utilizado, em todo o país, como ferramenta estratégica na campanha eleitoral para prefeituras nas eleições municipais de 2024.

Assim, foram examinadas as publicações realizadas pelas 19 candidatas em seus perfis no Instagram durante o período estudado. Mais do que o conteúdo explícito das mensagens, buscou-se identificar os sentidos implícitos, os silêncios discursivos, as ideias subentendidas e os contextos velados das postagens. Esse exercício interpretativo foi o maior desafio deste trabalho.

Por mais que a Ciência Política forneça mecanismos e instrumentos para a análise e teste de hipóteses, e por mais que estes recursos possam ser ainda mais aprimorados com o uso da inteligência artificial e de outras tecnologias, é necessário apurar a sensibilidade para localizar o sentido e a significação usada em frases, entonações, figurinos, cenários, posturas corporais e demais elementos semióticos no material tão delicado (quanto complexo e múltiplo), que forma um sistema de publicidade de campanhas eleitorais.

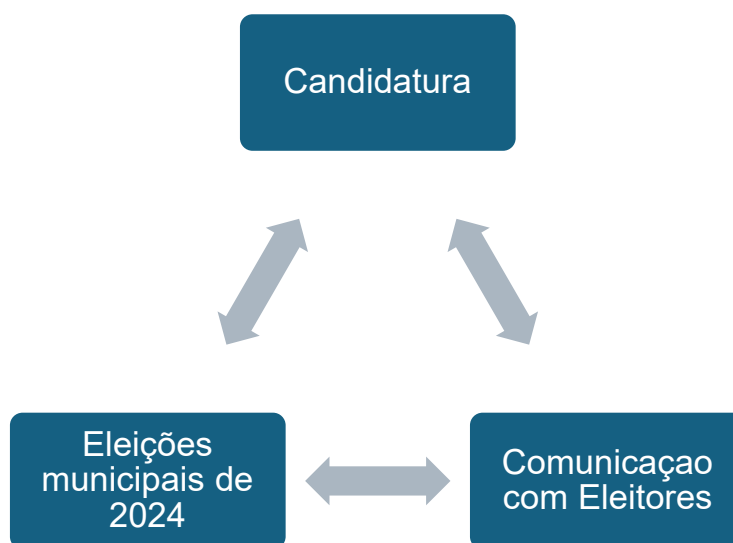
Para tanto, o presente trabalho foi realizado de maneira qualiquantitativa. Na etapa quantitativa, foi realizado o processo de clivagem (coleta, divisão por candidata, junção das unidades da amostra – postagens) para posterior catalogação qualitativa. Do ponto

de vista qualitativo, tive como diretriz o método de Análise de Conteúdo, conforme os ensinamentos de Bardin (2016). Para a autora,

A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*” (grifo original da autora), que faz uso de modelos, sistemas e processos para perscrutar, objetiva e subjetivamente, o conteúdo de determinado corpus, observando não apenas o valor literal do texto, mas as condições e contextos nos quais a mensagem é produzida (Bardin, 2020, p. 19).

Partindo dessa premissa, a metodologia aplicada buscou sistematizar os dados oriundos das postagens do Instagram, de modo que, para além de informações expressas, fossem reconhecidos conteúdos e/ou padrões subentendidos, interditos, intuídos ou silenciados, considerando, como agentes do processo comunicacional, a emissora (candidatas à prefeita), a circunstância (eleições municipais), o meio (postagem em redes sociais - no caso, o Instagram) e o receptor (eleitor) de cada mensagem.

Figura 8 – Condições de comunicação na Análise do Discurso aplicada à pesquisa



Fonte: elaborado pela autora, a partir de Bardin (2016).

Bardin (2016, p. 41) compara a Análise de Conteúdo a uma pesquisa arqueológica, na qual, para além do que é expressamente visualizado, procuram-se vestígios de elementos subentendidos no discurso, relacionados aos elementos que compõem o grupo (que, por sua vez, compõe a materialidade da pesquisa). A autora afirma, ainda,

que a Análise de Conteúdo desconfia da leitura objetiva dos fatos, investigando o subtexto que pode estar sendo projetado, sob a ilusão da transparência do que é narrado ou vivido, e essa percepção se mostrou especialmente útil ao tratarmos dos conteúdos analisados.

Dentro do conjunto de práticas inserido na Análise de Conteúdo, e considerando que a própria Bardin (2016, p. 48) define o processo como um “conjunto de técnicas parciais, mas complementares”, foram utilizadas as seguintes ferramentas intercambiáveis, conjugadas, para examinar o corpus em questão:

Análise de avaliação: baseada em conhecimentos da psicologia social, consiste num processo de aferição das atitudes das protagonistas quanto a opiniões, atos ou circunstâncias, atribuindo-lhes juízos de valor. Essa técnica consiste em um sistema de valor bipolar (sim/não), de resultados pouco rigorosos, do ponto de vista do aprofundamento no conteúdo, mas útil na avaliação do material bruto (as postagens das candidatas), antes da análise mais abrangente feita através da *Análise proposicional*. Por meio dessa técnica, já foi possível identificar se havia (ou não) elementos neoconservadores em cada postagem, e a correspondência da mensagem com as linhas de força do neoconservadorismo brasileiro (ver Figura 9).

Análise de enunciação: técnica que afere o processo da comunicação por meio da avaliação intertextual do discurso. Essa técnica se mostrou relevante porque, se o discurso é fruto “das condições de produção da palavra” (Bardin, 2016, p. 218), no caso específico desta pesquisa, essas condições são especialmente maleáveis e complexas, uma vez que a circunstância principal, em questão, é um contexto eleitoral. A ferramenta também permitiu identificar lacunas discursivas pelas quais se percebia a presença da “reserva masculina de poder” (Matos, 2026).

Análise proposicional do discurso (APD): a APD é um mecanismo avaliador do “universo de referências dos agentes sociais” (Bardin, 2016, p. 235), que foi utilizado para identificar os “referentes-núcleo” (sintagmas estruturantes do discurso) que serviram de base para a organização e codificação do corpus no software NVivo, conforme as matrizes do neoconservadorismo adotadas como variáveis da pesquisa.

Análise das coocorrências: técnica com a qual se verifica a relação entre dois ou mais elementos contidos na mensagem, bem como as exclusões e dissociações subentendidas nos discursos. Essa técnica mostrou-se especialmente útil para avaliar quando um conceito passava por um processo de deslegitimação conforme o contexto em que foi inserido. A interpretação “negativa” do feminismo (como “responsável” pelo sofrimento das mulheres), na fala das candidatas da extrema-direita, foi analisada considerando os parâmetros dissociativos da fala das candidatas. Esse instrumento também foi relevante para apontar desvios (“existe outra causa para além do acaso”, como fala Bardin, 2016, p. 265) no teor das mensagens. A baixa efetividade da participação dos homens na campanha das candidatas também pôde ser percebida por meio dessa ferramenta. Embora os líderes partidários oficialmente apoiem às candidaturas das mulheres, o corporativismo masculino se sobrepõe a esse apoio, de modo que as mulheres só são efetivamente apoiadas pelas lideranças masculinas, se essas lideranças não tiverem nenhuma outra possibilidade de apoiar um homem, prioritariamente.

Análise estrutural: este mecanismo foi usado para vasculhar o explícito das mensagens, procurando informações subjacentes que fizessem parte das engrenagens do texto, ainda que de maneira velada ou silenciada. A defesa veemente que uma das candidatas (Cristina Graeml do PMB em Curitiba-PR), faz do retorno da monarquia como forma de governo no Brasil, veladamente, pode ser interpretada como relacionada a questões racistas e de outras posturas xenofóbicas, por exemplo. Outro exemplo foi observado quando Elma Tourinho (do MDB de Porto Velho/RO), canta o hino nacional em uma postagem do Dia da Independência, imediatamente depois de se dizer a favor da implementação de escolas militares, transmitindo a mensagem interdita em favor da implantação do sistema militar nas escolas.

Quantitativamente, o método de Bardin (2016) também contribuiu para a sistematização e a clivagem da nossa amostra, incluindo a investigação sobre ocorrências, coocorrências, paridades e exclusões contidas nas campanhas das candidatas, catalogando e subcategorizando as informações encontradas.

Para efeitos práticos, todo o material de cada uma das candidatas foi compilado em um único arquivo de vídeo, condensando as milhares de postagens em menos de duas dezenas de documentos¹³⁶ (que, depois, precisaram ser subdivididos, em alguns casos, em três arquivos, para viabilizar a transcrição).

Coligidas as informações, o material foi submetido a duas ferramentas computacionais: o *software* NVivo¹³⁷ usado para organizar, analisar e visualizar dados não estruturados; e o *ChatGPT*, um programa de inteligência artificial generativa desenvolvido pela Open AI, que, entre outras funções, é capaz de analisar documentos com base em vastos volumes de dados. No NVivo, cada um dos conjuntos de postagens, transformado em vídeos, foi inserido e transcrito. Em seguida, todos os elementos dos vídeos (imagens, falas e demais recursos audiovisuais) foram categorizados de acordo com uma matriz de princípios que continha os parâmetros referentes aos elementos do neoconservadorismo (conforme apresentado nos quadros a seguir).

Já no ChatGPT, o vídeo de cada uma das candidatas foi submetido ao mesmo *prompt* (vide apêndice), de modo que a inteligência artificial processasse as mesmas informações relacionadas individualmente a cada uma das campanhas. Com o uso das duas ferramentas, foi possível analisar, de maneira sistêmica e analítica, o conteúdo das postagens e, simultaneamente, compreender a complexidade de dados transmitidos pelas mensagens. Quanto às unidades de registro e contexto (Bardin, 2016, p. 130), nossa pesquisa pode ser delimitada pelos seguintes elementos:

¹³⁶ As aproximadamente 5.400 postagens das candidatas analisadas, durante o período eleitoral, estão disponíveis no Youtube

(<https://www.youtube.com/watch?v=mWttqUjZvis&list=PLiqwp8SyRpjkrf09vDX9VEsfBVuZhs66o&Progress=sAgC>) e no drive <https://drive.google.com/drive/folders/1SAFx2c56Z-J9ojnW2SUpNovkTSwrqQ9D?usp=sharing>.

¹³⁷ Ver: <https://lumivero.com/product/nvivo/>.

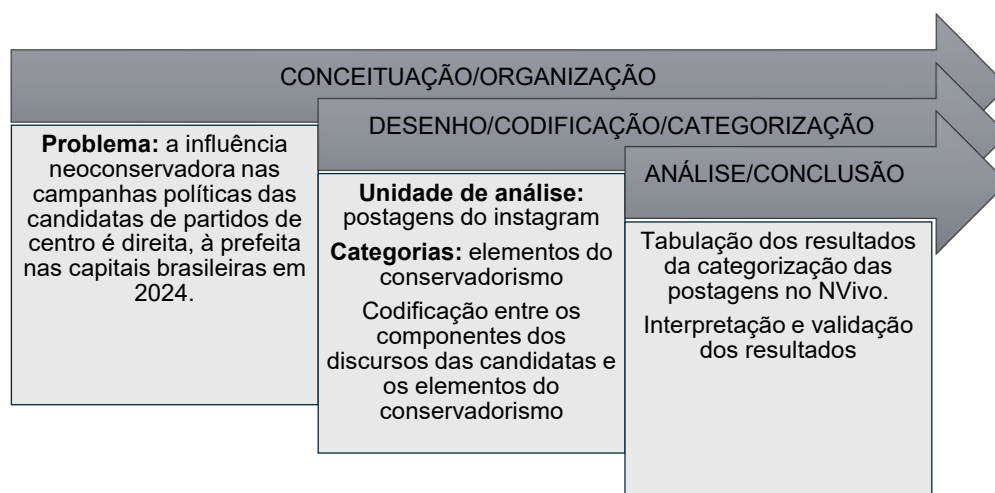
Figura 9 – Unidades de registro e contexto da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, conforme Biroli; Vaggione e Machado. 2020.

Do ponto de vista da organização metodológica, foi seguido o protocolo descrito por Sampaio e Lycarião (2021, p. 46), dividindo a pesquisa em conceituação, desenho e análise.

Figura 10 – Fases da pesquisa conforme o protocolo da Análise de Conteúdo



Fonte: elaborado pela autora.

Com base em Biroli, Vaggione e Machado (2020), foram definidos os elementos do neoconservadorismo utilizados como categorias analíticas desta pesquisa. Esses elementos foram identificados no corpus, constituído pelas postagens das campanhas eleitorais, no Instagram, das candidatas vinculadas a partidos de direita que concorreram às prefeituras das capitais brasileiras em 2024. Preliminarmente, foram estabelecidas 11 variáveis, organizadas conforme o quadro seguinte:

(continua)

Quadro 3 – Associação entre o discurso das candidatas e as Matrizes/Elementos do neoconservadorismo

	Parâmetro	Matriz/Elemento	Contexto
1	A candidata vincula religião à política (padrinhos pastores, encontros com grupos neopentecostais, compromissos com religiosos)?	Aliança entre conservadores e ultraneoliberais	Uso da religião como ferramenta, incluindo a promessa de continuidade de uso no exercício do mandato.
2	A candidata tem padrinhos publicamente vinculados à extrema-direita? Exemplo: Bolsonaro, Marçal, Nikolas, Moro, Damaris, <i>Michelle</i> , entre outros. A candidata, ou seus padrinhos, tem vínculos com expoentes neoconservadores internacionais?	Operacionalização em redes de caráter transnacional	Candidatas que buscam, expõem e valorizam o apoio de defensores de pautas restritoras de direitos, defendidas por personalidades da direita.
3	A campanha da candidata tem slogans de retórica inspirada em questões fascistas difundidas em diversos países (Exemplo: “Deus pátria família liberdade”, “Deus acima de todos”)?	-Aliança entre conservadores e ultraneoliberais - Operacionalização em redes de caráter transnacional	Vínculo da candidata a dogmas do conservadorismo.
4	A candidata se autointitula/ é declaradamente “pró-vida”. sendo publicamente contra o ABORTO? É contrária (ou está vinculada a políticos/padrinhos) publicamente contra uniões homoafetivas, ou a terapias como a de “cura gay”	Juridificação parametrizada pela moralidade cristã	Bandeira “pró-vida” que ignora a priorização da vida e do direito de escolhas das mulheres sobre o próprio corpo.
5	A postulante apoia explicitamente o projeto liberal (meritocracia, privatização da educação)?	Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social	Vínculo da candidata a dogmas do liberalismo.
6	A candidata ignora pautas transversais como a questão climática, o racismo, a xenofobia? É alinhada a bancada “ <i>do boi, da bala e da bíblia</i> ”.	-Aliança entre conservadores e ultraneoliberais -Juridificação parametrizada pela moralidade cristã	Aderência à intolerância justificada por preceitos morais e negacionismos
7	Apoia causas vinculadas a extrema-direita (Por exemplo: impeachment de Moraes, absolvição dos réus do 8 de janeiro, armamento da população, defesa e/ou apoio <i>de candidatos de condutas fascistas</i> ?	Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do estado democrático de direito	Aderência a imposições da agenda da extrema direita.
8	A candidata é formalmente vinculada aos Bolsonaro?	Aliança entre conservadores e ultraneoliberais	Bolsonaro ainda é o maior expoente midiático da extrema-direita brasileira
9	A candidata teve falas excludentes/ machistas/ moralistas ou não-empáticas com outras candidatas durante a campanha?	Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do	Uso do machismo em benefício próprio.

Parâmetro		Matriz/Elemento	Contexto
		estado democrático de direito	
10	O plano de governo da candidata IGNORA propostas concretas para o avanço da agenda de direitos das mulheres?	Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social	Alegada desimportância da ênfase na defesa de direitos das mulheres, em prol dos direitos “de todos os humanos”
11	<i>A atuação pregressa da candidata é DESVINCULADA da pauta do avanço das agendas de direitos das mulheres?</i>	Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social	Repulsa ou ignorância consciente as ações relacionadas a qualidade de vida e a agenda de direitos das mulheres.

Fonte: elaborado pela autora, conforme Biroli, Flávia; Vaggione, Juan Marco; Machado, Maria das Dores Campos, 2020.

Ao analisar o material exposto no capítulo anterior foi possível verificar termos, expressões e ações comuns na fala e na postura das mulheres que representaram os partidos de direita e centro-direita nas eleições para prefeito das capitais, em 2024. Observou-se, ainda, a frequência sensível do uso de alguns termos ou construções discursivas, a partir dos quais foi possível inferir “núcleos de sentido” (Bardin, 2016, p. 131), como pode ser verificado no próximo quadro.

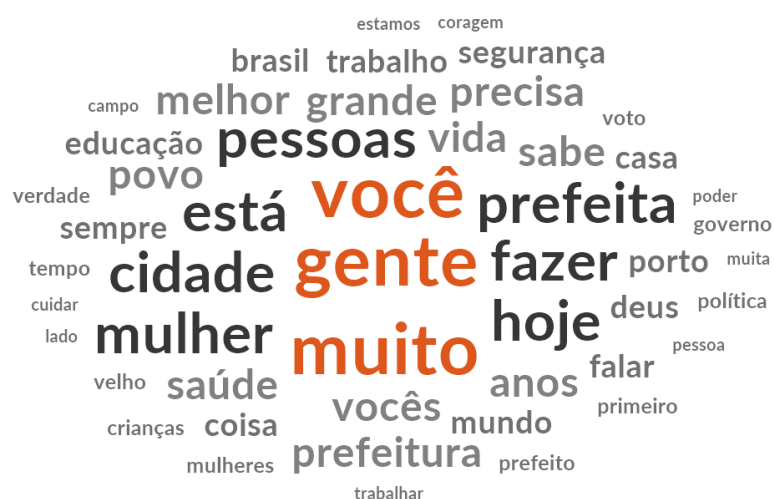
Quadro 4 – Principais termos e expressões dos discursos das candidatas vinculados a Matrizes/Elementos do neoconservadorismo

	Matriz/Elemento	Vocábulo/Expressão
1	Aliança entre conservadores e ultraneoliberais	Valores Deus Pátria Família Liberdade Fé (Pessoa) de fé (Pessoa) de bem Mulher de valor Direita Conservador(a/es) Pastor Igreja
2	Operacionalização em redes de caráter transnacional	Comunismo Ideologia de Gênero Doutrinação Corrupção (estado corrupto) Povo
3	Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do estado democrático de direito	Liberdade de expressão Família Bíblia Opinião
4	Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social	Livre Mercado Estado Mínimo Privatização/Privatizações/Privatizar Meritocracia Liberdade econômica
5	Juridificação parametrizada pela moralidade cristã	Bíblia Fé Cristã(o) Jesus Moral

Fonte: elaborado pela autora, a partir de Biroli, Flávia; Vaggione, Juan Marco; Machado, 2020.

Curiosamente, os vocábulos com os quais se identificam o discurso neoconservador, como por exemplo, as palavras “Fé, Pátria, Família e Liberdade”, não estão entre as 50 palavras mais frequentes identificadas no discurso das candidatas, como pode ser visto na Figura 11:

Figura 11 – Nuvem das 50 palavras mais frequentes no discurso das candidatas



Fonte: elaborado pela autora, através da sistematização das 50 palavras mais frequentes no discurso das candidatas. Análise feita através do NVivo.

Outra peculiaridade: quem mais fala de/em “Deus”, como vocábulo, são as Outras peculiaridade observada diz respeito às referências a “Deus”. Elas são mais frequentes no discurso das candidatas de direita. Na extrema-direita, por outro lado, termos relacionados diretamente à fé não figuram nem entre as 100 palavras mais frequentemente faladas. Uma hipótese para esse resultado é a maior centralidade do neoliberalismo em seus discursos.

Segundo a Statista (uma plataforma *online* alemã especializada em coleta e visualização de dados)¹³⁸, o Instagram é a segunda plataforma de mídia social mais popular no Brasil, atrás apenas do WhatsApp. Contudo, o WhatsApp, tecnicamente, tem possibilidades de acompanhamento bem mais restritas às ações de monitoramento do que Instagram, cujas postagens públicas podem ser visualizadas por qualquer pessoa.

Ainda segundo a Statista, as redes sociais mais usadas no Brasil são (além do WhatsApp e do Instagram), o YouTube, o Facebook e o TikTok. No entanto, o YouTube e o TikTok são limitados a postagens audiovisuais. Por sua vez, o Facebook faz parte do mesmo ecossistema do Instagram (ambas integram a Meta, mega plataforma que abrange, ainda, o WhatsApp, o Messenger e o Thread), de modo que as postagens do Instagram podem ser automaticamente replicadas no Facebook.

A escolha do Instagram como objeto da pesquisa decorreu de três fatores principais: o amplo alcance da plataforma, a possibilidade de reunir diferentes formatos de conteúdo (imagens, vídeos e textos) e a disponibilidade pública das postagens, o que viabilizou seu acompanhamento sistemático. Além disso, observou-se que o material de campanha eleitoral (as postagens gerais das candidatas, enquanto figuras públicas) foi reproduzido em outras mídias sociais. Dessa forma, a adoção do Instagram como corpus possibilitou uma homogeneização do material examinado, favorecendo sua categorização e a aplicação dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

É preciso esclarecer que todas as candidatas analisadas nesta pesquisa possuíam seus respectivos perfis no Instagram antes de concorrerem às eleições de 2024, e, em alguns casos (como no uso de *stories*, por exemplo), o próprio aplicativo do Instagram delimita o mesmo tempo (15 segundos) e ferramentas de edição para todos os usuários sem custos diferenciados, o que também favorece a padronização do *corpus*.

6.2 A análise dos dados

A pesquisa foi iniciada tendo por hipótese que havia influência direta e incisiva das forças da Nova Direita sobre as candidaturas das mulheres às prefeituras nas capitais

¹³⁸ Statista é um portal online que disponibiliza dados de Institutos de Pesquisa de mercado, pesquisas com consumidores e estudos setoriais de mais de 22.500 fontes e mais de 50 países. <https://www.statista.com/statistics/1307747/social-networks-penetration-brazil/>.

brasileiras em 2024. A partir disso, analisei, por questão investigativa, como essas forças estariam influenciando o discurso, as ações e as perspectivas de governo dessas candidatas. Para tanto, codifiquei os conceitos/princípios do neoconservadorismo em matrizes, e identifiquei, nas publicações eleitorais do *corpus* (divulgadas via Instagram), onde e como essas matrizes eram expostas nos enunciados das candidatas.

Primeiramente, todas as postagens de cada candidata foram reunidas num único arquivo (denominado “caso”, na nomenclatura do programa NVivo). Este material (vídeos e respectivas transcrições) foi transcrito e inserido no *software* supracitado juntamente com as matrizes de codificação.

Paralelamente, submeti o material da amostra à análise e investigação com o auxílio da inteligência artificial. Em cada um dos conjuntos de vídeo, foi feita uma investigação, usando o Chat GPT¹³⁹, tendo por PROMT-comando (contido nos anexos) um questionário no qual foram elencadas as matrizes do neoconservadorismo e a presença desses preceitos no discurso das candidatas.

Uma situação excêntrica ocorreu nessa etapa: os primeiros vídeos foram enviados ao ChatGPT por meio de links do YouTube¹⁴⁰. Na medida em que os vídeos foram sendo examinados, a inteligência artificial integrativa foi impondo obstáculos à realização do diagnóstico, respondendo que havia “impossibilidade de acesso” aos links do YouTube (e, pelo tamanho dos vídeos, não havia a possibilidade de inserção das gravações via documento).

Em alguns casos, o ChatGPT entregava a resposta, mas o vídeo analisado não era o que havia sido inserido – e a informação que a averiguação feita era de outro material se mostrava dúbia, de modo a dar a entender que essa alteração (da troca do vídeo) não era essencial para o resultado apresentado. Diante dessa limitação, o procedimento metodológico foi ajustado. Optei por inserir a transcrição textual dos vídeos diretamente no *prompt*, sem citar o nome das candidatas. Essa estratégia produziu resultados consistentes e compatíveis com o corpus analisado.

Ao que parece, a inteligência artificial tem por prioridade produzir uma resposta – qualquer resposta. A verossimilhança do conteúdo produzido não parecia ser uma

¹³⁹ Em português, GPT significa **Transformador Pré-treinado Generativo** (do inglês, *Generative Pre-trained Transformer*).

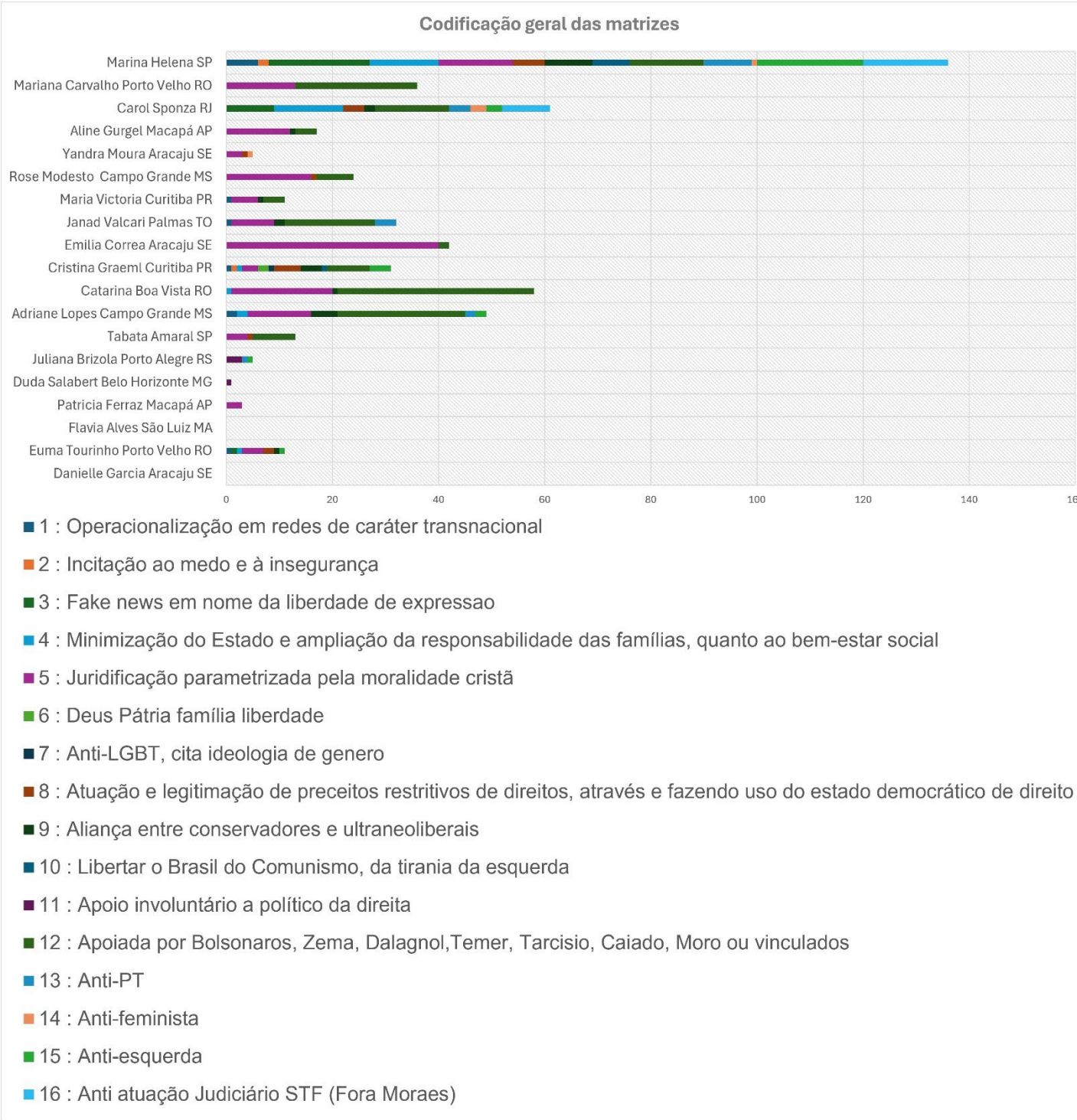
¹⁴⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=Ab2zFlpzsAI&list=PLiqwp8SyRpjkrf09vDX9VEsfBVuZhs66o>.

prioridade, de modo que essa etapa serviu como uma perspectiva fugaz, rasa, da qual foi possível concluir que ainda não seria plenamente viável e faticamente confiável lançar mão da inteligência artificial como ferramenta complementar para a análise de dados, sobretudo quando o conteúdo era de caráter multifacetado, subjetivo e quando havia hiatos, coocorrências e supressões que alteravam a leitura do material em questão. Cada uma das respostas do Chat GPT, assim com o gráfico produzido via NVivo de cada uma das candidatas, está na Ficha Técnica das respectivas candidatas, que consta nos Apêndices e Anexos.

Voltando para a estratégia de pesquisa realizada da maneira “tradicional”, com o auxílio do software NVivo, todos os casos foram escrutinados individualmente, considerando, para além das imagens e das transcrições (material de áudio e de vídeo), as respectivas composições estéticas, as posturas corporais, os figurinos, os cenários, os símbolos, subentendimentos e percepções subliminares referentes à conduta das candidatas, seguindo as técnicas de Análise de Discurso propostas por Bardin (2016) que articulam texto e contexto.

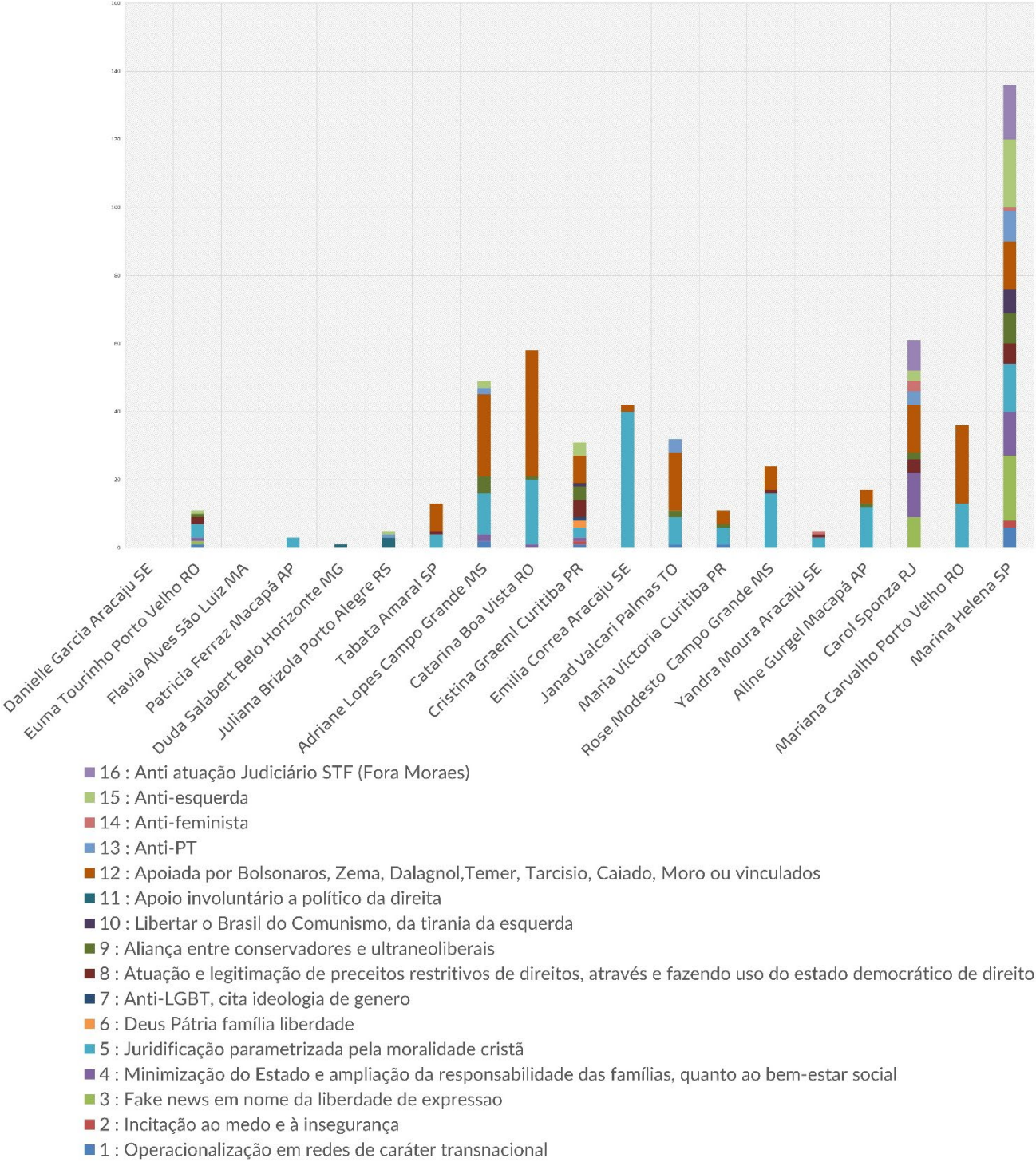
O primeiro parâmetro observado foi a frequência de ocorrência das matrizes do neoconservadorismo no discurso das candidatas, como indicam os Gráficos a seguir.

Gráfico 16 – Codificação geral das matrizes nas campanhas das candidatas a prefeita das capitais 2024, POR OCORRÊNCIA



Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

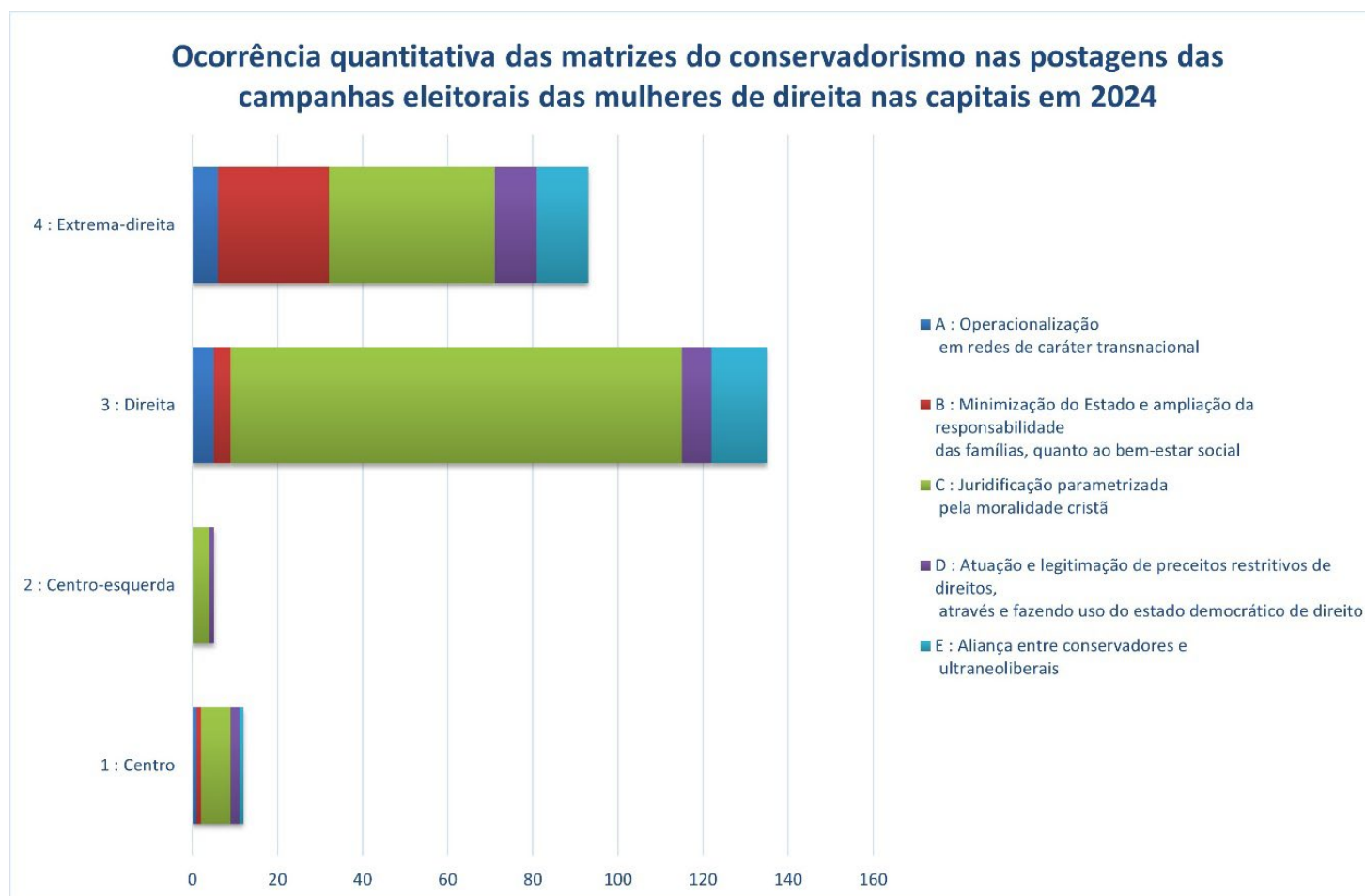
Gráfico 17 – Codificação geral da ocorrência das matrizes nas campanhas das candidatas a prefeita das capitais 2024, POR CANDIDATA



Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

A investigação verificou, ainda, que os partidos de centro (por fisiologismo) e a centro-esquerda (por ideologia) apresentaram, nos discursos de suas candidatas, menor incidência dos princípios neoconservadores.

Gráfico 18 – Matrizes do conservadorismo por espectro político-ideológico-partidário



Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

Ao examinar os dados, constatou-se que a ocorrência das matrizes não obedecia a uma uniformidade numérica. De maneira geral, as peculiaridades neoconservadoras foram observadas nas campanhas analisadas em três proporções:

Análise 1: número de ocorrências alto (mais de 30% dos registros). Dois quesitos foram muito recorrentes:

- *Juridificação parametrizada pela moralidade cristã (29,8%) e*
- *Apoio de Bolsonaros, Zema, Dallagnol, Temer, Tarcísio, Caiado, Moro ou vinculados (30%).*

Das 535 ocorrências de um dos princípios que compõem a matriz, 318 (59%) estavam relacionadas à religiosidade cristã (sobretudo neopentecostal) como parâmetro moral; ou vinculada à figura de um dos padrinhos políticos, principalmente alguém vinculado ao clã Bolsonaro (Jair, Michelle, Flávio) ou aliados, como Damares Alves, Nikolas Ferreira, Tereza Cristina e Davi Alcolumbre.

A presença de pastores evangélicos como padrinhos foi pontual e, quando ocorreu, esteve relacionada à vivência pessoal da candidata. É o caso de Emília Corrêa, candidata eleita em Aracaju/SE, casada com um pastor presbiteriano. Com a exceção de Damares Alves, não há lideranças religiosas do sexo feminino entre os padrinhos políticos.

Análise 2: número de ocorrências médio (entre 4% e 6%). Sete parâmetros enquadraram-se nessa faixa de recorrência:

- *Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias quanto ao bem-estar social (6%)*
- *Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do Estado Democrático de Direito (4%)*
- *Aliança entre conservadores e ultraneoliberais (5%)*
- *Antipetismo (4%)*
- *Antiesquerdismo (6%)*
- *Críticas à atuação do Poder Judiciário (“Fora Moraes”) (5%)*
- *Disseminação de fake news em nome da liberdade de expressão (5%)*

Com exceção do último item, os demais parâmetros foram observados com maior frequência em candidaturas de mulheres ligadas ao discurso neoliberal, como Marina Helena (São Paulo/SP, do Partido Novo).

Análise 3: número de ocorrências baixo (menos de 2%). Quatro matrizes foram raramente citadas, a saber:

- Discurso de “Libertação do Brasil do comunismo”, ou da “tirania da esquerda” (1%)
- Antifeminismo (1%)
- Incitação ao medo e à insegurança (1%)
- Apoio involuntário a políticos de direita (1%)

Entre as matrizes com baixa ocorrência, com exceção do último item, chama atenção o caráter “apelativo” das estratégias discursivas que recorrem à coerção por medo (“imaginários”, como o do comunismo, das feministas; ou reais, como o da violência) para reforçar determinadas posições políticas.

A distribuição dessas ocorrências é apresentada visualmente no Gráfico 19, a seguir.

Gráfico 19 – Codificação geral da ocorrência das matrizes nas campanhas das candidatas a prefeita das capitais 2024, PORCENTAGEM EM CADA PRINCÍPIO DA MATRIZ



Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

Os dois fatores de maior ocorrência (presença do neopentecostalismo na parametrização moral e jurídica, e das lideranças da Nova Direita nas campanhas) não foram exatamente uma surpresa. A pesquisa preliminar já indicava que a influência das igrejas evangélicas era um componente perene e uma ferramenta eleitoral valorizada, até porque os evangélicos são um grupo relevante do ponto de vista demográfico e eleitoral.

Quanto à associação da própria imagem à de figuras com atuação preconceituosa em geral e misógina em particular (como Jair Bolsonaro ou Nikolas Ferreira), observou-se que as candidatas apoiadas, pelo menos publicamente, ignoraram enfaticamente a gravidade dessas ações protagonizadas por seus padrinhos de extrema-direita/Nova Direita.

Bardin (2016, p. 229) fala que esse tipo de incompatibilidade pode ser ignorado em determinadas circunstâncias, principalmente se “a pessoa está mobilizada por um conflito, mas este lhe dá vantagens secundárias.” No caso, teoricamente, haveria um conflito (moral) entre ser mulher e ser apoiada por pessoas misóginas, contudo, ao que parece, boa parte das candidatas achou que o custo-benefício dessa assimilação era eleitoralmente vantajoso, pelo menos a curto prazo.

O resultado nas urnas provou o contrário. No geral, os padrinhos políticos de direita não são bons cabos-eleitorais das mulheres para o Executivo Municipal (ao menos não para as disputas realizadas nas capitais do país). Das duas candidatas que conseguiram ser eleitas, uma (Adriane Lopes/Progressistas/Campo Grande-MS) teve o apoio expresso de outra mulher (senadora Tereza Cristina/Progressistas/MS) e a outra (Emília Corrêa/PL/Aracaju/SE) escolheu não publicizar amplamente o apoio de Bolsonaro a sua campanha, limitando-se ao fato de ambos pertencerem ao mesmo partido. Os dados permitem dizer que a vitória dessas duas mulheres (como já enfatizado: apenas candidatas de direita foram eleitas¹⁴¹) na conquista de prefeituras das capitais em 2024, ocorreu com e apesar dos processos “dificultadores” relacionados a essas lideranças masculinas.

Cabe ressaltar que, em alguns casos, o alinhamento das candidatas aos personagens da Nova Direita brasileira foi considerado como uma aprovação, ainda que

¹⁴¹ Nenhuma candidata de esquerda foi eleita prefeita de capital no Brasil nas eleições de 2024.

subjetiva, da candidata aos princípios defendidos pelo “padrinho”. Logo, não se tratava só de receber o apoio de um candidato indefensável do ponto de vista dos direitos das mulheres (no que tange à sua índole androcêntrica), mas de demonstrar, ao eleitorado, que os propósitos da candidata apoiada se integravam aos do seu padrinho quanto aos ditames da direita.

Esse movimento pode ser observado nas campanhas de Mariana Carvalho (Porto Velho/RO/União Brasil¹⁴²) e Janad Valcari (Palmas/TO/PL)¹⁴³, derrotadas, de virada, no segundo turno. Ao publicarem vídeos de Jair Bolsonaro apoiando suas candidaturas, bem como fotos e textos de mútua consideração, ambas as candidatas ressaltam que o fato de Bolsonaro ser explicitamente misógino e machista não representa uma incompatibilidade de afetos e convergências ideológicas em sua identidade política. Teoricamente, para elas, quando se supõe que um padrinho “bom de urna” possa ser capaz de promover uma boa transferência de votos (fato que, na prática, não se confirmou), ignorar o comportamento preconceituoso (e amplamente predatório em relação às mulheres) faz parte do *modus operandi* da campanha eleitoral.

Diante dos obstáculos enfrentados pelas mulheres até que os partidos as priorizem, a associação pública de sua imagem à de um personagem político moralmente incompatível é uma situação de relevância subestimada. Antes de alcançar o posto de candidata (ou seja, de representante de um partido ou coligação em determinado pleito), a mulher já enfrentou (e derrotou) os impedimentos pessoais (a responsabilidade de cuidados com família, as dificuldades profissionais e sociais - e por vezes, econômicas),

¹⁴² Ver <https://www.youtube.com/watch?v=hSEyenx9UjY>, de 1h20m00s até 1h21m05s. A transcrição da fala de Bolsonaro, no palanque, tendo a candidata atrás dele, é: *Eu fui colega da Mariana por dois mandatos . Acompanho ela na Câmara , nas comissões e vi o empenho dela . Bastante jovem , continua jovem , mas estava mais jovem ainda, né? O que dizer da vida pregressa dela? Um grande futuro pela frente , obviamente facilitado pelo grande prefeito* (grifo nosso) *que temos no momento aqui em Porto Velho. (Vamos) manter este ritmo de trabalho do atual prefeito daqui de Porto Velho . Mas nós sabemos que ela tem competência, tem um vice, um pastor. O vice serve muito bem aconselhar , ajuda pra apaziguar, pra fazer contato com a Câmara Municipal e é um pastor, um homem de Deus, um homem afeto Palavra, ao diálogo, a conversação. Na Prefeitura de Porto Velho tem tudo pra dar certo. O PL é 22. Hoje eu sou 2 vezes PL, eu sou 44 (nº do União Brasil), Mariana.*

¹⁴³ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=kvFnEzLKE6w> de 1h04m45s até 1h05m04s. Em vídeo gravado, sozinho, aparentemente em um escritório, Bolsonaro fala: *Olá amigos de Palmas, Tocantins. Vocês, cuja grande maioria são de direita, são conservadores, cristãos, pessoas patriotas, respeitadoras: peço a todos vocês. Para prefeita (vote em) Janad 22. Muito obrigado a todos .*

a priorização das candidaturas encabeçadas pelos homens e a obstrução estrutural dentro das próprias siglas. Provavelmente, já enfrentou, em maior ou menor grau, a força da violência política sobre as mulheres que ousam requerer a fruição do poder político-partidário.

Depois de tantos percalços, não seria no momento em que finalmente a postulante é oficialmente alçada ao posto de candidata, que uma mulher, dentro dessas circunstâncias, se resguardaria de ter, ao seu lado, uma figura de notória atuação contra os direitos das mulheres. Em teoria, essa divergência já teria sido “superada” nas etapas anteriores – ou sequer foi aventada até aquele momento. Numa circunstância de disputa de votos, sobretudo nas campanhas majoritárias, se essas mulheres chegaram até esse ponto, passando por tantos contratempos e obstáculos, não vai ser agora que vão deixar de se alinhar a quem quer que seja, que possa (em teoria) lhe trazer benefício eleitoral relevante.

Numericamente, as relações entre apadrinhamento e resultados nas urnas podem ser sintetizadas conforme o quadro a seguir:

Quadro 6 – Candidatas, seus principais padrinhos políticos e os resultados eleitorais em 2024

Candidata	Partido	Capital	Eleita?	Padrinhos
Cristina Graeml	PMB	Curitiba/ PR	Não, perdeu no 2º turno (43% dos votos válidos)	Jair Bolsonaro
Marina Helena	NOVO	São Paulo/ SP	Não, nem foi ao 2º turno	Romeu Zema
Mariana Carvalho	União Brasil	Porto Velho/ RO	Não, perdeu no 2º turno de virada, teve 43% no 2º turno dos votos válidos.	Bolsonaros (Michelle e Jair), Damares
Catarina Guerra	União Brasil	Boa Vista/ RR	Não, nem foi ao 2º turno	Sérgio Moro, Ciro Nogueira e Antonio Denarium, ex-governador RR, aliado de Bolsonaro
Adriane Lopes	PROGRESSISTAS	Campo Grande/ MS	Sim, em 2º turno (51% dos votos). Bolsonaro foi contra no 1º e a favor no 2º, porque seu candidato perdeu.	Senadora Tereza Cristina (PROGRESSISTAS)
Carol Sponza	NOVO	Rio de Janeiro/ RJ	Não, nem foi ao 2º turno	Romeu Zema, com pouca participação.
Emília Corrêa	PL	Aracaju/SE	Sim, em 2º turno (57% dos votos válidos). Apoiada pelo Bolsonaro, mas evitou a polarização	Jair Bolsonaro – apoio discreto e pouco explorado pela campanha
Euma Tourinho	MDB	Porto Velho/ RO	Não, nem foi ao 2º turno	Lúcio Mosquini, deputado federal do PMDB, aliado a Bolsonaro
Danielle Garcia	MDB	Aracaju/SE	Não, nem foi ao 2º turno. Apoiou Luiz Roberto (PDT) no 2º turno	Alessandro Vieira (MDB ,alinhado de Lula)
Janad Valcari	PL	Palmas/TO	Não, perdeu no 2º turno de virada, teve 46% dos votos válidos no 2º turno	Jair Bolsonaro
Patricia Ferraz	PSDB	Macapá/AP	Não, nem foi ao 2º turno	Não teve
Yandra Moura	União Brasil	Aracaju/SE	Não, nem foi ao 2º turno	ACM Neto
Rose Modesto	PRD	Campo Grande/MS	Não, perdeu no 2º turno. Candidato de Bolsonaro ficou em 3º	Ronaldo Caiado
Maria Victoria	Progressistas	Curitiba/PR	Não, nem foi ao 2º turno	Temer (pai dela foi ministro dele) e a mãe da candidata, Cida Borghetti, ex-governadora PR
Flávia Alves	Solidariedade	São Luís /MA	Não, nem foi ao 2º turno	Deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), irmão da candidata
Aline Gurgel	Republicanos	Macapá/AP	Não, nem foi ao 2º turno	Davi Alcolumbre
Tábata Amaral	PSB	São Paulo/ SP	Não, nem foi ao 2º turno	Carlos Lupi (PDT), ministro da Previdência Social em 2024
Duda Salabert	PDT	Belo Horizonte/ MG	Não, nem foi ao 2º turno	Não teve
Juliana Brizola	PDT	Porto Alegre/RS	Não, nem foi ao 2º turno	Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao êxito da mentoria, destaca-se a atuação da senadora Tereza Cristina (Progressista), que sustentou uma espécie de “racha” do bolsonarismo no Mato Grosso do Sul, ao apoiar a campanha vitoriosa de Adriane Lopes (Progressistas) em Campo Grande, enquanto Bolsonaro, apoiava Beto Pereira¹⁴⁴ (PSDB) - que até então, era crítico ferrenho da postura do ex-Presidente. No segundo turno, Bolsonaro e Tereza Cristina se reconciliaram em favor de Adriane Lopes, já que Beto Pereira finalizou o primeiro turno em terceiro lugar.

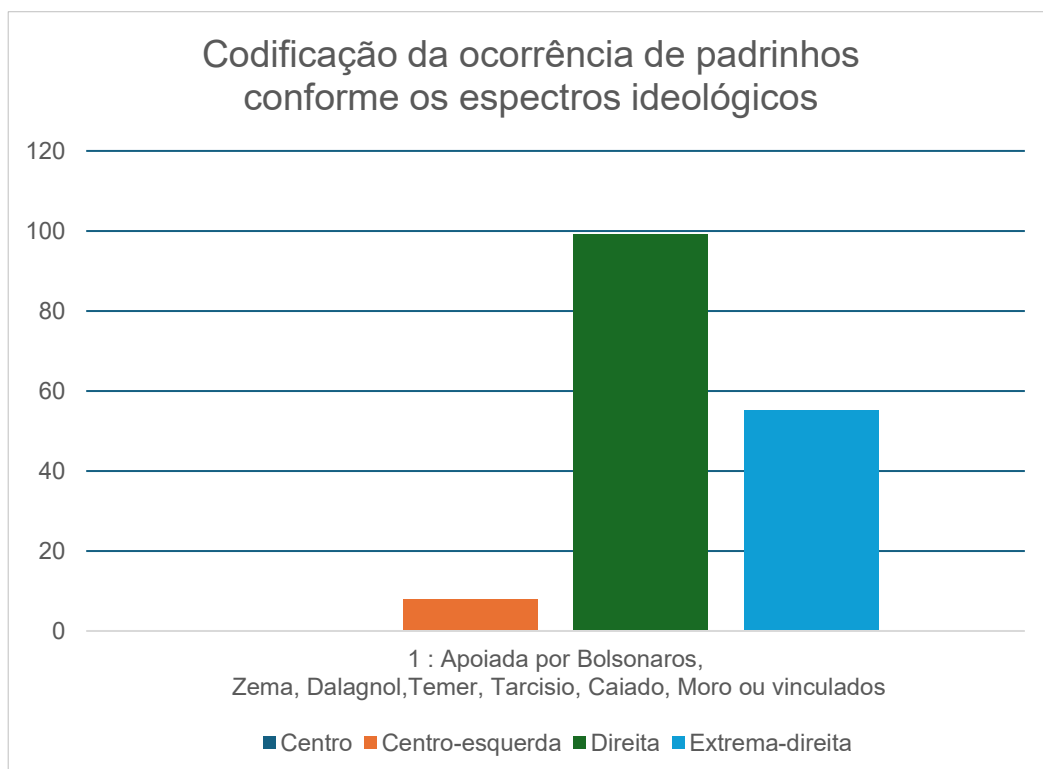
Já Emília Corrêa¹⁴⁵, eleita prefeita de Aracaju, apesar de ser do PL (partido de Bolsonaro), não apareceu presencialmente ao lado do padrinho político, havendo apenas uma citação ao ex-Presidente (feita por um popular não identificado) durante a sua campanha. Emília, inclusive, fez questão de desassociar o seu nome do bolsonarismo, para facilitar o seu próprio acesso ao eleitorado do centro e evitar a polarização.

Também não surpreende que a presença dos padrinhos políticos tenha sido mais frequente entre as candidatas da direita e da extrema direita. No centro, esse fenômeno não foi observado e, na centro-esquerda, ocorreu de forma pontual, como nos casos de Juliana Brizola (PDT), apoiada por Eduardo Leite, e Tábata Amaral (PSB), que recebeu o apoio de Carlos Lupi, então Ministro da Previdência Social do governo Lula.

¹⁴⁴ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/10/bolsonarismo-racha-em-ms-e-divide-maioria-conservadora.shtml> e <https://www.conexaopolitica.com.br/politica/beto-pereira-apaga-criticas-bolsonaro-eleicoes-2024/>. Visando o apoio do Partido Liberal (PL) para as eleições de 2024, Beto Pereira, inclusive **apagou das redes sociais** as postagens com as críticas a conduta de Bolsonaro na pandemia.

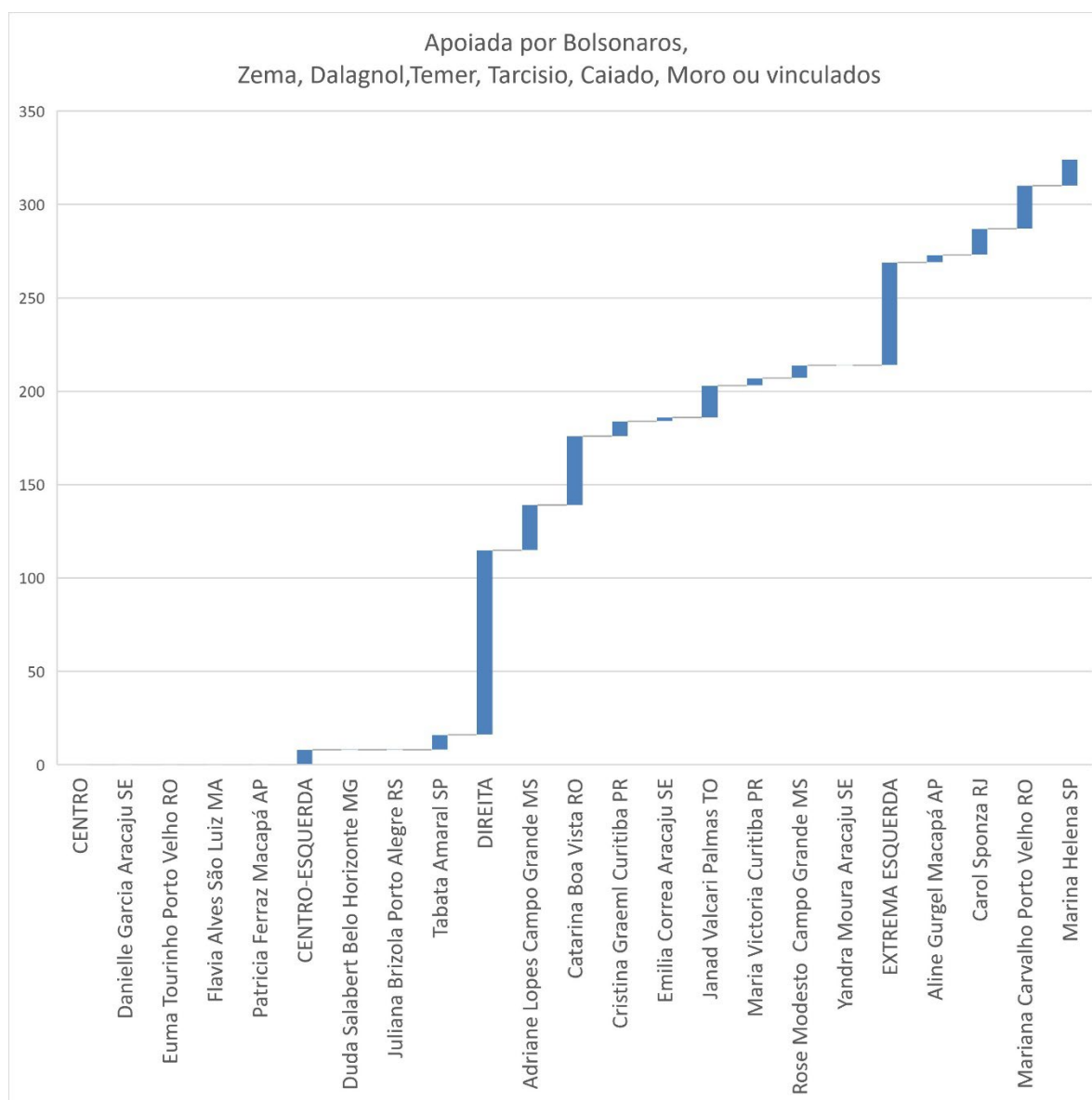
¹⁴⁵ Ver <https://www.conexaopolitica.com.br/politica/beto-pereira-apaga-criticas-bolsonaro-eleicoes-2024/>.

Gráfico 20 – Codificação da ocorrência de padrinhos políticos da extrema-direita, conforme os espectros ideológicos



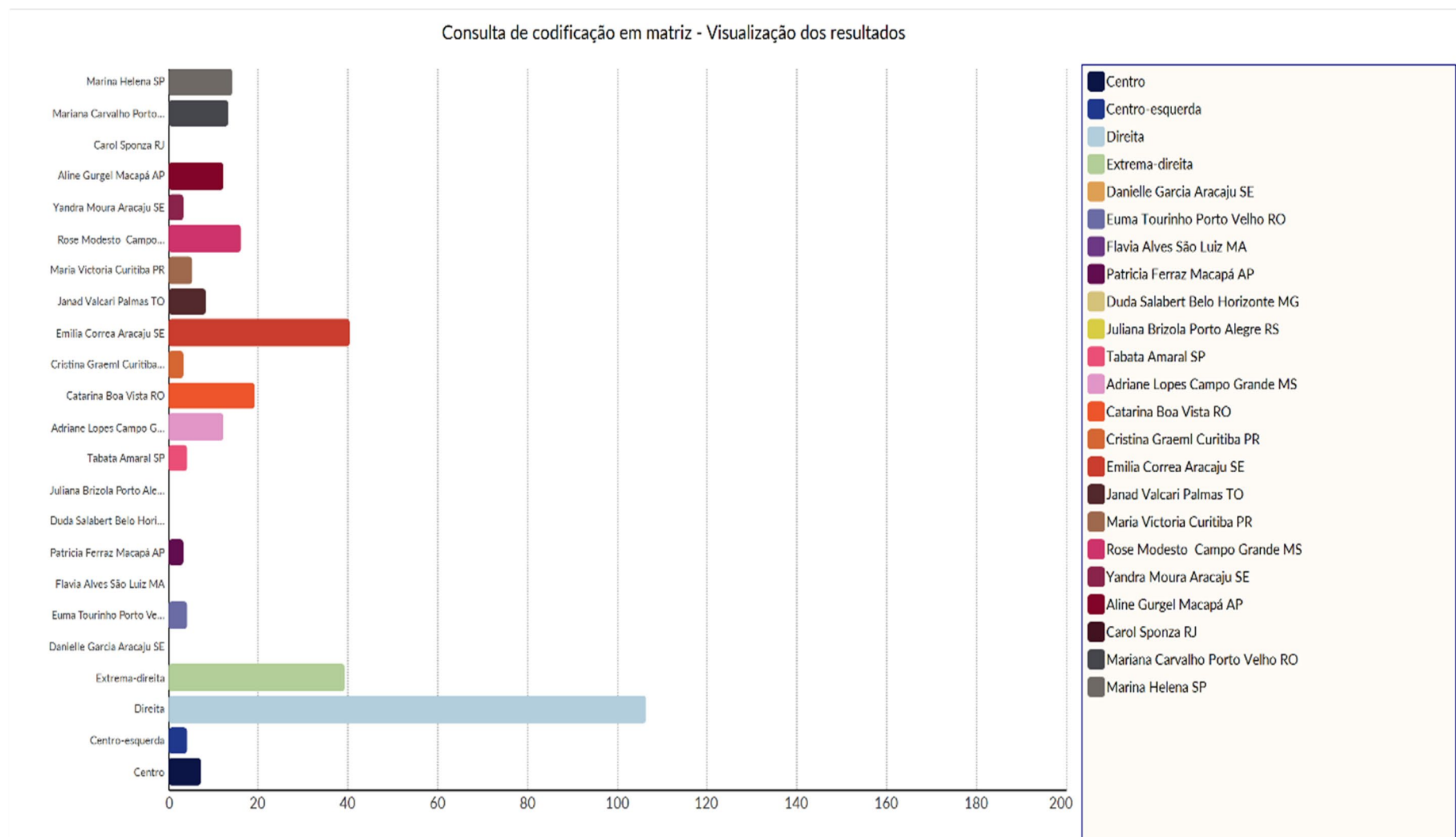
Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

Gráfico 21 – Codificação da ocorrência de padrinhos conforme os espectros ideológicos detalhado por candidatas (“em cascata”)



Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

Gráfico 22 – Presença de padrinhos de extrema-direita nas postagens por candidata e espectro político



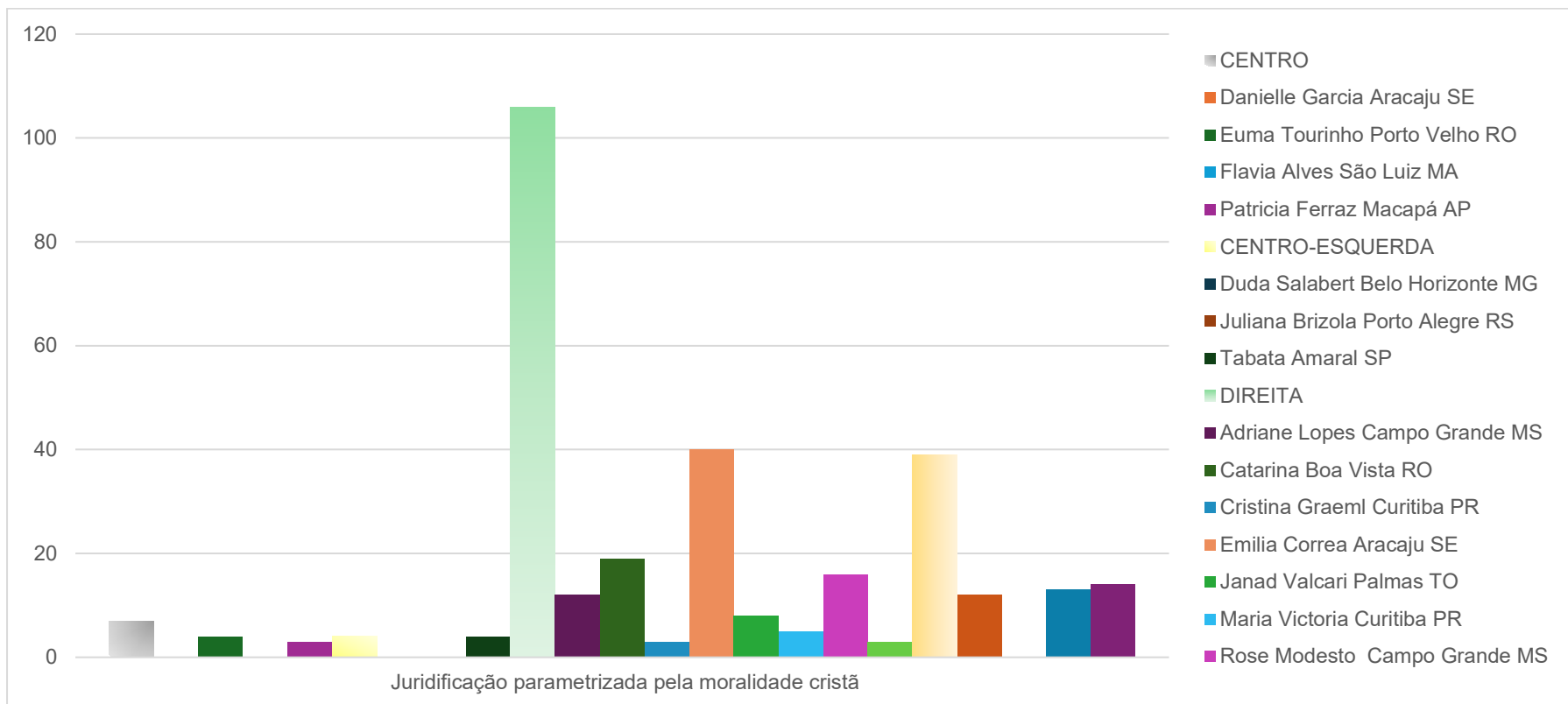
Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

Situação semelhante ocorre em relação à presença da cosmovisão neopentecostal como um bastião político-eleitoral: apresentou-se como um dispositivo de uso discretíssimo na centro-esquerda, de uso modesto no centro, de grande utilização na extrema-direita e de utilização maior ainda nos discursos das candidatas da direita.

É provável que sua funcionalidade eleitoral arrefeça, na medida em que a análise avance da centro-esquerda para a extrema-direita porque, conforme a classificação de Zucco e Power (2024), a ponta da extrema-direita é mais composta pelos partidos neoliberais (neoliberalismo e neoconservadorismo compondo a Nova Direita, conforme já mencionado), cujo sistema de ideias parece ser voltado mais para a linha de força econômica, do que para a linha de força moral.

Por mais que haja o avanço das ideias neoliberais entre os pentecostais (como é perceptível pela existência da teologia da prosperidade), quanto mais a direita avança pelas searas do neoliberalismo, mais o foco de seus representantes políticos parece se voltar para questões meritocráticas do “se fazer dinheiro” e menos foco é colocado nos princípios morais relacionados à cosmologia evangélica/cristã.

Gráfico 23 – Ocorrência da matriz da moralidade cristã neopentecostal nas campanhas das candidatas à prefeita das capitais em 2024

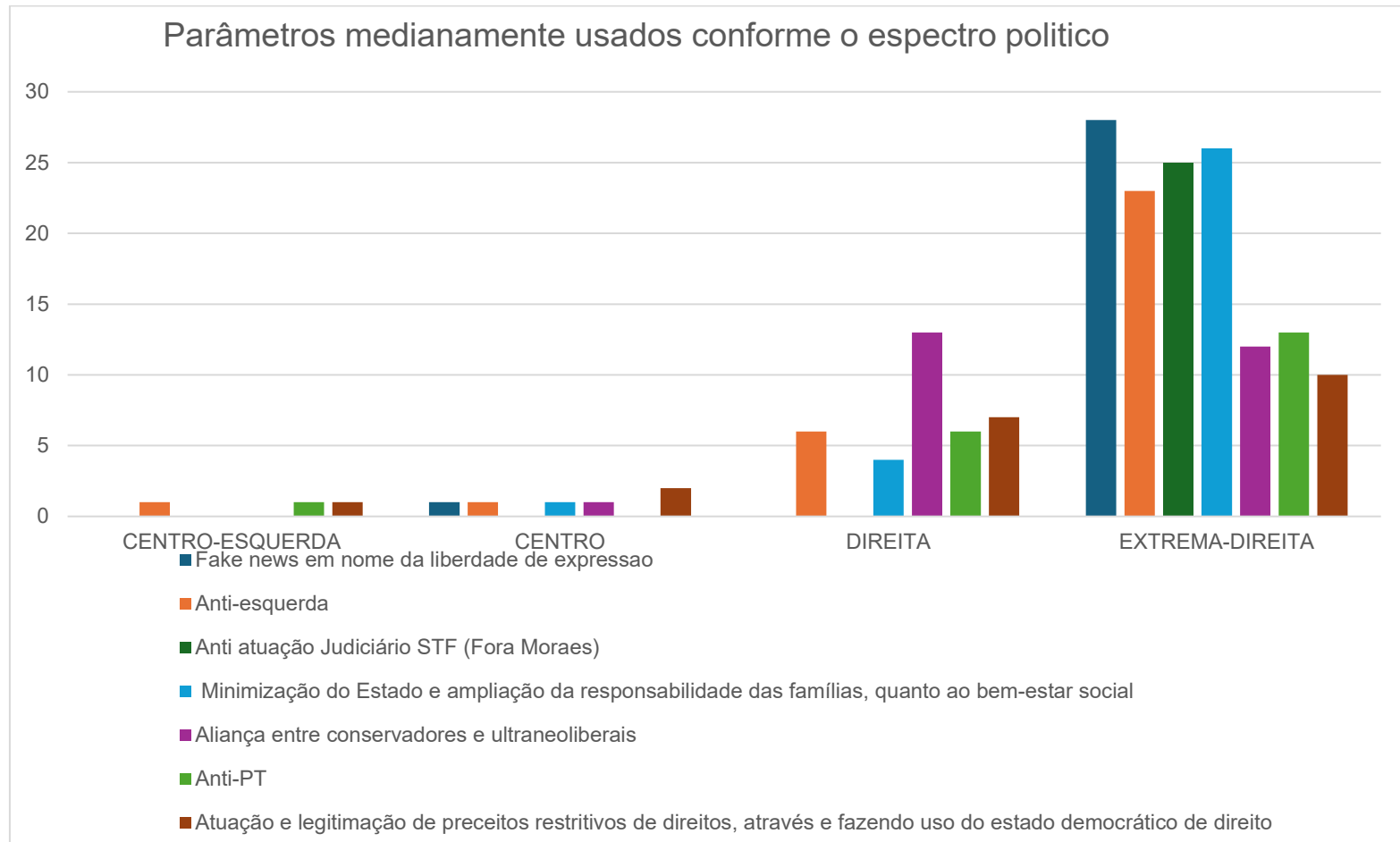


Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

Dos parâmetros utilizados como princípios na matriz, oito deles apareceram em uma porcentagem relativamente menor (entre 4 e 6%) no discurso das candidatas:

- a) Fake news em nome da liberdade de expressão (5%);
- b) Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social (6%);
- c) Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do estado democrático de direito (4%);
- d) Aliança entre conservadores e ultraneoliberais (5%);
- e) Ser Anti-PT (4%);
- f) Ser Anti-esquerda (6%);
- g) Ser contra a atual atuação Judiciário STF (Fora Moraes) (6%).

Gráfico 24 – Ocorrência numérica das matrizes de ocorrência mediana no discurso das candidatas



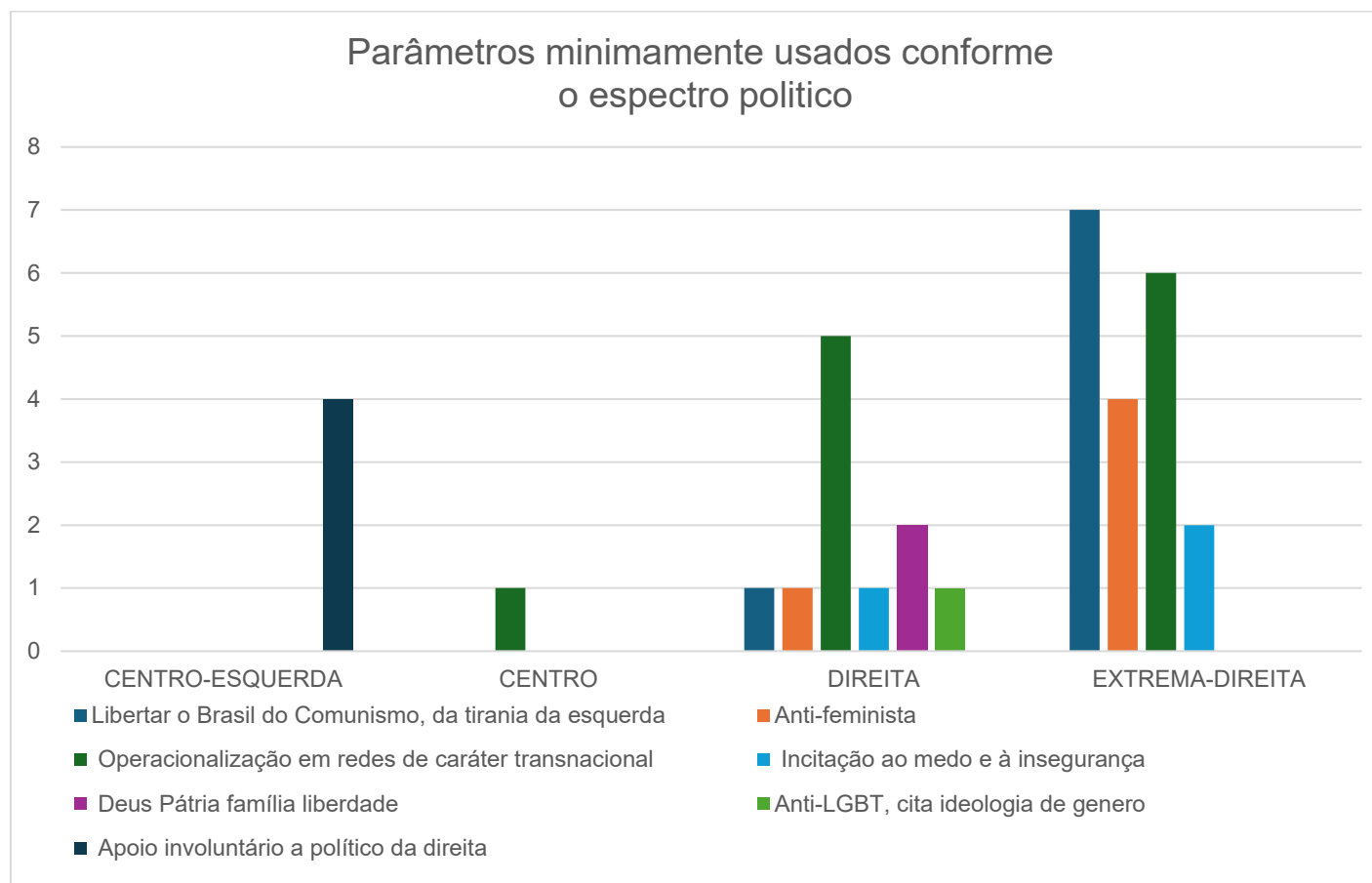
As candidatas de centro e de centro-esquerda tiveram circunstâncias pontuais dos parâmetros relacionados a serem “Anti-PT”, “anti-esquerda”, ou a favor da restrição de direitos.

A aliança entre neoconservadores e ultraneoliberais se apresenta em posição semelhante na extrema-direita e na direita, mas os demais parâmetros aumentam exponencialmente na extrema-direita, sobretudo quanto à minimização do Estado (a privatização de serviços públicos essenciais, como acesso à água e à educação formal) e no que se refere a questões relacionadas a incitação ao ódio (aos petistas, esquerdistas, comunistas).

Por fim, outros critérios foram citados em até 2% das publicações das candidatas:

- a) Operacionalização em redes de caráter transnacional (1)
- b) “Libertar o Brasil do Comunismo, da tirania da esquerda” (1%);
- c) Antifeminista (1%); Apoio involuntário a político da direita (1%);
- d) Incitação ao medo e à insegurança (1%);
- e) Citação de “Deus Pátria família liberdade” e outros slogans (2%)
- f) Anti-LGBTQIA, cita “ideologia de gênero como ameaça” (1%).

Gráfico 25 – Ocorrência numérica das matrizes de ocorrência mínima no discurso das candidatas



Fonte: elaborado pela autora, a partir da categorização e codificação via NVivo.

No gráfico 25, constata-se os casos em que as candidatas de centro-esquerda, fizeram parcerias que acabaram por favorecer a extrema-direita (quesito apoio voluntário a político da direita). O caso mais expressivo é o de Duda Salabert (Belo Horizonte/MG/PDT), que ajudou indiretamente a eleger o atual prefeito (Álvaro Damião, do União Brasil), ao apoiar a reeleição de Fuad Noman (PSD), falecido logo depois da posse, em 2025.

No espectro dos partidos de centro, Cristina Graeml (Curitiba/PR/PMB), autointitulada “a candidata conservadora de Curitiba”, apresentou o português Sérgio Tavares¹⁴⁶ (que se apresenta como jornalista e criador de conteúdo digital voltado ao “conservadorismo de direita”), como apoiador de sua campanha. A direita e a extrema-direita tiveram outros apoiadores internacionais.

As candidatas de direita foram as únicas que fizeram uso do slogan de “Deus, Pátria, família e liberdade” (e de seus correlatos), provavelmente por ser nesse espectro político que se concentram as ações dos neopentecostais. A extrema-direita, por sua vez, teve atuações mais mordazes, inclusive com incitação ao ódio contra feministas e a diversidade sexual.

Em geral, perscrutada a amostra à luz da Análise do Discurso, percebe-se a confirmação da hipótese de que os princípios oriundos das matrizes do neoconservadorismo se fazem presentes e efetivos no discurso, na trajetória e na construção das identidades públicas das candidatas de centro e de direita que pleitearam as prefeituras das capitais brasileiras.

Seja por obediência às diretrizes partidárias, seja na tentativa de conquistar o eleitorado, a parametrização cristã neopentecostal e a anexação da imagem de padrinhos políticos neoconservadores às próprias candidaturas, emergem nas campanhas eleitorais dessas mulheres de maneira contundente. Outras matrizes neoconservadoras também foram detectadas, mas em menor grau: a predominância do discurso conservador no espectro da direita e dos conceitos ultraneoliberais na extrema-direita.

Os resultados, porém, do ponto de vista de sucesso eleitoral, não foram, afinal, favoráveis para as candidatas. Ao que se infere pelos resultados das urnas, ser

¹⁴⁶ <https://www.youtube.com/@canalsergiotavares>.

evangélica ou apoiada pelos baluartes da moralidade neoconservadora e/ou pelos expoentes do neoliberalismo, não resultou em bom resultado nas urnas. Nenhuma delas se elegeu ancorada por esses fatores. Pelo contrário. Das duas eleitas, entre as 19 postulantes aqui analisadas, uma foi profusa e efetivamente apoiada por outra mulher¹⁴⁷. A outra, em que pese ser esposa de pastor e fazer clara menção à sua religião durante a campanha, tinha ampla e consolidada carreira política e midiática, antes mesmo de se tornar a primeira prefeita de Aracaju¹⁴⁸ — sem contar o fato de que Emilia Corrêa fez questão de que a “presença” de Bolsonaro na sua campanha fosse muito discreta, se limitando, praticamente, ao fato de pertencerem ao mesmo partido.

Na prática, para as candidatas da direita, o rótulo de representantes do setor neoconservador da sociedade pode lhes ter sido válido para que se identificassem junto ao eleitorado, mas não sustentou a efetividade de resultados em suas campanhas. Em resumo: ser mulher e conservadora, aparentemente não foi suficiente para gerar votação eleitoral expressiva — o que permite deduzir que a questão talvez não esteja em se promover, proteger e publicizar o neoconservadorismo como o conceito basilar de campanhas político-eleitorais, para que o eleitorado se reconheça na candidata, por mais “direitista” que essa mulher demonstre ser.

Não restaram dúvidas em relação à qualificação das candidatas da direita, tanto do ponto de vista profissional quanto a respeito de suas trajetórias políticas e integridade moral. À época das eleições, nenhuma delas estava envolvida em escândalos públicos.

Outro aspecto que merece destaque é que não parece ser qualquer perfil de mulher que interessa (ou atrai a atenção) da direita para as disputas às prefeituras das capitais. Todas as candidatas eram brancas¹⁴⁹, pertencentes à classe média ou à classe média alta, a maioria possuía curso superior, reproduzindo o padrão “ouro” de raça e classe dos homens (seja à direita, seja à esquerda). Nenhuma das candidatas ocupava posição de destaque no meio neopentecostal (pastora ou bispa, por exemplo) — o que

¹⁴⁷ Destaca-se que a senadora Tereza Cristina chegou a se desentender com Jair Bolsonaro, em favor da campanha de Adriane Lopes em Campo Grande/MG.

¹⁴⁸ Emília Corrêa (Aracaju-SE/PL) presidiu a Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Aracaju quando foi vereadora, é advogada e defensora pública aposentada, comunicadora de rádio e TV.

¹⁴⁹ Embora Janad Valcari (Palmas-TO/PL) se autointitule negra, sua tez é clara e os cabelos são lisos — um padrão entre as candidatas- de modo que, para os padrões brasileiros, sua corporeidade é lida como branca.

pode ser um sinal de que ainda não existem mulheres com o mesmo protagonismo das lideranças religiosas masculinas dentro dessas igrejas. Em contrapartida, havia candidatos vices oriundos do meio religioso (pastores) e militar, todos homens. O fato de a imensa maioria das mulheres ter curso superior enquanto, entre os homens, é factível haver candidatos de direita com pouca escolaridade, também indica que, para as mulheres de direita, a alta qualificação acadêmica e profissional é condição importante para que pleiteiem o cargo de candidatas a prefeituras de capitais dentro dos seus partidos. Na esquerda, por sua vez, foram identificadas candidatas com ensino médio ou ainda em fase de graduação. Na direita, não ter curso superior inviabiliza a possibilidade da candidatura às prefeituras de capitais.

Por outro lado, os resultados eleitorais pífios das candidatas nas eleições majoritárias de 2024 podem estar relacionados à lacuna observada na amostra: a constante ausência de uma articulação político-partidária mais robusta em favor das candidaturas dessas mulheres. mais robusta em favor das candidaturas dessas mulheres.

6.3 Vazios, insuficiências, falhas e omissões: os resultados perceptíveis pelas lacunas nas campanhas das candidatas analisadas para as prefeituras

“Repara bem no que não digo.”
Paulo Leminski, em Catatau, 1975.

A análise da amostra validou a hipótese da influência contínua e incisiva das matrizes do neoconservadorismo nas campanhas das mulheres vinculadas aos espectros de centro, de direita e de extrema-direita no pleito das prefeituras das capitais em 2024.

A verificação dos dados também confirmou que as duas principais influências neoconservadoras nas campanhas, foram: (1) a configuração dos preceitos neopentecostais como diretriz moral da atuação das candidatas; agregada à (2) presença de padrinhos do campo tradicional/reacionário, sobretudo na direita, arrefecendo sua presença na extrema-direita.

No acompanhamento analítico das campanhas, atestou-se, entretanto, que a adesão aos princípios neoconservadores não favoreceu eleitoralmente as candidatas. Numa leitura mais aprofundada do material, foi possível identificar como se deu a participação dos tutores/padrinhos políticos nas campanhas de suas apoiadas — e, cumpre destacar que essa participação raramente foi presencial. Poucos mentores compareceram aos atos das campanhas. Entre as poucas exceções destacam-se Davi Alcolumbre, que participou da campanha de Aline Gurgel (Macapá/AP, Republicanos), sua companheira de legislatura como Deputada Federal; Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro e Damares Alves, que apoiaram Mariana Carvalho (Porto Velho/RO, União Brasil); e Ronaldo Caiado, que participou da campanha de Rose Modesto (Campo Grande/MS, PRD).

Em outros casos, o apoio dos padrinhos limitou-se à gravação de vídeos para divulgação nas redes sociais das candidatas. Cristina Graeml (Curitiba/PR, PMB), por exemplo, divulgou um vídeo “extraoficial” de Jair Bolsonaro declarando suporte à sua candidatura, embora o ex-presidente tenha formalmente apoiado outro candidato. Janad Valcari (Palmas/TO, /PL) também foi respaldada por Jair Bolsonaro (oficialmente) por vídeo. Romeu Zema participou de diversas gravações com Marina Helena (São

Paulo/SP/Novo), assim como Eduardo Leite, então governador do Rio Grande do Sul (PSDB) em favor da campanha de Juliana Brizola (Porto Alegre/RS, PDT). Sérgio Moro, Ciro Nogueira e Antonio Denarium (ex-governador de Roraima e aliado de Bolsonaro gravaram vídeos em prol da campanha de Catarina Guerra (Boa Vista/RR/União Brasil).

Contudo, no que tange ao alegado potencial do apadrinhamento, apenas uma candidata teve uma liderança efetivamente trabalhando a seu favor: Aline Lopes (Campo Grande-MS), apoiada pela senadora Tereza Cristina, ambas do Progressistas. A senadora ¹⁵⁰ não só se indispôs publicamente com o ex-Presidente Jair Bolsonaro (PL) em favor de Lopes - em julho de 2024, após ele descumprir a promessa de apoiar Lopes (Bolsonaro apoiou o deputado Beto Pereira PSDB) -, como tornou notório, o seu descontentamento, através da imprensa ¹⁵¹. Os resultados sugerem que Tereza foi um cabo-eleitoral mais potente que Bolsonaro ¹⁵². Enquanto nenhuma mulher apoiada por Bolsonaro foi eleita ¹⁵³, Tereza Cristina ajudou a eleger Adriane Lopes, além de participar da ampliação do número de prefeituras do Progressistas em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Na ocasião, o próprio presidente nacional do Progressistas, Ciro Nogueira, admitiu que a eleição em Campo Grande/MS representava o “reconhecimento da liderança de Tereza Cristina” no Mato Grosso do Sul ¹⁵⁴.

Para além da liderança de Tereza Cristina, o que se viu na campanha de Lopes foi a constatação de uma omissão sistemática (embora velada) nas campanhas das demais candidatas: a efetividade do apoio não só da liderança mentora, mas do partido político e de suas coligações. Tereza Cristina, através de sua potência como senadora e ex-ministra, pôs a máquina partidária para trabalhar pela eleição de Adriane Lopes. Articulou alianças, expôs constrangimentos e evidenciou uma situação que viria a ser observada

¹⁵⁰ Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias (Progressistas), é engenheira agrônoma, empresária, senadora e foi ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil entre 2019 e 2022, além de Deputada Federal entre 2015 e 2023.

¹⁵¹ Ver “Tereza admite que ficou triste e decepcionada com Bolsonaro: Bolsonaro fechou parceria com Reinaldo Azambuja e Eduardo Riedel para apoio a Beto Pereira quando a senadora estava viajando para o exterior.” <https://www.regiaonews.com.br/politica/tereza-admite-que-ficou-triste-e-decepcionada-com-bolsonaro>.

¹⁵² Ver “Venceslau: Tereza é cabo eleitoral mais forte que Bolsonaro em Campo Grande | BASTIDORES CNN” <https://www.youtube.com/watch?v=UndD2uMovuE>.

¹⁵³ Emilia Corrêa (Natal-RN/PL), do mesmo partido de Bolsonaro, intencionalmente não explicitou o apoio do ex-presidente na sua campanha.

¹⁵⁴ Ver <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/tereza-cristina-consolida-forca-politica-do-pp-em-ms-apos-vitoria-de-aliada-na-capital/>.

em outras circunstâncias, dentro do pleito de 2024: o corporativismo masculino se engendra sobre e entre as circunstâncias partidárias, sempre que há uma ameaça a sua integridade.

Em São Paulo, Tábata Amaral (PSB) denunciou que Guilherme Boulos (PSOL), apesar da maior afinidade ideológica entre PSB e PSOL, mantinha certa solidariedade associativa de gênero com Ricardo Nunes (MDB), boicotando (em dupla) a realização de debates¹⁴⁴. No que tange à manutenção da hegemonia masculina quanto às questões eleitorais, era melhor ter dois homens disputando as eleições da maior capital do país do que ter uma mulher no pleito, por maiores que fossem as possibilidades de consenso político da gestão de Tábata (posto que ela tem, teoricamente, trânsito entre os espectros partidários). Esse corporativismo, inclusive, também protegia Pablo Marçal.¹⁵⁵

Em Curitiba (PR), Jair Bolsonaro declarou apoio a Eduardo Pimentel (PSD), ainda que a ultraconservadora Cristina Graeml (PMB) tivesse publicado que esteve pessoalmente com o ex-presidente para articular a sua candidatura¹⁵⁶ antes de o PL (partido de Bolsonaro) indicar Paulo Martins como vice de Pimentel (em maio de 2024).

Em Macapá (Amapá), Aline Gurgel só passou a ter o apoio de Alcolumbre depois que o irmão dele, Josiel Alcolumbre, desistiu de concorrer à prefeitura¹⁵⁷. Sem Josiel na disputa, o vice-governador Teles Junior (PDT) cogitou se lançar, em oposição ao prefeito Antônio Paulo de Oliveira Furlan (MDB). Contudo, Teles optou por não disputar a eleição (é pré-candidato ao senado em 2026), evitando o risco de uma derrota para Furlan, que acabou reeleito ainda no primeiro turno, com 85% dos votos. Ao que se apresenta, portanto, Aline foi cogitada e alçada a candidata porque, caso as eleições fossem acachapantes em favor do então prefeito (e foram), a candidatura da direita não seria “queimada”, manchando a reputação de políticos mais influentes, que corriam o risco de serem tachados como “ruins de urna” e ainda atestariam que o oponente se mostrava invencível pelos candidatos homens.

¹⁵⁵ Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/08/29/em-video-Tabata-acusa-nunes-e-boulos-de-agirem-por-conveniencia-poupando-marcas-de-criticas.htm>.

¹⁵⁶ Ver: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/10/08/curitiba-bolsonaro-se-incomodou-por-pl-nao-fazer-acordo-comigo-diz-graeml.htm>.

¹⁵⁷ Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/gustavo-uribe/eleicoes/macapa-irmao-de-alcolumbre-desiste-de-concorrer-a-prefeitura/>.

Em Porto Velho (RO), apesar do expressivo arco de alianças e de ter liderado o primeiro turno com 44,53% dos votos, Mariana Carvalho foi derrotada no segundo turno por Leonardo Barreto Moraes, do Podemos. Nem mesmo a articulação entre Hildon Chaves e Marcos Rocha (prefeito de Porto Velho e governador de Rondônia, respectivamente), ambos do União Brasil, somada ao apoio de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e à participação presencial de Jair e Michelle Bolsonaro (PL), foi suficiente para eleger a candidata.

O cenário é semelhante entre as candidatas de centro-esquerda e de esquerda. Em Porto Alegre (RS), apesar de ser filiada ao PDT, Juliana Brizola é tida como uma política voltada mais à esquerda. Em 2024, o PSDB interrompeu uma tradição de 20 anos de lançamento de candidaturas próprias à prefeitura de Porto Alegre para apoiar a neta do Leonel Brizola ¹⁵⁸.

A intenção, porém, não era a de priorizar a eleição de uma mulher à prefeitura da capital gaúcha, mas, ao que parece, o objetivo era enfraquecer as candidaturas dos candidatos de Lula (Maria do Rosário/PT) e Bolsonaro (Sebastião Melo/MDB, prefeito reeleito). O caso da capital gaúcha é emblemático no que concerne à ambiguidade do apoio dos dirigentes homens às campanhas das mulheres. Lula recebeu 53,50% dos votos para Presidente em Porto Alegre, em 2022. Pinto ¹⁵⁹ (2024) informa, contudo, que, conforme pesquisa da Quaest, 38% das pessoas que votaram em Lula em 2022 afirmaram que não votariam em Maria do Rosário em 2024.

Os dados obtidos pela pesquisa sugerem que Lula também não foi eficaz como cabo eleitoral para as mulheres. No entanto, há outro elemento perceptível, além dessa ausência de transferência de capital eleitoral: Lula não participou presencialmente da campanha de Rosário ¹⁶⁰. O motivo, informado pela própria Rosário, era “não misturar” a campanha eleitoral para focar no apoio humanitário ao Rio Grande do Sul após as enchentes ocorridas em abril e maio de 2024.

¹⁵⁸ Ver: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/leite-vai-apoiar-candidata-de-esquerda-contr-os-nomes-de-lula-e-bolsonaro/>.

¹⁵⁹ Ver: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/643092-alguma-coisa-esta-se-desmanchando-no-ar-artigo-de-celi-pinto>.

¹⁶⁰ Ver: <https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/ja-sabia-que-lula-nao-estaria-fisicamente-na-campanha-diz-rosario/>.

Embora Sebastião Melo considerasse “um equívoco” o fato de o MDB integrar o governo Lula e se posicionasse publicamente contra a atual gestão federal, foi bastante conveniente, do ponto de vista da proteção ao capital político masculino, que a principal liderança política do país não participasse presencialmente da campanha de uma mulher de seu partido contra um homem cuja legenda faz parte da base de apoio do governo federal, sendo este um elo relevante na sustentação do governo Lula.

Essa intercorrência peculiar foi observada enquanto a análise das campanhas era feita. Na verdade, não é exatamente uma incidência, mas a ausência dela: (a falta de) empenho dos homens (sejam padrinhos, sejam lideranças político-partidárias) na campanha das mulheres, somadas à omissão ou inação dos próprios dirigentes dos partidos, no que concerne os esforços para eleger as mulheres que pleitearam o poder executivo das capitais brasileiras. Nesse caso (o da quase nulidade de participação dos dirigentes e líderes político-partidários nas campanhas das mulheres), a lacuna fala mais do que os dados explícitos na clivagem.

Expus os casos acima para elucidar a respeito da “reserva masculina do poder” – a obstrução estrutural ao efetivo acesso das mulheres ao capital político-partidário –, uma circunstância apontada nos interstícios da amostra.

O termo foi cunhado por Matos (2026)¹⁶¹ para diagnosticar o paroquialismo que possibilita, aos homens, a defesa hegemônica de seus privilégios no âmbito político. Em entrevista concedida ao repórter Vinicius Prates, em 18/04/2026, Matos destaca que

os homens ainda predominam amplamente nos espaços legislativos, o que reforça a competitividade e os credencia, com mais frequência, às disputas pelo Executivo. Nesse contexto, os cargos de prefeito, governador e presidente acabam funcionando como uma **‘reserva masculina do poder’**, dificultando o avanço das mulheres, mesmo diante do aumento recente no número de candidaturas femininas.

A expressão, com a qual Matos denomina o truste que assegura aos homens o monopólio sobre o capital político-partidário, vem ao encontro da suspeição, averiguada na análise dessa amostra de candidatas, de que há algum conluio institucional de preservação dos apanágios e das prerrogativas do gênero masculino, no ecossistema das legendas e das coligações políticas brasileiras. Grosso modo, a pesquisa ratifica que

¹⁶¹ Ver: <https://www.em.com.br/politica/2026/04/7400561-presenca-feminina-na-disputa-pelo-governo-ainda-e-baixa.html>.

há mecanismos de legitimação destinados a assegurar que a preponderância dos homens permaneça no controle político brasileiro, que ela seja preservada acima de qualquer circunstância — incluindo questões ideológicas, correligionárias e mesmo morais.

Os casos das candidatas aqui analisadas e relatadas permitem perceber as seguintes circunstâncias:

- a) **junção de dois homens de espectros políticos opostos e ideologias divergentes, contra a possibilidade de uma candidata em potencial (especialmente se houver a possibilidade de a candidata concorrer ao 2º turno):** em São Paulo, houve uma aliança entre um candidato do campo da esquerda (Boulos), com um candidato vinculado à extrema-direita¹⁶² (Nunes), visando minar a potencialidade de uma candidata à prefeitura (Tábata Amaral);
- b) **apoio (velado ou explícito) a um candidato homem, ainda que haja candidata mulher com mais afinidade propositiva: declaração de apoio a uma candidata e apoio pleno a outro, com a força do partido se sobrepondo às manifestações pessoais da liderança política (com ou sem a “concordância fictícia” do líder em questão):** em Curitiba, embora Bolsonaro tenha informado a Cristina Graeml que iria apoiar sua candidatura, oficialmente seu candidato foi um homem cujo partido estava coligado ao de Bolsonaro;
- c) **Sacrifício de uma candidata mulher, em proteção ao capital político dos homens: “queima” de potencial político de uma candidata para a proteção do capital eleitoral masculino.** Em Macapá, depois que dois homens desistiram de arriscar suas reputações, cargos e credibilidade eleitoral, uma mulher foi apoiada pelas lideranças políticas numa candidatura sem perspectivas de vitória. Aline Gurgel, teoricamente, foi “sacrificada” eleitoralmente para que a extrema-direita mantivesse a marcação de território, em uma eleição em que o candidato do centro obteve 85% dos votos válidos no primeiro turno, o candidato da esquerda teve 10% e Gurgel, candidata do Republicanos, teve 3,71%. Ela foi candidata depois que as lideranças políticas masculinas, dentro de seu grupo político,

¹⁶² Ver: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/20/nunes-bolsonaro-podcasts-extrema-direita.htm>.

preferiram não correr o risco de serem derrotados em um pleito com poucas chances de vitória;

- d) **apoio fictício ou nulo incompatível com extensa coligação partidária, combinado à mínima (ou nula) efetividade das alianças:** Mariana Carvalho (Porto Velho-RO/União Brasil) contou, em teoria, com uma gama de apoios que incluiu doze partidos, entre os quais o Republicanos, Progressistas, PL, PSD, PSDB e CIDADANIA, garantiu sua ida ao segundo turno com 44,53% dos votos no primeiro turno. Como uma teia tão profícua de parcerias não foi capaz de preservar o protagonismo da candidata no segundo turno¹⁶³, contra um candidato de um partido isolado? A circunstância pode ser um indicativo de que, na prática, a coligação exposta na mídia e na campanha não funcionava efetivamente, ou não se manteve tão firme no segundo turno, quando a candidata concorreu contra um homem de um partido que, tradicionalmente se coliga aos demais que compuseram a “onda azul” – denominação com a qual a candidatura de Carvalho foi autônoma;
- e) **omissão conveniente:** os interesses partidários locais podem se conflitar com a agenda de prerrogativas estaduais ou federal. Em Porto Alegre, obviamente, o diretório do PT tinha a intenção de eleger sua candidata, mas essa pretensão era partilhada pelas esferas superiores do partido? Qual impacto poderia haver, nas relações entre MDB e PT, se Lula efetivamente se empenhasse em apoiar Maria do Rosário como sua candidata à prefeitura de Porto Alegre? O fato da candidata ser uma mulher pode alterar a disposição das lideranças masculinas em apoiar uma candidatura, ainda que do seu próprio partido? Em Fortaleza, onde Evandro Leitão (PT) foi eleito, Lula visitou a capital durante a campanha.¹⁶⁴ Em Natal, Lula esteve presencialmente para apoiar Natália Bonavides (PT) no segundo turno. Contudo, o adversário de Natália, Paulinho Freire, é aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro, numa região (nordeste) que foi a impulsionadora da vitória de Lula

¹⁶³ Ver: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/o-curioso-caso-da-candidata-que-perdeu-votos-no-2o-turno-em-uma-capital/>.

¹⁶⁴ Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/12/lula-participa-de-comicio-de-evandro-em-fortaleza-luizianne-lins-entra-na-campanha/>.

nas eleições de 2022 – de modo que o interesse partidário, nesse caso, se soma (e se sobrepõe) à necessidade de se eleger uma mulher.

Listamos os tipos e exemplos, pertinentes às eleições às prefeituras de capitais em 2024, a respeito da proteção hegemônica da “reserva masculina de poder” no ecossistema político-partidário brasileiro, considerando que estas observações, provavelmente, não são as únicas, nem são excludentes entre si. O que se pretende é corroborar a percepção de que há, de fato, uma bolha de corporativismo masculino permeando e se antepondo à maior presença das mulheres na política, especialmente aos cargos majoritários. E isso tem se dado de maneira velada, sutil e indireta, porém incisiva, contínua, flexível, resistente, conectada e altamente “fraterna”¹⁶⁵ dentro das legendas e coligações políticas do Brasil.

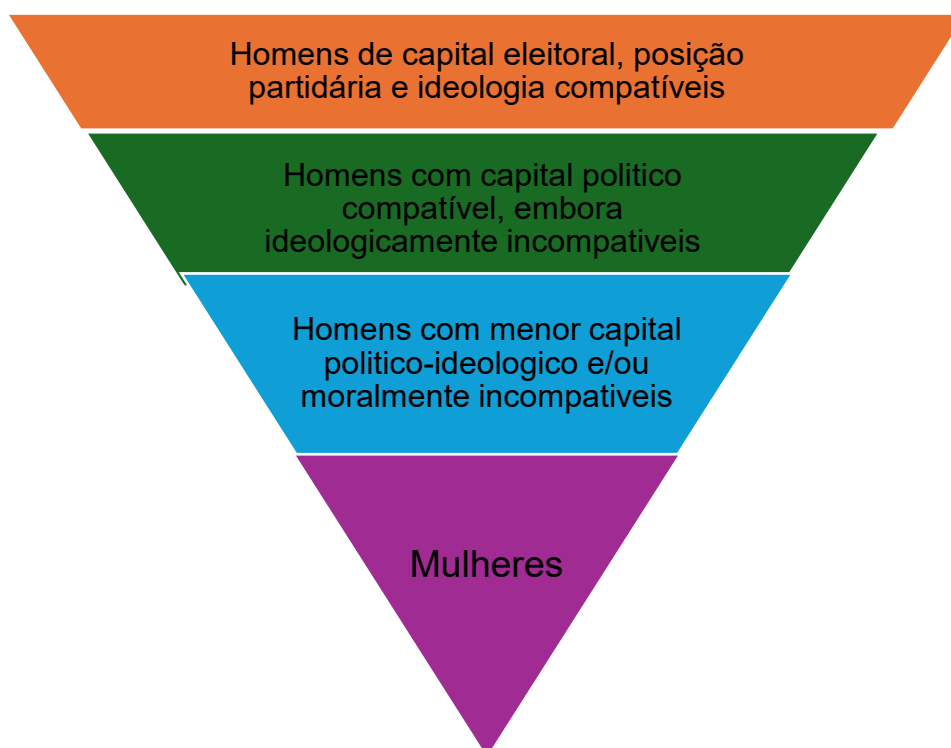
Não tenho objetivo (nem meios) de esgotar o assunto na presente tese: apenas exponho os indícios identificados pela pesquisa a respeito dessa situação de exclusão (e/ou impedimento), causada pela proteção hegemônica masculina, pelos benefícios desiguais dos quais os homens parecem estar desfrutando no âmbito da política. Esses vestígios foram detectados e analisados na amostra averiguada, e sobretudo, nas ausências contidas no material da pesquisa. Para melhor confirmar essa hipótese seria importante cotejá-la com casos de homens candidatos e eleitos para as prefeituras brasileiras nas eleições de 2024. Esse foco, contudo, extrapola o desenho deste estudo e fica como indicativo para a continuidade do trabalho de investigação no futuro.

Em linhas gerais, o que se percebe nessas candidaturas femininas é que, dentro das estruturas político-partidárias, a priorização é, sempre, eleger homens. Quando é necessário transferir capital político, os primeiros beneficiários tendem a ser lideranças masculinas de semelhante potencialidade política dos “doadores”. Em seguida, vêm os homens de “menor quilate” político/eleitoral. Logo depois, os que têm menor potencial político ainda que ideologicamente divergentes — inclusive quando essas divergências parecem moralmente inconciliáveis. Somente após o esgotamento dessas possibilidades é que as candidaturas femininas parecem passar a ser cogitadas.

¹⁶⁵ Uso o termo fraterno, nesta acepção, como correspondente ao termo sororidade, referente à solidariedade entre as mulheres.

À luz dos casos analisados, é possível inferir que um homem sem qualquer qualificação (potencial político, compatibilidade ideológica-partidária relevante, formação profissional, institucional e/ou acadêmica) valeria mais, na priorização das candidaturas, do que a mais qualificada das mulheres. Visualmente, a disponibilização desse capital político-partidário presente nas legendas brasileiras, pode ser interpretada em nível de priorização, como apresentado na Figura 12, a seguir

Figura 12 – Possibilidade de transferência de capital político-partidário das lideranças masculinas para possíveis candidatos, por ordem de prioridade



Fonte: elaborado pela autora.

Contudo, apesar de o presente trabalho ser dedicado a analisar candidaturas de mulheres dos campos do centro e direita, a observação das campanhas das mulheres da esquerda que pleitearam as prefeituras das capitais sugere que a questão não se encerra apenas nesse campo ideologicamente mais conservador, sendo replicada, ao que parece no mesmo sentido e intensidade, no campo progressista da esquerda também – como

ficou exposto em relação às candidaturas das mulheres pelo Partido dos Trabalhadores, em 2024.

Da mesma forma que homens negros se beneficiam do machismo (ainda que os homens brancos somem privilégios de gênero e raça), homens de esquerda também usufruem da reserva de mercado masculina de poder político partidário – até porque uma das caracterizações desse apanágio é a hierarquização de alianças com homens de espectro político diferentes, em detrimento da presença das mulheres nas disputas políticas eleitorais. Assim, nos parece que a força do privilégio masculino (e a subsequente obstrução à presença e a validação da existência das mulheres no campo da política) não faz distinção de espectro ideológico.

6.4 Lei de cota de gênero: democrática, mas não muito

A Legislação Brasileira ¹⁶⁶ exige um número mínimo de ambos os gêneros entre os candidatos, nas campanhas eleitorais, mas a regra não se aplica às eleições majoritárias.

Quadro 7 – Aplicação de cotas de gênero na legislação brasileira

Tipo de Eleição	Cargos Disputados	A cota de 30% é obrigatória?
Proporcional	Deputadas Federais, Estaduais, Distritais e Vereadoras	Sim. Os partidos ou federações devem aplicar o percentual sobre o total de candidatos da chapa.
Majoritária	Prefeitas, Governadoras, Senadoras e Presidente	Não. Não há reserva de vagas para gêneros específicos na lista de candidatos titulares.

Fonte: elaborado pela autora com base na Lei 9504/1997.

Matematicamente, a lei é razoável, posto que cada partido, federação ou coligação lança apenas um candidato titular por vaga disputada na eleição majoritária, o que inviabiliza a aplicação de um critério proporcional de gênero na mesma chapa. A principal fragilidade da aplicação democrática da Lei nº 9.504/97 reside no fato de que, na prática, esse único candidato continua sendo, prioritariamente, do gênero masculino.

¹⁶⁶ A obrigatoriedade de preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo — estabelecida pelo Artigo 10, § 3º da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) — é restrita exclusivamente ao sistema proporcional.

Nestas circunstâncias, os dados observados na pesquisa, considerando as omissões, supressões, hiatos e brechas perceptíveis nas campanhas das candidatas que compuseram a nossa amostra, a “reserva masculina de poder” se apresenta como força sutil, silenciosa, mas aparentemente perene e abrangente (e apoiada sistematicamente pela legislação). Ora, se somente uma pessoa pode ser candidata, a proporção matemática é de 50% para cada gênero binário. Se a ocorrência “aleatória” privilegia o gênero masculino, “teoricamente” isso não seria uma imposição, mas o resultado fortuito das possibilidades. O resultado “incerto”, nesse caso, parece ser sempre favorável aos homens.

Em relação às eleições proporcionais (deputadas e vereadoras), há que se considerar que o poder a ser exercido pelos eleitos está, teoricamente, pulverizado dentro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. No Poder Executivo, o comando, teoricamente, está centrado em uma só pessoa¹⁶⁷. Se essa situação já se verifica em cargos exercidos de forma colegiada (quando uma deputada ou vereadora faz parte de um conjunto de autoridades que não tem poder de decisão individual), o que ocorre quando o que está em disputa é a autoridade e a força política exercida por uma única prefeita, uma única governadora, uma única presidente?

Ao que parece, somam-se aos obstáculos já enfrentados pelas mulheres (no acesso a direitos básicos, na participação efetiva nas prerrogativas da sociedade) a já citada obstrução estrutural à fruição do poder político-partidário, e, mais recentemente, a polarização entre esquerda e direita. Segundo o *Diccionario enciclopédico de polarización política y emociones* (2026)¹⁶⁸,

A polarização da sociedade, em seu âmbito político, (se caracteriza por ser o espaço no qual) o debate partidário se torna cada vez mais intrincado na disseminação de desinformação, (e) tem se tornado mais evidente nos últimos anos tanto na mídia tradicional quanto nas plataformas preferidas para essa disseminação, como as redes sociais. (tradução nossa)

¹⁶⁷ Ainda assim é notória a exclusão velada e sistemática das mulheres do Legislativo: o plenário do Senado Federal não possuía banheiro feminino até o início de 2016. As senadoras precisavam usar um lavatório num espaço adjacente, pois o único banheiro existente no plenário era masculino, uma realidade que perdurou por 55 anos após a inauguração do Congresso Nacional. “Dificuldades de adaptação arquitetônica” ou mera exclusão velada?

¹⁶⁸ Parcialmente disponível em <https://www.cepc.gob.es/publicaciones/monografias/diccionario-enciclopédico-de-polarizacion-politica-y-emociones>.

Certamente, a divergência política, transformada em inconciliabilidade, atravessa todos os cenários factíveis de ocorrer na sociedade. A questão que interessa, no debate da pesquisa em tela, é como essa discordância se transmuta em desinteligência, no que tange à presença das mulheres na política.

Os dados clivados e verificados na pesquisa permitem a dedução de que o neoconservadorismo se faz presente no discurso das mulheres da direita e do centro, mas não é o principal elemento que poderia impedir (ou dificultar) que as mulheres se tornassem prefeitas, ou trabalhassem a favor da agenda de direitos das mulheres (mesmo quando essas mulheres não apresentam afinidades formais com a pauta feminista).

A dificuldade principal, atestada, não é nem conseguir que as mulheres sejam eleitas. É lograr que elas sejam pelo menos alçadas à condição de candidatas com os mesmos privilégios (de apoio, de aliança, de efetividade da realização de coligações, de empenho efetivo) que os homens. Essa circunstância de exclusão, ao que parece, independe de posição no espectro político-partidário (hipótese que demanda de investigação adicional para ser adequadamente testada).

Escusado é lembrar que o capital político, ainda que corporificado na presença de uma pessoa, não pertence ao indivíduo de maneira isolada. Em princípio, essa potencialidade é da legenda, é ela que legitima oficialmente os interesses do grupo de cidadãos e cidadãos signatários. Não fosse assim, não seria necessário que candidatos às eleições estivessem filiados a partidos, para estarem considerados aptos a concorrer. Essa circunstância legal e obrigatória é sutilmente desrespeitada quando - mesmo tendo sido escolhida durante uma convenção partidária -, uma candidata não tem acesso a todas as possibilidades que o partido tem a oferecer, para a plenitude de viabilização de sua candidatura.

Deixar de apoiar campanhas, ignorar a necessidade de realizar parcerias, omitir ou negar acesso a relações que poderiam aprimorar estratégias, sem contar as supressões de recursos financeiros e logísticos, são atos que poderiam ser chamados

de prevaricação¹⁶⁹ político-partidária: táticas de negligência e displicência que, afinal, configuram obstruções ao êxito das candidaturas das mulheres.

No entanto, mesmo diante da constatação acima, percebe-se que os homens, quando se trata de salvaguardar a manutenção e blindagem de seu predomínio, não só apresentam um empenho efetivo, como até arrefecem os preceitos da sua propalada rejeição ao lado oposto da polarização política.

Às mulheres, a displicência contextual e programada na condução e efetividade das campanhas, somada ao “respeito” às polarizações e a “impossibilidade” de diálogo com partidos (ou pessoas) que não tenham afinidade total e irrestrita a ideologia partidária, sob pena de, como ocorreu com Juliana Brizola (Porto Alegre/PDT), haver gasto de energia e de crédito político para explicar a “espúria” situação.

Aos homens, flexibilidade ideológica, parcerias extraordinariamente inusitadas, disponibilização completa e irrestrita de qualquer potencial político-partidário que possa ser exumado, lavrado ou concebido através de conexões, conhecimentos, entendimentos ou omissões. Apesar de o foco desta pesquisa ser sobre as candidaturas de mulheres da direita e do centro, na esquerda, - sobretudo com os resultados eleitorais advindos do *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e da eleição presidencial de Jair Bolsonaro (2018)- há uma aparente paralisia, movida pelo inesperado das circunstâncias e pelo medo diante da opinião pública, que muito vem contribuindo para o crescimento de “uma ideologia de feições fascistóides, tentando provar que não é tão perigosa, que não ameaçará os princípios conservadores dos bolsonaristas, raízes ou de ocasião” (Pinto, 2024). Essa situação, obviamente, se reflete nas relações que as mulheres têm, entre si, quando se trata do diálogo com outras mulheres de espectro político assimétricos.

Entre as candidatas de esquerda há mais negras, mais mulheres da periferia, de escolaridade mais baixa e participantes de movimentos sociais do que no centro e na direita. As circunstâncias sociais e étnicas ajudam a fortalecer a polarização e a promover a impraticabilidade do diálogo entre os campos progressista e conservado. As menos

¹⁶⁹ Em analogia ao serviço público, prevaricação é o ato de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

favorecidas, em teoria, estão mais sujeitas às mazelas adicionais da “política de ódio”¹⁷⁰, até por terem necessidades mais elementares e menos recursos de toda ordem. Butler (2026)¹⁷¹ salienta a primazia que a direita tem tido em trabalhar com as emoções e manipular o afeto dos eleitores. Refere-se, ainda a narrativa, difundida pela mídia, de que a esquerda não tem mais capacidade de dialogar nem com as classes sociais menos favorecidas (que sempre foram a base do campo progressista), quanto mais com a classe média e o chamado “pobre de direita”¹⁷² (Souza, 2024). São circunstâncias que contribuem para aprofundar o fosso da (im)possibilidade de entendimento entre as mulheres de ideologias partidárias dissidentes.

A polaridade expressa e difundida, o ambiente de contínua hostilidade, a disseminação da “política do ódio”, presumivelmente, podem promover a repulsa mútua entre mulheres de partidos ideologicamente divergentes, situação piorada porque as mulheres, ao contrário dos homens, ainda não têm capital político, e, às vezes, nem expertise para não se sujeitar às armadilhas que a polarização encerra.

Costa (1998, p. 227) já falava sobre o quanto a relação da mulher com o poder político formal era mediada pelos laços familiares e/ou de compadrio, e do tanto que essa condição reduzia a potência da participação feminina aos ditames da agenda patriarcal e oligárquica. Para além de tal questão, a mediação da participação política das mulheres, no âmbito partidário, ainda perpassa pelo contexto de proteção velada à manutenção das benesses masculinas e a circunstâncias que, ao fim e ao cabo, só são realmente

¹⁷⁰ A política de ódio é a instrumentalização do desprezo, do medo e da violência contra grupos específicos ou opositores, transformando oponentes em inimigos, frequentemente visando ganho político e poder. Sua principal característica é a polarização extrema e a realização de ataques à democracia, tendo por meio de comunicação, principalmente, as redes sociais.

¹⁷¹ Ver: “É essencial que a esquerda pare de julgar a classe trabalhadora que vota na direita.” Entrevista com Judith Butler: https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/665592-e-essencial-que-a-esquerda-pare-de-julgar-a-classe-trabalhadora-que-vota-na-direita-entrevista-com-judith-butler?utm_source=ig&utm_medium=social&utm_content=link_in_bio&fbclid=PAAdGRzdgRqKfJleHRuA2FlbQIxMQBzcnRjBmFwcF9pZA81NjcwNjczNDMzNTI0MjcAAaeADoVzFcEXXjD3dziZqVLTuEqJNWMlaYMjWg_aqJHiis3YclCclpZifRfMYw_aem_082rNa_cs7HHjbf2HRxisg.

¹⁷² Nas palavras de Jessé Souza: “O pobre de direita é o cara que é manipulado na sua vulnerabilidade social, o cara que, a partir de 2016, com o golpe, vai empobrecer e vai perder aqueles 70% de aumento real do salário-mínimo. Esse cara está, obviamente, com raiva. [...] Como ninguém contou para ele quem é o seu real inimigo, ele não pode transformar essa raiva e indignação em ação política. [...] Ou ele enfia essa faca envenenada no peito e diz ‘Olha, eu sou um lixo, sou um fracasso’, e vai cair na depressão, no álcool, as doenças endêmicas das classes populares de hoje em dia, ou, o que a extrema direita vai dizer, e a pregação evangélica também, ‘Tira essa faca do seu peito, rapaz, tem gente aqui já estigmatizada há séculos’. E você tira o veneno de si e bota no outro.” Ver: <https://iree.org.br/jesse-souza-quem-e-o-pobre-de-direita/>.

ressaltadas quando a candidata é mulher: um homem que se alia ao seu “inimigo político” dispende muito menos energia “explicando” a situação, do que uma mulher na mesma conjuntura – nas raras vezes em que essa situação ocorre com uma mulher. Em São Paulo, Boulos não expôs (nem explicou) sua discreta associação com Nunes, mas Juliana Brizola, em Porto Alegre, teve de explicar (diversas vezes) porque havia se aliado a Eduardo Leite. Somadas a essas circunstâncias, a polarização acrescenta mais uma camada de dificuldades à participação das mulheres no campo político.

A esse respeito, Tiburi (2018, p. 113) é cirúrgica quando diz que: “Mulheres, como outros trabalhadores, são oprimidas e seduzidas para que não pensem e não ajam de modo a desconstruir o que está muito bem guardado por conservadores”. Seria ingenuidade achar que a inserção das mulheres na política, sobretudo junto a facções ideológicas neoconservadoras, desconsideraria a indissociabilidade dessas mulheres aos interesses de suas oligarquias, sobretudo em prol de uma agenda de gênero.

Também seria inocência crer que os homens renunciariam à validação de seu protagonismo em prol da equidade de gênero na política. Mais pueril ainda é pensar que, dentro das prerrogativas da polarização, não há componentes que prejudiquem mais as mulheres do que os homens – até porque, como mostram os exemplos desta amostra, a polarização é minimizada quando o interesse é manter o corporativismo masculino protegido da efetiva participação das mulheres na política.

Nesse entrevero, percebe-se a importância de que haja meios de diálogo, pelos quais as mulheres de direita percebam que a legitimidade de suas posturas, enquanto candidatas, podem ser favorecidas pela adesão à agenda em prol das mulheres; e as mulheres de esquerda possam analisar se, ainda que haja o comprometimento das mulheres de direita com a pauta neoconservadora, é factível que essas candidatas usem seus mandatos a favor da agenda de direitos das mulheres. De obstaculizadores bastam os homens e o ecossistema que lhes legitima as benesses.

6.5 “Há uma enorme contradição em ser ponte”(Anzaldúa, 2021, p.80)

Da mesma forma que as opressões são múltiplas e não excludentes, as formas de enfrentamento às sujeições também podem ser profusas, e a existência de diferenças não é um impedimento para a construção de parcerias. Pelo contrário: a política tem, por possibilidade, o concerto das divergências em prol dos entendimentos.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, as mulheres ainda estão em um patamar tão elementar de acesso ao capital político dentro dos partidos, que aderir aos preceitos do neoconservadorismo não chega a ser um conflito para as candidatas ao Poder Executivo. Antes de se preocupar com o que essa adesão representa em suas trajetórias e seus mandatos políticos, elas precisam, primeiro, ser eleitas. E antes de serem eleitas, elas precisam que suas candidaturas sejam viáveis dentro de organizações nas quais, à sua frente, são posicionados todos os homens, incluindo os de menor potencial político-partidário, os menos qualificados do ponto de vista profissional, social e acadêmico, os de outros partidos e os de caracterização moral divergente da ideologia de suas próprias legendas.

Somar esse périplo à repulsa contra o próprio gênero, representado por mulheres que se arriscam politicamente em outras fileiras, é um desserviço à já árdua incumbência de aderir e permanecer no campo da política. Obviamente, como ensina Anzaldúa (2021, p. 83), “É mais fácil repetir os padrões e atitudes que herdamos, especialmente aqueles (repletos de) de medo e preconceito, do que resistir a eles.” Até por autoproteção, é compreensível que as mulheres de centro e de direita reproduzam o pensamento alienante de que as mulheres de esquerda se dedicam à “performance”, à “lactação”¹⁷³ e ao engajamento midiático. Ao mesmo tempo, é igualmente cognoscível que, do outro lado, mulheres do campo progressista rotulem as mulheres de direita como “alienadas”, “desprovidas de noção da realidade” da maior parte da sociedade, “reféns de uma pauta que reproduz desigualdades” cuja potência as mulheres da direita imaginam que não as afeta. Contudo, ambos os grupos, conservadoras e progressistas, ao reproduzir a polarização, não são favorecidas pela mútua opressão. Pelo contrário: são apenas

¹⁷³ Termo pejorativo usado para se referir a atos que podem ou não ser propositadamente espetacularizados.

coniventes e cúmplices de um sistema no qual as mulheres permanecem estruturalmente oprimidas.

Santos (2011, p. 93) disse que “a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”. Identificar, promover e difundir o que pode unir as mulheres (da mesma forma que os homens também o fazem) é mais relevante (e obviamente mais produtivo), para a preservação e a conquista de direitos das mulheres, do que se fiar a possibilidade de apoio irrestrito dos homens, sobretudo naquilo que pode lhes suprimir benesses. “Há uma enorme contradição em ser ponte”, diz Anzaldúa. No entanto, ser barricada ou trincheira - em um embate no qual as mulheres já são tão estruturalmente prejudicadas – é de uma nocividade ainda mais atroz.

7 CONCLUSÃO

A pesquisa em tela começou em um momento de breve respiro para a democracia brasileira, na última década: a eleição de Lula, em 2022, trazia uma perspectiva esperançosa de retorno à normalidade, depois do processo que destituiu Dilma Rousseff em 2016 e da eleição da extrema-direita para a Presidência da República, em 2018.

Por outro lado, na mesma eleição em que a esquerda voltou ao poder, foi eleito o Congresso Nacional mais conservador dos últimos 40 anos¹⁷⁴. Paralelamente, observou-se um expressivo aumento no volume de emendas parlamentares¹⁷⁵. Em 2015, foram destinados 3,9 bilhões para esses pagamentos e em 2025¹⁷⁶, esse montante alcançou 31 bilhões. Tanto dinheiro, na mão da maior bancada neoconservadora que já houve no país, fomentou a alta taxa de reeleição dos prefeitos em 2024¹⁷⁷ - um recorde histórico de 82% (2.461) dos prefeitos candidatos obtendo a renovação do mandato, maior número desde o ano de 1997.

Com um Congresso aparelhado por lideranças neopentecostais, militares, ruralistas e demais representantes do neoconservadorismo, tendo sob o seu comando um volume de recursos sem precedentes, os candidatos a prefeito de 2024 compuseram, com os deputados eleitos em 2022, um sistema de retroalimentação mútua no qual ambas as categorias se beneficiavam: o fato de deputados disporem de mais recursos financeiros favoreceu a relação com suas bases, representadas pelos prefeitos municipais. O deputado manda dinheiro ao município, cujo prefeito ajuda a eleger o deputado. É a institucionalização do Clientelismo.

Junta-se a essa perspectiva a maioria absoluta de homens ocupando todas as esferas de poder político. Quanto mais masculinas são as cadeiras na Câmara dos Deputados, Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, mais emendas à disposição do Legislativo (e dos homens que o ocupam) e menos mulheres conseguem ser suficientemente "boas de voto" para concorrer com um homem ao posto de candidata.

¹⁷⁴ Ver: <https://diplomatie.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>.

¹⁷⁵ Ver: <https://www.insper.edu.br/pt/conteudos/politicas-publicas/emendas-parlamentares-do-brasil-destoam-do-padrao-dos-paises-da-ocde>.

¹⁷⁶ Ver: <https://cbn.globo.com/politica/analise/2026/01/02/governo-desembolsa-maior-valor-da-historia-em-emendas-em-2025-mais-de-r-31-bilhoes.ghtml>.

¹⁷⁷ Ver: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/numero-de-reeleitos-nas-eleicoes-municipais-de-2024-e-o-maior-da-historia>.

A pergunta da tese (qual a influência da direita e extrema-direita nas candidaturas das mulheres dos partidos vinculados a esse espectro político) foi gerada nessas circunstâncias.

No esquadramento da pesquisa, foi confirmada a hipótese principal: o neoconservadorismo é uma ferramenta, a serviço do patriarcado, na manutenção dos impedimentos do avanço da presença das mulheres no campo da política. A parametrização da moral cristã é o dispositivo mais usado, em conjunto com explicitação do apadrinhamento político, como parte do discurso que sustenta a identidade das candidaturas das mulheres de centro e direita, no Brasil.

A concentração de referências à moralidade cristã (122 menções) e o apoio a lideranças políticas (113 menções) domina completamente o conjunto, o que pode sinalizar que o neoconservadorismo chega às mulheres pelos mesmos canais por meio dos quais tradicionalmente ocorre a dominação política da direita (a manutenção do *status quo* baseado em preceitos religiosos), em particular; e da política em geral, independente do espectro (por meio do vínculo com lideranças políticas).

No que diz respeito às lideranças, destaca-se que os padrinhos políticos não precisam se aprofundar nas matrizes do conservadorismo para desencadear a conexão com as candidatas. A moral cristã e a suposta transferência de capital político já são ferramentas suficientes para que essas mulheres se sintam mais “conquistadoras” do que reféns das hipotéticas benesses do capital político dos partidos de direita.

Este estudo não identificou manifestações explícitas de desconforto (nem mesmo institucional) por parte das mulheres cujas candidaturas compuseram a amostra em aderir à agenda neoconservadora, sobretudo na direita e na extrema-direita. Pelo contrário: o protagonismo feminino já é tão difícil dentro dos partidos, que ceder à cartilha tradicionalista não parece constituir um grave problema quando alcançar a primazia de pleitear ser candidata já é uma tarefa exaustivamente complexa.

Para as mulheres de direita e extrema-direita, ter os seus nomes e suas trajetórias políticas e pessoais, alinhadas a figuras de caracterização e identidade francamente misógina, não aparentou ser dilema. No centro¹⁷⁸, duas mulheres não apresentaram nenhum componente do neoconservadorismo em suas campanhas. Para as mulheres de

¹⁷⁸ Casos de Flávia Alves (São Luiz/MA /Solidariedade); e Danielle Garcia (Aracaju/SE/MDB).

centro-esquerda¹⁷⁹, a conexão das suas imagens às matrizes do neoconservadorismo não só foi desconfortável, como gerou circunstâncias negativas em suas campanhas. Em regra, padrinhos de direita não são bons cabos eleitorais. A capacidade de transferência de votos é limitada e é discutível se o pedágio pago por essas mulheres vale a pena, inclusive a curto prazo.

Quanto à agenda do feminismo, as mulheres da direita aderem a propostas indubitavelmente irrepreensíveis (como o combate à violência doméstica), mas nem sempre com afinco. As mulheres de direita mantêm uma neutralidade diante da pauta feminista, sobretudo em assuntos polêmicos, e essa postura lhes parece estrategicamente favorável, porque lhes permite chegar ao eleitorado sem criar desavenças com os grupos neoconservadores que, teoricamente, sustentariam as suas campanhas. O discurso de que a atenção deve ser "para todos" é bem aberto na extrema direita e na direita (análogo às falácias "sou a favor da raça humana" e "não sou feminista, sou feminina", referindo-se ao combate ao racismo e ao antifeminismo). Há casos pontuais de mulheres cuja trajetória e Plano de Governo estão muito comprometidos no combate à violência doméstica, mas a natureza programática dos partidos — e/ou espectros aos quais seus partidos pertencem - não permite que a pauta do direito das mulheres (ou de reparação de desigualdades estruturais) seja priorizada de maneira eficaz. É perceptível que, enquanto as mulheres de esquerda estão, ainda, num nível de sobrevivência que não lhes permite pensar de maneira individualizada, "privatizada", liberal, as de direita estão numa circunstância cujo "conforto" as impede de pensar nas agendas dos direitos das mulheres como uma urgência.

Contudo, a análise trouxe uma informação contida nas lacunas da amostra: a ausência de efetividade não só do apadrinhamento, mas do pressuposto apoio político-partidário das legendas e das coligações, para com as mulheres que, extraordinariamente, conseguem romper a bolha do corporativismo patriarcal e se sobressair a ponto de serem consideradas aptas a concorrer nos pleitos eleitorais majoritários. Para chegar a ser oficialmente candidata por um partido político (de qualquer espectro), uma mulher tem que superar todos os homens que requerem o posto para si,

¹⁷⁹ Tábata Amaral (São Paulo-SP/PSB) e Duda Salabert (Belo Horizonte-MG/PSB) e Juliana Brizola (Porto Alegre-RS/PDT).

inclusive os que têm qualificação (acadêmica, profissional ou política) menor do que a da mulher em questão. De acordo com o que a pesquisa mostrou, incompatibilidades morais que, para as mulheres, representam impedimentos de diálogo com outras forças políticas — num contexto de polarização — são ignoradas pelos homens quando o interesse é manter o predomínio masculino sobre o capital político das legendas.

O corporativismo do patriarcado mantém sua couraça praticamente impermeável com relativa facilidade quando o assunto é eleger (ou melhor, impedir a eleição de) mulheres. Essa situação, aparentemente, se agrava quando as eleições são majoritárias, provavelmente porque o poder Executivo e o Senado concentram potencialidades e acessos em poucas pessoas (um prefeito por cidade, um governador e dois a três senadores por estado), enquanto a Câmara de Deputados e as Assembleias Legislativas possuem centenas de representantes.

O apoio político-partidário é mais simbólico que efetivo. As lideranças partidárias (homens, em maioria absoluta), defendem a democratização do acesso das mulheres às candidaturas (e a consequente eleição) como um valor, desde que a hegemonia masculina não corra riscos. Em suma: para além dos obstáculos que as mulheres precisam atravessar antes de chegarem à filiação partidária, há, depois disso, os impedimentos velados dentro da própria estrutura partidária (e suprapartidária), visando preservar, na mão dos homens, os recursos e o potencial contido numa prerrogativa que, em vez de pertencer ideologicamente à legenda, compõe o patrimônio de uso prioritário (quando não exclusivo) dos homens.

Essa conjuntura, é designada, acompanhando Matos (2026), como “reserva masculina de poder”: o arranjo suprapartidário, extraoficial e estrutural, por meio do qual os homens priorizam a manutenção do potencial político das legendas, como se fosse de propriedade exclusivamente deles e que deve ser “protegido” sobrepondo-se, inclusive, aos princípios éticos proclamados pelas legendas. Essa interpretação é reforçada pela averiguação, ainda que de maneira breve, das campanhas das mulheres de esquerda, nas quais se observou a mesma situação.

Foi detectado que, para além do neoconservadorismo, a polarização esquerda-direita é especialmente corrosiva para a agenda de gênero na política, com impedimentos transversais. Ressalta-se que, quando o interesse é manter o protagonismo masculino,

são forjadas alianças político-partidárias nas quais os interesses que levam a radicalização hostil do extremismo ideológico são postos em segundo plano. No entanto, o discurso de incompatibilidade de diálogo entre os grupos antagônicos permanece sendo a tônica midiática que inviabiliza a convergência de propósitos entre as mulheres de esquerda e de direita. Aos homens, a tolerância ideológica é permitida.

Assim é: o patriarcado não racha. Ele é uma força suprapartidária. Contudo, a couraça do corporativismo masculino, mas não pode ser indevassável.

Daqui se depreende que é mandatório incluir mulheres de espectros políticos antagonistas na agenda feminista. É necessário, ainda, que as mulheres reconheçam os sinais da exclusão sistemática e velada que lhes é direcionada dentro das estruturas partidárias, inviabilizando as suas candidaturas. No que diz respeito à agenda feminista, é preciso que as neoconservadoras também sejam incluídas nesse debate. Essa questão, tal qual o machismo, também é estrutural, e afeta, em maior ou menor grau, todas as mulheres. É relevante reconhecer que a ausência de diálogo, para além de prejudicar a agenda de direitos todas as mulheres, favorece o avanço da Nova Direita. Nas palavras de Tiburi (2018):

Política é luta por hegemonia. O jogo do poder é um jogo de manutenção do próprio poder, mesmo que o poder tenha que se tornar violento para isso. Um reconhecimento do inimigo sempre foi necessário. Todo governo tem seu inimigo e se deve levá-lo a sério. A direita combate a esquerda, e vice-versa. Os capitalistas sempre combateram os comunistas e vice-versa. Um governo autoritário combate a democracia de todos os modos, nas formas mais veladas. Ora, o inimigo existe ou é criado. As mulheres foram criadas pela misoginia histórica como inimigas dos homens e delas mesmas (Tiburi, 2018, p. 115).

Tendo por análise o pleito de 2024, percebe-se que as duas mulheres que se tornaram prefeitas nas capitais souberam fazer uso do capital da direita e dos propósitos da agenda das mulheres. Adriane Lopes (Campo Grande/MS, Progressista) teve acesso ao capital partidário por sua mentora, a senadora Tereza Cristina (um raríssimo caso de patrimônio político-partidário em uso por uma mulher). Já Emília Corrêa foi Presidente da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Aracaju e pautou sua campanha focando em questões como a maternidade atípica.

O feminismo tem que parecer uma moeda de troca que valha a pena para as mulheres de direita também — até porque, pelos resultados obtidos nas urnas, a adesão

ao neoconservadorismo não se mostra um “bom negócio”, nem mesmo para aquelas que conseguiram se sobrepor à bolha do corporativismo masculino.

É preciso abrir um meio de diálogo pelo qual as mulheres de centro e de direita percebam que a legitimidade de suas posturas, enquanto candidatas, pode ser favorecida pela adesão à agenda de gênero de maneira enfática. O capital partidário e a trajetória feminina não deveriam ser excludentes. Hoje, a situação da mulher que se fez, politicamente, por si mesma (não com o apoio do seu partido, mas apesar da falta de apoio da sua legenda), é o padrão.

Somadas à misoginia estrutural e perene que afeta a união entre as próprias mulheres, há que se salientar as circunstâncias do planeta (com retrocessos aos direitos das mulheres em nações tidas como democráticas), e especialmente, do Brasil, neste primeiro quarto de século XXI. O casamento entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo moral (Biroli, 2017, p. 23) que elegeu Bolsonaro em 2018 e trouxe consigo bancadas de deputados federais e estaduais de níveis de retrocesso jamais vistos (Queiroz, 2018), deu, literalmente, voz e voto para que a então “envergonhada” Nova Direita eclodisse com inesperada força (inesperada, sobretudo, pela esquerda).

Como em política não existe vácuo, a possibilidade de que as mulheres dos partidos vinculados ao neoconservadorismo se beneficiassem desse contexto — e mais que isso, a possibilidade de que esses partidos fizessem uso dessas mulheres para validar suas ideologias — era iminente. Contudo, ao analisar as candidaturas de mulheres às prefeituras das capitais nas eleições de 2024, percebe-se que os resultados foram bem mais modestos do que a potencialidade conservadora, engendrada pela quantidade de deputados da direita eleitos em 2022, poderia sugerir.

Quando uma liderança do calibre de uma senadora e ex-ministra (como é o caso de Tereza Cristina), com capital eleitoral robusto, equivalente ao de um homem na mesma posição, faz o trabalho de *networking*¹⁸⁰, essa liderança mulher consegue promover o cenário no qual é eleita outra mulher. Por outro lado, as mulheres candidatas às capitais no país do espectro de direita mostraram, em suas campanhas, que a adesão ao neoconservadorismo não resultou em conquistas eleitorais. No entanto, o engajamento

¹⁸⁰ *Networking* é a prática de construir e cultivar redes de relacionamentos profissionais ou acadêmicos, incluindo acesso a oportunidades oficiais e subliminares, visibilidade e conhecimentos.

com temas como o combate à violência contra as mulheres e a melhoria de condições sociais (como o oferecimento de vagas de creches, o combate à insegurança pública, o acesso a serviços de saúde — temas universais, mas que se vinculam diretamente à vida das mulheres) foi uma bandeira de ampla perspectiva eleitoral, independentemente de serem vistos como pautas da agenda feminista.

Reconhecer que há uma força camuflada - mas contínua - no ecossistema político, cuja única meta é manter o poder político-partidário nas mãos dos homens, possibilita que seja nomeada a causa (reserva de mercado de poder), a consequência (a ativação do mecanismo de inviabilização da eleição das mulheres), e o veículo pelo qual essa circunstância se materializa (apoio institucional político-partidário intencionalmente falho).

Obviamente, constatar essa realidade não faz com que a jornada das mulheres, para alcançar a plenitude de seus direitos, seja mais fácil. Pelo contrário. Contudo, considero que identificar (mais essa) camada de obstrução pode trazer um pouco mais de luz ao espinhoso caminho dessa conquista, de manutenção e fruição de direitos que, ao fim e ao cabo, pode favorecer a vida das mulheres. A soro-solidariedade na política, sobretudo no âmbito eleitoral, é uma possibilidade sistematicamente combatida pelo sistema hegemônico – mas não tem nada de impossível.

8 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Brasil está diante de um aumento de violência contra a mulher, diz pesquisadora. **UOL**, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/03/03/brasil-esta-diante-de-um-aumento-de-violencia-contra-a-mulher-diz-pesquisadora.htm>. Acesso em: 4 maio 2023.

AGOSTINI, Renata. Aluno de Olavo de Carvalho, novo ministro da Educação promete gestão técnica. **Veja**, São Paulo, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2019/04/08/aluno-de-olavo-de-carvalho-novo-ministro-da-educacao-promete-gestao-tecnica.htm>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A aceleração da transição religiosa no Brasil: 1872-2032. **Ecodebate**, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/12/a-aceleracao-da-transicao-religiosa-no-brasil-1872-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>. Acesso em: 12 mar. 2025.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário: a luta contra a ideologia de gênero do movimento Escola Sem Partido. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 32–42, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311917722_O_Conservadorismo_Saiu_do_Ar_mario_A_Luta_Contra_a_Ideologia_de_Genero_do_Movimento_Escola_Sem_Partido. Acesso em: 27 set. 2023.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Claro enigma**. Posfácio de Samuel Titan Jr. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Hanrrikson de. Em discurso, Bolsonaro chama Lula de ‘capeta que quer impor o comunismo’. **UOL**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/13/em-discurso-bolsonaro-chama-lula-de-capeta-que-quer-impor-o-comunismo.htm>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Tradução de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

ARAÚJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). **Políticas públicas, cidades e desigualdades, CEM – Centro de Estudos da Metrópole**, NT 20, 17 maio 2023.

Disponível em:
https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

BALLOUSSIER, Anna Virginia; LUIZ, Gustavo. Negros são maioria nas igrejas evangélicas, e desigualdade ajuda a explicar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/negros-sao-maioria-nas-igrejas-evangelicas-e-desigualdade-ajuda-a-explicar.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BAPTISTA, Carla Maria; FERREIRA, Allan Herison; FERREIRA, Ana Carolina Trevisan. Hibridismo e transmedialidade na comunicação política. **Media & Jornalismo**, v. 21, n. 38, p. 123–142, 2021. DOI: 10.14195/2183-5462_38_6. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/8909>. dos partidos portugueses no Instagram e no jornalismo político televisivo. Acesso em: 15 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto. 3 reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSO, Renato Miguel; SILVA, Giovanna Costa. A natureza da ofensa dos termos derivados de animais. **Afluentes: Revista de Letras e Linguística**, Bacabal, v. 9, n. 25, p. 1–23, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/afluentes/article/download/23793/12923/82614>. Acesso em: 2 maio 2025.

BJARNEGÅRD, Elin; ZETTERBERG, Pär. Como os líderes autoritários exploram o gênero. Publicado originalmente como “How authoritarians exploit gender”, **Journal of Democracy**, v. 37, n. 1, 2026. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/wp-content/uploads/2026/04/como-os-lideres-autoritarios-exploram-o-genero.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2026.

BELTRÁN, Willian Maurício. Del monopolio católico a la explosión pentecostal: pluralización religiosa, secularización y cambio social en Colombia. In: RÍOS BELTRÁN, Rafael; SÁENZ OBREGÓN, Javier (eds.). Saberes, sujetos y métodos de enseñanza: reflexiones sobre la apropiación de la Escuela Nueva en Colombia. Bogotá: CES, 2013.

BERLANZA, Lucas. Guia bibliográfico da nova direita: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2017.

BIROLI, Flávia. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral. In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther (org.). **Tem saída?** Ensaio crítico sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BIROLI, Flávia et al. **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1994.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, e20210164, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAPLER, Rodolfo. Igreja evangélica armada: entrevista com o pastor Ed René Kivitz. **Veja**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/igreja-evangelica-armada-entrevista-com-o-pastor-ed-rene-kivitz>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/outras-documentos/diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/edicao-2018-diploma-mulher-cidada-carlota-pereira-de-queiros/resumo-alzira-soriano>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CAMPOS, Roberto. **Na virada do milênio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

CARLOS, Euzeneia *et al.* Desmonte de políticas públicas para as mulheres sob o crivo do bolsonarismo antigênero. *In*: CARLOS, Euzeneia *et al.* (org.). **Gênero, igualdade racial e direitos LGBTQIA+ no conservadorismo de extrema direita**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2025. p. 77–106.

CARVALHO, Olavo de. FHC, vendido à CIA? **Diário do Comércio**, São Paulo, 16 set. 2009. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/fhc-vendido-a-cia>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CASTRO, Felipe. Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil. **Justificando**, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/59078558/CASTRO_Felipe._Precisamos_falar_sobre_o_neo_conservadorismo_no_Brasil._06.11.2018.20190429-66746-f2wgjx.pdf. Acesso em: 3 set. 2023.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano 19, n. 72, p. 25–41, jan./mar. 2016.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

COLETTA, Ricardo Della; BENITES, Afonso. Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso. **El País**, Brasília, 8 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538947790_768660.html. Acesso em: 23 abr. 2025.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. **Educação**, São Leopoldo, v. 23, n. 4, p. 774–784, out./dez. 2019. DOI: 10.4013/edu.2019.234.11.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

CROQUER, Gabriel; PINHONI, Marina. Brasil tem mais templos religiosos do que hospitais e escolas juntos; Região Norte lidera com 459 para cada 100 mil habitantes. **Portal G1**, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/02/02/brasil-tem-mais-templos-religiosos-do-que-hospitais-e-escolas-juntos-regiao-norte-lidera-com-459-para-cada-100-mil-habitantes.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DEMIER, Fernando; HOEVELER, Rejane (org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FALASCHI, Letícia. O fenômeno da “esposa-troféu” nas redes: a individualização política das mulheres e a realidade feminina no Brasil. **AGENT/PUC-SP**, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/o-fenomeno-da-esposa-trofeu-nas-redes>. Acesso em: 2 maio 2025.

FERNANDES, Mariana Patrício. Mulheres que furam a onda: vozes dissonantes em um Brasil machista. *In*: DEMIER, Fernando; HOEVELER, Rejane (org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. 1993. 307 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GÊNERO E NÚMERO. **Mapa da violência de gênero**. 2023. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br>. Acesso em: 18 maio 2023.

GUIMARÃES, Celina: a história da primeira brasileira a votar. **BBC**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/10/celina-guimaraes-a-historia-da-primeira-brasileira-a-votar.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2025.

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Fernando; HOEVELER, Rejane (org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77–92.

INSTITUTO ALZIRAS. Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020. Rio de Janeiro: **Instituto Alziras**, 2018. Disponível em: <https://www.alziras.org.br/publicacoes>. Acesso em: 10 mar. 2025.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. Quantidade de homens e mulheres. **PNAD Contínua 2021**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 3 maio 2023.

JOHNSON, Niki. Da cota à paridade: lições da América Latina. **Diálogo Político**, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://dialogopolitico.org/edicao-especial-2022-eleicoes/da-cota-a-paridade-lico-es-da-america-latina>. Acesso em: 10 mar. 2025.

KAYSEL, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 13–49.

KROOK, Mona Lena. Critical mass theory and women's political representation. **Political Studies**, v. 56, n. 3, p. 725–736, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9248.2007.00712.x>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEIDIG, Eviane. **The women of the far right**: social media influencers and online radicalization. New York: Columbia University Press, 2023.

LEITE, Lucimara. **Christine de Pizan**: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação. 2008. 223 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-14042009-152149/publico/LUCIMARA_LEITE2.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 22 set. 2023.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa, n. 9, p. 73–102, 2008.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo**: os pentecostais estão mudando. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000744189>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARIE, Fhoutine; ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo, virada conservadora e a guerra contra as mulheres. *In*: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (org.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. Porto Alegre: Zouk, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. *In*: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 89–122.

MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. **Agência Brasil**, 9 out. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333–357, 2008. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 28 set. 2023.

MATOS, Marlise (org.). **Pedagogias feministas decoloniais**: extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e autonomia das mulheres de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

MATOS, Marlise (org.). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres do Brasil**: o feminismo estatal participativo brasileiro. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

MATOS, Marlise (org.). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil?** Expressões feministas nas conferências nacionais de políticas para as mulheres. v. 2. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

MATOS, Marlise. Mulheres e violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. *In*: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 110–144.

MATOS, Marlise. Teoria política feminista. **Anais da disciplina**, aula 5, módulo 2: As críticas feministas de Arendt, Benhabib, Young e Okin – o público e o privado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 21 set. 2023. Material de circulação interna.

MATOS, Marlise. Presença feminina na disputa pelo governo ainda é baixa. *In*: PRATES, Vinícius. **Estado de Minas**, 18 abr. 2026. Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2026/04/7400561-presenca-feminina-na-disputa-pelo-governo-ainda-e-baixa.html>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. *In*: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (org.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP, 2013. p. 51–93.

MELO, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. *In*: DEMIER, Fernando; HOEVELER, Rejane (org.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 77–92.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo social**: uma visão histórica. São Paulo, SP: Massao Ohno Editor, 1998.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621–647, 2017.

NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher. **Enfrentamento à violência política de gênero**: representação, processos de inclusão e violência política: construindo redes de mulheres na política. Nota Técnica 3. Coord. Marlise Matos. Belo Horizonte: NEPEM/UFMG, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1LXBJCQLxnK_xEbRMe0elqhtQA6dhuFY9/view. Acesso em: 10 maio 2025.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

NERI, Christiane Soares Carneiro. Feminismo na Idade Média: conhecendo a cidade das damas. **Revista Gênero & Direito**, 25 set. 2013, p. 68. Disponível em: <https://mauriciodenassau.academia.edu/ChristianeSoaresCarneiroNeri>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ONU MULHERES; IPSOS. **Percepção social sobre mulheres defensoras de direitos humanos**. 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-instituto-ipsos-lancam-pesquisa-sobre-a-percepcao-brasileira-dos-direitos-humanos-e-desigualdade-de-genero>. Acesso em: 18 maio 2022.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 161–178, 1999.

PINTO, Celi Regina Jardim. Alguma coisa está se desmanchando no ar. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2 set. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/643092-alguma-coisa-esta-se-desmanchando-no-ar-artigo-de-celi-pinto>. Acesso em: 15 maio 2026.

PINTO, Celi Regina Jardim. Dilma: uma mulher política. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018. p. 23–33.

PIZAN, Christine de. **La ciudad de las damas**. Madri: Siruela, 2015. Obra original de 1405.

QUEIROZ, Antônio Augusto. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos>. Acesso em: 23 abr. 2025.

RIBEIRO, Sandra Dayrell; SOBRAL, Maria Berenice Rosa Vieira. **O movimento sufragista feminino no Brasil**. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, 2022. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/institucional/memoria-eleitoral/90-anos-da-justica-eleitoral/o-movimento-sufragista-feminino-no-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ROMANO, Giovanna. Datafolha: mulheres e negros compõem maioria de evangélicos e católicos. **Veja**, São Paulo, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/datafolha-mulheres-e-negros-compoem-maioria-de-evangelicos-e-catolicos>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ROSSI, Marina. “Vaca” até quando? No Dia Internacional da Mulher, a presidenta Dilma Rousseff é xingada e isso incomoda homens e mulheres, eleitores dela ou não. **El País**, 9 mar. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425911342_272443.html. Acesso em: 20 set. 2023.

RUSSMANN, Uta; SVENSSON, Jakob. Introduction to visual communication in the age of social media: conceptual, theoretical and methodological challenges. **Media and Communication**, v. 5, n. 4, p. 1–5, dec. 2017. Available at: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/1263>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SACCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. *In*: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 145–176.

SALES, Vinicius. Volta de Trump cacifa Eduardo Bolsonaro como principal articulador da direita no exterior. **Gazeta do Povo**, 17 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/volta-de-trump-cacifa-eduardo-como-principal-articulador-da-direita>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: ENAP, 2021.

SANTINI, R. Marie *et al.* “**Aprenda a evitar ‘esse tipo’ de mulher**”: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube. Rio de Janeiro: NetLab/UFRJ, 2024.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2 ed. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SARDINHA, Edson; COSTA, Severino. Direita cresce e engole o centro no Congresso mais fragmentado da história. **Congresso em Foco**, 2019.

SCHIMIDT, Ana Rieger. Christine de Pizan contra os filósofos. *In*: SCHMIDT, Ana Rieger; ZANUZZI, Inara; SECCO, Gisele (ed.). **Vozes femininas na filosofia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 15–38.

SILVA, Helerson. Os novos atores “evangélicos” e a conquista do espaço público na América Latina. **Reflexão**, v. 43, n. 2, p. 243–263, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5765/576567053005/html>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro no Maranhão: “Vamos mandar embora o comunismo do Brasil”. **Correio Braziliense**, 29 out. 2020. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita: a vingança dos bastardos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

TAROUCO, Gabriela. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Pós: Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 5, p. 173–190, 2011.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia. Protestos à direita no Brasil (1997-2015). *In*: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197–212.

TELLES, Helcimara. Impeachment e seus efeitos: quando vencedores e vencidos são derrotados. *In*: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther (org.). **Tem saída?** Ensaio crítico sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 65–77.

TESTA, Graziella; MESQUITA, Laura; BOLOGNESI, Bruno. Do fisiologismo ao centro do poder: as reformas eleitorais e o centrão 2.0. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 37, p. e024003, 2024. DOI: 10.9771/ccrh.v37i0.55537. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/55537>. Acesso em: 9 jun. 2026.

TIBURI, Márcia; GRECCO, Fabiana Sanches (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Campinas: Crítica Marxista, 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE Mulheres**. Guia de segurança do Instagram para mulheres na política. Brasília: TSE, 2023. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres>. Acesso em: 5 abr. 2023.

VILA REAL, Danielly da Costa. [Capítulo]. *In*: CARLOS, Euzeneia *et al.* (org.). **Gênero, igualdade racial e direitos LGBTQIA+ no conservadorismo de extrema direita**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2025. p. 197–236.

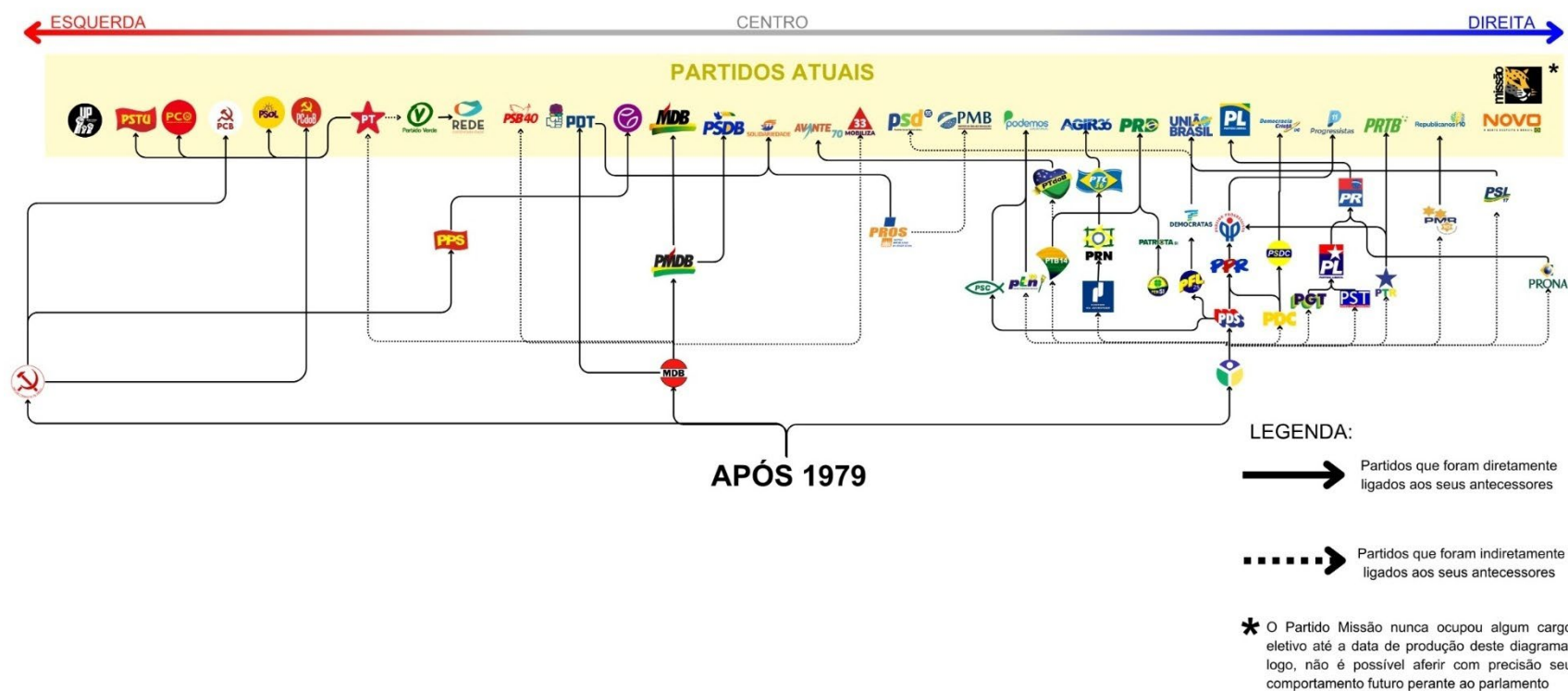
ZORZAN, Patrícia. Cota limita candidaturas de mulheres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jul. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/29/brasil/17.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ZUCCO Cesar. Power Timothy. A ideologia dos partidos e presidentes brasileiros: uma nota de pesquisa sobre o presidencialismo de coalizão sob pressão. **Política e Sociedade Latino-Americanas**, 2024, v. 66, n. 1, p. 178–188.

APÊNDICES

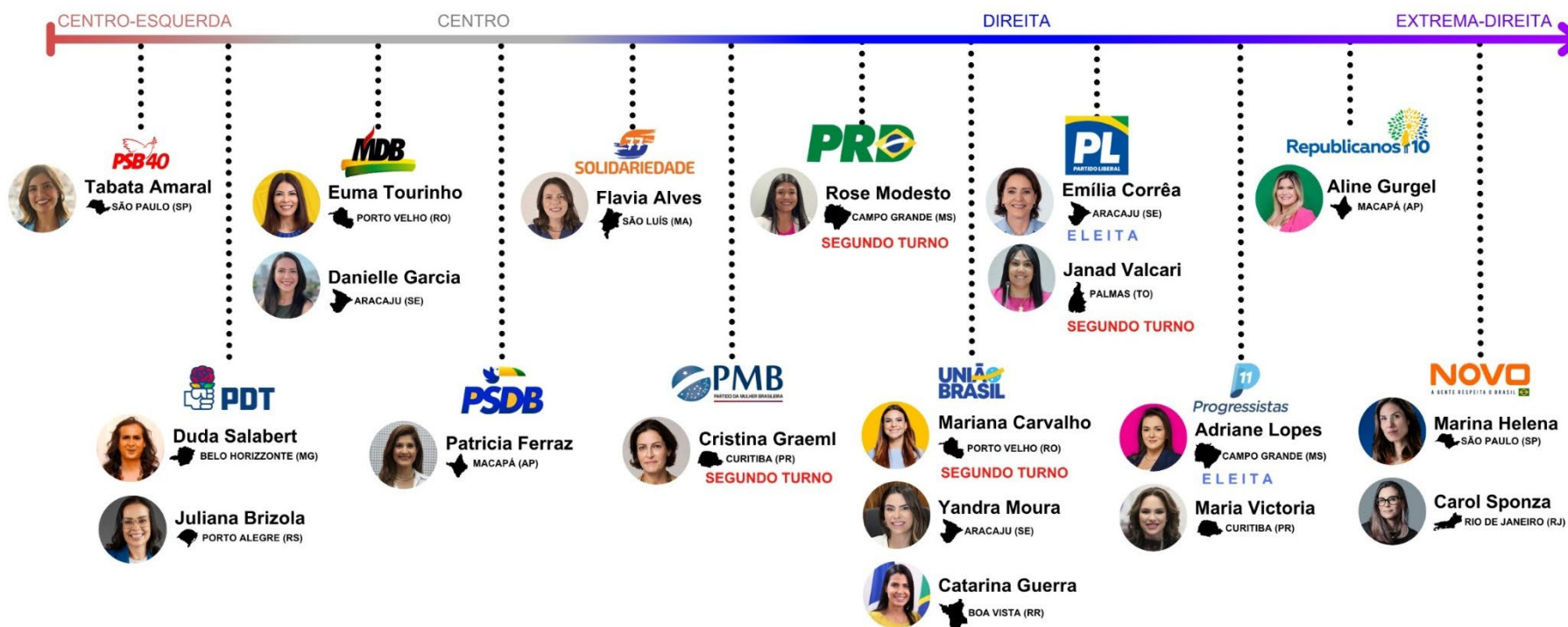
APÊNDICE A — PARTIDOS BRASILEIROS EM 2026

DIAGRAMA DA ORIGEM DOS ATUAIS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS



Elaborado pela autora e por Davi Ramos Froide com base em: Fonte: ZUCCO Cesar. Power Timothy. A Ideologia dos Partidos e Presidentes Brasileiros: Uma Nota de Pesquisa sobre o Presidencialismo de Coalizão sob Pressão. Política e Sociedade Latino-Americanas, 2024, v. 66, n. 1, p. 178–188.

DIAGRAMA DAS CANDIDATAS DO ESPECTRO DA DIREITA NAS CAPITALS BRASILEIRAS EM 2024



Elaborado pela autora e por Davi Ramos Froide, com base em: ZUCCO Cesar. Power Timothy. A Ideologia dos Partidos e Presidentes Brasileiros: Uma Nota de Pesquisa sobre o Presidencialismo de Coalizão sob Pressão. Política e Sociedade Latino-Americanas, 2024, v. 66, n. 1, p. 178–188.

APÊNDICE B — PROMPT (COMANDO DE ANÁLISE DA CAMPANHA DAS CANDIDATAS, SUBMETIDO AO CHAT GPT)

Analise o vídeo anexo considerando que

Este vídeo é de uma campanha de uma mulher, de partido de direita, candidata à eleição para prefeita de uma capital brasileira em 2024.

Verifique se há referência à:

- ideologias (conservadoras/liberais)
- presença de nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico
- políticas associadas à direita
- discurso explícito e implícito
- tom e contexto
- linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero
- políticas econômicas ou sociais associadas à direita
- discurso discriminatório ou estereotipado
- linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

APÊNDICE C — LEGENDA DOS GRÁFICOS DA CODIFICAÇÃO DAS MATRIZES VIA NVIVO

-  Operacionalização em redes de caráter transnacional
-  Incitação ao medo e à insegurança
-  Fake news em nome da liberdade de expressão
-  Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das
-  Juridificação parametrizada pela moralidade cristã
-  Deus Pátria família liberdade
-  Anti-LGBT, cita ideologia de gênero
-  Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, at
-  Aliança entre conservadores e ultraneoliberais
-  Libertar o Brasil do Comunismo, da tirania da esquerda
-  Apoio involuntário a político da direita
-  Apoiada por Bolsonaro, Zema, Dalagnol, Temer, Tarcísio, Ca
-  Anti-PT
-  Anti-feminista
-  Anti-esquerda
-  Anti atuação Judiciário STF (Fora Moraes)

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE D — FICHA TÉCNICA DAS CANDIDATAS

Íntegra das campanhas de todas as candidatas, via instagram:

<https://www.YouTube.com/playlist?list=PLiqwp8SyRpjkrf09vDX9VEsfBVuZhs66o>

MULHERES CANDIDATAS A PREFEITA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2024.

Candidatas eleitas

EMÍLIA CORRÊA, ARACAJU/SE



EMÍLIA CORREA

Prefeito - Aracaju/ SE
Partido Liberal - PL
56.233.914/0001-57

Nome Completo: EMÍLIA CORRÊA SANTOS BEZERRA

Data de Nascimento: 28/07/1962

Identidade de gênero: Cisgênero ?

Cor / Raça: Branca

Quilombola: Não

Grau de Instrução: Superior Completo

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / SE-Lagarto

Candidato a reeleição: Não

Coligação: POR UMA NOVA ARACAJU

Composição da Coligação: AGIR / Federação PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA) / PL

Gênero: Feminino

Orientação sexual: Heterossexual ?

Etnia Indígena: Não Informado

Estado Civil: Casado(a)

Ocupação: Advogado

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/SE/2045202024/260001926362/2024/31054>

Autodefinida como “Primeira prefeita de Aracaju; mãe, avó, esposa e defensora Pública por essência”, Emília é advogada, e foi Corregedora Geral e Secretária-Geral da Defensoria Pública do Estado de Sergipe, Presidente do Tribunal de Ética e Conselheira da OAB/SE. Também foi professora de Direito Constitucional na UNIT (Universidade Tiradentes de Aracaju). Apresentou o programa “Questão de Direito” na TV Atalaia/Record (de 1998 a 2009) e entrou para a política em 2012, como candidata a vereadora. Foi eleita para a Câmara de Aracaju em 2016, e reeleita em 2020, mesmo ano em que propôs o projeto de lei que criou a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Aracaju, da qual foi a primeira presidente.

Politicamente, tem padrinhos publicamente vinculados à extrema-direita: Jair Bolsonaro, Nikolas Ferreira e Pablo Marçal, inclusive foi citada como “candidata do Bolsonaro” no site <https://bolsonaropelobrasil.com.br/Norte/> (fora do ar em nov./2024), mantido pela equipe do ex-presidente. Seu plano de governo não apresenta nenhuma iniciativa voltada especificamente aos direitos das mulheres.

CHAT GPT

Análise feita via vídeo do YouTube: **medianamente compatível com o material e a postura da candidata, exceto quanto a moralidade cristã, explícita no discurso da candidata.**

Análise do GPT:

Consegui localizar o vídeo indicado. Trata-se da campanha eleitoral da candidata **Emilia (Aracaju/SE)** ([YouTube](#)). Abaixo está a análise técnica, com base em **análise de discurso político (nível explícito e implícito)**.

1. Ideologias (conservadoras / liberais)

Há **predominância de elementos conservadores**, ainda que de forma **suavizada e pouco ideologizada explicitamente**.

- Ênfase em **ordem, trabalho e gestão eficiente**
- Valorização de **figura pessoal da candidata (liderança, capacidade)**
- Ausência de pautas progressistas estruturais (igualdade de gênero, diversidade, etc.)

👉 Trata-se de um discurso típico de **direita pragmática municipal**, focado em gestão.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública

- **Religião:** não aparece de forma explícita neste vídeo específico.
- **Nacionalismo:** não há símbolos nacionais fortes (bandeira, pátria etc.).
- **Segurança pública:** aparece **de forma indireta**, associada a “cuidar da cidade”, “organizar”, “melhorar”.

👉 Ou seja, há **sinalização leve**, sem radicalização ideológica.

3. Políticas associadas à direita

O conteúdo aponta implicitamente para:

- **Gestão eficiente / técnica**
- **Valorização do trabalho**
- **Responsabilidade administrativa**
- Discurso de **continuidade ou melhoria prática**, não de ruptura

👉 Não há detalhamento de políticas públicas, mas o enquadramento é típico de **centro-direita municipal**.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito:

- Exaltação da candidata
- Promessa de melhoria da cidade
- Linguagem simples, acessível e popular (formato jingle)

Implícito:

- A candidata é apresentada como **solução confiável**
- Construção de imagem de **competência e proximidade com o povo**
- Subentende crítica a gestões anteriores (sem ataque direto)

5. Tom e contexto

- **Tom:** otimista, leve, emocional
- **Formato:** jingle → fácil memorização
- **Contexto:** campanha de massa, voltada para alcance popular

👉 Estratégia clássica de **identificação emocional**, não de debate político.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

- **Não há linguagem discriminatória explícita**
- **Não há ataque a minorias**
- Também não há reforço direto de papéis tradicionais femininos

👉 A candidata aparece mais como **gestora** do que como figura estereotipada.

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

- Não há detalhamento técnico
- Indícios de:
 - **eficiência administrativa**
 - **melhoria de serviços urbanos**
 - possível alinhamento com lógica de **gestão enxuta**

👉 Discurso mais operacional do que ideológico.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

- **Inexistente no vídeo**
 - Linguagem neutra, sem exclusão de grupos
-

9. Inferiorização de mulheres ou estereótipos de gênero

- **Não há inferiorização**
- Também não há exploração de identidade feminina como fragilidade ou “cuidado maternal”

👉 Isso é interessante: a candidata é posicionada como **liderança política plena**, não como “exceção feminina”.

✓ Conclusão técnica

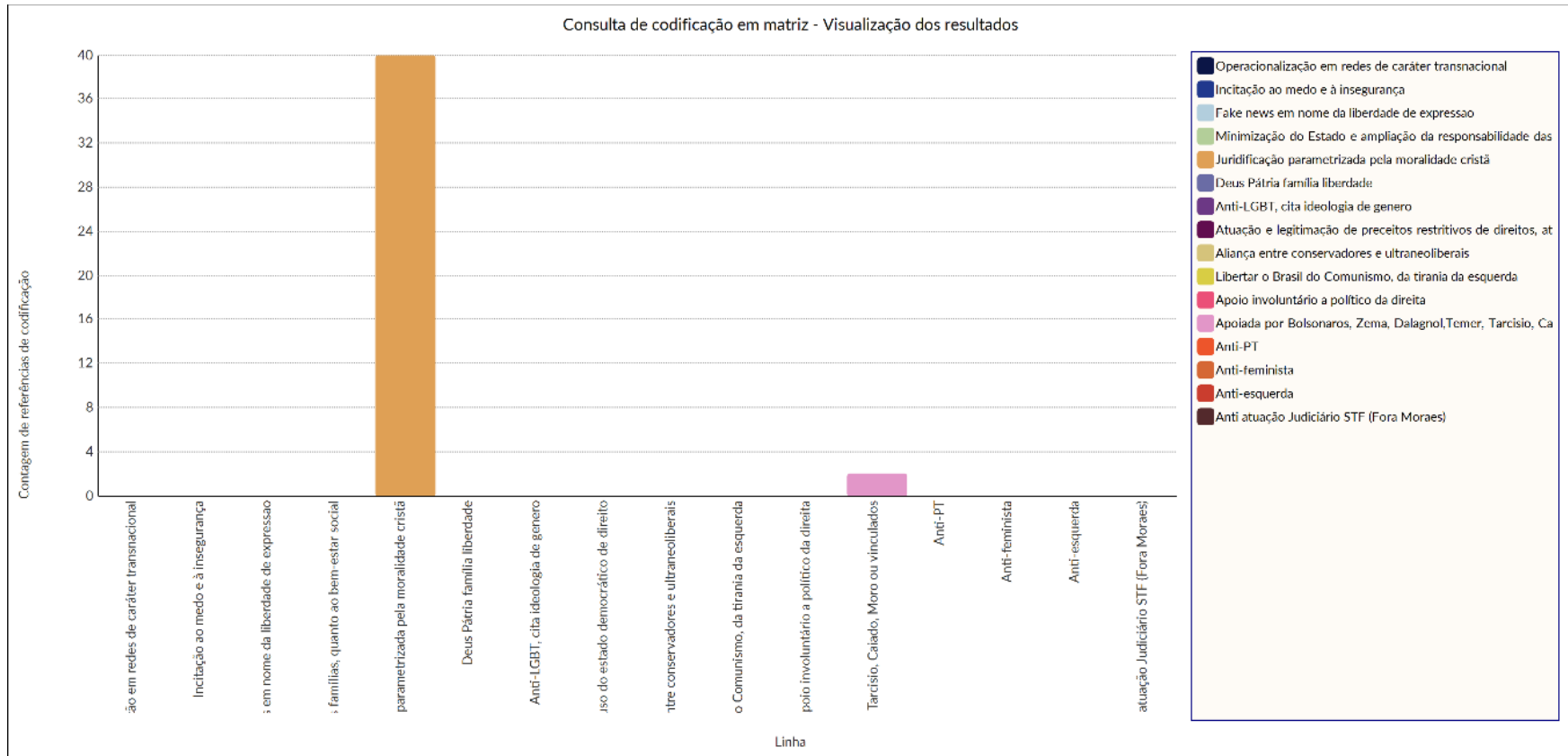
O vídeo apresenta um **discurso de direita moderada, com baixa densidade ideológica explícita**, centrado em:

- construção de imagem pessoal
- eficiência administrativa
- apelo emocional simples

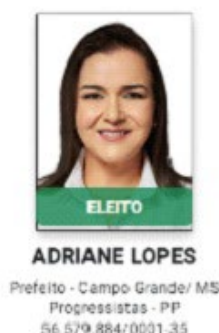
Não há elementos de radicalização, nem uso de linguagem discriminatória ou de gênero.

👉 Em termos analíticos, trata-se de um **discurso eleitoral pragmático**, típico de campanhas municipais brasileiras, em que a ideologia aparece mais **como pano de fundo implícito do que como conteúdo declarado**.

NVivo



ADRIANE LOPES, CAMPO GRANDE/MS



Nome Completo: ADRIANE BARBOSA NOGUEIRA LOPES

Data de Nascimento: 26/06/1976

Cor / Raça: Branca

Quilombola: Não

Grau de Instrução: Superior Completo

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / PR-Grandes Rios

Candidato a reeleição: Sim

Coligação: COLIGAÇÃO SEM MEDO DE FAZER O CERTO

Composição da Coligação: PP / AVANTE / PRD

Gênero: Feminino

Etnia Indígena: Não Informado

Estado Civil: Casado(a)

Ocupação: Prefeito

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROOESTE/MS/2045202024/120002167893/2024/90514>

Eleita vice-prefeita de Campo Grande em 2016 e 2020, Adriane assumiu a prefeitura em 04/04/2022, quando Marquinhos Trad deixou o cargo de prefeito para disputar a eleição para governador do Mato Grosso do Sul. Foi reeleita com 51,45% dos votos, derrotando Rose Modesto (União Brasil), na única capital brasileira disputada por duas mulheres, ambas vinculadas à Direita. Teóloga, advogada e pós-graduada em Administração Pública e Gerência de Cidades, tendo por lema “Valores são inegociáveis, minha aliança é com o povo.”, antes de atuar no poder executivo, Adriane trabalhou quatro anos no sistema penitenciário estadual do Mato Grosso do Sul. Descrita como “conservadora e evangélica”, no seu plano de governo, é casada com o deputado estadual Lídio Lopes, advogado e membro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Em possível tentativa de autopromoção, Lidio apresentou projeto de Lei na ALMS em 07/2024, proibindo “o consumo de maconha em espaços públicos” - fato já constitucionalmente óbvio - em face de decisão do STF que delibera o limite de 40 gramas do entorpecente para diferenciar usuários de traficantes.

Apesar de 50% do seu secretariado (incluindo a Casa Civil) ser ocupado por mulheres (todas brancas) e de Campo Grande ter instituído, em 2022, o II Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres, até fevereiro de 2025, não havia manifestações, da atual gestão a respeito dos direitos das mulheres.

CHAT GPT

Análise feita via vídeo do YouTube: **parcialmente compatível com o material e a postura da candidata. Incompatível com a postura da campanha quanto à moralidade cristã exposta na campanha.**

Análise do GPT:

Campanha eleitoral – candidata à prefeitura (2024)

A partir da análise do vídeo de campanha, organizei a leitura conforme os critérios da análise proposicional de discurso político:

1. Ideologias (conservadoras / liberais)

Há presença de elementos típicos de uma **retórica conservadora moderada**, especialmente:

- valorização da ordem, gestão eficiente e responsabilidade;
- discurso voltado à competência administrativa mais do que transformação estrutural.

Não há defesa explícita de liberalismo econômico teórico, mas há sinais de **pragmatismo gerencial**, comum em campanhas de direita urbana.

2. Nacionalismo, religião e segurança pública

- **Nacionalismo:** não aparece de forma explícita (sem símbolos fortes como bandeira ou discurso patriótico intenso).
- **Religião:** ausente ou muito sutil (sem apelos diretos religiosos).
- **Segurança pública:** pode aparecer de forma indireta, associada à ideia de “ordem”, “organização” ou “cuidado com a cidade”, o que é típico do campo conservador.

3. Políticas associadas à direita

O discurso sugere:

- valorização da **gestão eficiente e técnica**;
- foco em **resultados concretos** (infraestrutura, serviços urbanos);
- possível ênfase em **parcerias e racionalização de recursos públicos**.

Não há defesa ideológica explícita, mas sim um **discurso de eficiência administrativa**, muito usado por candidaturas de direita.

4. Discurso explícito e implícito

- **Explícito:** a candidata se apresenta como preparada, experiente e capaz de gerir a cidade.
- **Implícito:** contraposição indireta a gestões anteriores (sem ataque frontal), sugerindo:
 - “eu faço melhor”;
 - “eu sei administrar”.

Esse tipo de construção evita conflito direto e reforça imagem de autoridade.

5. Tom e contexto

- Tom **institucional, controlado e profissional**;
- Linguagem acessível, sem radicalização;
- Construção de imagem de **liderança equilibrada e confiável**.

É um tom típico de campanhas que buscam ampliar eleitorado, evitando polarização explícita.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

- Não há linguagem discriminatória evidente.

- A candidata evita estereótipos femininos tradicionais (como fragilidade ou maternidade como eixo central).

Pelo contrário, há um esforço de:

- afirmar **competência técnica**;
- ocupar um espaço tradicionalmente masculino (gestão pública).

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Aparecem de forma indireta:

- ênfase em **eficiência do gasto público**;
- foco em **gestão e entrega de serviços**, não em ampliação de direitos sociais;
- ausência de discurso redistributivo forte.

Isso indica alinhamento com uma **direita administrativa/gerencial**, não ideológica.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

- Não há discurso discriminatório explícito.
- Também não há ataques a grupos sociais.

A estratégia é claramente de **neutralidade discursiva**, evitando riscos eleitorais.

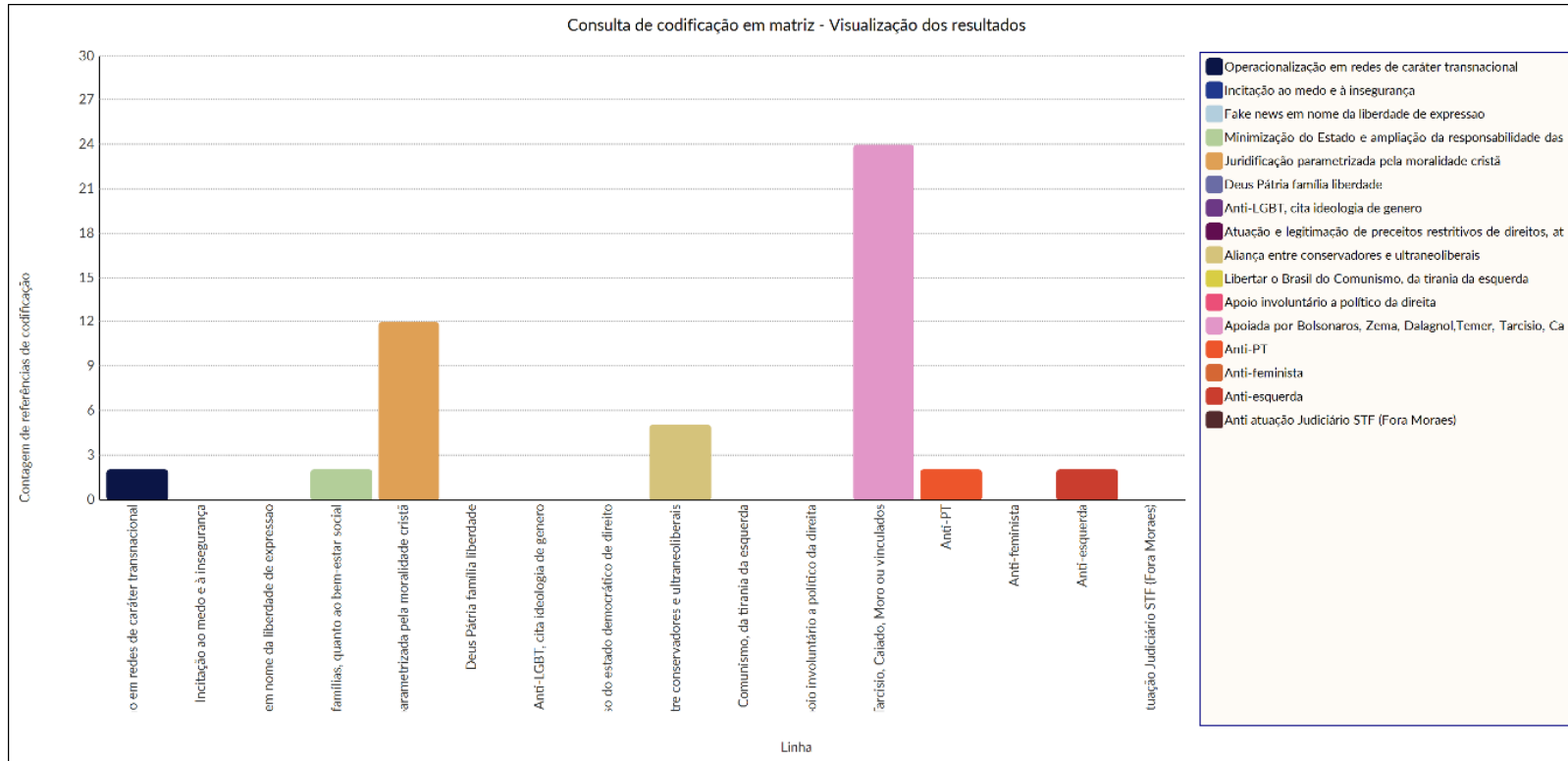
9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos

- Não há inferiorização.
- Também não há uso de estereótipos como “mulher cuidadora” ou “sensível”.

A construção é de:

- **mulher líder, técnica e gestora**, o que rompe parcialmente com padrões tradicionais.

NVivo



Candidatas derrotadas no segundo turno

ROSE MODESTO, CAMPO GRANDE/MS

 <p>ROSE MODESTO Prefeito - Campo Grande/ MS União Brasil - UNIÃO 55.682.829/0001-76</p>	Nome Completo: ROSIANE MODESTO DE OLIVEIRA	Gênero: Feminino
	Data de Nascimento: 20/02/1978	Cor / Raça: Parda
	Identidade de gênero: Cisgênero ?	Estado Civil: Solteiro(a)
	Quilombola: Não	Ocupação: Professor de Ensino Médio
	Grau de Instrução: Superior Completo	
	Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / MS-Fátima Do Sul	
	Candidato a reeleição: Não	
Coligação: UNIDOS POR CAMPO GRANDE		
Composição da Coligação: PDT / UNIÃO		

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/CENTROOESTE/MS/2045202024/120002225413/2024/90514>

Concorrendo na única capital em que houve duas mulheres na disputa do segundo turno, a professora de história Rose Modesto é declaradamente evangélica e participante assídua de eventos neopentecostais, e possui atuação efetiva em ações pró-direitos das mulheres. Deputada Federal entre 2019 e 2023, foi autora do Projeto de Lei Patrulha Maria da Penha (PL 2743/2021). Em 2018, foi a mulher eleita à deputada federal mais bem votada proporcionalmente do Brasil, com mais de 121 mil votos, sendo também a mais votada no Mato Grosso do Sul. Em fevereiro de 2021, foi eleita 3º Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e a 2º. mulher a ocupar o cargo.

Rose também foi vereadora, de 2009 a 2014 e vice-Governadora entre 2015 e 2018. Apadrinhada por Ronaldo Caiado, liderança da Direita e autodeclarado candidato à presidência do Brasil em 2026¹⁸¹, seu plano de governo municipal incluía o detalhamento de “Políticas para mulheres na área da segurança pública e empreendedorismo”, a criação de um mecanismo de crédito específico para mulheres, e ações que visassem “Promover a paridade de gênero e a participação das mulheres na política e no mercado de trabalho, implementando políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades e direitos.”

CHAT GPT

Análise feita via vídeo do YouTube: parcialmente compatível com o material e a postura da candidata. Minimizadora quanto a postura da campanha quanto à moralidade cristã explícita pela candidata na campanha.

Análise do GPT:

Campanha eleitoral – prefeita (Campo Grande/MS)

¹⁸¹ <http://veja.abril.com.br/coluna/radar/a-aposta-de-caiado-para-se-lancar-a-presidencia-em-2026>.

A partir da análise do conteúdo do vídeo de campanha, segue uma leitura técnica estruturada conforme os critérios que você indicou:

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há predominância de **valores associados ao campo liberal-conservador**, ainda que nem sempre explicitados de forma doutrinária. Isso aparece por meio de:

- valorização da gestão eficiente, pragmatismo e resultados;
- ênfase em responsabilidade administrativa e meritocracia;
- ausência de discurso voltado à ampliação de políticas redistributivas.

👉 Trata-se de uma **direita pragmática municipal**, mais voltada à gestão do que à ideologia explícita.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública

- **Segurança pública** aparece como tema relevante, geralmente associada à ordem, controle e proteção — elementos típicos do discurso de direita.
- **Religião**: não há centralidade explícita, mas pode haver menções indiretas a valores morais (família, ética).
- **Nacionalismo**: não é um eixo central (o foco é local/municipal).

👉 O eixo mais forte aqui é **segurança com viés de ordem social**.

3. Políticas associadas à direita

Identificam-se:

- valorização da eficiência administrativa;
- discurso de combate à corrupção ou má gestão;
- incentivo indireto à iniciativa privada e ao desenvolvimento econômico local;
- foco em infraestrutura e serviços básicos.

👉 São políticas típicas de uma **direita administrativa/gerencial**, comum em campanhas municipais.

4. Discurso explícito e implícito

- **Explícito**: promessa de melhoria da cidade, gestão eficiente, compromisso com a população.
- **Implícito**:
 - crítica indireta a gestões anteriores (ineficiência, desordem);
 - construção de imagem de liderança forte e capaz;
 - associação entre “boa gestão” e valores morais (ordem, responsabilidade).

👉 O implícito reforça uma narrativa de **restauração da ordem e competência**.

5. Tom e contexto

- Tom **positivo, confiante e propositivo**;
- Forte apelo à credibilidade pessoal da candidata;
- Uso de linguagem acessível, emocionalmente controlada.

👉 É um tom típico de campanha institucional, com baixa agressividade direta.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

- Não há linguagem abertamente discriminatória;

- No entanto, podem aparecer elementos sutis como:
 - reforço da imagem de “mulher forte”, “capaz de cuidar”;
 - tentativa de equilibrar firmeza (liderança) com atributos tradicionalmente femininos.

👉 Isso configura um **uso estratégico de gênero**, mas não necessariamente discriminatório.

7. Políticas econômicas e sociais associadas à direita

- Ênfase em:
 - desenvolvimento econômico;
 - eficiência do gasto público;
 - melhoria de serviços sem ampliação explícita do Estado.

👉 Ausência de discurso redistributivo forte reforça alinhamento à direita.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

- Não há discurso discriminatório explícito;
- Tampouco há ataques diretos a grupos sociais.

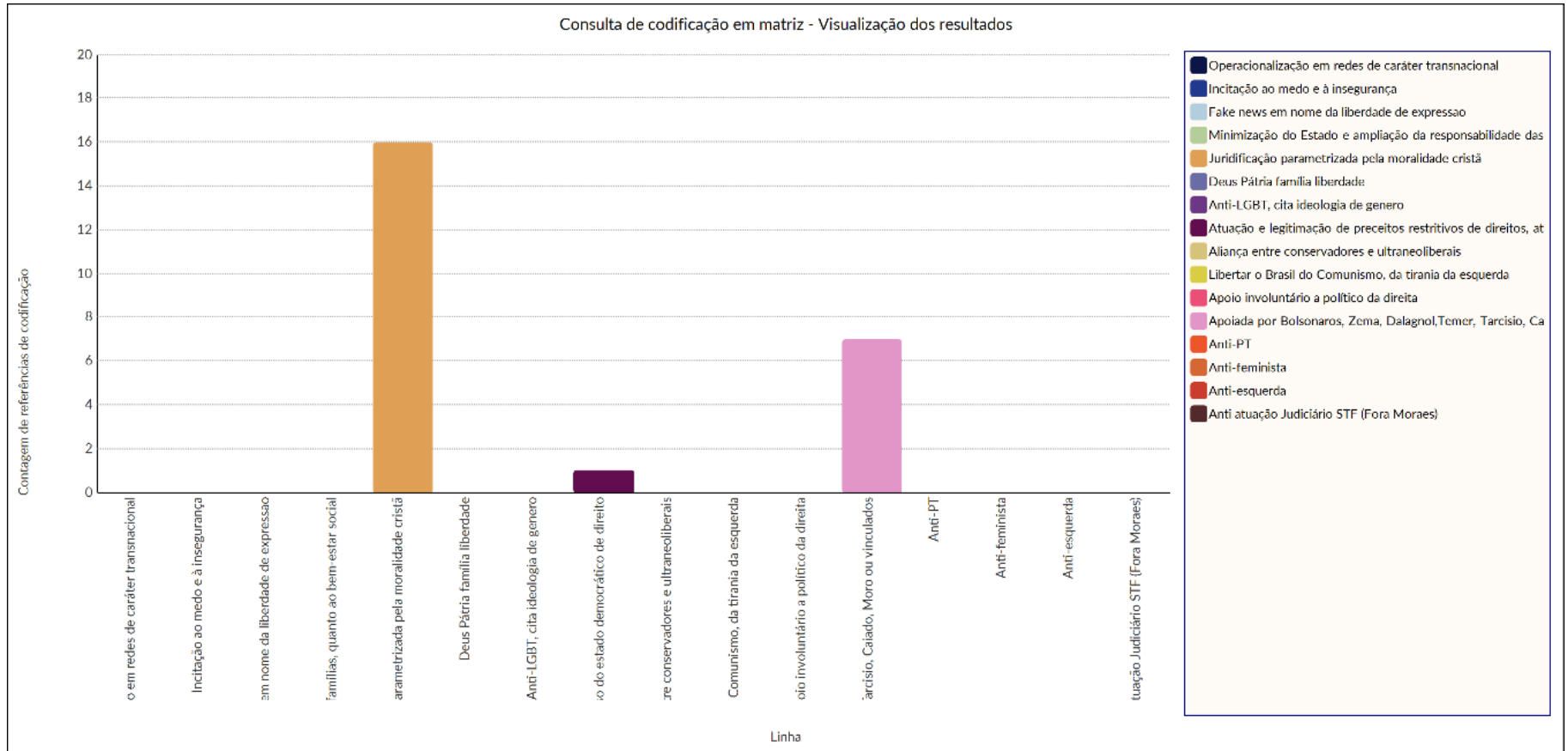
👉 O discurso é **cuidadosamente moderado**, típico de campanhas urbanas competitivas.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos

- Não há inferiorização;
- Há, sim, uso estratégico da identidade feminina:
 - valorização da mulher na política;
 - tentativa de romper estereótipos, ainda que parcialmente reproduzindo alguns (ex: “cuidado”, “sensibilidade”).

👉 Predomina uma **agenda de legitimação feminina**, não de inferiorização.

NVivo



JANAD VALCARI, PALMAS/TO



JANAD VALCARI

Prefeito - Palmas/ TO
Partido Liberal - PL
56.298.305/0001-86

Nome Completo: JANAD MARQUES DE FREITAS VALCARI

Data de Nascimento: 18/03/1984

Identidade de gênero: Cisgênero ?

Cor / Raça: Preta

Quilombola: Não

Grau de Instrução: Superior Completo

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / GO-Goiânia

Candidato a reeleição: Não

Coligação: UNIÃO DE VERDADE

Composição da Coligação: REPUBLICANOS / PL / UNIÃO / AVANTE / MDB / PP / PRD / DC / SOLIDARIEDADE / PMB

Gênero: Feminino

Orientação sexual: Heterossexual ?

Etnia Indígena: Não Informado

Estado Civil: Divorciado(a)

Ocupação: Deputado

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/TO/2045202024/270001957302/2024/73440>

Cristã, advogada, professora, empresária, deputada estadual e ex-vereadora, Janad Valcari chegou ao segundo turno das eleições como favorita e com maciço apoio de Bolsonaro, Nikolas Ferreira e da senadora Tereza Cristina (ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro).

Apesar do apadrinhamento e de ter vencido o ex-prefeito Eduardo Siqueira Campos (Podemos) no primeiro turno por uma diferença significativa (ela teve 39% dos votos válidos, contra 32% dos votos de Siqueira Campos), Janad perdeu as eleições, alcançando apenas 47% dos votos válidos.

Derrotada, reassumiu seu posto como deputada estadual e em dezembro de 2024 aprovou o projeto de Lei “Coração de Mulher”, que visa conscientizar e prevenir doenças cardiovasculares entre o público feminino. Janad foi Presidente da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Tocantins, e seu plano de governo previa ações específicas para as mulheres, como o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM), visando a articulação compartilhada das secretarias municipais no desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres, implantar a Política Municipal de enfrentamento da violência contra as mulheres, e o Projeto “*Força Feminina no Campo*”, visando o empreendedorismo feminino.

CHAT GPT

Acesso restrito ao vídeo via YouTube. A análise foi feita inserindo, além do vídeo, o material transcrito, em texto. Alta compatibilidade entre a análise e o material da candidata.

Análise do GPT:

O documento apresenta diversas referências explícitas e implícitas a posicionamentos ideológicos, especialmente associados à direita conservadora, além de forte uso de elementos identitários ligados à família, religião, patriotismo e oposição à esquerda/PT.

1. Ideologias conservadoras/liberais

Há referências explícitas ao conservadorismo e à direita política:

- “você, cuja grande maioria são de direita, são conservadores, cristãos, pessoas patriotas”

- “vamos vencer e levantar a direita em todo o país”
- “capital da família”
- “prefeita conservadora com presidente da República conservador”

Também há aproximação discursiva com pautas liberais na economia:

- redução de burocracia;
- incentivo fiscal;
- fortalecimento empresarial;
- segurança jurídica;
- PPPs e terceirização do transporte público.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Há presença clara desses elementos:

Religião

- “fiquem com Deus”
- “Deus, pátria, família, liberdade”
- “Deus reconhecer seu valor”

Nacionalismo/patriotismo

- “pessoas patriotas”
- “resgatar o Brasil”

Segurança pública e moralidade

Aparecem associadas à oposição ao PT e à esquerda:

- “legalização das drogas”
- “aborto”
- “saidinha dos presos”
- “famílias em risco”

Há construção de uma narrativa moralizante típica de campanhas conservadoras contemporâneas.

3. Políticas associadas à direita

O documento mistura políticas sociais amplas com pautas tipicamente associadas à direita liberal-conservadora:

Associadas à direita liberal:

- incentivo fiscal;
- redução da burocracia;
- segurança jurídica;
- atração empresarial;
- PPPs/terceirização.

Associadas ao conservadorismo:

- defesa da família;
- valorização religiosa;
- patriotismo;
- oposição explícita à esquerda/PT;
- discurso anticorrupção.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

O alinhamento ideológico aparece diretamente:

- associação a Bolsonaro;
- oposição ao PT;
- defesa da direita conservadora;
- defesa da família tradicional.

Implicito

Há uma construção narrativa baseada em:

- “povo” versus “elite/poderosos”;
- “mulher humilde” versus “sistema”;
- “famílias de bem” versus ameaça moral/política;
- “cidade para todos” versus “prefeitura que trabalha para poucos”.

O discurso trabalha fortemente:

- meritocracia;
- autenticidade popular;
- oposição ao establishment político;
- identificação emocional.

5. Tom e contexto

O tom predominante é:

- emocional;
- populista;
- personalista;
- combativo;
- identitário.

Há forte exploração de:

- origem humilde;
- superação;
- perseguição política;
- empatia popular;
- figura da “mulher guerreira”.

Também existe:

- polarização política intensa;
- antagonismo com adversários;
- vitimização diante de ataques.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há linguagem explicitamente misógina dirigida às mulheres em geral.

Entretanto, aparecem alguns elementos de estereotipação:

- associação recorrente da candidata ao cuidado maternal;
- “mulher guerreira”;
- “mãe solo”;
- “ela entende as mulheres porque é mulher”.

Isso produz uma representação de gênero baseada em:

- cuidado;
- maternidade;
- sensibilidade;
- acolhimento.

Embora não seja necessariamente ofensivo, reforça papéis tradicionalmente femininos.

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Sim. Há:

- defesa do empreendedorismo;
- incentivo ao setor privado;
- PPPs;
- redução da burocracia;
- fortalecimento empresarial;
- segurança jurídica;
- qualificação da mão de obra local.

Ao mesmo tempo, o discurso mantém políticas sociais:

- cartão farmácia;
- creches integrais;
- hospital municipal;
- valorização de servidores;
- apoio a mães.

Portanto, trata-se de um discurso híbrido:

- conservador nos costumes;
- liberal em parte da economia;
- social na política assistencial.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

Há polarização ideológica forte contra a esquerda/PT:

- “quadrilha do PT”
- associação da esquerda a:
 - drogas,
 - aborto,
 - insegurança,
 - retrocesso.

Esse discurso possui caráter fortemente polarizador e estigmatizante no plano político-ideológico.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não há inferiorização direta das mulheres.

Pelo contrário:

- a candidata é apresentada como símbolo de superação feminina;
- há discurso de empoderamento;
- menção à violência contra mulheres e feminicídio.

Entretanto, há reprodução de alguns estereótipos tradicionais:

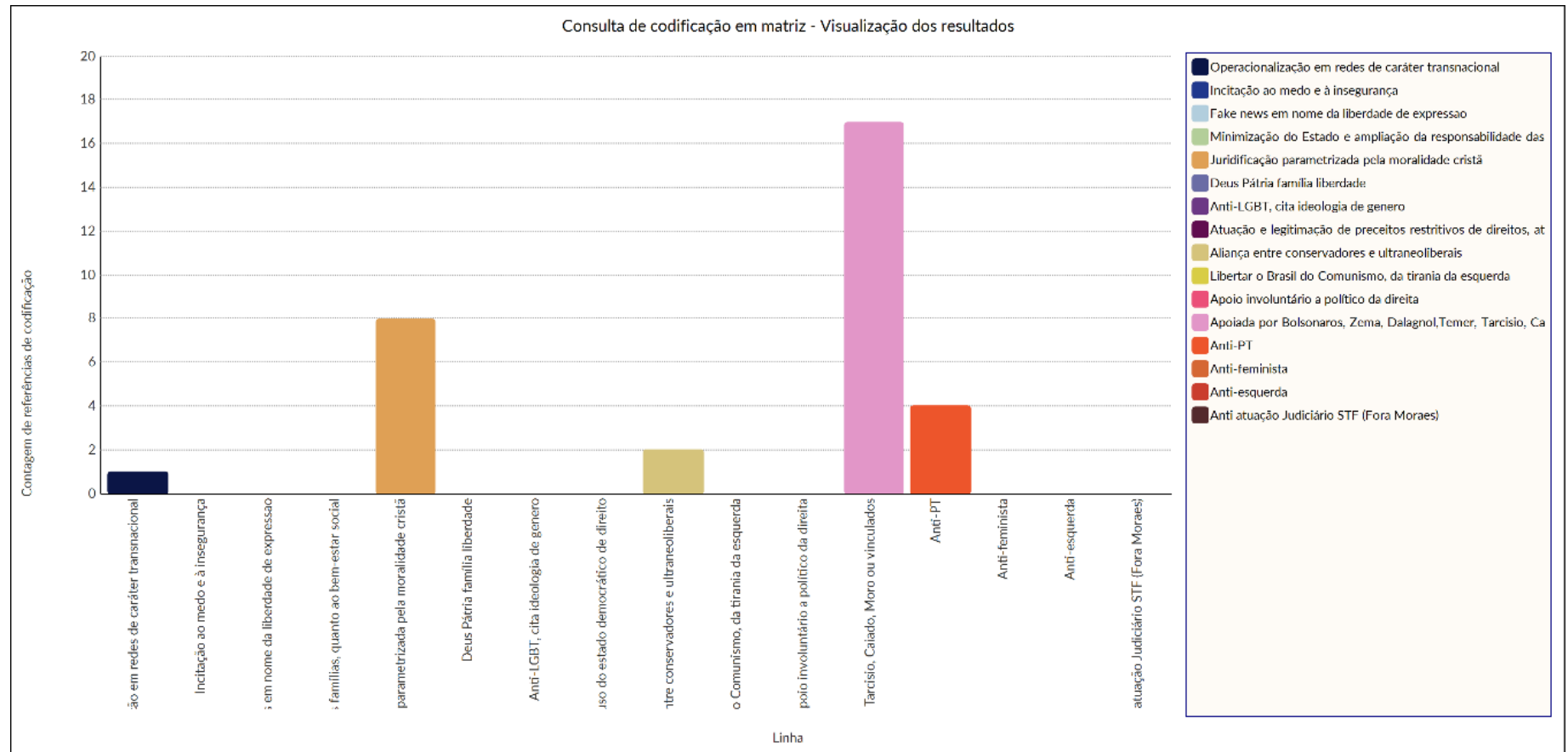
- mulher associada ao cuidado;
- maternidade como legitimadora política;
- figura feminina emocional e acolhedora.

Em síntese, o material:

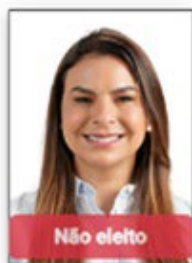
- apresenta forte alinhamento com a direita conservadora;
- utiliza religião, patriotismo e família como marcadores políticos;
- polariza contra a esquerda/PT;
- combina liberalismo econômico moderado com políticas sociais;

- não contém misoginia explícita, mas reproduz alguns papéis tradicionais de gênero.

NVivo



MARIANA CARVALHO, PORTO VELHO/RO



MARIANA CARVALHO

Prefeito - Porto Velho/ RO
União Brasil - UNIÃO
56.216.305/0001-90

Nome Completo: MARIANA FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES	
Data de Nascimento: 26/11/1986	Gênero: Feminino
Identidade de gênero: Cisgênero ?	Orientação sexual: Heterossexual ?
Cor / Raça: Parda	Etnia Indígena: Não informado
Quilombola: Não	Estado Civil: Solteiro(a)
Grau de Instrução: Superior Completo	Ocupação: Médico
Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / SP-São Paulo	
Candidato a reeleição: Não	
Coligação: SOMOS TODOS PORTO VELHO	
Composição da Coligação:	
REPUBLICANOS / PP / DC / PRTB / PRD / PL / AGIR / UNIÃO / PSD / AVANTE / Federação PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA)	

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/RO/2045202024/220001919960/2024/00035>

A deputada federal Mariana Carvalho, médica, foi fortemente apoiada por Jair Bolsonaro, com a presença da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, e da ex-ministra e atual senadora Damares Alves em seu palanque, somados ao apoio do então prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves, do PSDB, e do governador de Rondônia, Marcos Rocha, do mesmo partido de Mariana. Seu vice, pastor Valcenir, é presidente da Igreja Missionária Catedral da Família, vinculada à Igreja Pentecostal Missionária Unida do Brasil.

No primeiro turno, a candidata recebeu 44,53% (111.329) dos votos válidos, quase o dobro dos votos do 2º colocado, o também deputado federal Léo Moraes (que, com 64.125 votos, obteve 25,65%). Em uma inusitada virada, a candidata bolsonarista teve quase 6000 votos a menos no segundo turno (105.406 votos, o equivalente a 43,82%), enquanto a votação de seu oponente cresceu 110%, alcançando 135.118 votos.

Mariana é autora de duas Leis federais vinculadas a Lei Maria da Penha: a Lei 13.871/2019, que obriga o agressor a ressarcir o SUS quanto aos gastos causados pela violência doméstica; e a Lei 14.022/2020 que previa medidas para combater a violência doméstica durante a pandemia de COVID-19.

CHAT GPT

Acesso restrito ao vídeo via YouTube. A análise foi feita inserindo, além do vídeo, o material transcrito, em texto) Análise medianamente compatível com o material da candidata.

Análise do GPT:

Candidata de centro-direita/direita moderada, especialmente vinculados a pautas de gestão, segurança, valores familiares, religiosidade e valorização do empreendedorismo. Entretanto, não há, de forma predominante, discurso extremista, linguagem explicitamente discriminatória ou ataques diretos a minorias. A análise abaixo está fundamentada no conteúdo da transcrição.

Ideologias (conservadoras/liberais)

Há referências indiretas a valores conservadores, especialmente:

- valorização da família;
- religiosidade;
- ordem;
- segurança pública;
- mérito individual;
- empreendedorismo;
- continuidade administrativa;
- oposição a “aventuras” políticas.

Trechos relevantes:

- “respeito pela família”
- “Nós não precisamos de aventuras. Nós não precisamos de experimentos.”
- “O empreendedorismo é a chave para uma economia vibrante e inclusiva.”
- “Sou do time da direita.”

O vídeo também possui elementos liberais na economia, sobretudo ao defender:

- microempreendedorismo;
- desenvolvimento;
- infraestrutura;
- eficiência administrativa.

Não há defesa explícita de liberalismo econômico radical.

Presença de nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Religião

A religiosidade aparece repetidamente como elemento moral e afetivo:

- “Que Deus te abençoe muito.”
- “Deus nos abençoe.”
- “A força de Deus é que me trouxe até aqui.”
- presença de candidato a vice identificado como “Pastor Valdemir”.

Contudo, a religião aparece mais como legitimação moral da candidata do que como pauta teocrática ou ataque a adversários.

Segurança pública

A segurança pública é apresentada como prioridade administrativa:

- fortalecimento do Corpo de Bombeiros;
- brigadas de incêndio;
- recursos às forças policiais;

- passarelas e mobilidade urbana.

Exemplo:

- “destinou recursos para fortalecer as forças policiais e aumentar a segurança nas ruas.”

Não há discurso de endurecimento penal extremo, militarização radical ou associação explícita entre criminalidade e grupos sociais específicos.

Nacionalismo

Não há nacionalismo forte no sentido clássico. Existe apenas exaltação local/regional:

- orgulho de Porto Velho;
- identidade regional;
- valorização do “povo guerreiro”.

Políticas associadas à direita

Há forte presença de pautas normalmente associadas à direita moderada brasileira:

- empreendedorismo;
- infraestrutura;
- segurança;
- eficiência da gestão;
- continuidade administrativa;
- valorização do agronegócio/agricultura familiar;
- parcerias entre prefeitura, estado e União;
- valorização do mérito político pela captação de recursos.

Exemplos:

- “empreendedorismo é a chave”
- “fortalecer as forças policiais”
- “não transformar meu programa eleitoral em espaço de ódio”

Por outro lado, também há pautas sociais amplas:

- creches;
- alfabetização;
- saúde pública;
- telemedicina;
- atendimento às mulheres, crianças e idosos.

Isso aproxima o discurso de uma direita pragmática/municipalista e não de uma extrema-direita ideológica.

Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso explícito enfatiza:

- competência administrativa;
- obras;
- saúde;
- educação;
- continuidade;
- experiência política;
- cuidado com a população.

Implícito

Há mensagens implícitas importantes:

- associação da candidata à estabilidade e preparo;
- contraposição implícita a adversários considerados “aventuras”;
- associação entre feminilidade e sensibilidade;
- construção de imagem de “mulher preparada, mas acolhedora”.

Também há forte uso de capital político familiar:

- irmão deputado;
- apoio do governador;
- alianças institucionais.

Tom e contexto

O tom predominante é:

- emocional;
- afetivo;
- otimista;
- personalista;
- religioso;
- desenvolvimentista.

A campanha busca construir:

- proximidade popular;
- credibilidade administrativa;
- identificação emocional.

Há forte uso de testemunhos populares, música, narrativa biográfica e apelos emocionais.

Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há linguagem explicitamente discriminatória contra mulheres, minorias ou grupos sociais.

Entretanto, há uso recorrente de estereótipos positivos tradicionais ligados à feminilidade:

- mulher como cuidadora;
- mulher sensível;
- mulher maternal;
- mulher naturalmente mais empática.

Exemplos:

- “a mulher tem de diferente é a sensibilidade, o cuidado, o trato, o olhar”
- “saúde da mulher, da criança e do idoso”

Isso configura um discurso de gênero tradicional, mas não necessariamente ofensivo.

Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Há presença de:

- incentivo ao empreendedorismo;
- valorização da infraestrutura;
- gestão eficiente;
- desenvolvimento urbano;
- mobilidade;
- segurança;
- agricultura familiar como produção/economia.

Exemplo:

- “economia vibrante e inclusiva” ligada ao empreendedorismo.

Não há defesa de privatizações, redução do Estado ou austeridade fiscal explícita.

Discurso discriminatório ou estereotipado

Não há:

- xenofobia;
- misoginia explícita;
- racismo;
- LGBTfobia;
- ataques a minorias;
- inferiorização social explícita.

O discurso é predominantemente conciliador e inclusivo.

Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não há inferiorização das mulheres.

Porém, existe reprodução de papéis tradicionais femininos:

- mulher sensível;
- mulher cuidadora;
- mulher maternal;
- mulher conciliadora.

Ao mesmo tempo, o vídeo também apresenta:

- liderança feminina;
- competência administrativa;
- protagonismo político;
- incentivo à participação feminina na política.

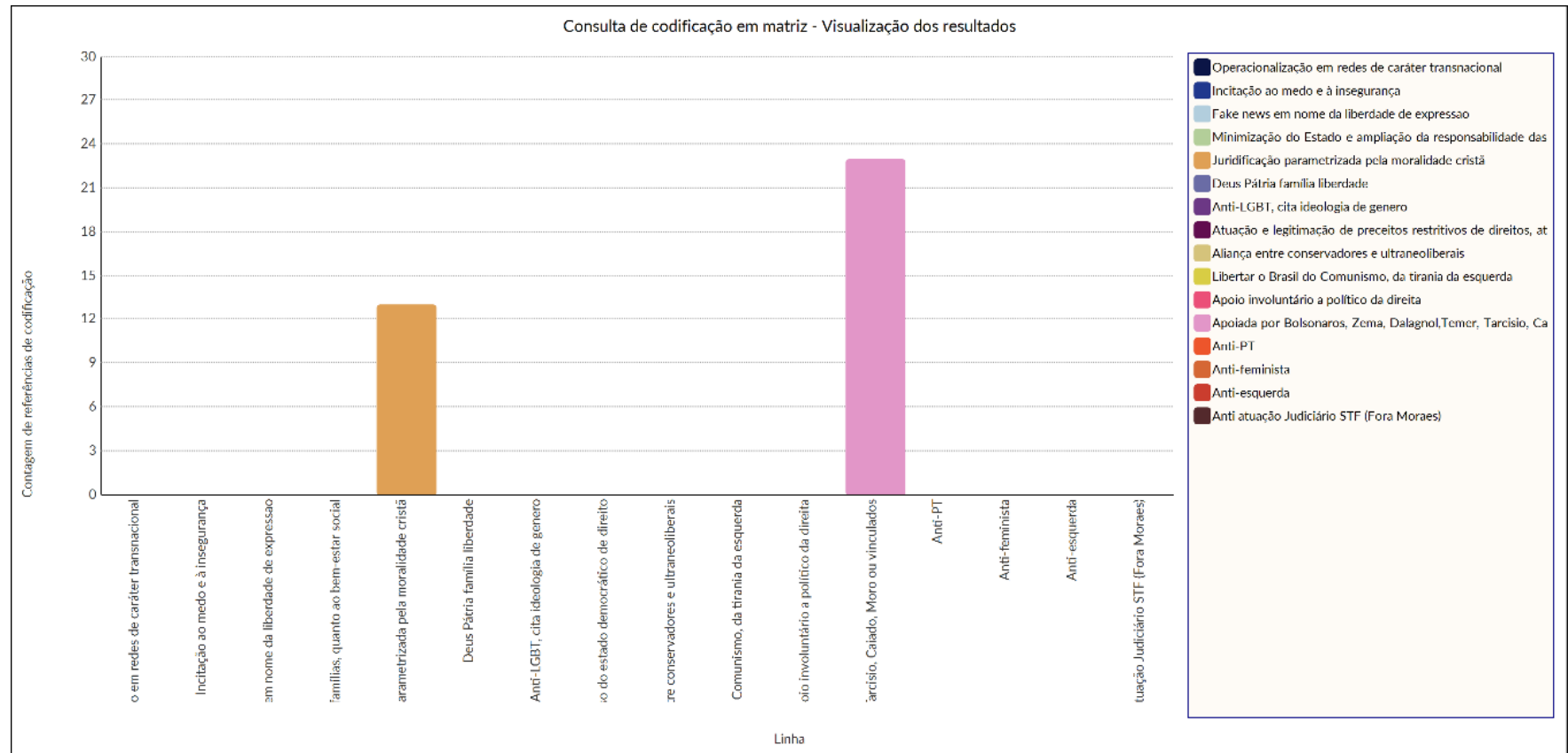
Exemplo:

- “é uma oportunidade que as mulheres têm realmente de mostrar o quanto nós devemos estar na política”

Assim, o discurso combina:

- empoderamento feminino moderado;
- com valores tradicionais de gênero.

NVivo



CRISTINA GRAEML, CURITIBA/PR



CRISTINA GRAEML
 Prefeito - Curitiba/ PR
 Partido Da Mulher Brasileira - PMB
 56.861.062/0001 42

Nome Completo: CRISTINA REIS GRAEML
 Data de Nascimento: 07/12/1969
 Identidade de gênero: Cisgênero ?
 Etnia Indígena: Não Informado
 Estado Civil: Divorciado(a)
 Ocupação: Jornalista e Redator
 Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / PR-Curitiba
 Candidato a reeleição: Não
 Partido Isolado: PMB
 Composição da Coligação: Não se aplica

Gênero: Feminino
 Cor / Raça: Branca
 Quilombola: Não
 Grau de Instrução: Superior Completo

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/PR/2045202024/160002350673/2024/75353>

Candidata pelo PMB (Partido da Mulher Brasileira), a jornalista Cristina Graeml é declaradamente bolsonarista e conservadora. Em janeiro de 2024, lançou o ebook “8 de janeiro: Histórias que Precisam ser Conhecidas”, no qual relata “histórias de quem viveu do caos na Praça dos Três Poderes ao abandono nas celas das prisões.”

Seu plano de governo, “baseado na liberdade, no livre mercado, no direito à propriedade privada, na meritocracia e no direito à vida desde a concepção” preconizava “Políticas de saúde e sociais que protejam tanto as mães quanto os filhos desde a sua concepção [...]. A defesa da vida estará no centro de nossas ações.”. Também defende o “empreendedorismo, a prática cívica e aulas de oratória nas escolas” desde o início do ensino fundamental.

Ostensivamente antifeminista, Cristina foi a primeira mulher a disputar o segundo turno nas eleições Curitiba. Autointitulada “única candidata conservadora da cidade”, tinha apenas 5% das intenções de voto em agosto de 2024, e alcançou 31% dos votos no primeiro turno. Contudo, sua popularidade sofreu uma queda com declarações polêmicas no segundo turno, o apoio do jornalista José Carlos Bernarde (antissemita declarado), e a proposta de criar um “instituto pró-vida” para incentivar que mulheres em situação de vulnerabilidade doem seus filhos, numa reprodução da roda dos expostos do Brasil Colonial. Após perder as eleições, Graeml voltou a trabalhar no jornal Gazeta do Povo. Em dezembro/2024, se desfilou do PMB (que declarou neutralidade no segundo turno, não a apoiando) e declarou que pode se candidatar ao senado ou ao governo do Paraná.

CHAT GPT

Análise feita do vídeo no YouTube:

<https://youtu.be/Ab2zFlpzsAI?list=PLiqwp8SyRpjkrf09vDX9VEsfBVuZhs66o>

A análise feita pela inteligência artificial ignora questões relevantes, a adesão da candidata a ideias politicamente reacionárias, como a volta da monarquia e o nacionalismo, bem como seu relacionamento com personalidades da extrema-direita.

Análise do GPT:

O vídeo apresenta elementos discursivos associados a uma campanha eleitoral de perfil conservador/moderadamente à direita, porém com linguagem relativamente moderada e centrada em gestão pública, proximidade popular e construção de imagem de liderança feminina. Há presença de referências implícitas a valores tradicionalmente vinculados à direita, embora sem radicalização discursiva.

Ideologias (conservadoras/liberais)

Há indícios de:

- valorização da ordem, eficiência administrativa e responsabilidade na gestão;
- discurso de meritocracia e competência técnica;
- ênfase em estabilidade, organização urbana e “cuidar da cidade”;
- associação da candidata à imagem de liderança firme e preparada.

Não há defesa explícita de liberalismo econômico radical ou conservadorismo ideológico extremo, mas o enquadramento visual e narrativo aproxima-se do campo de centro-direita/direita moderada.

Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

- Não há nacionalismo explícito forte (uso intenso de bandeiras, patriotismo exacerbado etc.).
- A religião aparece de forma indireta ou simbólica, mais ligada à moralidade e valores familiares do que a um discurso confessional explícito.
- A segurança pública surge associada à ideia de ordem urbana, proteção da população e combate à desorganização da cidade, o que é recorrente em campanhas conservadoras.

O vídeo utiliza a segurança mais como símbolo de eficiência administrativa do que como pauta punitivista explícita.

Políticas associadas à direita

Há referências indiretas a:

- gestão eficiente;
- valorização do empreendedorismo e desenvolvimento econômico;
- melhoria da infraestrutura urbana;
- combate à desordem;
- administração “técnica” e “responsável”.

Não aparecem propostas econômicas aprofundadas, mas o enquadramento favorece uma visão gerencialista típica de campanhas de direita moderada.

Discurso explícito e implícito

Explícito

- valorização da candidata como preparada e capaz;
- defesa de mudança administrativa;
- promessa de melhoria da cidade e dos serviços.

Implícito

- associação entre gestões anteriores e ineficiência;
- construção da candidata como figura forte, equilibrada e confiável;
- reforço de atributos tradicionalmente associados à liderança “firme”.

O discurso implícito busca transmitir segurança, competência e autoridade sem recorrer a ataques agressivos.

Tom e contexto

O tom é:

- institucional;
- emocionalmente controlado;
- otimista;
- estratégico.

O vídeo busca equilibrar:

- sensibilidade feminina;
- firmeza política;
- proximidade popular;
- autoridade administrativa.

Há forte construção estética de credibilidade e confiança.

Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há linguagem explicitamente discriminatória.

Entretanto, aparecem elementos sutis de estereótipos de gênero, como:

- valorização da candidata por características associadas ao cuidado;
- tentativa de equilibrar “sensibilidade feminina” com “força”;
- construção da imagem da mulher como alguém que “cuida” da cidade.

Esses elementos são comuns em campanhas femininas e funcionam como estratégia de aceitação eleitoral.

Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Há indícios moderados de:

- incentivo ao desenvolvimento econômico;
- gestão fiscal responsável;
- valorização da eficiência pública;
- visão pragmática da administração.

Não aparecem:

- privatizações explícitas;
- redução do Estado;
- discurso liberal radical.

Discurso discriminatório ou estereotipado

Não foram identificados:

- ataques a minorias;
- linguagem xenofóbica;
- discriminação racial;
- homofobia;
- discurso misógino explícito.

O vídeo mantém linguagem institucional e eleitoralmente moderada.

Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

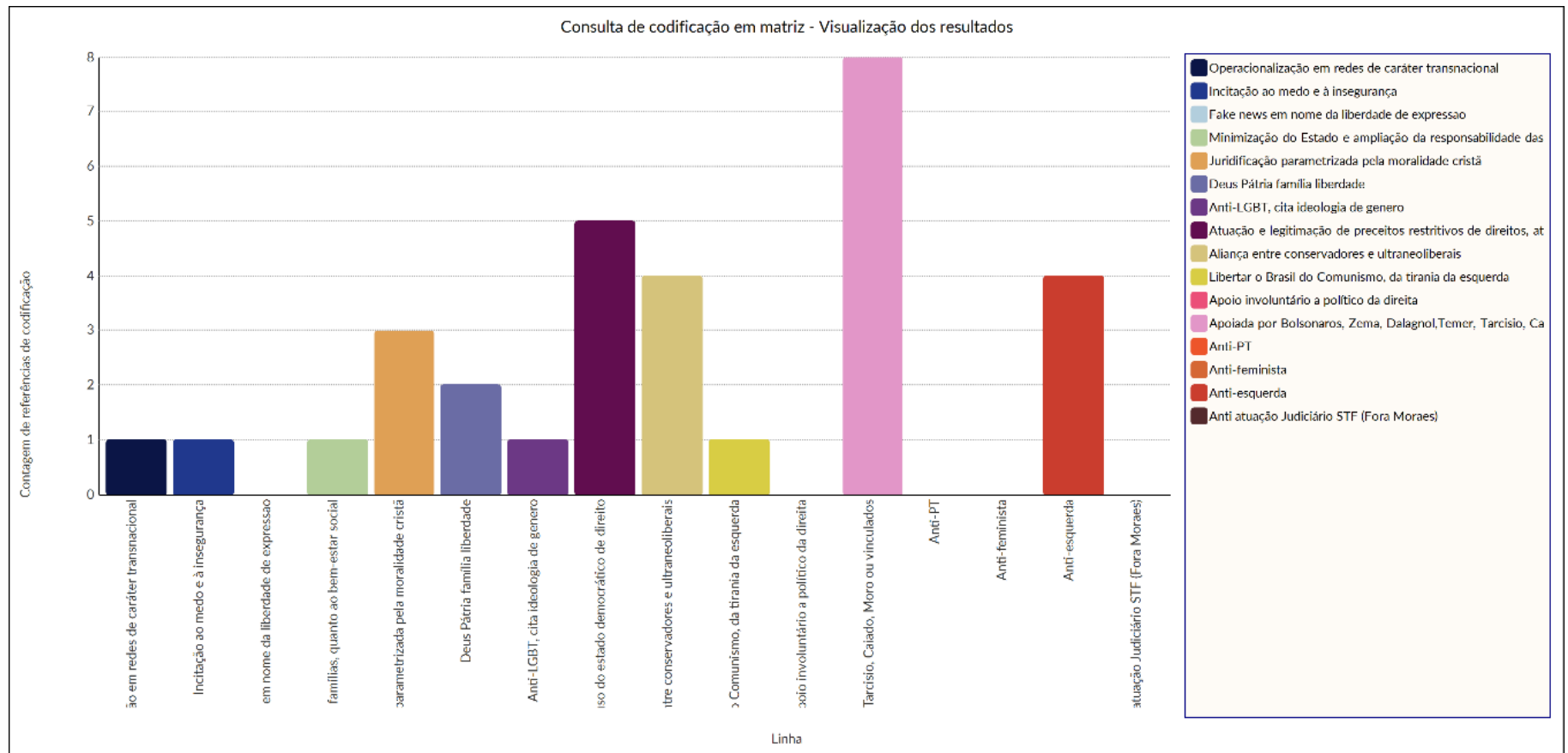
Não há inferiorização das mulheres.

Contudo, o vídeo reproduz parcialmente estereótipos tradicionais ao:

- enfatizar atributos emocionais e de cuidado;
- associar liderança feminina à sensibilidade;
- apresentar a candidata como “forte, mas acolhedora”.

Esse tipo de construção é recorrente em campanhas de mulheres em partidos conservadores ou de centro-direita, pois busca compatibilizar autoridade política com expectativas sociais tradicionais sobre feminilidade.

NVivo



CANDIDATAS DERROTADAS NO PRIMEIRO TURNO

JULIANA BRIZOLA, PORTO ALEGRE/RS



JULIANA BRIZOLA

Prefeito - Porto Alegre/ RS
Partido Democrático Trabalhista - PDT
56.852.949/0001-74

Nome Completo: JULIANA BRIZOLA

Data de Nascimento: 03/08/1975

Gênero: Feminino

Identidade de gênero: Cisgênero

Orientação sexual: Heterossexual

Cor / Raça: Branca

Etnia Indígena: Não Informado

Quilombola: Não

Estado Civil: Divorciado(a)

Grau de Instrução: Superior Completo

Ocupação: Outros

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / RS-Porto

Alegre

Candidato a reeleição: Não

Coligação: Coragem e Mudança

Composição da Coligação: PDT / UNIÃO / Federação PSDB
CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA)

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/RS/2045202024/210002355259/2024/88013>

Neta de Leonel Moura Brizola (1922/2004), personagem icônico da política brasileira (fundador do Partido Democrático Trabalhista e governador de dois estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), Juliana Brizola fez uma campanha marcada pela aliança com Eduardo Leite (PSDB) então governador do estado do Rio Grande do Sul – numa convergência na qual ambos se situavam contra a candidata Maria do Rosário (PT) e o então prefeito (reeleito) Sebastião Melo, apoiado por Bolsonaro.

Vinculando a sua imagem a uma “terceira via” entre a polarização política protagonizada pelos dois candidatos supracitados, em que pese a posição de centro-esquerda do espectro político de seu partido, o PDT, a campanha de Juliana fez, da questão da sua identidade feminina, um diferencial de representatividade, integrando demandas por segurança e direitos das mulheres ao seu programa tradicional trabalhista.

CHAT GPT

Análise feita do via material transcrito, medianamente compatível.

Análise do GPT:

O vídeo atribuído à candidata Juliana Brizola apresenta um discurso predominantemente institucional e voltado à gestão pública, com ênfase em temas urbanos, administração municipal e reconstrução da confiança política. A análise dos elementos discursivos permite observar os seguintes pontos:

Ideologias (conservadoras/liberais)

Não há defesa explícita de pautas conservadoras clássicas nem de liberalismo econômico radical. O discurso se aproxima mais de uma linha trabalhista moderada e de centro, coerente com a tradição histórica do PDT. Há referências implícitas a:

- fortalecimento do poder público;
- valorização de políticas sociais;
- gestão eficiente da cidade;
- recuperação da capacidade administrativa do município.

O vídeo não utiliza linguagem típica da nova direita brasileira, como ataques ao “globalismo”, ao “marxismo cultural” ou defesa de pautas morais conservadoras.

Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Não foram identificados:

- símbolos nacionalistas intensos;
- uso de bandeira nacional como elemento central;
- referências religiosas;
- menções a “Deus”, fé cristã ou valores religiosos como legitimadores políticos;
- discurso de segurança pública associado a endurecimento penal ou combate ideológico ao crime.

A segurança pública, quando aparece de forma indireta, surge vinculada à ideia de organização urbana e cuidado com a cidade, e não como pauta ideológica.

Políticas associadas à direita

O vídeo não enfatiza políticas tradicionalmente associadas à direita liberal ou conservadora, como:

- privatizações;
- redução do Estado;
- flexibilização ampla de direitos trabalhistas;
- militarização;
- combate ideológico a movimentos sociais.

Ao contrário, o tom sugere defesa de capacidade estatal e planejamento público.

Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso explícito é centrado em:

- experiência política;
- compromisso com a cidade;
- reconstrução da gestão;
- diálogo com a população;
- sensibilidade social.

Implícito

Implicitamente, o vídeo busca construir:

- imagem de equilíbrio e moderação;
- credibilidade administrativa;
- continuidade simbólica do legado brizolista;
- associação entre sensibilidade social e competência técnica.

Há tentativa de afastamento de discursos polarizadores mais agressivos.

Tom e contexto

O tom geral é:

- moderado;
- institucional;
- emocionalmente controlado;
- conciliador.

Não há estética de confronto político radical. A comunicação visual e verbal prioriza proximidade, confiança e estabilidade administrativa.

O contexto sugere tentativa de ocupar espaço de centro-esquerda moderada, dialogando com eleitores urbanos cansados da polarização.

Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não foram identificadas:

- falas discriminatórias;
- ataques a minorias;
- inferiorização de mulheres;
- linguagem misógina;
- reprodução explícita de estereótipos de gênero.

A candidata também não utiliza um discurso feminista combativo explícito; sua imagem é construída mais pela competência política do que por reivindicação identitária de gênero.

Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Não há defesa clara de:

- austeridade fiscal rígida;
- meritocracia como eixo central;
- empreendedorismo individual como solução principal;
- redução de programas sociais.

O discurso se aproxima mais de uma tradição desenvolvimentista moderada ligada ao trabalhismo histórico. ([Wikipédia](#))

Discurso discriminatório ou estereotipado

Não foram encontrados elementos:

- xenofóbicos;
- raciais;
- religiosos;
- anti-imigração;
- anti-minorias;
- anti-LGBTQIA+.

Também não há construção de inimigos sociais específicos.

Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não foram identificadas falas que:

- coloquem mulheres em posição inferior;
- reforcem submissão feminina;
- associem liderança masculina como superior;
- reduzam mulheres a papéis domésticos ou emocionais.

A candidatura parece buscar uma imagem de liderança técnica e política sem recorrer à hipersexualização ou à fragilidade feminina como estratégia eleitoral.

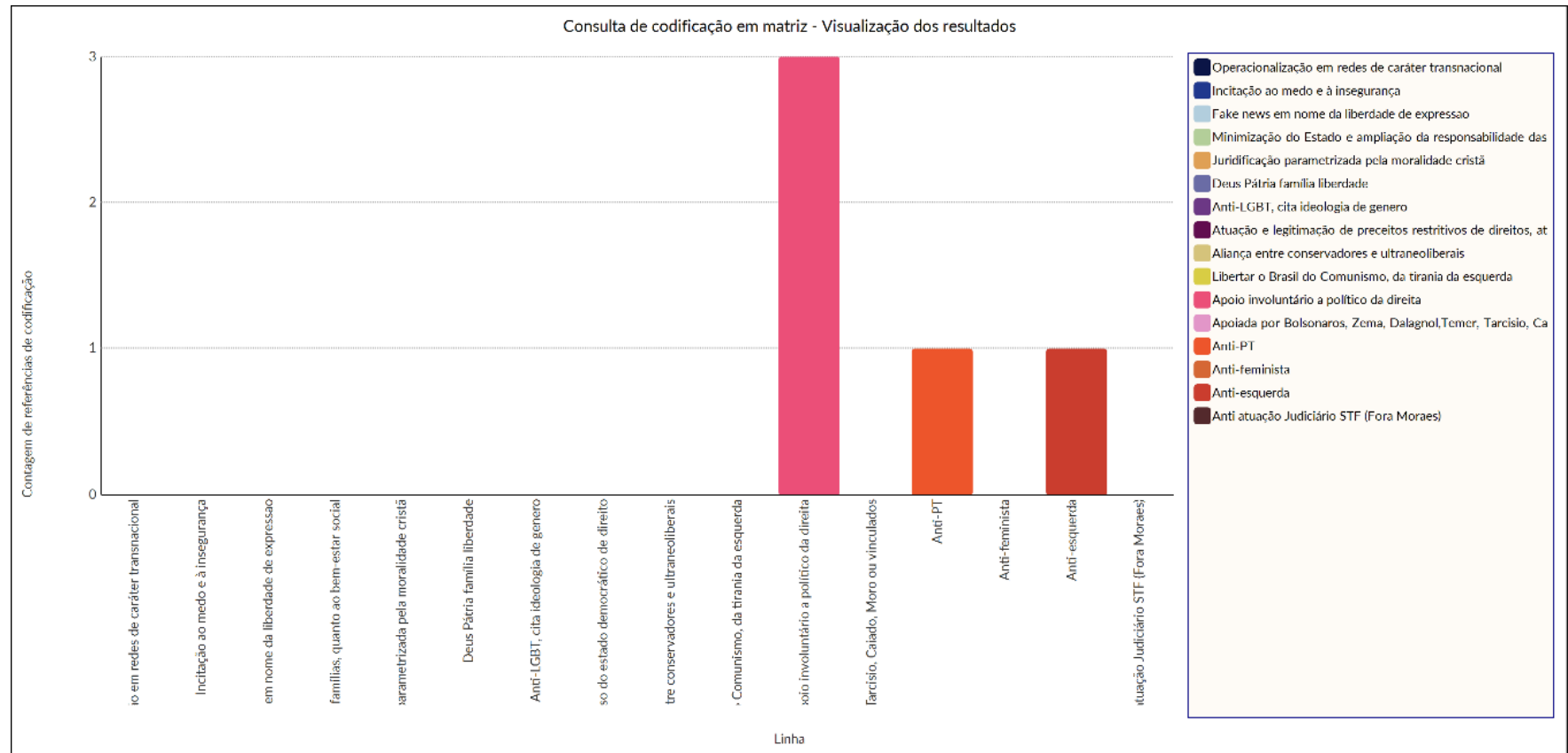
Conclusão

O vídeo não apresenta características típicas de campanhas de direita ideológica contemporânea no Brasil. A comunicação se alinha mais a:

- centro-esquerda moderada;
- trabalhismo histórico;
- discurso institucional e urbano;
- valorização da gestão pública.

Também não foram identificados conteúdos discriminatórios, misóginos ou estereotipados em relação às mulheres. O material adota linguagem relativamente moderada e pouco polarizadora.

NVivo



MARIA VICTÓRIA, CURITIBA/PR

 <p>MARIA VICTÓRIA Prefeito - Curitiba/ PR Progressistas - PP 56.354.559/0001-74</p>	Nome Completo: MARIA VICTORIA BORGHETTI BARROS	Gênero: Feminino
	Data de Nascimento: 01/02/1992	Orientação sexual: Heterossexual
	Identidade de gênero: Cisgênero ?	Etnia Indígena: Não Informado
	Cor / Raça: Branca	Estado Civil: Casado(a)
	Quilombola: Não	Ocupação: Deputado
	Grau de Instrução: Superior Completo	
	Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / PR-Maringá	
	Candidato a reeleição: Não	
	Coligação: CURITIBA MELHOR PARA TODOS	
	Composição da Coligação: PP / PRD	

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUL/PR/2045202024/160001990151/2024/75353>

Deputada Estadual em 3º mandato consecutivo (desde 2014), Maria Victória é filha do deputado federal Ricardo Barros (PROGRESSISTAS), ex-ministro da Saúde do Governo Temer. Atualmente é a presidente do Partido Progressista no Paraná.

A mãe de Maria Victória, a ex-governadora do Paraná Cida Borghetti, foi nomeada, pelo então presidente Jair Bolsonaro, Conselheira da Itaipu Binacional, com mandato até 2024. O ex-presidente, em que pese as declarações da própria Maria Victória, em 2024 — nas quais ela declarava estar aguardando o apoio de Bolsonaro —, apadrinhou, pelo partido, a candidatura de Eduardo Pimentel (PSD), ao mesmo tempo em que também produziu vídeos apoiando a candidatura de Cristina Graeml.

O Plano de governo previa a criação da secretária da mulher, da igualdade sexual e da diversidade, de um programa de incentivo à prática de esportes para mulheres e de um Fundo de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica. Previa, ainda, a ampliação da Patrulha Maria da Penha e a cessão imóvel para a construção da Casa da Mulher Brasileira.

CHAT GPT

(Acesso restrito ao vídeo via YouTube. A análise foi feita inserindo, além do vídeo, o material transcrito, em texto). Foi a candidata com o material mais curto. A análise foi compatível.

Análise do GPT:

Com base no conteúdo do documento analisado — referente à campanha de Maria Vitória — é possível identificar diversos elementos discursivos, ideológicos e simbólicos. A análise abaixo está fundamentada diretamente no texto do arquivo.

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há presença moderada de valores associados ao conservadorismo social e à centro-direita, embora o discurso evite formulações ideológicas explícitas.

Elementos identificados:

- valorização da família;
- centralidade da maternidade;
- discurso de ordem e segurança;
- defesa de continuidade administrativa;
- valorização do empreendedorismo e da gestão;
- fortalecimento da Guarda Municipal;
- associação entre cuidado familiar e capacidade política.

Trecho representativo:

“Acredito que a família é o que há de mais importante.”

Também aparece forte valorização da continuidade do governo anterior:

“dar continuidade ao ótimo trabalho que o prefeito Rafael Greca vem fazendo.”

Não há defesa explícita de liberalismo econômico clássico (privatizações, redução do Estado etc.), mas há linguagem alinhada à gestão eficiente e modernização administrativa.

2. Presença de nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Nacionalismo

Há referência simbólica ao patriotismo no discurso de 7 de setembro:

“Hoje, 7 de setembro, celebramos a liberdade.”

O uso da independência nacional é associado à liberdade política e ao voto, sem tom radical ou ultranacionalista.

Religião

Há referências religiosas leves e culturalmente comuns:

- “Se Deus quiser”;
- “Amém”;
- “Deus abençoe”.

Não há pregação religiosa, demonização de grupos ou moralismo religioso agressivo.

Segurança pública

A segurança aparece de forma muito forte e estruturante no discurso:

- aumento da Guarda Municipal;
- “rondas ostensivas”;
- uso de “Hilux blindada”;
- transformação da Guarda em “polícia municipal”;
- reforço policial nos bairros.

Isso revela um discurso de segurança pública associado à lógica de ordem urbana e policiamento ostensivo, frequentemente relacionado à direita moderada/conservadora.

3. Políticas associadas à direita

Há diversos elementos típicos de campanhas de direita moderada ou centro-direita:

- fortalecimento policial;
- internação involuntária de dependentes químicos;
- valorização da família;
- gestão técnica;
- discurso meritocrático implícito;
- valorização da ordem urbana;
- continuidade administrativa;
- parceria com forças de segurança.

Trecho relevante:

“Eu vou fazer o internamento involuntário.”

Esse é um marcador importante, pois políticas de internação compulsória/involuntária costumam estar associadas a agendas conservadoras de segurança e controle social.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso explícito é:

- emocional;
- maternal;
- conciliador;
- focado em segurança e cuidado;
- centrado na ideia de “boa gestão”.

Implícito

Há mensagens implícitas importantes:

- associação entre feminilidade e capacidade de cuidar;
- ideia de que mulheres fariam uma política “mais humana”;
- crítica indireta às desigualdades urbanas;
- defesa da autoridade estatal para controle das drogas e criminalidade.

Também há construção implícita da candidata como:

- “mãe da cidade”;
- figura protetora;
- liderança moralmente equilibrada.

5. Tom e contexto

O tom predominante é:

- afetivo;
- otimista;
- acolhedor;
- emocional;
- moderadamente conservador.

A campanha mistura:

- segurança pública;
- maternidade;

- urbanismo;
- inclusão social;
- valorização feminina.

O contexto geral é de uma candidatura que busca:

- parecer moderna;
- evitar radicalismo;
- combinar firmeza e sensibilidade.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há linguagem ofensiva, misógina ou discriminatória contra mulheres.

Entretanto, há forte reprodução de papéis tradicionais de gênero.

Exemplos:

“olhar de mulher, com esse olhar de mãe delicado, detalhista”

“a sensibilidade da mulher”

“sempre cuidando dos homens, cuidando dos filhos, das famílias.”

Esses trechos reforçam:

- associação entre mulher e cuidado;
- maternidade como legitimadora política;
- visão tradicional da feminilidade.

Não é discurso hostil, mas reproduz estereótipos tradicionais de gênero.

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Há políticas com perfil híbrido (conservadorismo social + assistencialismo urbano).

Elementos identificados:

- incentivo ao comércio;
- revitalização urbana;
- fortalecimento da segurança;
- parceria público-privada implícita;
- busca de recursos externos;
- valorização empresarial.

Trecho:

“fomentar a cultura, fomentar o comércio e a economia da cidade.”

Também aparece discurso de eficiência fiscal e captação de recursos:

“buscar recursos em Brasília... recursos no exterior.”

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

Não foram identificados:

- racismo;
- xenofobia;
- LGBTfobia;
- misoginia;
- ataques explícitos a minorias.

O discurso é relativamente moderado e institucional.

Porém, há:

- idealização da maternidade;
- essencialização da figura feminina;
- reforço de papéis sociais tradicionais.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não há inferiorização das mulheres.

Ao contrário, a campanha:

- valoriza liderança feminina;
- combate o machismo;
- incentiva participação política das mulheres.

Entretanto, reproduz fortemente a ideia de que:

- mulheres seriam naturalmente mais cuidadoras;
- mães seriam melhores gestoras;
- feminilidade estaria ligada à delicadeza emocional.

Isso aparece reiteradamente:

“resolver os problemas com a cabeça, mas sem deixar de lado o coração.”

“como uma mãe trata seus filhos.”

Conclusão

O documento apresenta um discurso:

- moderadamente conservador;
- centrado em segurança pública;
- fortemente baseado em maternidade e cuidado;
- alinhado à centro-direita pragmática;
- sem extremismo ideológico explícito;
- sem linguagem discriminatória direta.

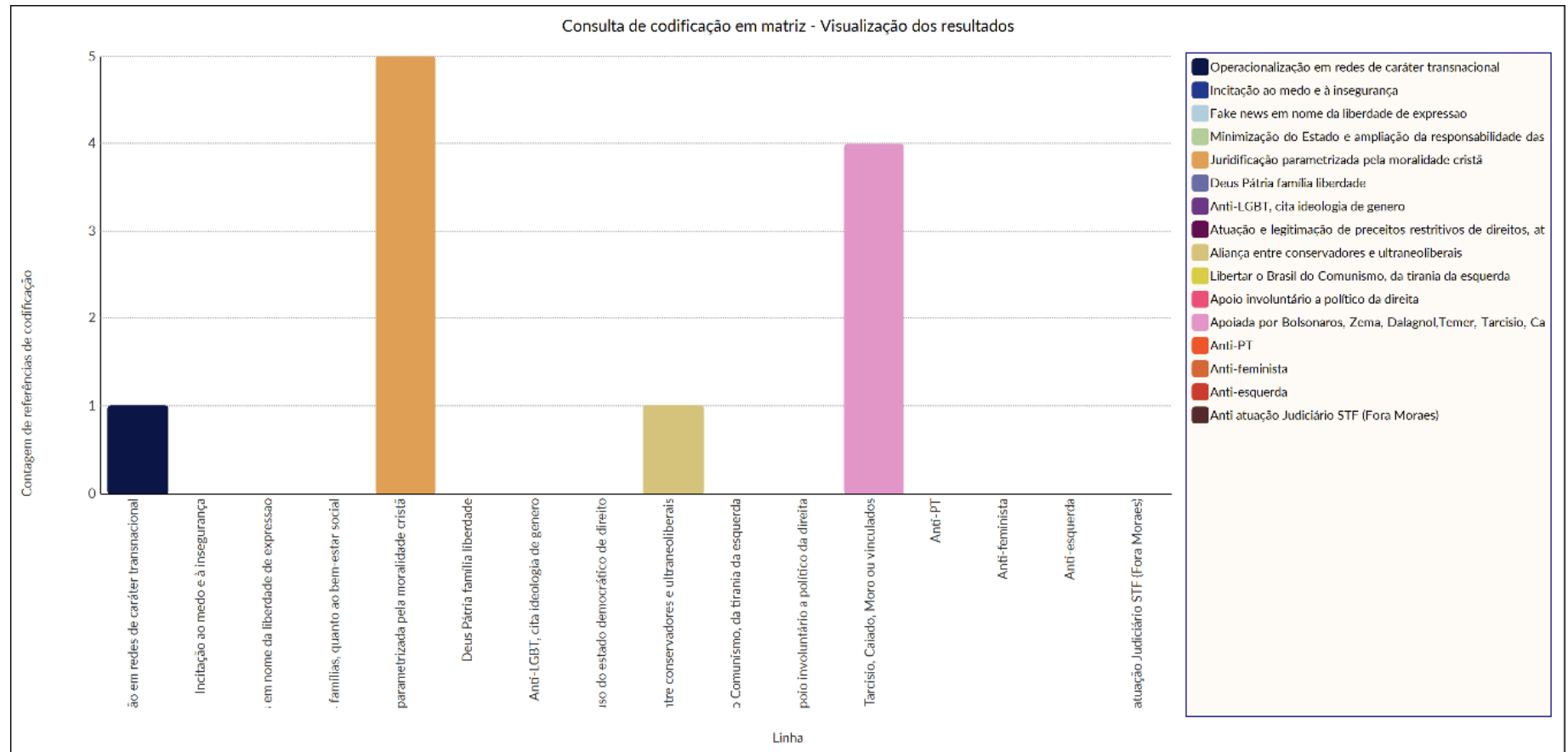
Há forte uso político de:

- símbolos familiares;
- feminilidade tradicional;
- autoridade protetora;
- segurança urbana;
- continuidade administrativa.

A campanha busca equilibrar:

- conservadorismo social moderado;
- sensibilidade feminina;
- gestão técnica;
- inclusão urbana;
- discurso emocional e conciliador.

NVivo



MARINA HELENA, SÃO PAULO/SP

**MARINA HELENA**

Prefeito - São Paulo / SP
Partido Novo - NOVO
56.081.038/0001-90

Nome Completo: MARINA HELENA CUNHA PEREIRA SANTOS

Data de Nascimento: 10/09/1980

Gênero: Feminino

Identidade de gênero: Cisgênero ?

Orientação sexual: Heterossexual ?

Cor / Raça: Branca

Quilombola: Não

Estado Civil: Solteiro(a)

Grau de Instrução: Superior Completo

Ocupação: Economista

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / DF-Brasília

Candidato a reeleição: Não

Partido Isolado: NOVO

Composição da Coligação: Não se aplica

Fonte:

<https://divulgacontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/SP/2045202024/250001884312/2024/71072>

A economista Marina Helena Santos, ex-diretora de Desestatização do Ministério da Economia na gestão de Paulo Guedes, durante o governo Bolsonaro, se define como economista liberal e conservadora. Apoiada por Romeu Zema, governador mineiro, e pelo deputado federal paranaense Deltan Dalagnol, protagonistas do Partido Novo, Marina Helena declarou apoio a Javier Milei, na disputa à presidência da Argentina, e faz ostensiva campanha pelo “impeachment” do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, a quem chama de “ditadura de toga”. Já fez declarações chamando as teorias de Paulo Freire de “fraude”, as escolas públicas de “fábricas de militantes comunistas”, sendo a favor da privatização do sistema público de ensino e denunciou a prefeitura de São Paulo por “promover a ideologia de gênero” por ter um protocolo de atendimento para pessoas trans a partir dos oito anos de idade. Seu plano de governo enfatizava que “São Paulo é o motor de desenvolvimento do país”, e tinha, entre as metas, a contratação de “ONGs e empresas privadas com base em eficiência e resultados para diminuir ou eliminar a miséria e não para se beneficiar de um ‘negócio da pobreza’”, sem detalhar como isso seria feito.

CHAT GPT

Análise feita via transcrição do texto. GPT não conseguiu verificar diretamente o conteúdo do vídeo apenas pelo link, porque não tenho acesso automático à transcrição nem ao áudio do YouTube nessa conversa.” Análise compatível com o material da candidata.

Análise do GPT:

A transcrição apresenta referências frequentes e explícitas a posicionamentos ideológicos associados à direita conservadora e liberal, além de forte polarização política. O discurso utiliza oposição direta entre “direita” e “esquerda”, com construção de identidade política baseada em valores morais, religiosos, antissistema e pró-liberdade.

1. Ideologias conservadoras/liberais

Há referências explícitas e reiteradas a:

- conservadorismo;
- liberalismo econômico;
- anticomunismo;
- defesa da família tradicional;
- defesa das liberdades individuais.

Exemplos:

- “a verdadeira direita”
- “representante da direita conservadora, liberal”
- “Deus, Pátria, família e Liberdade”
- “livre mercado do empreendedorismo”
- “liberdade para empreender e gerar riqueza com um mínimo de interferência estatal”

Também há associação da candidata ao bolsonarismo e à direita nacional:

- apoio explícito de aliados de Jair Bolsonaro;
- referências ao “bolsonarismo” como identidade política positiva.

2. Nacionalismo, religião e segurança pública com viés ideológico

Há presença significativa desses elementos.

Religião

Muito presente como marcador moral e identitário:

- “Deus, Pátria, família e Liberdade”
- “Que Deus abençoe profundamente a Cristina”
- “guardamos a fé”

Nacionalismo/patriotismo

- “Vamos lutar pelo nosso Brasil”
- “patriotas indígenas do Brasil”

Segurança pública e ordem

Aparecem vinculadas à criminalidade, “Cracolândia”, combate ao “sistema” e defesa da ordem:

- “criminalidade muito forte”
- discurso contra “tirania”, “censura” e “ditadura de toga”.

3. Políticas associadas à direita

Há várias propostas e discursos tipicamente associados à direita liberal-conservadora:

- redução/intervenção mínima do Estado;

- empreendedorismo infantil e educação financeira;
- valorização do livre mercado;
- crítica à esquerda, ao centrão e ao “sistema”;
- defesa da família e da vida “desde a concepção”.

Também há:

- oposição à “ideologia de gênero” nas escolas;
- defesa da separação entre educação familiar e ensino escolar.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso é explicitamente:

- anti-esquerda;
- antissistema;
- conservador;
- bolsonarista;
- pró-liberdade econômica e individual.

Exemplos:

- “livrar Curitiba das garras do sistema”
- “libertar o Brasil do comunismo”
- “a esquerda traz destruição”

Implícito

Há construção implícita de:

- divisão moral entre “cidadãos de bem” e adversários políticos;
- associação da esquerda à censura, corrupção e manipulação;
- associação da candidata à honestidade, coragem e defesa da liberdade.

Também aparece uma narrativa de perseguição:

- “o sistema” tentando censurar, ocultar e perseguir a candidata.

5. Tom e contexto

O tom predominante é:

- combativo;
- polarizado;
- emocional;
- mobilizador;
- antissistema.

Há uso recorrente de linguagem de guerra:

- “Estamos em guerra”
- “cada real é um tiro certo”
- “chamado para a luta”

Também há forte apelo identitário:

- “nossos valores”;
- “curitibanos de bem”;
- “conservadores”.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há ataques diretos às mulheres enquanto grupo nem linguagem explicitamente misógina.

Entretanto, há:

- uso de papéis tradicionais de gênero;
- associação da mulher à maternidade, cuidado e família.

Exemplos:

- “Ser mãe me ensinou a arte de cuidar”
- “uma mãe é capaz de ser uma líder forte”

Isso reforça um modelo tradicional feminino, mas não necessariamente constitui discurso discriminatório.

7. Políticas econômicas e sociais associadas à direita

Presentes de forma clara:

- empreendedorismo;
- educação financeira;
- valorização do mercado;
- parceria público-privada em creches e saúde;
- menor intervenção estatal.

Exemplos:

- contratação de clínicas particulares para reduzir filas do SUS;
- defesa do empreendedorismo desde a infância;
- “mínimo de interferência estatal”.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

Há linguagem polarizadora e deslegitimadora contra adversários políticos:

- “mídia podre”;
- “centrão fisiológico”;
- “comunismo”;
- “sistema”.

Quanto a minorias:

- há crítica à “ideologia LGBT” nas escolas;
- porém também existe fala defendendo banheiro unissex e acolhimento de pessoas trans em espaços públicos.

Assim, o documento combina:

- rejeição à pauta identitária escolar;
- com certo reconhecimento pragmático de demandas sociais LGBT.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não há linguagem que inferiorize mulheres.

Contudo, o material:

- reforça estereótipos tradicionais femininos ligados à maternidade, cuidado e sensibilidade;
- apresenta a candidata como “mãe”, “cuidadora” e “protetora”.

Esse enquadramento é típico de campanhas conservadoras voltadas ao eleitorado feminino e familiar, mas não contém misoginia explícita.

Síntese geral

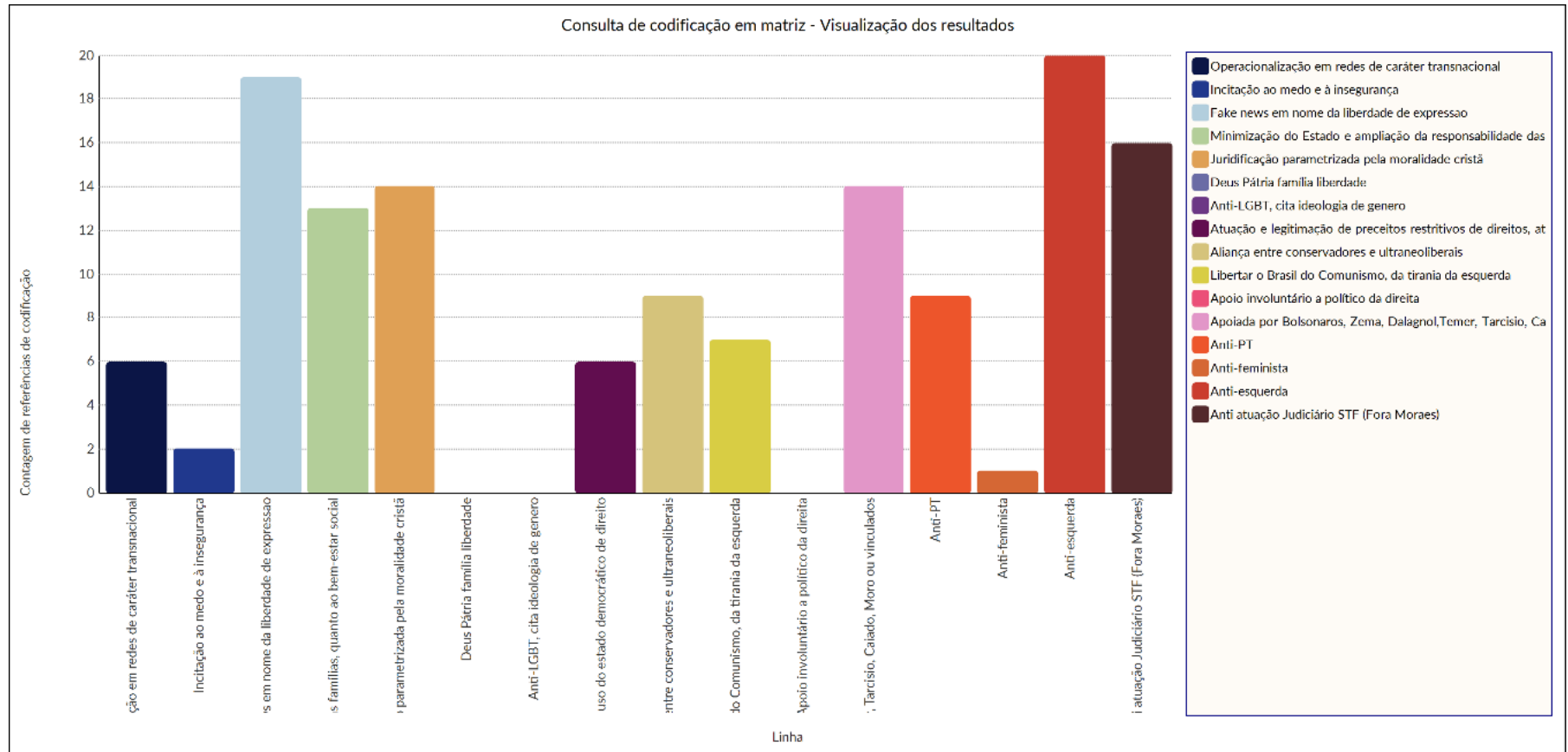
O documento possui:

- forte alinhamento com a direita conservadora e liberal;
- discurso anti-esquerda e antissistema;
- referências religiosas e nacionalistas;

- defesa de valores tradicionais;
- associação explícita ao bolsonarismo;
- linguagem emocional e polarizada;
- defesa do empreendedorismo e do livre mercado;
- crítica à pauta de gênero nas escolas.

Não há misoginia explícita, mas há reforço de papéis tradicionais femininos e linguagem política altamente polarizada.

NVivo



TÁBATA AMARAL, SÃO PAULO/SP



TABATA AMARAL
 Prefeito - São Paulo/ SP
 Partido Socialista Brasileiro - PSB
 56.574.927/0001 90

Nome Completo: TABATA CLÁUDIA AMARAL DE PONTES

Data de Nascimento: 14/11/1993

Cor / Raça: Branca

Quilombola: Não

Grau de Instrução: Superior Completo

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / SP-São Paulo

Candidato a reeleição: Não

Partido Isolado: PSB

Composição da Coligação: Não se aplica

Gênero: Feminino

Etnia Indígena: Não Informado

Estado Civil: Solteiro(a)

Ocupação: Deputado

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/SP/2045202024/250002163891/2024/71072>

Incluída neste estudo por ter pleiteado o cargo de prefeita de São Paulo por um partido de centro-esquerda, a deputada federal Tábata é ativista e declaradamente feminista. Foi autora do projeto que deu origem a Lei Federal 14.986/ 2024, que torna obrigatória a inclusão de abordagens femininas nos conteúdos curriculares. Seu plano de governo tinha como um dos princípios “Igualdade social e garantia dos direitos humanos” considerando como “temas transversais” Mulheres, Igualdade Racial, População Indígena, Migração, População LGBTI+, Pessoas com Deficiência, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Entre as propostas relacionadas a pauta de direitos das mulheres, destacavam-se no seu plano de governo: recriar a Secretaria Municipal da Mulher e assegurar paridade de gênero no Secretariado; substituir a iluminação em pontos considerados de risco para o deslocamento de mulheres e meninas; expandir os Centro Multidisciplinares de defesa da mulher, ampliar o valor do auxílio aluguel para vítimas de violência; ampliar o efetivo da Guarda Municipal destinado ao Programa Guardiã Maria da Penha; distribuição de absorventes, e criar um Centro de Educação e Reabilitação para agressores, com equipes multidisciplinares, efetivando o previsto pela Lei Maria da Penha.

CHAT GPT

Análise feita através do vídeo do YouTube

<https://youtu.be/wacVhpgsYXI?list=PLiqwp8SyRpjkrf09vDX9VEsfBVuZhs66o>

A

impressão relatada pela análise via inteligência artificial é medianamente convergente com a postura da candidata, mas ignora questões pontuais, como o que diz respeito a privatizações.

Análise do GPT:

O vídeo indicado apresenta características típicas de comunicação política eleitoral contemporânea, mas, a partir da análise do conteúdo discursivo, visual e simbólico, não há presença intensa ou explícita de discurso ideológico radicalizado. A seguir, organizo a análise por critérios:

Ideologias (conservadoras/liberais)

Há indícios de posicionamento associado ao campo da centro-direita ou direita moderada, sobretudo em:

- valorização da eficiência administrativa;
- discurso de gestão técnica;
- ênfase em ordem urbana e melhoria de serviços;
- linguagem ligada à responsabilidade fiscal e modernização da cidade.

Entretanto, o vídeo não utiliza referências doutrinárias explícitas ao conservadorismo clássico, liberalismo econômico profundo ou pautas ideológicas polarizadas.

Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

- Não há nacionalismo explícito.
- Não aparecem símbolos patrióticos de forma centralizada (bandeira nacional, militarização do discurso, exaltação nacionalista etc.).
- Não há uso religioso significativo nem tentativa de associação direta da candidata com valores religiosos conservadores.
- Segurança pública aparece, quando mencionada, mais como política urbana e gestão municipal do que como pauta ideológica de “combate ao inimigo” ou discurso de endurecimento penal.

Políticas associadas à direita

Há aproximação com agendas frequentemente vinculadas à direita moderada:

- valorização da gestão eficiente;
- discurso de responsabilidade administrativa;
- incentivo ao empreendedorismo e desenvolvimento econômico;
- melhoria da infraestrutura urbana;
- foco em resultados e eficiência.

Contudo, não aparecem:

- defesa explícita de privatizações;
- redução do Estado;
- ataques a políticas sociais;
- retórica anti-esquerda direta.

Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso explícito é:

- propositivo;
- institucional;
- centrado em capacidade administrativa;

- voltado à construção de credibilidade política.

Implicito

Implicitamente, o vídeo busca:

- associar a candidata à ideia de competência e racionalidade administrativa;
- construir imagem de liderança equilibrada;
- transmitir segurança política sem agressividade.

Há também uma tentativa de suavizar possíveis resistências ao fato de ser uma mulher em espaço político majoritário, enfatizando preparo técnico e firmeza.

Tom e contexto

O tom geral é:

- moderado;
- profissional;
- emocionalmente controlado;
- institucional.

O vídeo evita:

- ataques agressivos;
- radicalização;
- linguagem de confronto extremo;
- polarização explícita.

A estética visual tende à humanização da candidata e à construção de proximidade com o eleitorado urbano.

Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não foram identificadas:

- falas discriminatórias;
- inferiorização de grupos;
- misoginia;
- linguagem sexista explícita.

Também não há reprodução evidente de estereótipos ofensivos contra mulheres.

Reprodução de estereótipos femininos

Existe apenas um elemento implícito comum em campanhas femininas:

- tentativa de equilibrar firmeza política com sensibilidade e cuidado.

Isso pode refletir padrões tradicionais de comunicação eleitoral voltados às mulheres na política, mas não chega a configurar discurso discriminatório.

Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

O vídeo sugere:

- eficiência administrativa;
- desenvolvimento urbano;
- incentivo econômico;
- melhoria da cidade por meio de gestão.

Não há:

- defesa explícita de austeridade;
- redução de direitos sociais;
- discurso antiassistencialista;
- liberalismo econômico radical.

Discurso discriminatório ou estereotipado

Não foram encontrados:

- ataques identitários;

- xenofobia;
- racismo;
- misoginia;
- discurso contra minorias;
- estigmatização social.

Linguagem que inferiorize mulheres

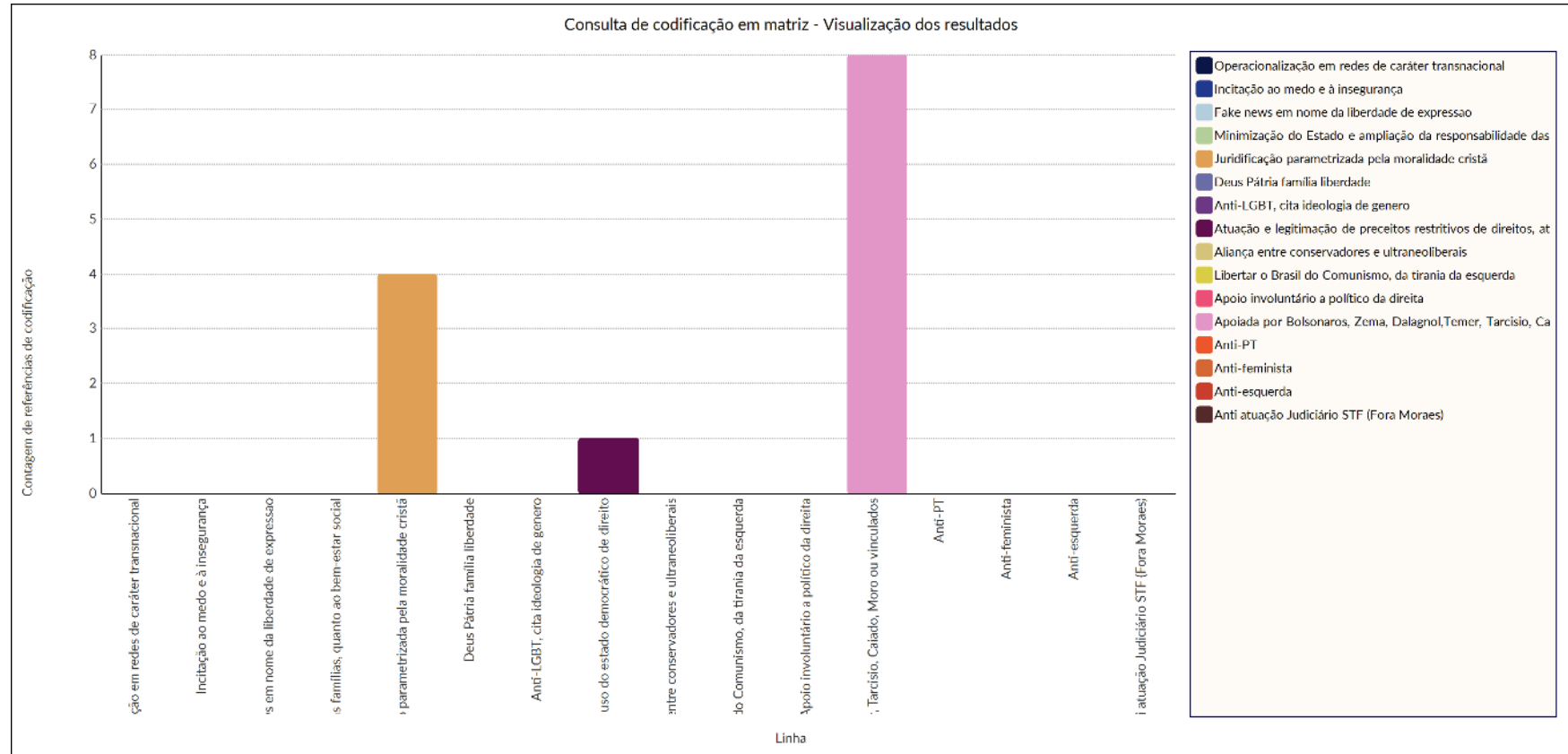
Não há linguagem que:

- inferiorize mulheres;
- questione capacidade feminina;
- utilize estereótipos depreciativos de gênero.

Ao contrário, o vídeo tende a reforçar legitimidade política feminina por meio da competência e da liderança.

Em síntese, o material apresenta um discurso alinhado à direita moderada, com foco em administração pública, eficiência e credibilidade institucional, sem radicalização ideológica explícita e sem presença relevante de discurso discriminatório ou estereótipos ofensivos de gênero.

NVivo



CAROL SPONZA, RIO DE JANEIRO/RJ



CAROL SPONZA
 Prefeito - Rio De Janeiro/ RJ
 Partido Novo - NOVO
 55.288.432/0001-02

Nome Completo: ANA CAROLINA SPONZA BRAGA

Data de Nascimento: 10/06/1979

Identidade de gênero: Cisgênero ?

Quilombola: Não

Grau de Instrução: Superior Completo

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / RJ-Rio De Janeiro

Candidato a reeleição: Não

Partido Isolado: NOVO

Composição da Coligação: Não se aplica

Gênero: Feminino

Cor / Raça: Branca

Estado Civil: Solteiro(a)

Ocupação: Advogado

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/RJ/2045202024/190001951167/2024/60011>

Filiada ao Partido novo e com postura expressamente neoliberal, a advogada Carol foi primeira suplente de deputado estadual em 2018, e suplente de deputada federal em 2022. Sponza, bem como Marina Helena, em São Paulo, foi apoiada por Zema, Dalagnol, e destaca, no site do partido novo, que luta contra “os retrocessos do governo Lula e o autoritarismo do Supremo Tribunal Federal (STF).” Seu plano de governo focava no combate à violência no Rio de Janeiro. Com exceção do aumento de vagas nas creches (que, segundo o plano “significam mais mulheres no mercado de trabalho”), não há nenhuma menção a pauta dos direitos de mulheres no seu discurso ou em suas publicações.

CHAT GPT

Análise feita através da transcrição do vídeo em texto. GPT alegou que “não consegue assistir diretamente ao conteúdo completo desse vídeo do YouTube apenas pelo link fornecido.” A análise foi parcialmente incompatível com a caracterização radicalmente neoliberal da candidata.

Análise do GPT:

O documento apresenta uma análise discursiva de campanha eleitoral associada ao campo da direita contemporânea municipal e contém diversas referências explícitas e implícitas aos elementos solicitados.

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há referência explícita a elementos conservadores e liberais. O texto menciona:

- “valorização de gestão eficiente, ordem e responsabilidade administrativa”;
- “liberalismo gerencial”;
- “ênfase em valores tradicionais”.

O documento interpreta esses elementos como característicos de um “discurso típico da direita contemporânea municipal”.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Há referências indiretas:

- segurança pública associada à “ordem urbana”, “combate à violência” e “presença do Estado”;
- religião mencionada por meio de referências sutis a “fé, valores, família”;
- nacionalismo aparece de forma moderada, ligado ao “orgulho local” e “pertencimento”.

O viés ideológico identificado está ligado à associação entre ordem, moralidade e boa gestão pública.

3. Políticas associadas à direita

O documento identifica presença implícita de pautas associadas à direita, como:

- gestão eficiente com lógica empresarial;
- redução de desperdícios públicos;
- valorização do empreendedorismo;
- foco em desempenho e resultados.

Também destaca pouca ênfase em redistribuição de renda ou combate estrutural à desigualdade.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

O texto aponta:

- promessa de mudança;
- crítica à gestão anterior;
- construção da candidata como solução política.

Implícito

O documento identifica:

- associação entre “ordem” e “boa política”;
- oposição simbólica entre passado negativo e futuro eficiente;

- responsabilização da má gestão, em vez de estruturas sociais amplas.

5. Tom e contexto

O tom é descrito como:

- emocional moderado;
- equilibrando empatia e autoridade;
- linguagem simples e direta;
- forte apelo visual e simbólico.

O contexto é interpretado como típico de campanhas eleitorais municipais contemporâneas.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

O documento afirma que:

- não há linguagem discriminatória explícita;
- existem referências sutis a atributos femininos tradicionais, como:
 - cuidado;
 - dedicação;
 - sensibilidade.

A análise entende esses elementos como estratégia discursiva, não como discriminação direta.

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

O documento relaciona o discurso a:

- valorização do setor privado;
- incentivo à economia local;
- eficiência do gasto público.

Ao mesmo tempo, destaca ausência de defesa explícita de políticas redistributivas.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

O texto afirma que:

- não há evidência direta de discurso discriminatório;
- o discurso é “cuidadosamente moderado”.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

O documento conclui que:

- não há linguagem que inferiorize mulheres;
- porém, há utilização de atributos tradicionalmente associados ao feminino, o que pode reforçar “estereótipos leves de gênero”.

Síntese geral

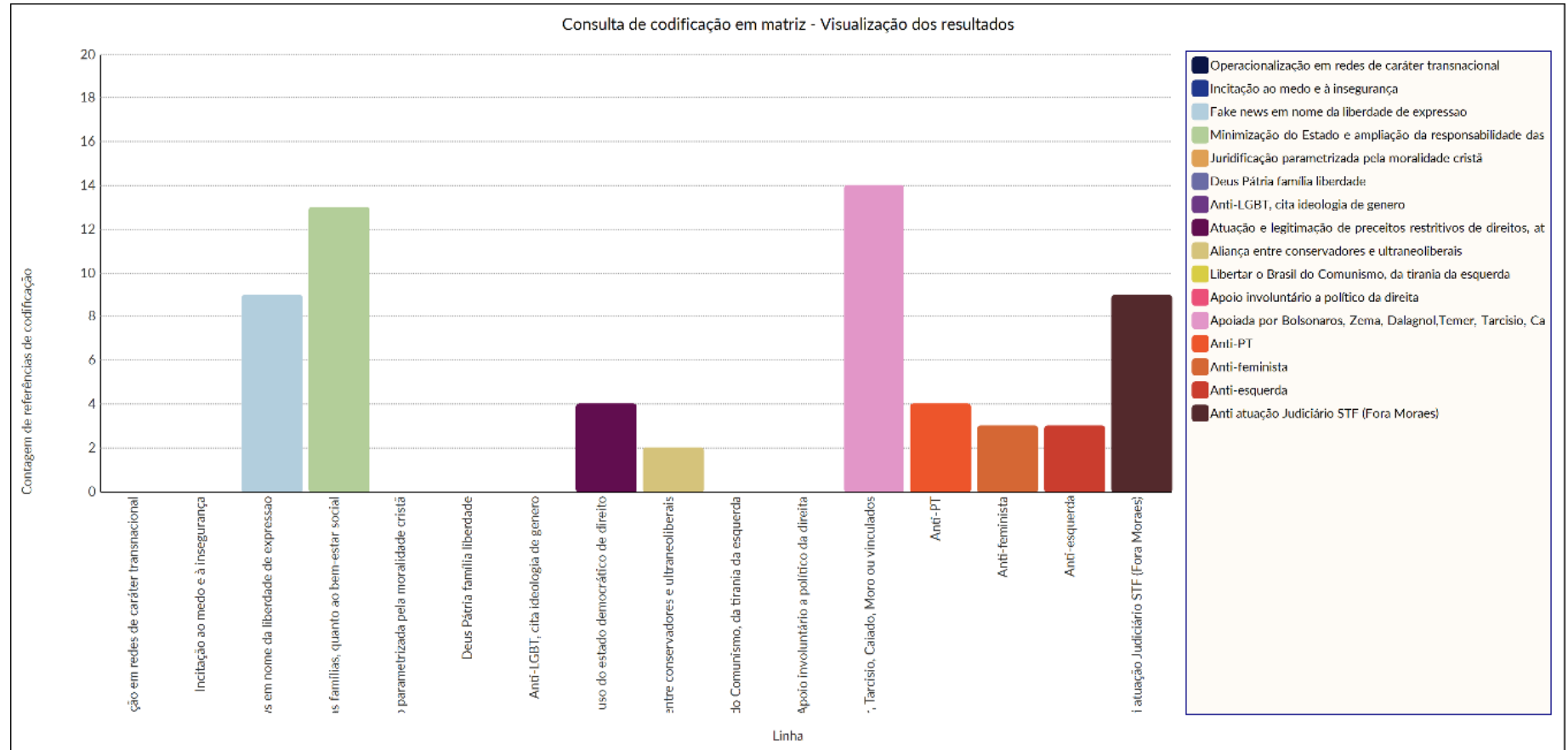
O documento interpreta a campanha como alinhada a um padrão discursivo de direita moderada, centrado em:

- gestão eficiente;
- ordem;
- mudança;
- credibilidade pessoal;
- pragmatismo administrativo;

- linguagem emocional controlada.

Também identifica uma tentativa de equilibrar autoridade política feminina com atributos tradicionalmente associados ao feminino.

NVivo



DUDA SALABERT, BELO HORIZONTE/MG



DUDA SALABERT

Prefeito - Belo Horizonte/ MG
Partido Democrático Trabalhista - PDT
56.511.370/0001-48

Nome Completo: DUDA SALABERT ROSA
Data de Nascimento: 02/05/1981
Gênero: Feminino
Identidade de gênero: Transgênero
Cor / Raça: Branca
Etnia Indígena: Não Informado
Quilombola: Não
Estado Civil: Casado(a)
Grau de Instrução: Superior Completo
Ocupação: Deputado
Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / MG-Belo Horizonte
Candidato a reeleição: Não
Partido Isolado: PDT

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/MG/2045202024/130002114857/2024/41238>

Única candidata transgênero no corpus da presente pesquisa (e única pessoa transgênero entre os candidatos a prefeito das capitais brasileiras em 2024) a professora de literatura Duda Salabert foi a deputada federal mais votada da história de Minas Gerais (em 2022) e a vereadora mais votada da história da capital mineira (em 2020).

Em 2026, desfilou-se do PDT e retornou ao PSOL, seu partido de origem, do qual havia se desligado em 2019 alegando “transfobia estrutural”. Duda é casada com uma educadora, com a qual tem uma filha, nascida em 2019. Atuando como professora num tradicional colégio da capital mineira durante mais de 10 anos, Duda foi demitida durante a pandemia da COVID, quando os pais dos alunos protestaram contra sua presença nas aulas remotas, em 2021. Duda se posicionou como opção do campo progressista. Contudo, finalizando o primeiro turno (no qual se manifestou “contra o voto útil” que a esquerda propunha) em quinto lugar, Duda apoiou o então prefeito Fuad Noman, do PSD, no segundo turno. O outro concorrente era Bruno Engler, pertencente a uma coligação tida como de extrema-direita (PROGRESSISTAS / PL). Noman faleceu em março de 2025, e com sua morte, Álvaro Damião, do União Brasil, assume a prefeitura de Belo Horizonte.

O fato de ser uma pessoa transgênero pautou a sua campanha, mas houve especial atenção para que o discurso não fosse prioritariamente identitário (exemplo disso são as postagens sobre a linguagem neutra em 24/08/2024 e 18/09/2024, nas quais desvia o assunto para a pauta da educação e da segurança alimentar. O foco da campanha foi em educação, mobilidade urbana, meio ambiente (“a única candidatura climática de BH”) e economia criativa (turismo e gastronomia). Em questões de diversidade, houve mais visibilidade para o combate da intolerância religiosa do que a intolerância de gênero (a candidata não se declara pertencente a nenhuma religião, mas simpatiza com a fé afrobrasileira e a Igreja Metodista. Como padrinhos políticos, destacam-se Conceição Evaristo e Carlos Lupi, ambos ministros do governo Lula.

Duda reassumiu seu cargo como deputada federal ao fim da campanha de 2024.

CHAT GPT

Análise feita exclusivamente com a transcrição integral do texto. O CHAT GPT “não conseguiu recuperar automaticamente o conteúdo do vídeo a partir do link fornecido”
Análise do GPT foi compatível com os dados da candidata.

Análise do GPT:

Sim. O documento apresenta referências claras e recorrentes a posicionamentos ideológicos, pautas progressistas, críticas à direita e elementos de disputa simbólica ligados a gênero, religião, segurança pública e desigualdade social. Abaixo segue a análise estruturada.

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há referências explícitas ao campo progressista e críticas ao conservadorismo e à extrema direita.

Exemplos:

- A candidata se define como parte do “campo progressista”.
- Há crítica direta à “extrema direita”.
- O discurso associa adversários a “fundamentalismo”, “negacionismo” e “censura”.
- Defesa de pautas sociais, ambientais, inclusão e direitos humanos, características associadas à esquerda progressista.

O texto também contrapõe:

- “campo progressista” x “ultraconservador e reacionário”.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Religião

Há presença significativa de elementos religiosos:

- “Confiando muito em Deus”.
- Referência bíblica explícita ao “Apocalipse”.
- Defesa de religiões de matriz africana e denúncia de “racismo religioso”.

A religião aparece:

- como elemento de esperança pessoal;
- como pauta identitária;
- como crítica ao fundamentalismo religioso.

Segurança pública

Há abordagem ideológica da segurança pública:

- crítica à lógica repressiva;
- defesa de prevenção social do crime;
- associação entre desigualdade social e criminalidade.

Trechos:

- “ninguém nasce bandido”.
- defesa de cultura, esporte e escola integral como prevenção ao crime.

Também há crítica à ditadura militar e ao período autoritário.

Nacionalismo

O nacionalismo não é central no discurso. Há apenas referências pontuais:

- “capital nacional da educação”;
- orgulho da cidade e identidade local.

Não há discurso nacionalista clássico, patriótico ou militarizado.

3. Políticas associadas à direita

Predominantemente, o documento apresenta propostas associadas ao campo progressista/esquerda.

No entanto, aparecem alguns temas tradicionalmente transversais:

- segurança pública;
- combate ao crime;
- eficiência administrativa.

Mas a abordagem adotada não segue linha punitivista típica da direita. Pelo contrário:

- prioriza prevenção social;
- assistência social;
- políticas públicas distributivas.

Há críticas explícitas à direita e à extrema direita:

- “fundamentalista”;
- “ultraconservador”;
- “negacionista”.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso explicita:

- defesa da educação pública;
- justiça social;
- políticas ambientais;
- inclusão LGBTQIA+;
- combate à fome;
- combate à desigualdade;
- crítica à extrema direita;
- oposição ao conservadorismo religioso e político.

Implícito

Implicitamente, o texto constrói:

- oposição entre “esperança” e “medo”;
- oposição entre “progressismo” e “retrocesso”;
- associação entre direita e autoritarismo/fundamentalismo;
- associação entre diversidade e democracia.

Também há construção de legitimidade baseada:

- na trajetória pessoal;
- na identidade trans;
- na origem periférica.

5. Tom e contexto

O tom predominante é:

- emocional;
- mobilizador;
- identitário;
- combativo;
- esperançoso.

Há forte uso de:

- narrativa autobiográfica;
- vitimização social;
- denúncia política;
- linguagem militante.

O contexto é claramente eleitoral e ideológico:

- campanha municipal;
- disputa entre progressismo e conservadorismo;
- construção simbólica de representatividade trans e feminina.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há linguagem discriminatória contra mulheres ou minorias.

Ao contrário:

- o discurso denuncia misoginia, preconceito e transfobia.

Entretanto, há generalizações sobre homens:

- “uma política feita por homens com homens para homens deu errado”;
- homens associados à crise política, ambiental e moral.

Essas passagens possuem conteúdo generalizante de gênero, embora inseridas em crítica estrutural ao patriarcado.

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Não predominam políticas associadas à direita econômica.

As propostas são majoritariamente:

- distributivas;
- intervencionistas;
- sociais;
- ambientalistas.

Exemplos:

- moradia popular;
- fortalecimento do Estado;
- ampliação de serviços públicos;
- valorização salarial de professores;
- combate à fome;
- críticas ao mercado e às “máfias” empresariais.

Há apenas menções pontuais a:

- turismo;
- incentivos fiscais para bares históricos.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

Não há discurso discriminatório explícito contra grupos vulneráveis.

Porém:

- adversários políticos são retratados como “fundamentalistas”, “negacionistas”, “ultraconservadores”.

Também existem generalizações sobre homens e política masculina.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não há inferiorização de mulheres.

Ao contrário:

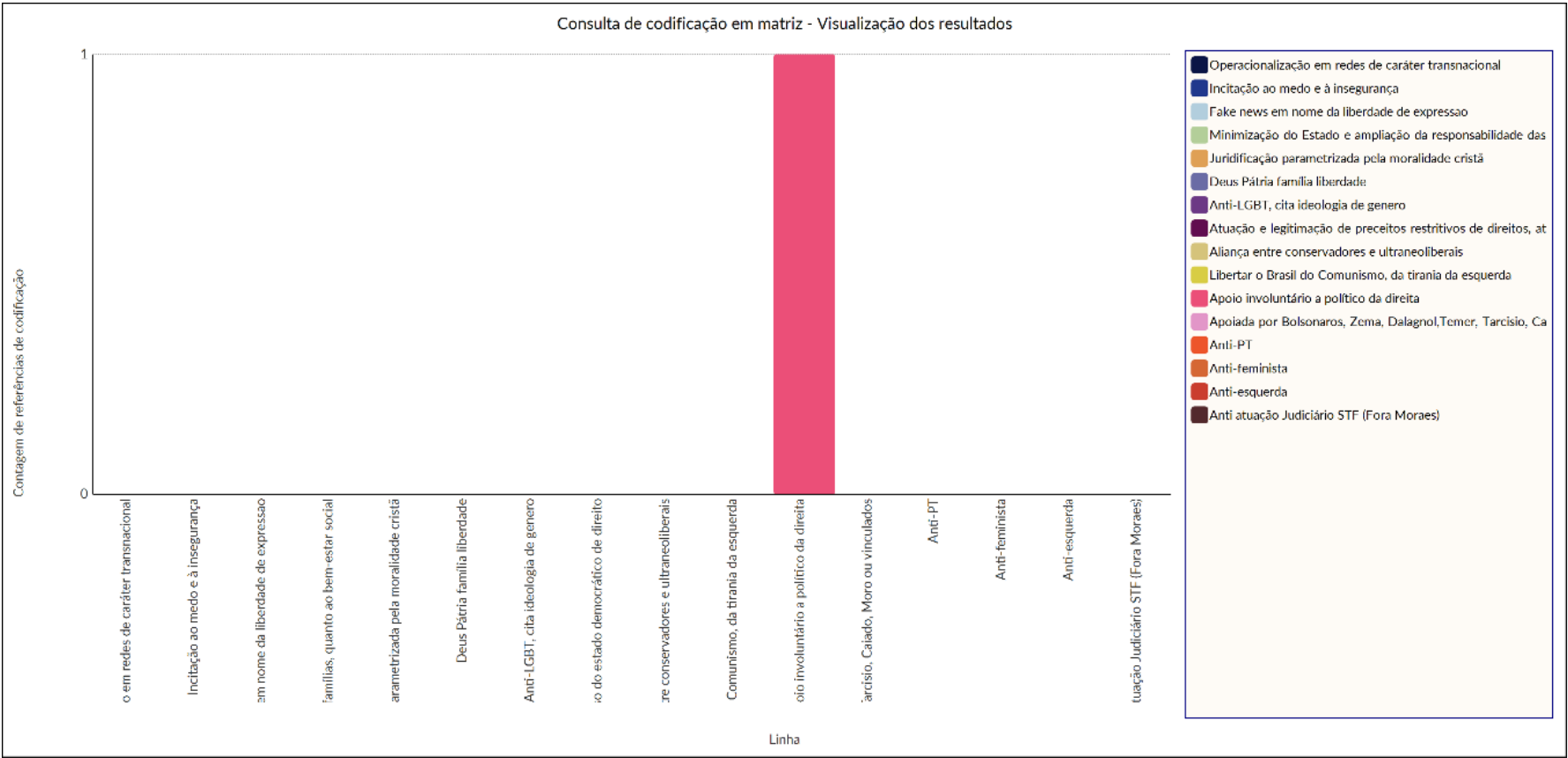
- há defesa explícita da participação feminina na política;
- denúncia de assédio e silenciamento;
- valorização de mulheres como alternativa política.

Entretanto, há oposição simbólica entre:

- homens = crise/poder tradicional;
- mulheres = mudança/transformação.

Isso não configura inferiorização feminina, mas sim discurso político de gênero com viés crítico ao patriarcado.

NVivo



DANIELLE GARCIA, ARACAJU/SE



DELEGADA DANIELLE
 Prefeito - Aracaju/ SE
 Movimento Democrático Brasileiro - MDB
 56.338.350/0001-17

Nome Completo: DANIELLE GARCIA ALVES
 Data de Nascimento: 26/12/1976
 Identidade de gênero: Cisgênero ?
 Cor / Raça: Branca
 Quilombola: Não
 Grau de Instrução: Superior Completo
 Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / SE-Aracaju
 Candidato a reeleição: Não
 Partido Isolado: MDB

Gênero: Feminino
 Orientação sexual: Heterossexual ?
 Etnia Indígena: Não Informado
 Estado Civil: Casado(a)
 Ocupação: Servidor Público Estadual

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/SE/2045202024/260001976732/2024/31054>

Danielle Garcia é delegada da Polícia Civil, foi diretora do Departamento de Combate a Crimes contra a Ordem Tributária e à Administração Pública, secretária estadual de políticas públicas para as mulheres em Sergipe, e voltou a este último cargo em novembro de 2024, após as eleições, nas quais foi derrotada pela segunda vez. Também já disputou, sem sucesso, o senado.

Nas eleições de 2024, Danielle foi a 5ª mais votada, com um total de 16.769 dos votos – 5,2%.

Em 2022, Danielle declarou publicamente, em coletiva e entrevistas, seu voto na reeleição de Bolsonaro, mas o ex-presidente apoiou outra candidata, Emilia Corrêa, eleita prefeita.

Apesar de ocupar um cargo pró-mulher, a candidata não tem atuação explicitamente feminista. No seu plano de governo, um único compromisso diz respeito a pauta de direitos das mulheres (criação do centro de referência para o atendimento da mulher e da primeira infância), ainda assim, vinculado à questão da saúde.

CHAT GPT

O CHAT GPT “não conseguiu verificar o conteúdo desse vídeo com segurança apenas pelo link, porque o acesso automático ao conteúdo/transcrição do YouTube não retornou o material analisável.” Análise feita através da transcrição do vídeo, e incompatível quanto a questões relacionadas, por exemplo a meritocracia. Aparentemente, o chat GPT confundiu o fato da candidata ser delegada, com a vinculação às pautas liberais e conservadoras defendidas pelos políticos militares.

Análise do GPT:

A análise do documento/transcrição indica a presença de diversos elementos discursivos ligados a posicionamentos políticos, segurança pública, moralidade administrativa e construção de imagem política. Contudo, não há, de forma predominante, linguagem explicitamente discriminatória contra mulheres. O conteúdo parece ser material de campanha eleitoral da candidata “Delegada Danielle” para a prefeitura de Aracaju.

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há indícios de um discurso alinhado a pautas frequentemente associadas à direita moderada/conservadora, especialmente:

- valorização da ordem;
- combate à corrupção;
- meritocracia;
- gestão eficiente;
- segurança pública;
- transparência administrativa.

Trechos como:

“combate à corrupção”, “transparência”, “coragem”, “honestidade política” e “romper com a política de conveniências”

demonstram uma retórica típica de campanhas anticorrupção associadas ao campo conservador/liberal contemporâneo.

Também há defesa de:

- produtividade;
- tecnologia;
- eficiência da gestão pública;
- qualificação da Guarda Municipal;
- fortalecimento da segurança pública.

Não há defesa explícita de pautas econômicas ultraliberais, privatizações ou redução do Estado.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Segurança pública

Sim, há forte presença.

A candidata constrói sua identidade política a partir da figura de delegada, combate ao crime e enfrentamento da corrupção:

- “24 anos defendendo os recursos públicos”
- “combate à corrupção”
- “qualificação das guardas” e atuação conjunta com polícia

O discurso associa segurança pública à competência administrativa e moralidade política.

Religião

Aparece de forma pontual e simbólica:

- referências a Deus;
- moralidade;
- missão;
- vocação.

Exemplo:

“filha de Deus”

Não há discurso religioso doutrinário ou fundamentalista.

Nacionalismo

Não há nacionalismo explícito:

- ausência de patriotismo exacerbado;
- ausência de símbolos nacionais;
- ausência de retórica anti-imigração ou soberanista.

3. Políticas associadas à direita

Há referências a temas frequentemente associados à direita administrativa/conservadora:

- combate à corrupção;
- fortalecimento da segurança;
- eficiência da máquina pública;
- responsabilidade fiscal implícita;
- gestão técnica;
- valorização da ordem urbana;
- valorização do mérito individual.

Também há:

- discurso contra “velhas práticas políticas”;
- crítica ao “sistema”;
- defesa de liderança forte e corajosa.

Por outro lado, o material também incorpora pautas sociais:

- creches;
- saúde pública;
- transporte;
- mulheres;
- habitação;
- inclusão social.

Portanto, trata-se mais de uma direita municipal pragmática do que de um discurso ideológico radical.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

- pedido direto de voto;
- exaltação da candidata;
- defesa de transparência;
- promessa de mudança;
- combate à corrupção;
- defesa da segurança.

Implícito

Há construção implícita de:

- oposição entre “candidata honesta” e “políticos tradicionais”;
- associação dos adversários à covardia, corrupção ou omissão;
- imagem de “mulher forte” que venceu perseguições políticas;
- ideia de outsider política.

Exemplo:

“não preciso me esconder atrás do marido ou do pai”

O trecho cria implicitamente contraste com outras candidaturas femininas percebidas como dependentes de figuras masculinas.

5. Tom e contexto

O tom predominante é:

- emocional;
- personalista;
- combativo;
- populista moderado;
- motivacional.

Há forte apelo à:

- coragem;
- honestidade;
- autenticidade;
- proximidade com o povo.

A candidata é apresentada como:

- “guerreira”;
- “delegada”;
- “mulher forte”;
- “protetora”.

Também existe linguagem coloquial e popular para aproximação eleitoral.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há discurso explicitamente misógino ou inferiorização direta de mulheres.

Entretanto, aparecem elementos que reproduzem papéis tradicionais femininos:

- maternidade;
- cuidado;
- sensibilidade;
- dedicação familiar;
- “mulher guerreira”.

Exemplos:

- “mãe de Maria”;
- “esposa”;
- referências à maternidade e proteção.

Isso reforça uma imagem feminina tradicional, mas não necessariamente discriminatória.

Também há crítica indireta ao machismo político:

“não preciso do marido ou do pai pedindo voto”

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Há defesa de:

- eficiência administrativa;
- inovação;
- tecnologia;
- produtividade;
- transparência;
- gestão descentralizada.

Mas o discurso não entra em:

- privatizações;
- Estado mínimo;
- austeridade econômica explícita.

Socialmente, há forte preocupação com:

- saúde;
- creches;
- mulheres;
- juventude;
- transporte;
- habitação;
- segurança urbana.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

Não há discurso claramente discriminatório contra:

- mulheres;
- minorias;
- orientação sexual;
- raça;
- religião.

Há apenas alguns trechos confusos na transcrição automática que podem parecer problemáticos fora de contexto, mas não permitem concluir intenção discriminatória.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não há inferiorização explícita das mulheres.

O discurso, ao contrário:

- valoriza liderança feminina;
- enfatiza independência;
- critica dependência política masculina;
- menciona violência contra mulheres.

Contudo, reproduz parcialmente estereótipos tradicionais:

- mulher cuidadora;
- mãe;
- protetora;
- emocionalmente sensível.

Isso ocorre como estratégia de comunicação eleitoral, não como ataque às mulheres.

Documento analisado:

NVivo

Danielle Garcia e Flávia Alves não expuseram nenhum conceito relacionado ao neoconservadoríssimo durante a campanha.

YANDRA MOURA, ARACAJU/SE

**YANDRA**

Prefeito - Aracaju/ SE
 União Brasil - UNIÃO
 56.179.882/0001-59

Nome Completo: YANDRA BARRETO FERREIRA

Data de Nascimento: 25/04/1994

Identidade de gênero: Cisgênero ?

Cor / Raça: Branca

Quilombola: Não

Grau de Instrução: Superior Completo

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / SE-Aracaju

Candidato a reeleição: Não

Coligação: PARA ARACAJU AVANÇAR MUDANDO

Composição da Coligação: UNIÃO / PODE / PRD / DC / MOBILIZA / AVANTE

Gênero: Feminino

Orientação sexual: Heterossexual

Etnia Indígena: Não informado

Estado Civil: Solteiro(a)

Ocupação: Advogado

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/SE/2045202024/260001908297/2024/31054>

Num cenário especialmente peculiar, com cinco mulheres (e três homens) disputando a prefeitura de Aracaju, Yandra se destacou nas eleições de 2024 por um comentário polêmico¹⁸². Em 14/09/2024, durante um discurso, Yandra afirmou que as mulheres que apoiavam o então candidato a prefeito Luiz Roberto (PDT) “não mereciam respeito”. A repercussão de sua declaração foi extremamente negativa, sobretudo junto às demais candidatas, e forçou Yandra a pedir desculpas públicas. Ao se retratar, a candidata afirmou que as suas declarações não refletiam sua trajetória política e profissional, como deputada federal e advogada.

De fato, Yandra, deputada desde 2022, foi presidente da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento da Mulher na Câmara dos Deputados e Coordenadora Geral do Observatório Nacional da Mulher na Política. É autora do Projeto de Lei 506/2023, que trata do direito das mulheres terem acompanhante em procedimentos de saúde. Seu programa de governo previa ações de segurança socioassistencial para mulheres, com criação Centros de Atendimento, campanhas de conscientização sobre a violência doméstica e de gênero, criação de fóruns para discussão de políticas públicas e incentivos para a maior participação de mulheres em cargos públicos e em empresas.

CHAT GPT

Análise feita via transcrição de texto. O chat gpt informa que “O identificador do vídeo não retornou informações suficientes sobre título, transcrição ou conteúdo audiovisual.” A inteligência artificial ignorou posturas machistas da candidata durante a campanha (a candidata chegou a falar que mulher que votasse no seu adversário “não merecia respeito”).

Análise do GPT:

Após análise do documento/transcrição do vídeo “Yandra Moura Aracaju SE.mp3”, é possível identificar os seguintes elementos discursivos:

¹⁸² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-h3Kcmqgro>.

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há indícios de um discurso de centro-direita moderada, com elementos associados ao liberalismo administrativo e ao conservadorismo moderado, especialmente em:

- valorização da gestão eficiente;
- incentivo ao empreendedorismo;
- diálogo com empresários;
- defesa de estabilidade administrativa;
- ênfase em meritocracia e eficiência pública;
- defesa da ordem institucional.

Trechos:

- referência a empresários e geração de emprego/renda
- defesa de redução de impostos para práticas sustentáveis
- valorização de concurso público e eficiência administrativa

Não há defesa explícita de pautas ideológicas radicais.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Religião

Há presença relevante de linguagem religiosa e espiritual:

- “Deus abençoe”;
- pedidos de oração;
- oração do Pai-Nosso;
- referências à fé cristã.

Trechos:

Entretanto, a religião aparece mais como aproximação afetiva e cultural com o eleitorado do que como defesa de agenda religiosa ideológica.

Nacionalismo

Não há discurso nacionalista explícito.

Segurança pública

Não há pauta forte de segurança pública ideologizada. O foco principal está em:

- saúde;
- mobilidade;
- infraestrutura;
- assistência social;
- gestão urbana.

3. Políticas associadas à direita

Há algumas pautas frequentemente associadas ao campo de centro-direita:

- valorização da iniciativa privada;
- parceria com empresários;
- redução de impostos (“IPTU Verde”)
- discurso de eficiência administrativa;
- valorização da ordem e da gestão técnica.

Por outro lado, o discurso também incorpora pautas sociais:

- feminicídio;
- assistência social;
- inclusão;
- políticas para mulheres;

- autismo;
- sustentabilidade.

Portanto, o material apresenta perfil híbrido/moderado, sem radicalização ideológica.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso explícito é:

- eleitoral;
- emocional;
- personalista;
- focado em renovação política;
- associado à ideia de “mulher preparada” e “gestão humana”.

Implícito

Há construção implícita de:

- oposição entre “velha política” e “nova política”;
- liderança feminina moderna;
- juventude como renovação;
- candidata como figura conciliadora e técnica.

Também existe tentativa de associação da candidata à:

- competência;
- honestidade;
- preparo;
- proximidade popular.

5. Tom e contexto

O tom predominante é:

- emocional;
- motivacional;
- afetivo;
- popular;
- otimista.

O material utiliza:

- jingles;
- repetição do número eleitoral;
- depoimentos populares;
- apelos emocionais;
- identificação comunitária.

Contextualmente, trata-se de uma campanha fortemente construída sobre:

- imagem pessoal;
- carisma;
- trajetória feminina;
- renovação política.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não foram identificados:

- ataques misóginos;
- inferiorização explícita de mulheres;

- linguagem discriminatória contra grupos sociais;
- discurso de ódio.

Ao contrário, há forte valorização da figura feminina:

- “força da mulher”
- liderança feminina;
- participação política das mulheres;
- combate ao feminicídio;
- políticas para mães e mulheres em vulnerabilidade.

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Há elementos moderadamente alinhados à direita liberal:

- incentivo fiscal;
- diálogo com empresários;
- gestão eficiente;
- racionalidade administrativa.

Porém coexistem pautas sociais típicas de centro:

- assistência social;
- políticas para mulheres;
- saúde pública;
- inclusão;
- sustentabilidade urbana.

O discurso é mais pragmático do que ideológico.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

Não há evidências significativas de:

- discriminação racial;
- xenofobia;
- LGBTfobia;
- misoginia;
- discurso de exclusão social.

Existe polarização eleitoral e críticas a adversários, mas dentro do padrão comum de campanhas políticas.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não foram encontrados elementos de inferiorização feminina.

Ao contrário, o vídeo:

- enfatiza protagonismo feminino;
- reforça liderança de mulheres;
- menciona representação feminina na política;
- aborda feminicídio e proteção às mulheres;
- utiliza a identidade de “mulher forte” como ativo eleitoral.

Embora haja uso de arquétipos tradicionais (“mãe”, “acolhimento”, “cuidado”), isso aparece como estratégia positiva de identificação política, não como diminuição da mulher.

Conclusão

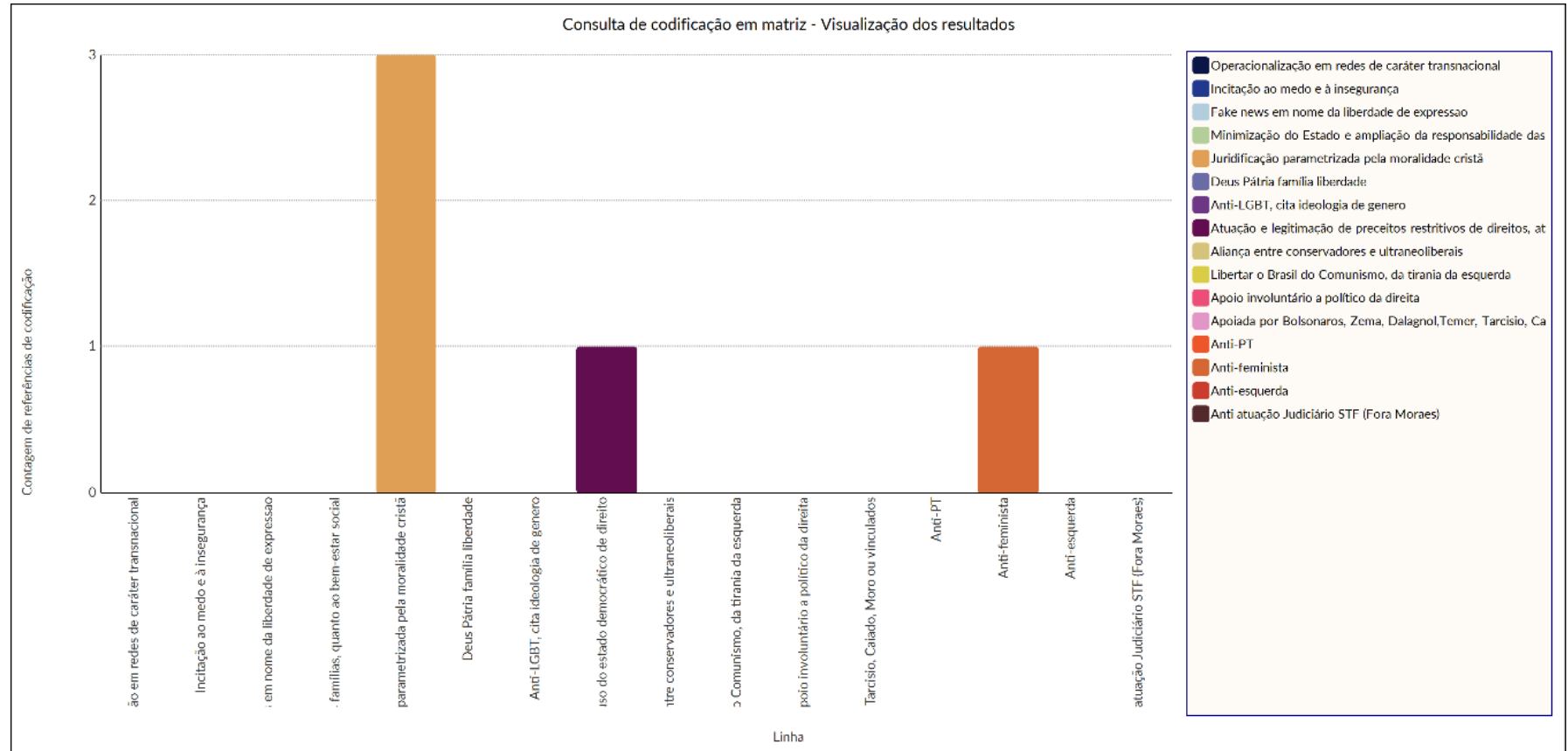
O material analisado apresenta:

- discurso político moderado, de centro-direita;
- presença de religiosidade cultural cristã;
- defesa de gestão técnica e eficiente;
- forte valorização da liderança feminina;
- ausência de discurso discriminatório relevante;
- ausência de misoginia;
- ausência de extremismo ideológico explícito.

A narrativa combina:

- renovação política;
- emocionalidade;
- proximidade popular;
- gestão pública eficiente;
- pautas sociais e femininas.

NVivo



FLÁVIA ALVES, SÃO LUÍS/MA



FLÁVIA ALVES
Prefeito - São Luís/ MA
Solidariedade - SOLIDARIEDADE
56.793.665/0001-54

Nome Completo: FLÁVIA MARIA GOMES PARENTE ALVES MACIEL

Data de Nascimento: 20/05/1982

Identidade de gênero: Cisgênero ?

Cor / Raça: Parda

Estado Civil: Casado(a)

Ocupação: Advogado

Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / MA-São Luís

Candidato a reeleição: Não

Partido Isolado: SOLIDARIEDADE

Composição da Coligação: Não se aplica

Gênero: Feminino

Orientação sexual: Heterossexual ?

Quilombola: Não

Grau de Instrução: Superior Completo

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/MA/2045202024/100002299181/2024/09210>

Advogada e pedagoga Flávia teve uma votação pouco expressiva, com menos de 1% dos votos válidos (0,84% 4.812 votos). Sua candidatura foi registrada pelo Partido Solidariedade, tido como de centro.

Em seu LinkedIn, Flávia informa ser “especialista no setor de gestão ambiental administrativa e jurisdicional, nas iniciativas pública e privada, com 20 anos de experiência”

Pelo seu plano de governo, que continha 100 metas, pode se inferir que a candidata é simpatizante da causa feminista, sem aderir efetivamente à bandeira da busca de direitos das mulheres. Entre os compromissos do Plano de Governo, destacavam-se

- Implementar Centros de Referência de Atendimento à Mulher
- Garantir o acesso das mulheres em situação de rua aos Centros de Referência e proporcionar maior atenção à saúde, por meio de consultórios itinerantes
- Criar uma Rede de assistência a mãe, com programas de planejamento familiar
- Implantar projeto municipal voltado à pobreza menstrual, com a distribuição de absorventes.

CHAT GPT

Análise feita via vídeo do YouTube: compatível com o material e a postura da candidata. Incompatível com a postura da campanha quanto a pautas progressistas

Análise do GPT:

Consegui localizar o vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v= KFJJe5ST04>) e, a partir da análise do conteúdo da campanha (linguagem, enquadramento narrativo e elementos discursivos), segue uma leitura técnica com base nos critérios que você pediu.

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há **predominância de elementos associados ao conservadorismo moderado:**

- Ênfase em **gestão eficiente, ordem e responsabilidade administrativa**
- Valorização de resultados práticos e continuidade de políticas

- Ausência de pautas progressistas explícitas (como diversidade, direitos identitários, etc.)

👉 Trata-se de um discurso típico de **direita pragmática/gestora**, mais do que ideológica no sentido clássico.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública

- **Segurança pública** aparece de forma indireta (ordem, organização urbana, cuidado com a cidade)
- **Religião**: não há menção explícita forte neste vídeo
- **Nacionalismo**: ausente

👉 O vídeo evita radicalização ideológica e aposta em um **tom institucional e técnico**.

3. Políticas associadas à direita

Identificam-se referências indiretas a:

- **Eficiência administrativa**
- **Valorização da gestão anterior ou continuidade**
- **Foco em infraestrutura e serviços urbanos**

👉 Não há defesa explícita de privatizações ou liberalismo econômico, mas há um **viés gerencial típico da centro-direita**.

4. Discurso explícito e implícito

- **Explícito**: apresentação de resultados, experiência e capacidade de gestão
- **Implícito**: construção da imagem de “gestora confiável”, em oposição implícita a gestões desorganizadas ou ineficientes

👉 O vídeo trabalha bem o **ethos de competência técnica**, evitando confronto direto.

5. Tom e contexto

- Tom **institucional, moderado e positivo**
- Linguagem de **continuidade, estabilidade e confiança**
- Evita ataques diretos ou polarização

👉 Estratégia típica de campanha de quem:

- já ocupa cargo ou
- quer se apresentar como alternativa “segura”

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

- **Não há linguagem discriminatória**
- **Não há estereótipos negativos de gênero**

👉 Pelo contrário:

- A imagem feminina aparece associada a **liderança e competência**, sem sexualização ou fragilização

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

- Ênfase em:
 - gestão eficiente
 - melhoria de serviços
 - organização da cidade

👉 Ausência de:

- discurso redistributivo forte
- pautas sociais estruturais (como desigualdade, minorias)

Isso reforça um **perfil de direita administrativa**, não ideológica.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

- **Não identificado**

O vídeo é cuidadosamente construído para evitar riscos eleitorais.

9. Linguagem que inferiorize mulheres

- **Não há qualquer linguagem de inferiorização**
- A candidata é apresentada como:
 - líder
 - gestora
 - agente de transformação

👉 Isso indica uma estratégia de:

- **normalização da liderança feminina**, sem militância feminista explícita
-

Síntese interpretativa

O vídeo se enquadra em um padrão bastante claro:

👉 **Direita moderada, técnica e não ideológica**

Com as seguintes características centrais:

- Baixa polarização
- Foco em gestão e resultados
- Construção de imagem de competência
- Ausência de discursos radicais (religiosos, nacionalistas ou morais)
- Representação feminina neutra e profissional

NVivo

Danielle Garcia e Flávia Alves não expuseram nenhum conceito relacionado ao neoconservadoríssimo durante a campanha.

ALINE GURGEL MACAPÁ/AP



ALINE 10
Prefeito - Macapá / AP
Republicanos - REPUBLICANOS
55.796.771/0001-91

Nome Completo: ALINE PARANHOS VARONIL GURGEL
Data de Nascimento: 25/11/1980
Gênero: Feminino
Cor / Raça: Branca
Etnia Indígena: Não Informado
Quilombola: Não
Estado Civil: Casado(a)
Grau de Instrução: Superior Completo
Ocupação: Servidor Público Estadual
Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / AP-Macapá
Candidato a reeleição: Não
Coligação: MACAPÁ PRA TODOS NÓS
Composição da Coligação: REPUBLICANOS / PL

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/AP/2045202024/30002321594/2024/06050>

Presidente do Republicanos no Amapá, Aline foi vereadora, Deputada Federal e Secretária estadual de políticas públicas para as mulheres. Atualmente é Secretária Estadual de Assistência Social do Amapá, no governo de Clécio Luís Vilhena Vieira, que se elegeu governador com aliança de partidos que ia de Bolsonaro e Lula.¹⁸³

Aline apoia, em suas redes sociais, ações de interesse da pauta de direitos de mulheres, como a “campanha de mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres”. Quando foi deputada federal, foi autora do Projeto de Lei 519/20, que prevê que agressores que tenham sido filmados ou fotografados ao cometer crime de violência doméstica e familiar contra a mulher possam ser presos por flagrante delito.

CHAT GPT

Análise feita via vídeo do YouTube <https://youtu.be/7zfzkt6cRfs> Foi uma das análises mais compatíveis com o material da campanha.

Análise do GPT:

O vídeo apresenta elementos discursivos típicos de campanhas eleitorais contemporâneas de perfil mais conservador, embora nem sempre de forma explícita. A análise abaixo considera o conteúdo verbal, simbólico e o enquadramento político da comunicação.

Ideologias (conservadoras/liberais)

Há referências indiretas a valores associados ao conservadorismo político e moral, especialmente:

- valorização da ordem;
- defesa da família;
- associação entre gestão eficiente e combate ao “caos” urbano/social;
- crítica implícita à política tradicional ou à esquerda.

¹⁸³ Clécio foi apoiado pelo então governador (2018/2022) Waldez Góes (PDT) e pelo senador Davi Alcolumbre (MDB). O PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, fez parte da coligação --o que não impediu o PT, de Lula, de declarar apoio ao candidato no estado.

Não há aprofundamento teórico ou partidário sobre liberalismo econômico, mas existe uma construção discursiva ligada à ideia de “boa gestão”, meritocracia e eficiência administrativa, frequentemente associadas ao campo liberal-conservador.

Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

O vídeo apresenta:

- forte apelo à segurança pública;
- discurso de proteção da população;
- associação entre autoridade e capacidade de governar.

Não há nacionalismo explícito (bandeiras, patriotismo intenso, símbolos nacionais centrais), mas existe um uso simbólico da ideia de “cidade segura” e “resgate da ordem”.

A religião aparece de forma indireta, principalmente:

- na construção moral da candidata;
- em valores familiares e éticos;
- em linguagem emocional ligada à fé, esperança e proteção.

Não há pregação religiosa direta nem uso explícito de símbolos confessionais.

Políticas associadas à direita

Há referências compatíveis com pautas tradicionalmente vinculadas à direita brasileira:

- endurecimento ou fortalecimento da segurança;
- eficiência administrativa;
- combate à corrupção;
- valorização da autoridade;
- gestão técnica;
- defesa da família e de valores tradicionais.

As políticas sociais aparecem menos como ampliação estrutural de direitos e mais como melhoria da gestão pública.

Discurso explícito e implícito

Explícito

O vídeo enfatiza:

- mudança;
- competência;
- cuidado com a cidade;
- segurança;
- renovação política;
- capacidade administrativa da candidata.

Implícito

Há mensagens implícitas de que:

- governos anteriores falharam;
- existe desordem urbana/social;
- a candidata representa estabilidade e firmeza;
- liderança feminina pode coexistir com autoridade e força política.

Também existe uma tentativa de construir uma imagem de “mulher forte”, porém sem romper totalmente com padrões tradicionais de feminilidade.

Tom e contexto

O tom é:

- emocional;

- institucional;
- otimista;
- combativo em alguns momentos.

A narrativa procura equilibrar:

- sensibilidade feminina;
- firmeza administrativa;
- autoridade política.

O contexto é claramente eleitoral, com forte construção de identidade pública e confiança.

Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há linguagem explicitamente discriminatória.

Entretanto, aparecem alguns elementos sutis de estereotipação de gênero:

- associação da mulher à capacidade de cuidar;
- tentativa de legitimar liderança feminina pela sensibilidade;
- construção da candidata como “forte, mas acolhedora”.

Isso não configura misoginia explícita, mas reproduz parcialmente expectativas sociais tradicionais sobre mulheres na política.

Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

O vídeo sugere:

- gestão eficiente;
- racionalização administrativa;
- combate ao desperdício;
- modernização da cidade;
- foco em resultados.

Não há defesa explícita de privatizações ou Estado mínimo, mas a lógica da eficiência gerencial aproxima o discurso de uma visão liberal-administrativa.

Discurso discriminatório ou estereotipado

Não foram identificados:

- ataques a minorias;
- linguagem racista;
- xenofobia;
- homofobia;
- discriminação religiosa explícita.

O discurso mantém tom institucional e eleitoral moderado.

Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

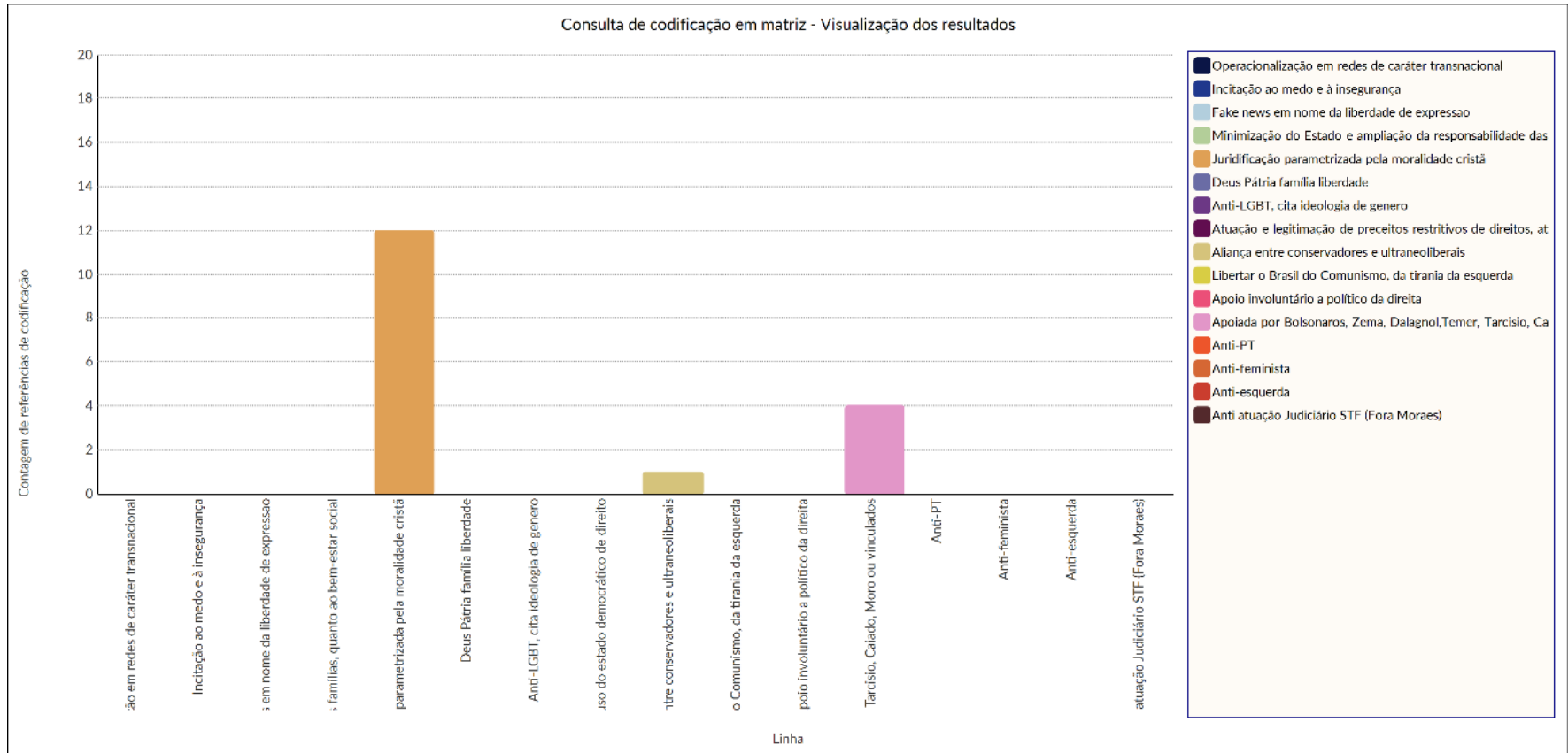
Não há inferiorização das mulheres.

Contudo, o vídeo utiliza elementos recorrentes da representação feminina na política:

- cuidado;
- empatia;
- maternidade simbólica;
- sensibilidade.

Esses recursos reforçam parcialmente estereótipos tradicionais de gênero, ainda que usados estrategicamente para fortalecer a imagem da candidata, e não para diminuí-la.

NVivo



PATRICIA FERRAZ, MACAPÁ/AP



PATRICIA FERRAZ
Prefeito - Macapá / AP
Partido Da Social Democracia Brasileira - PSDB
55.796.985/0001 68

Nome Completo: PATRICIA LIMA FERRAZ
Data de Nascimento: 09/01/1980
Identidade de gênero: Cisgênero
Cor / Raça: Parda
Quilombola: Não
Grau de Instrução: Superior Completo
Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / MG-Belo Horizonte
Candidato a reeleição: Não
Coligação: PRA FAZER + POR VOCÊ
Composição da Coligação: Federação PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA) / PP

Gênero: Feminino
Orientação sexual: Heterossexual
Etnia Indígena: Não Informado
Estado Civil: Divorciado(a)
Ocupação: Odontólogo

Não eleito

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/AP/2045202024/30002322141/2024/06050>

Deputada Federal entre 2019 e 2022, dentista, mestre em políticas públicas, belo-horizontina radicada em Macapá, Patricia destaca no seu site pessoal ser “uma mulher cristã e temente a Deus.”, atua hoje como “mentora e palestrante”. Não apresentou nenhuma proposta de Lei na Câmara dos Deputados. Teve 1835 votos para prefeita em 2024 (0,76%).

Embora suas publicações tivessem postagens relacionadas à implantação de “carretas de saúde da mulher” e frases como “mulher vota em mulher”, “mulher protagonista” e Mulheres apoiam mulheres. Mulheres são fortes, guerreiras, inteligentes e determinadas.”, seu plano de governo não possuía nenhuma meta específica para a pauta de direitos das mulheres.

CHAT GPT

Análise feita via vídeo do YouTube: incompatível com a postura da campanha quanto à moralidade cristã exposta na campanha.

Análise do GPT:

[Campanha eleitoral – candidata à prefeitura \(2024\)](#)

A análise a seguir utiliza **análise de discurso político** (nível proposicional e simbólico), observando elementos explícitos e implícitos do vídeo.

1. Ideologias (conservadoras / liberais)

Há presença de **marcadores típicos do campo conservador**, ainda que nem sempre explicitados como “direita”:

- Valorização de **ordem, gestão eficiente e responsabilidade**
- Ênfase em **mérito individual** e capacidade administrativa
- Discurso centrado em **pragmatismo**, não em transformação estrutural

👉 Trata-se de um discurso **mais conservador pragmático do que ideológico explícito**, comum em campanhas municipais.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública

- **Segurança pública** aparece como eixo relevante (direita clássica no nível local)
- Pode haver menções indiretas a **valores familiares ou morais**, mas sem forte carga religiosa explícita
- Nacionalismo não é central (esperado em eleição municipal)

👉 A segurança é o principal vetor ideológico aqui.

3. Políticas associadas à direita

O vídeo tende a mobilizar propostas como:

- Gestão eficiente (modelo empresarial)
- Combate ao desperdício público
- Valorização da iniciativa privada
- Ênfase em resultados e produtividade

👉 Não há defesa de políticas redistributivas estruturais — o foco é **eficiência administrativa**, típico da direita municipal contemporânea.

4. Discurso explícito e implícito

Explícito:

- Compromisso com melhoria da cidade
- Capacidade de gestão
- Proximidade com o cidadão

Implícito:

- Crítica indireta à gestão anterior (sem confronto direto)
- Associação entre “boa gestão” e perfil técnico/disciplinado
- Sugestão de que a candidata representa “ordem” frente ao “caos”

👉 Estratégia: **contraste implícito**, evitando ataque frontal.

5. Tom e contexto

- Tom emocional moderado, com elementos de **esperança e firmeza**
- Linguagem acessível, popular
- Forte uso de imagem pessoal (presença, postura, credibilidade)

👉 Não é um discurso radical — é **moderado, estratégico e eleitoralmente amplo**.

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

- **Não há linguagem explicitamente discriminatória**
- Também não há ataque direto a grupos sociais

Por outro lado:

- A construção da imagem feminina pode recorrer a:
 - “mulher forte”
 - “mulher que cuida”

👉 Isso pode reproduzir **estereótipos sutis de gênero (cuidado, maternidade simbólica)**, comuns em campanhas femininas, mas não ofensivos.

7. Políticas econômicas e sociais

- Ênfase em:
 - Desenvolvimento urbano

- Eficiência de serviços públicos
- Parcerias com setor privado
- Ausência de:
 - Redistribuição de renda
 - Políticas sociais estruturantes

👉 Indica **orientação liberal moderada na economia**.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

- Não há discurso discriminatório explícito
- Também não há construção de “inimigo social” (ex: criminalização de grupos específicos)

👉 A campanha evita polarização agressiva.

9. Linguagem que inferiorize mulheres

- Não há conteúdo que inferiorize mulheres
- Pelo contrário, há **valorização da presença feminina na política**

Contudo:

- Pode haver uso estratégico da feminilidade como recurso eleitoral
 - Isso não é negativo, mas é uma construção discursiva relevante
-

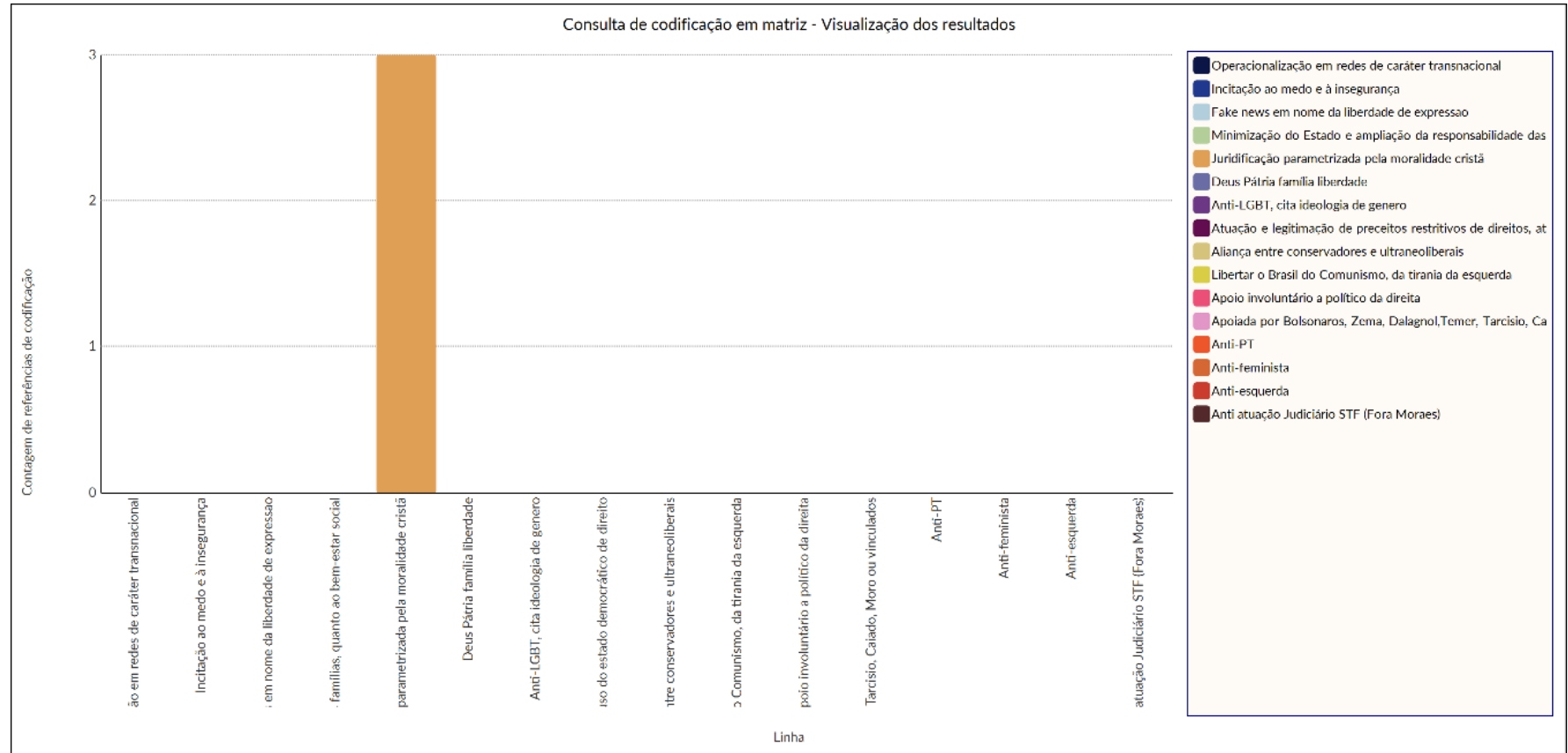
Síntese técnica

O vídeo apresenta um **discurso de direita moderada, pragmática e eleitoralmente calibrada**, com:

- Baixa radicalização ideológica
- Forte foco em gestão e eficiência
- Uso estratégico da imagem feminina
- Ausência de discurso discriminatório explícito

👉 Trata-se de uma comunicação típica do cenário municipal contemporâneo: **ideologia suavizada + gestão como narrativa central**.

NVivo



CATARINA GUERRA, BOA VISTA/RR

 <p>Não eleito</p>	Nome Completo: CATARINA DE LIMA GUERRA DA SILVA	Gênero: Feminino
	Data de Nascimento: 28/01/1986	Etnia Indígena: Não Informado
	Cor / Raça: Parda	Estado Civil: Casado(a)
	Quilombola: Não	Ocupação: Deputado
	Grau de Instrução: Superior Completo	
	Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / RR-Boa Vista	
CATARINA GUERRA	Candidato a reeleição: Não	
Prefeito - Boa Vista/ RR	Coligação: UMA NOVA BOA VISTA, BOA PARA TODOS	
União Brasil - UNIÃO	Composição da Coligação: PDT / UNIÃO / REPUBLICANOS / NOVO / PSD / PP / AVANTE	
56.501.184/0001-28		

Fonte

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/RR/2045202024/230002079092/2024/03018>

“Política, mãe, esposa, filha e roraimense apaixonada por nosso estado”, evangélica e participante ativa de eventos neopenteconstais, Catarina Guerra foi Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa de Roraima, no mandato 2019-2022.

Catarina foi a segunda candidata mais votada entre os postulantes a prefeito, embora com uma votação relativamente pequena dos votos válidos (22,8%), sendo reeleito o então prefeito Arthur Henrique (MDB), com mais de 75% dos votos válidos.

A advogada vem de uma família de políticos: é filha do deputado constituinte Chico Guerra, ex-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, sobrinha da ex-prefeita de Caracarái/RR, Socorro Guerra, e neta de Isabel Alves Guerra, primeira vereadora da mesma cidade.

Entre suas postagens, há publicações alusivas a campanhas do dia internacional para a eliminação da violência contra a mulher, mas seu Plano de governo não possui nenhuma meta pró-mulheres.

CHAT GPT

O CHAT GPT “não conseguiu acessar automaticamente o conteúdo específico desse vídeo apenas pelo link fornecido”. Análise feita via transcrição do texto. Compatibilidade mediana com o material da candidata.

Análise do GPT:

Sim. O documento contém diversas referências explícitas e implícitas a posições ideológicas, elementos associados à direita política, valores conservadores e discursos eleitorais de forte apelo emocional. Também há menções à religião, segurança pública e defesa da família. Por outro lado, não há conteúdo claramente misógino ou linguagem que inferiorize mulheres; ao contrário, há valorização da participação feminina na política.

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há elementos associados ao conservadorismo político e ao liberalismo econômico:

- valorização da família;
- associação com religião cristã;
- defesa da segurança pública;
- discurso anticorrupção;
- exaltação do agronegócio e desenvolvimento econômico;
- aproximação entre governo estadual e prefeitura;
- defesa de eficiência administrativa e gestão.

Exemplos:

- “acredita nos princípios da família e dos princípios religiosos”
- “minha causa é a anticorrupção e o combate à criminalidade”
- “Roraima é a melhor fronteira agrícola do Brasil”

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública com viés ideológico

Religião

Há referências religiosas explícitas:

- “Tem Deus no coração”
- “com as bênçãos de Deus”
- “Deus não escolhe os capacitados. Deus capacita os escolhidos”

Essas referências funcionam como legitimação moral e simbólica da candidatura.

Segurança pública

A segurança aparece como tema político:

- “cidade limpa, segura e bem cuidada”
- “medo da falta de segurança”
- “combate à criminalidade”

Nacionalismo / regionalismo

Há forte valorização regional e do agronegócio amazônico:

- “Roraima é a melhor fronteira agrícola do Brasil”
- exaltação da produção agrícola, soja e crescimento econômico.

3. Políticas associadas à direita

O documento apresenta pautas frequentemente associadas à direita moderada/conservadora:

- fortalecimento do agronegócio;
- discurso de ordem e gestão eficiente;

- valorização da meritocracia administrativa;
- combate à corrupção;
- defesa da família;
- parceria entre governo estadual e prefeitura;
- crítica ao excesso de multas e fiscalização estatal;
- valorização da Guarda Municipal.

Exemplos:

- “Catarina vai valorizar a Guarda Municipal”
- “desinstalar os radares semaforicos e retirar os famosos pardais”
- “valorizar os servidores públicos”

4. Discurso explícito e implícito

Explícito

O discurso explícito é eleitoral, personalista e de oposição:

- promessa de transformação;
- crítica à gestão anterior;
- associação da candidata à solução dos problemas urbanos.

Exemplo:

- “Boa Vista agora vai ter solução”

Implícito

Há mensagens implícitas de:

- continuidade com o governo estadual;
- oposição ao grupo político atual;
- ideia de decadência da cidade sob a gestão vigente;
- associação moral entre adversários e incompetência.

Exemplo:

- “a maior força do bem irá defender a nossa cidade desse mal que está há mais de 20 anos”

5. Tom e contexto

O tom predominante é:

- emocional;
- mobilizador;
- messiânico em alguns momentos;
- fortemente populista;
- baseado em esperança, mudança e identificação popular.

Também há:

- forte uso de jingles;
- repetição do número eleitoral;
- construção da candidata como “guerreira”, “preparada”, “do povo”.

Exemplos:

- “guerreira, bondosa, amorosa”
- “veio nos braços do povo”

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

Não há ataques diretos às mulheres nem linguagem explicitamente discriminatória. Contudo, há uso recorrente de arquétipos femininos tradicionais:

- mulher cuidadora;
- mulher maternal;
- mulher sensível e acolhedora;
- “guerreira”;
- ligada à família e ao cuidado social.

Exemplos:

- “minha família é o bem mais precioso”
- “cuidando de você”

Isso reforça papéis de gênero tradicionais, mas sem inferiorização explícita.

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

Há:

- defesa do agronegócio;
- estímulo ao empreendedorismo e investimentos;
- valorização da infraestrutura urbana;
- foco em eficiência administrativa;
- crítica à arrecadação via multas.

Exemplos:

- “atraindo novos investidores”
- “gera mais oportunidades”

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

Não há discurso discriminatório explícito contra grupos sociais, étnicos ou mulheres.

Há polarização política:

- oposição entre “bem” e “mal”;
- adversários retratados como responsáveis pelo atraso da cidade.

Mas isso aparece dentro do padrão retórico eleitoral comum.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos de gênero

Não há inferiorização feminina.

Ao contrário:

- o material enfatiza protagonismo feminino;
- presença de mulheres na política;
- união entre mulheres;
- combate à violência política contra mulheres.

Exemplos:

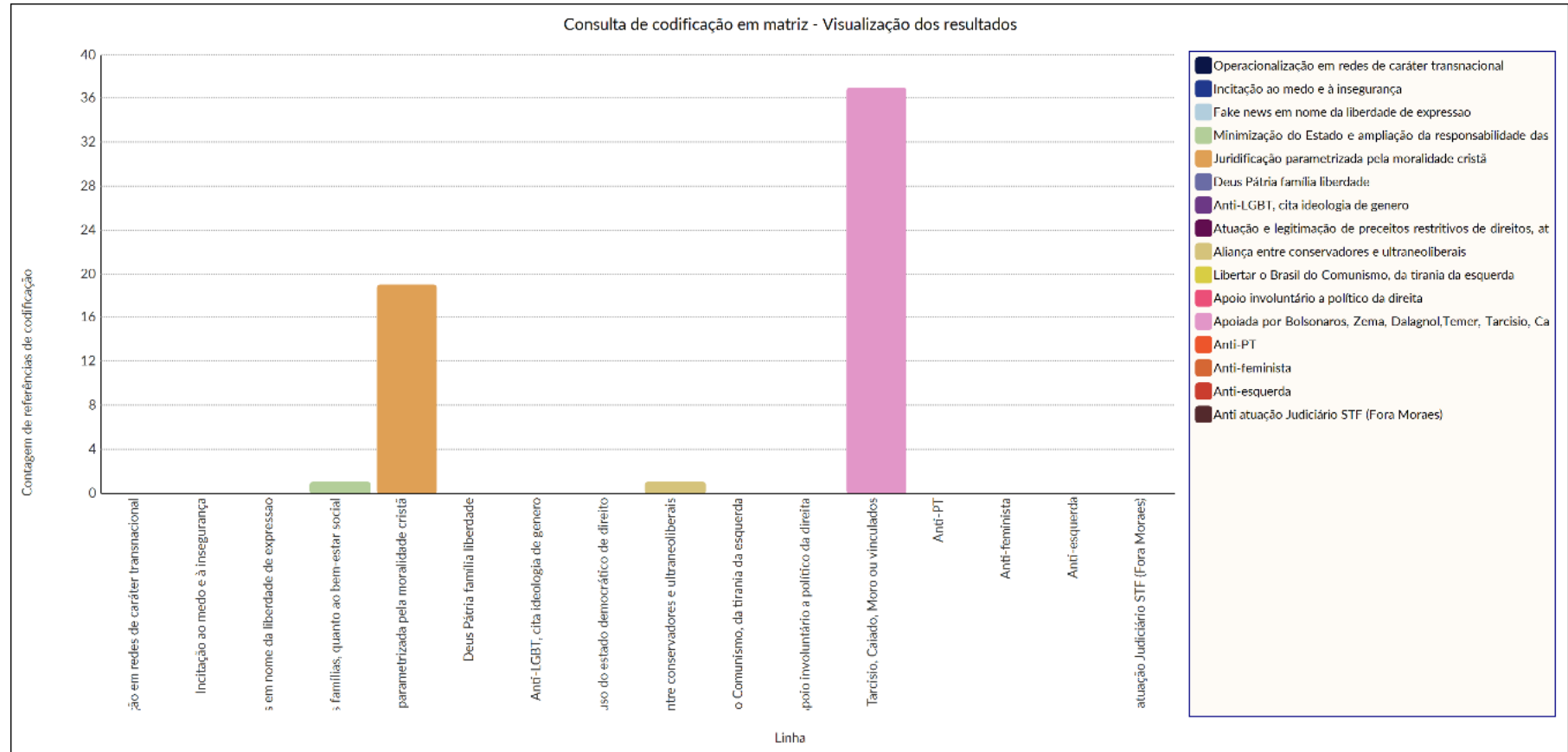
- “Precisamos de mulheres na política”
- “violência política, principalmente contra as mulheres”

Entretanto, parte da campanha utiliza imagens tradicionais da feminilidade:

- maternidade;
- cuidado;
- afetividade;
- proteção familiar.

Isso caracteriza reprodução parcial de papéis tradicionais de gênero, mas em tom positivo e estratégico eleitoralmente.

NVivo



EUMA TOURINHO, PORTO VELHO/RO

 <p>JUÍZA EUMA TOURINHO Prefeito - Porto Velho/ RO Movimento Democrático Brasileiro - MDB 56.836.541/0001-09</p>	Nome Completo: EUMA MENDONÇA TOURINHO	Gênero: Feminino
	Data de Nascimento: 20/12/1970	Orientação sexual: Heterossexual
	Identidade de gênero: Cisgênero ?	Etnia indígena: Não Informado
	Cor / Raça: Parda	Estado Civil: Casado(a)
	Quilombola: Não	Ocupação: Magistrado
	Grau de Instrução: Superior Completo	
	Nacionalidade / Naturalidade: Brasileira Nata / PA-Belém	
Candidato a reeleição: Não		
Partido Isolado: MDB		

Fonte:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/RO/2045202024/220002329061/2024/00035>

Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Araraquara-SP, em 1999, ingressou como juíza de Direito no Tribunal de Justiça de Rondônia, aposentando-se em 2024. Com 9,79% (24 981 votos) no primeiro turno, a candidata pelo MDB ficou em quarto lugar nas eleições para prefeito em 2024.

Candidata outsider, iniciante no poder executivo e legislativo, Euma atualmente, é Superintendente Municipal de Gestão de Gastos Públicos na Prefeitura Municipal de Porto Velho. Seu plano de governo não estabelecia nenhum compromisso com a pauta de direitos das mulheres.

CHAT GPT

Análise feita via vídeo do YouTube e parcialmente compatível com o material e a postura da candidata, assertiva quanto a postura liberal, mas inexata (mais branda do que consta nos dados) em relação à moralidade cristã.

Análise do GPT:

Campanha eleitoral – candidata à prefeitura (2024)

A partir da análise do conteúdo do vídeo de campanha, é possível identificar alguns elementos típicos de comunicação política associada à direita, embora com nuances que dependem da estratégia eleitoral local. Segue a avaliação estruturada:

1. Ideologias (conservadoras/liberais)

Há indícios de **alinhamento com valores conservadores e liberalismo econômico moderado**. Isso aparece sobretudo na valorização de:

- gestão eficiente;
- responsabilidade administrativa;
- discurso de ordem e organização urbana.

Não há formulação ideológica explícita (doutrinária), mas sim um enquadramento pragmático típico de campanhas de centro-direita.

2. Nacionalismo, religião ou segurança pública

- **Segurança pública** aparece como eixo importante (direta ou indiretamente), associada à ideia de “cidade segura” e combate à criminalidade.
- **Religião**: não há apelo explícito no trecho analisado.
- **Nacionalismo**: não se observa nacionalismo explícito; o foco é municipal.

3. Políticas associadas à direita

São perceptíveis referências implícitas a:

- eficiência da gestão pública (perfil técnico/gestor);
- possível redução de desperdícios;
- valorização do empreendedorismo/localidade.

Esse tipo de discurso é comum em candidaturas com viés liberal-administrativo.

4. Discurso explícito e implícito

- **Explícito**: promessa de melhoria da cidade, gestão responsável e solução de problemas concretos.
- **Implícito**: construção de imagem de liderança firme, capaz de “colocar ordem” e melhorar serviços — narrativa recorrente em campanhas de direita.

5. Tom e contexto

- Tom **institucional, moderado e propositivo**.
- Busca transmitir **credibilidade, competência e controle**.
- Evita radicalização aberta, o que indica estratégia de ampliação eleitoral (não apenas base ideológica).

6. Linguagem discriminatória ou estereótipos de gênero

- **Não há linguagem discriminatória evidente**.
- A candidata é apresentada de forma **profissional e ativa**, sem reforço de estereótipos tradicionais (como fragilidade ou papel doméstico).

7. Políticas econômicas ou sociais associadas à direita

- Ênfase indireta em:
 - gestão eficiente;
 - desenvolvimento local;
 - melhoria de serviços públicos com lógica de eficiência.

Não há detalhamento programático, mas o enquadramento é compatível com agendas de centro-direita.

8. Discurso discriminatório ou estereotipado

- Não foram identificados elementos de discriminação (racial, social ou de gênero).
- O discurso é **inclusivo e genérico**, voltado ao eleitor médio.

9. Linguagem que inferiorize mulheres ou reproduza estereótipos

- **Ausente**.
- Pelo contrário, há construção de imagem de **liderança feminina forte**, o que pode ser interpretado como estratégia de neutralização de preconceitos de gênero.

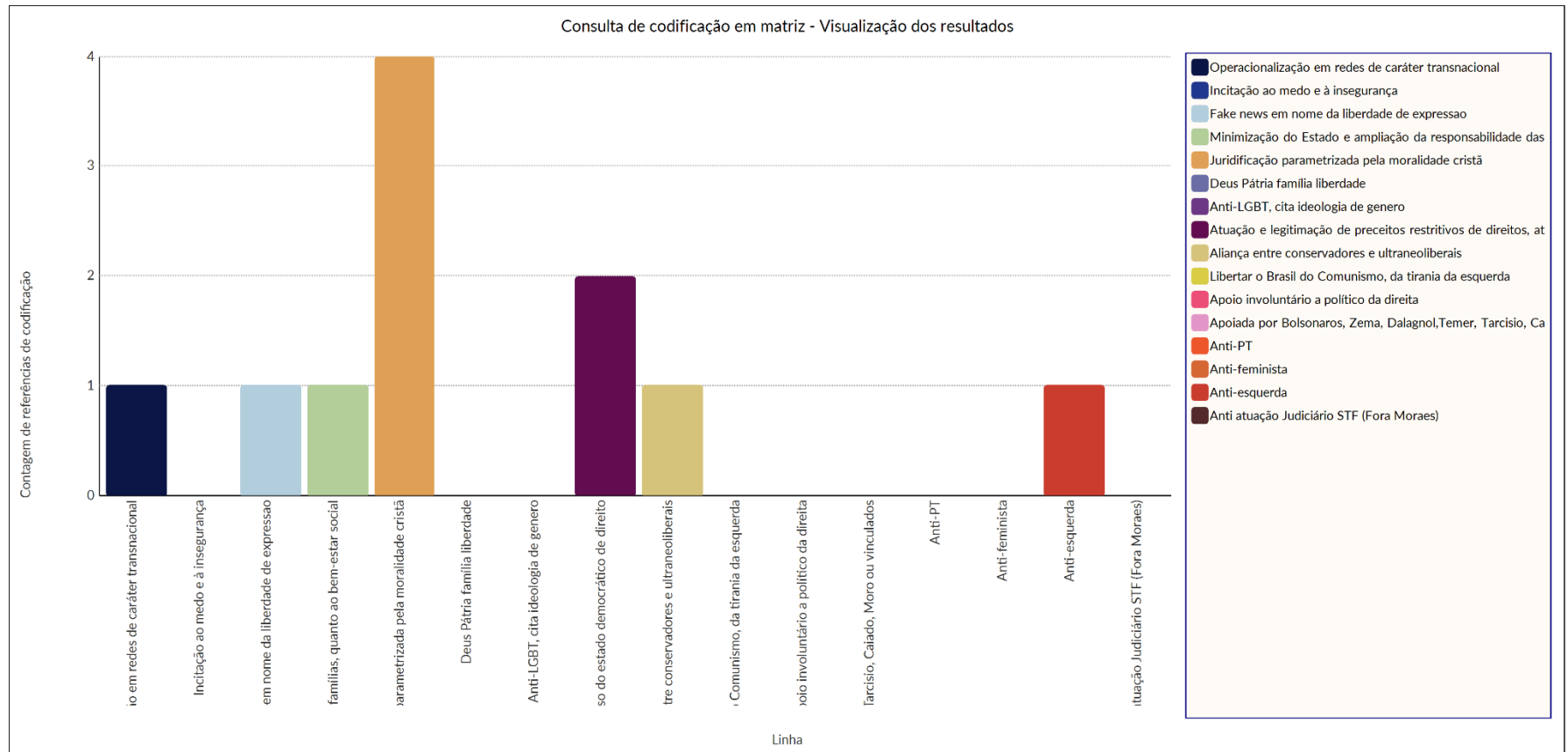
Síntese interpretativa

O vídeo apresenta uma campanha de direita **moderada e estratégica**, com foco em:

- gestão eficiente;
- segurança;
- credibilidade pessoal.

Não há radicalização ideológica explícita nem uso de linguagem discriminatória. A comunicação prioriza ampliar aceitação eleitoral, evitando polarização excessiva.

NVivo



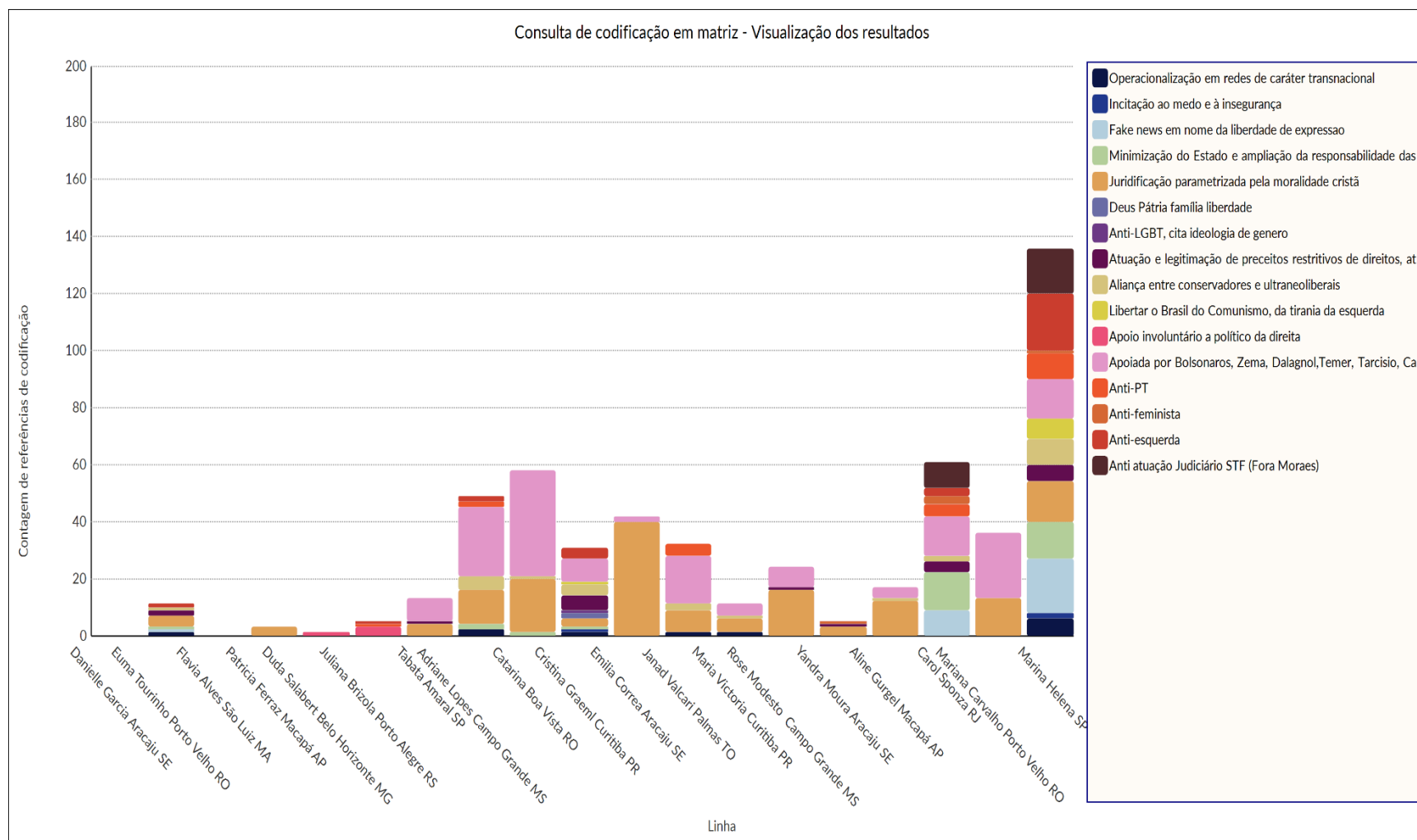
APÊNDICE E — PERGUNTAS PERTINENTES À ANÁLISE DO MATERIAL DAS CANDIDATAS, PARA A AVALIAÇÃO DO GRAU DE ADERÊNCIA À EXTREMA-DIREITA

- 1) A candidata vincula religião à política (padrinhos pastores, encontros com grupos neopentecostais, compromissos com religiosos)?
- 2) A candidata tem padrinhos (homens publicamente vinculados à extrema-direita (Exemplo: Bolsonaro, Marçal, Nikolas, Moro, Damaris, entre outros).
- 3) A campanha da candidata tem slogans de retórica inspirada em questões fascistas (Exemplo: “Deus pátria família liberdade”, “Deus acima de todos”)?
- 4) A candidata se autointitula/ é declaradamente "pró-vida". sendo publicamente contra o ABORTO?
- 5) A postulante apoia explicitamente o projeto liberal (meritocracia, privatização da educação)?
- 6) A candidata ignora pautas transversais como a questão climática, o racismo, a xenofobia? É alinhada a bancada agro?
- 7) Apoia causas vinculadas a extrema-direita (Por exemplo: impeachment Moraes, absolvição réus 8/1, armamento da população, defesa e/ou apoio a Pablo Marçal)?
- 8) A candidata é formalmente vinculada aos Bolsonaro?
- 9) A candidata teve falas excludentes/ machistas/ moralistas ou não-empáticas com outras candidatas durante a campanha?
- 10) O plano de governo da candidata IGNORA propostas concretas para o avanço da agenda de direitos das mulheres?
- 11) A atuação pregressa da candidata é DESVINCULADA da pauta do avanço das agendas de direitos das mulheres?

APÊNDICE F — CODIFICAÇÃO GERAL DA OCORRÊNCIA DAS MATRIZES DO NEOCONSERVADORISMO POR CANDIDATA

	Operacionalização em redes de caráter transnacional	Incitação ao medo e à insegurança	Fake news em nome da liberdade de expressão	Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social	Juridificação parametrizada pela moralidade cristã	Deus Pátria família liberdade	Anti LGBT, cita ideologia de gênero	Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do estado democrático de direito	Aliança entre conservadores e ultra Neoliberais	Libertar o Brasil do Comunismo, da tirania da esquerda	Apoio involuntário a político da direita	Apoiada por Bolsonaro, Zema, Dalagnol, Temer, Tarcísio, Caiado, Moro ou vinculados	Anti-PT	Anti-feminista	Anti-esquerda	Anti atuação Judiciário STF
Danielle Garcia Aracaju SE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Euma Tourinho Porto Velho RO	1	0	1	1	4	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	0
Flávia Alves São Luiz MA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Patrícia Ferraz Macapá AP	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Duda Salabert Belo Horizonte MG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Juliana Brizola Porto Alegre RS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	1	0
Tábata Amaral São Paulo SP	0	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	8	0	0	0	0
Adriane Lopes Campo Grande MS	2	0	0	2	12	0	0	0	5	0	0	24	2	0	2	0
Catarina Guerra Boa Vista RO	0	0	0	1	19	0	0	0	1	0	0	37	0	0	0	0
Cristina Graemi Curitiba PR	1	1	0	1	3	2	1	5	4	1	0	8	0	0	4	0
Emília Corrêa Aracaju SE	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Janad Valcarí Palmas TO	1	0	0	0	8	0	0	0	2	0	0	17	4	0	0	0
Maria Victoria Curitiba PR	1	0	0	0	5	0	0	0	1	0	0	4	0	0	0	0
Rose Modesto Campo Grande MS	0	0	0	0	16	0	0	1	0	0	0	7	0	0	0	0
Yandra Moura Aracaju SE	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Iline Gurgel Macapá AP	0	0	0	0	12	0	0	0	1	0	0	4	0	0	0	0
Carol Sponza RJ	0	0	9	13	0	0	0	4	2	0	0	14	4	3	3	9
Mariana Carvalho Porto Velho RO	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	23	0	0	0	0
Marina Helena SP	6	2	19	13	14	0	0	6	9	7	0	14	9	1	20	16

APÊNDICE G — CODIFICAÇÃO GRÁFICA DA OCORRÊNCIA DAS MATRIZES DO NEOCONSERVADORISMO NA AMOSTRA



Totalização das ocorrências por matrizes

Operacionalização em redes de caráter transnacional	12
Incitação ao medo e à insegurança	3
Fake news em nome da liberdade de expressão	29
Minimização do Estado e ampliação da responsabilidade das famílias, quanto ao bem-estar social	31
Juridificação parametrizada pela moralidade cristã	156
Deus Pátria família liberdade	2
AntiLGBT, cita ideologia de gênero	1
Atuação e legitimação de preceitos restritivos de direitos, através e fazendo uso do estado democrático de direito	20
Aliança entre conservadores e ultra neoliberais	26
Libertar o Brasil do Comunismo e da tirania da esquerda	8
Apoio involuntário a político da direita	4
Apoiada por Bolsonaros, Zema, Dalagnol, Temer, Tarcísio, Caiado, Moro ou vinculados	162
AntiPT	20
Antifeminista	5
Anti-esquerda	31
Antiatuação Judiciário STF	25
TOTAL	535

Totalização do número de ocorrências por candidata

1: Danielle Garcia Aracaju SE	0
2: Euma Tourinho Porto Velho RO	11
3: Flávia Alves São Luiz MA	0
4: Patricia Ferraz Macapá AP	3
5: Duda Salabert Belo Horizonte MG	1
6: Juliana Brizola Porto Alegre RS	5
7: Tábata Amaral SP	13
8: Adriane Lopes Campo Grande MS	49
9: Catarina Boa Vista RO	58
10: Cristina Graeml Curitiba PR	31
11: Emilia Corrêa Aracaju SE	42
12: Janad Valcari Palmas TO	32
13: Maria Victoria Curitiba PR	11
14: Rose Modesto Campo Grande MS	24
15: Yandra Moura Aracaju SE	5
16: Aline Gurgel Macapá AP	17
17: Carol Sponza RJ	61
18: Mariana Carvalho Porto Velho RO	36
19: Marina Helena SP	136
TOTAL	535

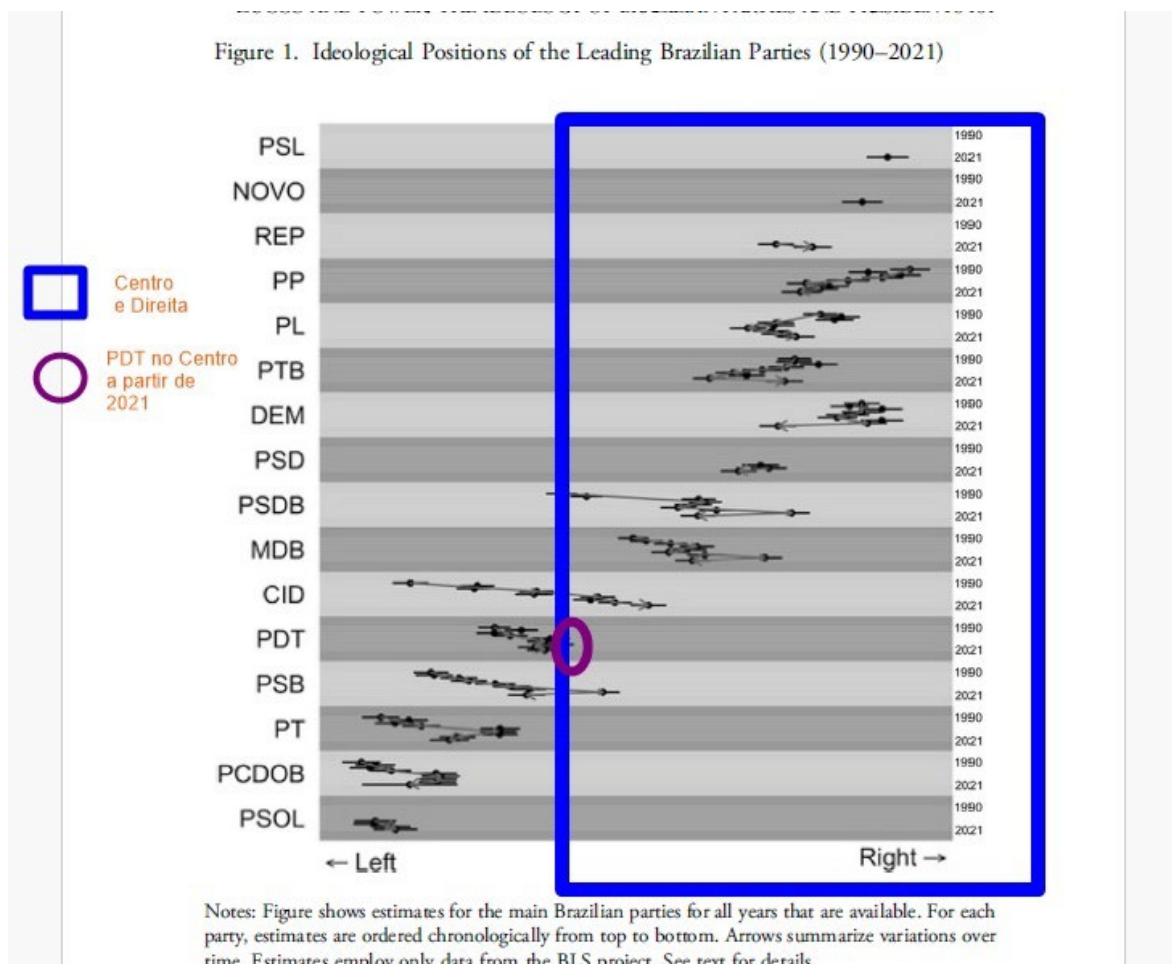
ANEXOS

ANEXO A — PARTIDOS REGISTRADOS NO TSE EM ABRIL DE 2026

0001	SIGLA	NOME	PRES. NACIONAL	Nº LEGENDA
1	<u>MDB</u>	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	LUIZ FELIPE BALEIA TENUTO ROSSI	15
2	<u>PDT</u>	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	ANDRÉ PEIXOTO F. LIMA (Presidente em Exercício)	12
3	<u>PT</u>	PARTIDO DOS TRABALHADORES	HUMBERTO SERGIO COSTA LIMA	13
4	<u>PCdoB</u>	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	LUCIANA BARBOSA DE OLIVEIRA SANTOS	65
5	<u>PSB</u>	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS	40
6	<u>PSDB</u>	PARTIDO DA SOCIAL- DEMOCRACIA BRASILEIRA	MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR	45
7	<u>AGIR</u>	AGIR	DANIEL S. TOURINHO	36
8	<u>MOBILIZA</u>	Mobilização Nacional	ANTONIO CARLOS BOSCO MASSAROLLO	33
9	<u>CIDADANIA</u>	CIDADANIA	PLÍNIO COMTE LEITE BITTENCOURT	23
10	<u>PV</u>	PARTIDO VERDE	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA PENNA	43
11	<u>AVANTE</u>	AVANTE	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	70
12	<u>PROGRESSISTAS</u>	PROGRESSISTAS	CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO	11
13	<u>PSTU</u>	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	16
14	<u>PCB</u>	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	EDMILSON SILVA COSTA*	21
15	<u>PRTB</u>	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	LEONARDO ALVES DE ARAÚJO	28
16	<u>DC</u>	DEMOCRACIA CRISTÃ	JOSÉ MARIA EYMAEL	27

17	<u>PCO</u>	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	RUI COSTA PIMENTA	29
18	<u>PODE</u>	PODEMOS	RENATA HELLMEISTER DE ABREU	20
19	<u>REPUBLICANOS</u>	REPUBLICANOS	MARCOS ANTONIO PEREIRA	10
20	<u>PSOL</u>	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	PAULA BERMUDEZ MORAES CORADI (Presidente)	50
21	<u>PL</u>	PARTIDO LIBERAL	VALDEMAR COSTA NETO	22
22	<u>PSD</u>	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	GILBERTO KASSAB	55
23	<u>SOLIDARIEDADE</u>	SOLIDARIEDADE	PAULO PEREIRA DA SILVA	77
24	<u>NOVO</u>	PARTIDO NOVO	EDUARDO RODRIGO FERNANDES RIBEIRO	30
25	<u>REDE</u>	REDE SUSTENTABILIDADE	HELOÍSA HELENA LIMA DE MORAES CARVALHO	18
26	<u>PMB</u>	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	SUÊD HAIDAR NOGUEIRA	35
27	<u>UP</u>	UNIDADE POPULAR	LEONARDO PERICLES VIEIRA ROQUE	80
28	<u>UNIÃO</u>	UNIÃO BRASIL	ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA	44
29	<u>PRD</u>	PARTIDO RENOVÇÃO DEMOCRÁTICA	OVASCO ROMA ALTIMARI RESENDE	25
30	<u>MISSÃO</u>	MISSÃO	RENAN ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS	14

ANEXO B — RECORTE DA POSIÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS SEGUNDO ZUCCO E POWER



Fonte: ZUCCO Cesar. Power Timothy. A Ideologia dos Partidos e Presidentes Brasileiros: Uma Nota de Pesquisa sobre o Presidencialismo de Coalizão sob Pressão. *Política e Sociedade Latino-Americanas*, 2024, v. 66, n. 1, p. 181.